



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEA

**Espaço público: apropriação e direito ao uso. A territorialidade das rodas
de capoeira em Brasília (Distrito Federal).**

Brasília - DF

2014

FELIPE DO COUTO TORRES

ESPAÇO PÚBLICO: APROPRIAÇÃO E DIREITO AO USO. A TERRITORIALIDADE
DAS RODAS DE CAPOEIRA EM BRASÍLIA (DISTRITO FEDERAL)

Dissertação apresentada ao departamento de Pós Graduação em geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de mestre em geografia na área de gestão ambiental e territorial.

Orientadora: Profa. Dra. Nelba Azevedo Penna

BRASÍLIA

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

TORRES, FELIPE DO COUTO

Espaço público: apropriação e direito ao uso. A territorialidade das rodas de capoeira em Brasília (Distrito Federal), 263 p., 297mm, (UnB-IH, Mestre, Gestão Ambiental e Territorial, 2014).

pág. (IH/POSGEA/UnB, mestrado, 2014)

Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Pós Graduação em Geografia.

- | | |
|---------------------|---------------------|
| 1. Espaço público | 3. Roda de capoeira |
| 2. Territorialidade | |

I. UnB/ IH/PPGEA	II. Título (série)
------------------	--------------------

FOLHA DE APROVAÇÃO

FELIPE DO COUTO TORRES

**ESPAÇO PÚBLICO: APROPRIAÇÃO E DIREITO AO USO. A TERRITORIALIDADE
DAS RODAS DE CAPOEIRA EM BRASÍLIA (DISTRITO FEDERAL)**

Dissertação apresentada ao departamento de pós graduação em geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de mestre em geografia na área de gestão ambiental e territorial

Aprovada em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. Nelba Azevedo Penna
Orientadora / UnB (PPGEA)

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa
Examinador Interno / UnB (PPGEA)

Dr. Luiz Renato Vieira
Examinador Externo / UNILEGIS

À minha família...

AGRADECIMENTOS

Agradeço o privilégio do suporte da CAPES, através da bolsa de estudos. Agradeço aos professores do departamento de geografia da Universidade de Brasília, em especial a minha orientadora Nelba Azevedo Penna, ao professor Everaldo Costa e Neio Campos, dentre todos os professores que fazem parte da minha referência no campo da geografia e na minha trajetória no campo da construção saber, pois sem esses mestres não chegaria onde estou hoje.

Agradeço a meu mestre de capoeira, Fábio Araújo, (Mestre Onça), professor de geografia e grande amigo que pude ter a honra de ser seu discípulo na capoeira, que sempre me incentivou a crescer como um cidadão de bem e um ser humano consciente, com sabedoria e compreensão da vida.

Ao mestre Luiz Renato, que sempre me orientou no campo acadêmico além de diversas áreas da vida, por meio de seu exemplo como homem de caráter e competência, um grande exemplo de mestre e amigo que a vida me apresentou.

Aos meus irmãos, Pedro Henrique e Isabela, por toda inspiração intelectual, pelo amor fraterno e suporte em geral que sempre me proporcionaram.

Aos amigos e capoeiras, por todas as ideias trocadas e compartilhadas, Ygor Brito, Gabriela Terra, Fábio Gaspar, Guilherme Baroni, Guilherme Pamplona, Luís Maurício, Alexandre Moreno, Conrado Henrique, Felipe Queiroz, Lucas Sobral, Bruno Reis, Bruno “Piriquito”, Pedro “Lobo”, Jorge “Angola”, Thiago Baldez, João Pinheiro e Francisco Leonardo.

A todos meus alunos por me acompanharem na minha trajetória de professor de capoeira e confiarem em mim, em especial aos discípulos, Raoni Machado, Bruno “Caju”, Neto Simari, Anita “Neguinha”, Igor Lemos, André “Desconfiado”, Camila Freire, Gabriel Barcellos, Luís Fernando, Lucas “Zina” e Thomas Soares.

Aos mestres e capoeiras que concederam as entrevistas à pesquisa, mestre Paulo Sérgio, mestre Pau Pereira, mestre Igor Santiago, mestre Paulo César, mestre “Tonelada”, mestre Risomar, mestre Luís, mestre “Canela”, mestre “Cobra”, mestre Jânio, mestre “Tatú”, mestre “Kall”, mestrandos Éberson, contramestre Olodum, contramestre “Índio”, professor “Formiguinha”, professor Bruno, professora Thaís Cruz, professor Alysson “Beduin” e às angoleiras Paula Juliana e Luane.

“Assim como a cidadania e cultura formam um par integrado de significações, assim também cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos. A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um aprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver.”

MILTON SANTOS – ESPAÇO DO CIDADÃO

RESUMO EM LÍNGUA VERNÁCULA

O presente trabalho investiga a apropriação do espaço público urbano por meio das rodas de capoeira em Brasília, Distrito Federal, sobretudo o espaço público de acesso livre. O arcabouço teórico foi construído a partir dos conceitos centrais da pesquisa, espaço público, territorialidade, território, cidadania e o fenômeno roda de capoeira. Nosso problema de pesquisa visa responder se o processo de apropriação do espaço público urbano pela roda de capoeira, através de sua territorialidade gera um ganho da noção de cidadania e quais as implicações para os usuários, capoeiristas, comunidade e para o próprio espaço público. O objetivo principal consiste em analisar os aspectos da territorialidade na apropriação do espaço público urbano pelas rodas de capoeira, evidenciando os aspectos que esta prática revela ou não em relação à dimensão da cidadania. Os objetivos específicos são três, o primeiro buscou identificar como se dá a territorialidade da roda de capoeira no espaço público, o segundo buscou analisar quais são os espaços públicos urbanos em Brasília que estão sendo apropriados pela comunidade da capoeira através das rodas de capoeira e o terceiro analisa os aspectos que geram um ganho na noção de cidadania e quais são as implicações da apropriação do espaço público. A investigação está fundamentada dentro da perspectiva qualitativa, além da pesquisa documental houve a pesquisa em campo, isto é, através do questionário de entrevista aplicado a vinte e um (21) entrevistados, pertencente à comunidade da capoeira, Mestre, professores e praticantes, além das observações realizadas in lócus, notas de campo e registro fotográfico, assim a pesquisa possui, também, um viés etnográfico. Foram registradas vinte e um (21) apropriações de áreas públicas, por meia da realização de rodas de capoeiras por Brasília, Distrito Federal, dentre aquelas que possuem uma periodicidade de realização semanal, quinzenal, mensal e um caso de uma frequência anual.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA – ABSTRACT

This paper investigates the appropriation of urban public space by means of capoeira in Brasilia , Federal District , particularly the area of free public access . The theoretical framework was constructed from the central concepts of research, public space , territoriality , territory , citizenship and the wheel phenomenon of capoeira .Our research problem aims to answer whether the process of appropriation of public space by the roda, through its territoriality generates a gain of the concept of citizenship and the implications for users, capoeiristas, community and the public space itself. The main objective is to analyze aspects of territorial appropriation of public space by capoeira, highlighting aspects that this practice reveals whether or not in relation to the dimension of citizenship. The specific objectives are three first sought to identify how is the territoriality of capoeira in the public space, the second was to examine what are the urban public spaces in Brasilia being appropriated by the community through capoeira capoeira and third analyzes the factors that generate a gain on the notion of citizenship and what are the implications of the appropriation of public space. The research is grounded in qualitative perspective, in addition to documentary research was research in the field, ie, through the interview questionnaire to twenty-one (21) respondents belonging to the capoeira community, Teacher, teachers and practitioners, as well the observations made in locus, field notes and photographic record, so the survey also has an ethnographic bias. Twenty-one (21) appropriation of public areas were recorded for half the realization of wheels coops for Brasilia, Federal District, among those with a periodicity of conducting weekly, fortnightly, monthly and one case of an annual frequency.

SUMÁRIO

Introdução.....	14
Metodologia.....	22
1. ESPAÇO PÚBLICO, TERRITORIALIDADE, CIDADANIA E A RODA DE CAPOEIRA	26
1.1 Espaço público	26
1.2 Territorialidade e território	39
1.3 Cidadania	45
1.4 Roda de capoeira	50
1.5 Territorialidades e territórios: a roda de rua e a roda na rua.....	60
2 CAPOEIRA E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA - CIDADE E CULTURA.....	62
2.1 Reflexões sobre a história da capoeira	62
2.2 Reflexões sobre a história da capoeira em Brasília.....	79
3 O ESPAÇO PÚBLICO E A CAPOEIRA NO DISTRITO FEDERAL	91
3.1 O espaço urbano de Brasília	91
3.1.1 O espaço público em Brasília	102
3.2 A dinâmica espacial das rodas de capoeira nos espaços públicos no Distrito Federal	104
3.3 As apropriações das rodas de capoeira - metodologia para compreensão da coleta e análise em campo.....	109
4 ESPAÇO PÚBLICO, CIDADE E A CAPOEIRA.....	216
Cidadania e capoeira	216
Conclusão	223
Referências Bibliográficas	232
Apêndice A.....	237
Apêndice B	238
Apêndice C	240
Apêndice D.....	241
Anexo (s).....	244
.....	245

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ágora.....	47
Figura 2 - Jogar Capoeira ou Dança da Guerra	66
Figura 3 - São Salvador.....	67
Figura 4 - Conflito entre as maltas Nagoas e Guaiamuns na cidade do Rio de Janeiro	69
Figura 5 - Cartaz do 18º Jogos Estudantis Brasileiros	85
Figura 6 - Festival Praia Verde (1986).....	86
Figura 7- Roda de capoeira na Torre de TV Brasília (1979).....	105
Figura 8 - Roda de capoeira na Torre de TV, Brasília (1985).....	106
Mapa 1- Localização do Distrito Federal.....	93
Mapa 2 - Regiões Administrativas do Distrito Federal.....	94
Mapa 3 - Território em rede das rodas de capoeira no Distrito Federal	116
Croqui 1 – Croqui axial de integração do DF.....	101
Foto 1 – Roda de Capoeira Torre de TV (I).	120
Foto 2 - Roda de Capoeira Torre de TV (II)	121
Foto 3 – Roda de Capoeira Torre de TV (III)	121
Foto 4 – Roda de Capoeira Parque da Cidade (I)	130
Foto 5 - Roda de Capoeira Parque da Cidade (II)	131
Foto 6 - Roda de Capoeira Parque da Cidade (III)	131
Foto 7 - Roda de Capoeira centro do Riacho Fundo I (I).....	137
Foto 8 - Roda de Capoeira centro do Riacho Fundo I (II)	137
Foto 9 - Roda de Capoeira centro do Riacho Fundo I (III)	138
Foto 10 - Roda de Capoeira centro do Riacho Fundo I (IV).....	138
Foto 11 - Roda de Capoeira centro da Ceilândia (I)	143
Foto 12 - Roda de Capoeira centro da Ceilândia (II).....	144
Foto 13 - Roda de Capoeira centro da Ceilândia (III)	144
Foto 14 - Roda de capoeira Zoológico de Brasília	152
Foto 15 - Placa de registro de inauguração da Praça do Capoeira (Zoológico)	152
Foto 16 - Roda de capoeira Zoológico de Brasília	153
Foto 17 - Roda de Capoeira setor bancário de Sobradinho I (I).....	156
Foto 18 - Roda de Capoeira setor bancário de Sobradinho I (II)	157
Foto 19 - Roda de Capoeira setor bancário de Sobradinho I (II)	157
Foto 20 - Roda de Capoeira Praça Central do Paranoá.....	162
Foto 21 - Roda de Capoeira Praça Central do Paranoá.....	163
Foto 22 - Roda de Capoeira Praça Central do Paranoá.....	163
Foto 23 - Roda de Capoeira SDN Conjunto Nacional (I)	166
Foto 24 - Roda de Capoeira SDN Conjunto Nacional (II).....	167
Foto 25 - Roda de Capoeira SDN Conjunto Nacional (III).....	167
Foto 26 - Roda de Capoeira SQS 210 Plano Piloto (I)	169
Foto 27 - Roda de Capoeira SQS 210 Plano Piloto (II).....	170
Foto 28 - Roda de Capoeira SQS 210 Plano Piloto (III).....	170

Foto 29 - Roda de Capoeira (itinerante) tenda comunitária Qd. 1205 Cruzeiro Novo (I)	173
Foto 30- Roda de Capoeira (itinerante) tenda comunitária Qd. 1205 Cruzeiro Novo (II).....	173
Foto 31- Roda de Capoeira (itinerante) tenda comunitária Qd. 1205 Cruzeiro Novo (III) ...	174
Foto 32 - Roda de Capoeira Casarão Planaltina (I)	177
Foto 33 - Roda de Capoeira Casarão Planaltina (II)	177
Foto 34 - Casarão Planaltina (III)	178
Foto 35 - Roda de Capoeira Praça do Museu de Planaltina (I)	179
Foto 36- Roda de Capoeira Praça do Museu de Planaltina (II).....	180
Foto 37 - Roda de Capoeira Praça do Museu de Planaltina (III).....	180
Foto 38 - Roda de Capoeira Estação Águas Claras (I)	181
Foto 39 - Roda de Capoeira Estação Águas Claras (II)	181
Foto 40 - Roda de Capoeira Estação Águas Claras (III).....	182
Foto 41 - Roda de Capoeira Rodoviária Planaltina (I)	185
Foto 42 - Roda de Capoeira Rodoviária Planaltina (II)	185
Foto 43 - Roda de Capoeira Rodoviária Planaltina (III)	186
Foto 44 - Roda de Capoeira (i) Vila Buritis Planaltina (I)	187
Foto 45 - Roda de Capoeira (i) Vila Buritis Planaltina (II).....	187
Foto 46 - Roda de Capoeira (i) Vila Buritis Planaltina (III)	188
Foto 47 - Roda de Capoeira (ii) Vila Buritis Planaltina (I)	192
Foto 48 - Roda de Capoeira (ii) Vila Buritis Planaltina (II).....	192
Foto 49 - Roda de Capoeira (ii) Vila Buritis Planaltina (III)	193
Foto 50 - Roda de Capoeira QI 23 do Guará II (I)	195
Foto 51 - Roda de Capoeira QI 23 do Guará II (II)	195
Foto 52 - Roda de Capoeira QI 23 do Guará II (III).....	196
Foto 53 - Roda de Capoeira Rodoviária Gama (I).....	198
Foto 54 - Roda de Capoeira Rodoviária Gama (II)	198
Foto 55 - Roda de Capoeira Rodoviária Gama (III)	199
Foto 56 - Roda de Capoeira Taguaparque Taguatinga (I).....	203
Foto 57 - Roda de Capoeira Taguaparque Taguatinga (II)	204
Foto 58 - Roda de Capoeira Taguaparque Taguatinga (III)	204
Foto 59 - Roda de Capoeira Jardins Mangueiral São Sebastião (I).....	206
Foto 60 - Roda de Capoeira Jardins Mangueiral São Sebastião (II).....	207
Foto 61- Roda de Capoeira Jardins Mangueiral São Sebastião (III)	207
Foto 62 - Roda de Capoeira Rodoviária Plano Piloto (I)	209
Foto 63- Roda de Capoeira Rodoviária Plano Piloto (II).....	210
Foto 64- Roda de Capoeira Rodoviária Plano Piloto (III)	210
Foto 65 - Roda do Cabelação Rodoviária Plano Piloto	213

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Referência Metodológica.....	23
Tabela 2 - Relação de apropriações do espaço público por rodas de capoeira no Distrito Federal por Região Administrativa.....	111
Tabela 3 - Categorização e significações do questionário de entrevista.....	113

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASSPOLO -	Associação do Servidores da Fundação Polo Ecológico de Brasília
AGEFIS -	Agência de Fiscalização do Distrito Federal
CEMEC -	Centro Multivariado da Criança
CF -	Constituição Federal
CFEMEA -	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CLN -	Comércio Local Norte
CLS -	Comércio Local Sul
CODEPLAN -	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
COMPARQUES -	Comissão de Parques do Distrito Federal
DF -	Distrito Federal
EP -	Espaço público
FEDF -	Fundação Educacional do Distrito Federal
FJZB -	Fundação Jardim Zoológico de Brasília
FUMPEB -	Fundação Polo Ecológico de Brasília
FUNARTE -	Fundação Nacional de Arte
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN -	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JEB -	Jogos Escolares Brasileiros
PEOT -	Plano Estrutural de Organização Territorial do Distrito Federal
QI -	Quadras Internas
RA -	Região Administrativa
SDC -	Setor de Divulgações Culturais
SDN -	Setor de Diversões Norte

INTRODUÇÃO

Com a intensificação do processo de industrialização e urbanização na sociedade capitalista ocidental, a partir do século XVIII, houve um grande deslocamento da população para os centros urbanos. Através do crescimento vertiginoso desses centros, associado ao crescimento populacional, o século XIX foi marcado pela tendência de modernização e precarização das cidades. As condições urbanas eram bastante precárias, e ainda são, sobretudo nos países em desenvolvimento. Podemos citar a falta de infraestrutura básica e de saneamento básico, que gerava um ambiente insalubre e propenso a proliferação de doenças; a baixa quantidade de oferta de moradia para a população, que resultava na superlotação das ruas; a ausência de espaços verdes e uma série de outros aspectos. A propensão de modernização das cidades, a fim de amenizar o caótico meio urbano, teve como um de seus desdobramentos a criação de espaços de uso comum, como praças e parques. Esses espaços, inicialmente apropriados pela elite, foram sendo gradativamente utilizados pelos trabalhadores e cidadãos em geral. Através de associações operárias e sindicatos, conquistou-se a redução da jornada de trabalho, obtendo-se maior tempo livre. Dessa maneira, os espaços públicos foram apropriados cada vez mais pela classe trabalhadora, de forma a popularizar o uso desses espaços no século XX. Assim, a concepção de cidade foi, aos poucos, sendo reformulada, no sentido de propiciar melhor qualidade de vida aos seus habitantes.

Atualmente, no Brasil, há um processo de ressignificação de uso do espaço público, cujo epicentro se dá, principalmente, nas cidades grandes. Verificou-se um significativo aumento de utilização de espaços públicos nos meses de junho e julho de 2013 devido à realização da Copa das Confederações e pela presença da mídia internacional no país. Parte das consequências daquele evento mundial foram melhorias sociais, econômicas, políticas e culturais. Este fato demonstra uma nova relação entre o espaço público e a sociedade brasileira, ou melhor, um novo paradigma acerca do uso desses espaços. Esse paradigma está relacionado com a participação democrática direta, isto é, o povo atuando politicamente nas ruas — um processo que começa emergir sobretudo nas cidades. É sabido que, se compararmos outras épocas que o Brasil vivenciou, pode-se dizer que houve uma crescente utilização do espaço público, com um sentido mais político e com um sentimento de pertencimento maior. Isso foi levado a cabo principalmente por aqueles que ocuparam as ruas com o objetivo de protesto. Percebemos então que através do espaço público são proporcionadas relações sociais, políticas e culturais que

podem ser entendidas como fundamento de um processo de *transformação social*, por meio da apropriação do território.

O espaço público exerceu um papel fundamental no desenvolvimento da capoeira. Até início do século XX, a capoeira esteve presente, predominantemente, nos espaços públicos urbanos. No período em que a capoeira era marginalizada, a sua relação com o espaço público era ditada por parte das autoridades do Estado, sobretudo pela polícia, em contínua perseguição e limitação de uso do espaço público. Um processo que resultou em prisões e uso da violência entre os capoeiras e as autoridades policiais.

De lá para cá, o paradigma no qual a capoeira está inserida mudou drasticamente. Após a abertura oficial da primeira academia de capoeira em Salvador, no bairro Engenho Velho das Brotas, com apoio do governo local, a arte-luta já estava sendo mais aceita socialmente. Assim, inicia-se na década de 1930, um processo de institucionalização da capoeira, onde sua inserção acontece, nos espaços privados. Um exemplo é a academia de mestre Bimba¹, fundada em 1932, obtendo seu alvará de funcionamento em 23 de junho de 1937. Em 1941, mestre Pastinha², também fundou sua academia de capoeira, o Centro Esportivo de Capoeira Angola (CECA), no bairro do Pelourinho, Salvador. Assim, nas décadas de 30 e 40, a capoeira começa a se consolidar nos espaços privados, conhecidos como academias de capoeira. Esse processo de inserção de capoeira nos espaços privados se expande ao longo das décadas seguintes até os dias atuais, onde seu ensino é feito majoritariamente em espaços privados, como academias de ginásticas, escolas, casas, universidades etc. Entretanto, a rua continua sendo palco essencial para a capoeira, no que diz respeito à sua tradição enquanto manifestação popular que utiliza o espaço público como veículo essencial de prática.

A relação de uso do espaço público urbano pela capoeira, contudo, nos dias atuais, aponta novas problemáticas e perspectivas em relação ao espaço público e ao direito de uso desse ente cívico por aqueles atores sociais que trazem novo significado a essa prática. Podemos apontar algumas perspectivas e problemáticas da atual relação de uso entre o espaço público e capoeira, como a atuação política, através da realização da tradição cultural, neste caso, a roda

1 Criador e sistematizador do estilo da capoeira Regional, intelectual orgânico de Salvador que popularizou o ensino da capoeira através de seus métodos e sequências de ensino.

2 Intelectual orgânico de Salvador que expandiu e consolidou a vertente da capoeira Angola.

de capoeira, enquanto rito específico a fim de assegurar o uso cidadão dos espaços públicos; legitimidade de uso desses espaços, não apenas enquanto espetáculo e sim como exercício de cidadania; o “dever” do Estado em subsidiar politicamente, por meio de instituições e órgãos públicos, a realização dessa manifestação em espaços públicos em condições que possibilite sua prática com dignidade, além do próprio reconhecimento social dessa prática espacial, enquanto uma manifestação cultural brasileira.

Na atualidade, o espaço público urbano mantém um importante papel na manutenção das práticas culturais, inclusive para o ritual da roda de capoeira, que é mantido pelas principais escolas de capoeira no Brasil e no mundo. Entretanto é importante observar que a capoeira está inserida, cada vês mais, em espaços privados, seja através do seu ensino ou de realização do ritual da roda de capoeira. O espaço público urbano, enquanto lócus de encontro, interação, diferença, expressão, ação política, comunicação e conflito da sociedade, garante a conservação da relação secular entre a capoeira e esse meio, através de apresentações públicas, realizações de aulas e rodas de capoeira.

Dessa forma, entendemos que o espaço público urbano foi palco inquestionável dos desdobramentos da capoeira nos séculos iniciais, enquanto manifestação afro-brasileira originada no território brasileiro. Sendo assim, a capoeira se encontra num patamar de prestígio social nunca antes atingido, seja pelo reconhecimento oficial do Estado brasileiro e por parte da própria sociedade, mesmo que ainda com vestígios de preconceito.

Falando propriamente de nosso objeto de pesquisa, buscamos entender a relação em um nível mais amplo e profundo entre o espaço público urbano, sobretudo o de acesso livre e a roda de capoeira, entendida como um ritual consagrado na capoeira que traz diversos elementos que estão presentes no universo da capoeira, como a música, o jogo, a esportividade, a interação coletiva os instrumentos musicais e a tradição em si. Através de uma perspectiva humanista, por meio de referências baseada na escola da geografia urbana, com um viés crítico e analítico.

A partir dos diversos interesses de uso do espaço público, seja pelo Estado, que impõe, inicialmente, a forma de utilização, através de normatizações e leis, seja pelos cidadãos, através de seus interesses e necessidades, que podem variar de uma dimensão cultural, religiosa, social e política, e por último a esfera do capital, que manifesta sua vontade através da exploração econômica. Esses três entes, Estado, indivíduo (comunidade) e mercado, competem em relação à utilização do espaço público, de forma a gerar tensões e conflitos. Essas tensões e conflitos são estabelecidos através da ocupação de áreas públicas por particulares, seja por comércios ou

residências, manifestações populares que ocorrem nas ruas, destinação de áreas de interesse social e ambiental para empreendimentos privados.

O espaço público vem sendo ressignificado no Brasil e também em Brasília, já há alguns anos, um fato marcante foi as manifestações populares que ocorreram em junho de 2013, nas ruas de diversas cidades brasileiras. No caso de Brasília, há um intenso movimento de ocupação dos espaços públicos com diversos intuitos.

Destacamos os movimentos culturais que visam, adquirir melhorias sociais, reivindicar mais acesso a esses locais, direito de expressão e redimensionar a questão do uso do espaço público na cidade, entendo-o como um espaço de todos. Podemos citar a ocupação de pedestres, da via rodoviária eixo norte-sul, aos domingos e feriados³, onde o acesso dos automóveis é restringido em prol dos pedestres. Há um movimento de festas populares que ocorrem ao ar livre, um caso interessante é o projeto cultural feito por um artista da cidade, que faz algumas edições do projeto ocupando a passarela sob o eixo rodoviário norte, e no próprio eixo rodoviário, em dias que ele se fecha para os carros, além de outros espaços no Distrito Federal. Com a implementação da infraestrutura localizada às margens do lago Paranoá, no final da Asa Norte, conhecido como “Calçadão da Asa Norte”, há uma série de eventos públicos realizados nesta área, além do próprio acesso expandido aos cidadãos, seja para praticar atividades de lazer, esportiva ou simplesmente contemplativas. Observa-se grupos culturais que utilizam espaços de livre acesso no centro da cidade, é o caso do Parque da Cidade e também a área central, o gramado, entre os dois conjuntos paralelos de vias rodoviárias do Eixo Monumental, que congrega grupos musicais, artistas cênicos, artistas de rua e manifestações culturais variadas.

A capoeira passou de uma atividade marginalizada, (século XIX) à patrimônio imaterial da cultura brasileira, (século XXI). Este fato demonstra a mudança paradigmática que a capoeira vivenciou em sua trajetória histórica marcada por uma complexidade de acontecimentos e circunstâncias que estão sendo investigados e revelados por pesquisadores envolvidos com a temática, contudo, há uma produção de um vasto conhecimento sobre a capoeira em várias áreas do conhecimento, sobretudo em sua dimensão histórica. A literatura da capoeira revela que a capoeira foi praticada de forma bastante diversificada, em diferentes contextos, servindo a diversos interesses de grupos sociais específicos em determinados

³Através de uma demanda comunitária, a efetivação dessa conquista, presente há duas décadas (liberação da via para usuários sem veículos automotores), aos fins de semana e feriado, tornou-se lei distrital em 02 de fevereiro de 2012.

períodos da história, ou seja, a história da capoeira é como um caleidoscópio que é revelado a cada novo movimento de observação.

Portanto os próprios capoeiras, no sentido personificado do vocábulo, estão inseridos num outro paradigma civilizatório. Onde a capoeiragem possui reconhecimento oficial do Estado e da sociedade, de um modo geral, porém grande parte de seus praticantes, sobretudo mestres e professores, encontram-se à margem das benéficas da cidadania, e ainda lutam e reivindicam politicamente por melhorias sociais. Seja através de instituições governamentais, partidos políticos, sociedade civil organizada e sobretudo nas ruas, por meio da apropriação de espaços públicos.

A territorialidade *da* roda de capoeira é diferente da territorialidade *na* roda de capoeira, pois entendemos que, em termos literais, a preposição (da), neste caso, refere-se ao domínio externo à roda de capoeira, ou seja roda de capoeira-espço externo, enquanto a preposição (na), no mesmo caso, refere-se ao domínio interno à roda de capoeira, ou seja, roda de capoeira-espço interno. Portanto nosso foco está direcionado à territorialidade da roda de capoeira, ou seja, analisaremos, principalmente, os aspectos relacionados à dimensão externa, tendo em vista não somente o espaço físico, mas o espaço simbólico que é construído nas relações de poder no processo de apropriação do espaço público urbano pelo ritual da capoeira. Entretanto, alguns aspectos relacionados à territorialidade na roda de capoeira, também são alvos de nossas análises, devido sua relação com a territorialidade da roda de capoeira, isto é, existe uma conexão entre a dimensão interna e a dimensão externa à roda. De modo a verificar se há ganho de cidadania nesse processo.

A partir da apropriação de determinado espaço público urbano da cidade, sobretudo aqueles de acesso livre, que é o caso do enfoque da pesquisa, os atores que praticam esta ação, se colocam numa dimensão social que permeia alguns aspectos ligado à cidadania. Esses aspectos podem ser entendidos como, direito de ocupar o espaço público, liberdade de expressão e possibilidade de escolha política. O fato de ocupar o espaço público, seja para manifestar culturalmente determinada tradição, reivindicar questões políticas ou utilizá-lo a fim de lazer, está intimamente ligado à noção de cidadania.

O próprio acesso ao espaço público é um dos pilares que compõe a cidadania, pois a partir de sua apropriação, cria-se a possibilidade da interação e expressão das ideias, resultando numa suposta “liberdade” da ação, mesmo o simples acesso ou a livre circulação. Porém questionamos quais limites impostos a este acesso e quais questões estão por de trás da utilização do espaço público pelo cidadão, pelo governo e pela esfera privada. O direito de

acesso ao espaço público é um dos pontos transversais que pontuaremos ao longo de nossa investigação.

A roda de capoeira, ritual consagrado e mantido durante dezenas de anos na trajetória da capoeira é capaz de expressar sinteticamente parte do universo da capoeira. Assim a territorialidade da roda de capoeira pode revelar questões não aparentes, numa dimensão sutil, principalmente quando ela está inserida no espaço público, ou simplesmente a rua. Pois nesse processo existem intenções coletivas e individuais e imposições que estão projetadas no território. Intenções diversas, culturais, sociais e políticas, movidas por indivíduos que utilizam determinado local público, e, imposições do território, que é marcado pelo conjunto de normas e leis que normatizam a utilização do espaço público.

Os grupos de indivíduos que se organizam e operam nos espaços públicos, isto é, através da territorialidade das rodas de capoeira, engendradas nas relações de poder, visam além da manutenção do tradicional ritual, um sentimento de pertencimento, direito de acesso ao espaço público, melhores condições sociais, e em alguns casos, lutam com bandeiras políticas reivindicatórias declaradas, como por exemplo, contra o racismo, contra a violência de gênero, formas de discriminação e apoio a causas sociais. Desse modo nosso problema de pesquisa se propõe a responder a seguinte questão: qual a relação entre a roda de capoeira que se que se apropria de um espaço público urbano e a formação da noção de cidadania através de sua territorialidade. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar os aspectos da territorialidade na apropriação do espaço público urbano p38elas rodas de capoeira, evidenciando os aspectos que esta prática revela ou não em relação à noção de cidadania.

A discussão do problema de pesquisa conduz a outros questionamentos que foram tratados enquanto objetivos específicos, os quais são: Que elementos constituem a territorialidade das rodas de capoeira no espaço público urbano? - Esta questão tem o objetivo de identificar o que é a territorialidade da roda de capoeira no espaço público; Quais são os espaços públicos urbanos em Brasília que estão sendo apropriados pela comunidade da capoeira através das rodas de capoeira? - Esta questão tem o objetivo de identificar e analisar as expressões dessa prática no espaço público; Que aspectos geram um ganho na noção de cidadania e quais são as implicações da apropriação do espaço público? - Esta questão debate e se propõe a responder a ideia central do problema de pesquisa. Ou seja, se o processo de apropriação do espaço público urbano pela roda de capoeira, através de sua territorialidade gera um ganho da noção de cidadania e quais as implicações para os usuários, capoeiristas, comunidade e para o próprio espaço público.

O contexto da capoeira em Brasília leva a uma série de particularidades e semelhanças a outros centros urbanos. Cidade repleta de contradições que revela um ambiente rico para a investigação da capoeira e espaço público, tendo em vista que essa manifestação popular esteve presente desde a formação inicial da capital, na década de 60 e vem se expandindo de modo a gerar uma nova relação através da realidade urbana atual.

O arcabouço teórico está em consonância com alguns geógrafos que debatem o espaço público urbano, territorialidade, território e a cidadania, já que esses são os conceitos centrais da dissertação.

Discutimos o conceito de espaço público a partir da proposição teórica de Gomes (2010), que desenvolveu sua análise de maneira a propor a categorização do espaço público em *genoespaço* e *nomoespaço*. Segundo a proposta de investigação da pesquisa, utilizamos fundamentalmente o conceito do *genoespaço*, pois este se enquadra em nosso objeto de pesquisa, já que o conceito destacado disserta sobre a relação do espaço público com a comunidade ou grupo que o utiliza, abordando a noção da identidade comunitária que se dá através de traços étnicos, familiares, culturais, históricos, comportamentais ou mesmo vários desses ao mesmo tempo, que determinado grupo ou comunidade possui, gerando assim, uma unidade comum em relação ao espaço público. Ademais utilizamos Valverde (2007), para discutir segundo a construção histórica a partir de Habermas e Arendt, a evolução e características do termo espaço público na concepção ocidental.

O conceito de territorialidade é debatido fundamentalmente a partir de Raffestin (1993) e Souza (2010). Estes dois autores destacam as relações de poder em relação ao fenômeno da territorialidade. Raffestin propõe a concepção de territorialidade entendendo este conceito como um problema relacional, onde a relação de poder é intrínseca à sua expressão material de existência. Utilizamos também as concepções de território instável, território contínuo e território descontínuo de Souza (2010), para também analisar as apropriações do espaço público no Distrito Federal por meio da roda de capoeira. Souza compartilha a noção de território enquanto relação de poder, assim os dois autores se complementam de modo a alicerçar as fundamentações teóricas sobre território e territorialidade. Gomes (2010) também contribui para nossa reflexão sobre a territorialidade, e por consequência, em relação à noção de território.

Para aprofundar a análise da roda de capoeira, segundo a noção de *evento*. Assim o evento é entendido como matriz do tempo e do espaço, como possibilidades de existência no mundo (SANTOS, 2012). A roda de capoeira surge, então, definida como um *evento-roda*, pois pode ser entendido enquanto sua duração, extensão, escalas e superposições.

O conceito de cidadania não é tratado, apenas, no seu aspecto instituído através dos parâmetros legais e formais, e sim, mas sobretudo em sua prática cotidiana, de modo a evidenciar a realidade social e cultural da noção de cidadania no Brasil. Buscamos autores que possuem um olhar autêntico e crítico sobre este conceito.

O capítulo 1 disserta sobre os conceitos centrais da pesquisa começando pelo espaço público, territorialidade e território, cidadania e a roda de capoeira, além de distinguirmos conceitualmente a territorialidade *da* roda de capoeira e a territorialidade *na* roda de capoeira, segundo nossa perspectiva de análise. Este capítulo inicia a discussão teórica da pesquisa de modo a constituir as bases teóricas da dissertação.

O capítulo 2 se constitui enquanto parte teórica sobre a origem e o desenvolvimento da capoeira ao longo de sua trajetória histórica, tanto em sua escala geral quanto na escala de Brasília. Rastreamos as características e aspectos essenciais da capoeira enquanto fenômeno urbano nas suas trajetórias pelas cidades no Brasil. Evidenciamos a relação da capoeira com o espaço público ao longo de seu desenvolvimento nas urbes, sobretudo Salvador e Rio de Janeiro, Recife. Apontamos a presença da capoeira em outras cidades como em São Luís do Maranhão e Belém do Pará, ou seja, fora do eixo principal estudado do desenvolvimento da capoeira no Brasil. Na escala Brasília constituímos a trajetória da capoeira desde a década de 1960 até os anos 2000, de modo a apresentar as características e aspectos principais que constituíram a história da capoeiragem em Brasília.

O capítulo 3 está dividido em três partes, a primeira se destina a dissertar sobre Brasília - Distrito Federal, de acordo com as características e aspectos que marcam seu território urbano, assim como as características principais do espaço público urbano do DF. A segunda parte do capítulo aborda a dinâmica espacial das rodas de capoeira nos espaços públicos no Distrito Federal bem como o próprio registro feito em campo, isto é, o registro fotográfico e as observações realizadas de acordo com as apropriações dos espaços públicos por meio das rodas de capoeira que foram analisadas em nossa investigação. A terceira parte do capítulo analisa e interpreta os dados gerados e coletados em campo através da metodologia criada.

O capítulo 4 está voltado para o debate sobre o espaço público, a cidade e a capoeira de maneira a discutir a relação entre a cidadania e capoeira. Este capítulo complementa a discussão teórica da pesquisa de modo a evidenciar nossa perspectiva em relação ao tema proposto. Assim o último capítulo encerra o arcabouço teórico da dissertação.

METODOLOGIA

A pesquisa segue a abordagem qualitativa, constituída por revisão bibliográfica e investigação em campo. A pesquisa bibliográfica busca apreender os conceitos basilares que norteiam a investigação, como os conceitos sobre espaço público, território, territorialidade e cidadania, a fim de atender a proposta de investigação. A geração e coleta de dados está baseada num viés de análise qualitativa. De acordo com Godoy: “Segundo essa perspectiva (qualitativa), um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. [...]” (GODOY, 1995, p. 21).

Segundo Bogdan e Biklen (1994), existem cinco (5) características que estão associadas as pesquisas qualitativas: a fonte direta de coleta de dados é espaço natural de obtenção das informações feitas pelo investigador, que é o principal instrumento; a investigação qualitativa tem caráter descritivo; as pesquisas qualitativas dão maior importância aos processos do que meramente aos resultados ou produtos; a forma de análise dos dados tendem a ser elaboradas pelo método indutivo; o significado possui um importância essencial na abordagem qualitativa.

A pesquisa em campo tem como meta registrar e analisar a apropriação das rodas de capoeira que utilizam algum espaço público urbano do Distrito Federal, de acesso livre ou que possua este caráter. Os critérios de seleção, análise e registro das rodas de capoeira são: 1 - utilizar um espaço público de acesso livre, 2 – a área possuir o caráter de acesso livre, 3 – possuir uma periodicidade de realização semanal, quinzenal, mensal ou anual. Atendido os três critérios, a roda de capoeira é selecionada para nossa investigação.

Os métodos utilizados para a geração e coleta de dados em campo foram, a entrevista estruturada, observação simples, registro fotográfico e notas de campo. A entrevista estruturada foi aplicada aos mestres realizadores da roda de capoeira, na sua ausência, ela foi dirigida ao capoeirista responsável pela realização da roda. As entrevistas foram registradas através de gravador de áudio. A observação simples foi realizada por meio de roteiro de observação com questões previamente definidas, além de notas de campo. O registro fotográfico foi realizado com uma câmera digital compacta.

A análise e interpretação dos dados gerados e coletados seguem alguns passos metodológicos. Na análise dos dados, o primeiro passo tem o objetivo de estabelecer categorias e significações a fim de organizar as informações coletadas, o segundo passo é o da tabulação,

cujos dados são agrupados a partir das várias categorias de análise estabelecidas e o terceiro momento é destinado a interpretação dos dados.

Criamos quatro (4) categorias de análise e três (3) subcategorias, relacionando-as às doze (12) perguntas elaboradas previamente, no questionário de entrevista, considerando o instrumento de entrevista de caráter estruturado, baseadas em perguntas abertas. As quatro (4) categorias elaboradas, estão diretamente relacionadas com os conceitos principais, espaço público, territorialidade/território, roda de capoeira e cidadania, assim como as subcategorias também criadas (ver tabela 3, página 120)

No item 2.3 do capítulo 2, registramos e transcrevemos os dados gerados e coletado em campo, optamos em selecionar apenas as repostas mais significativas e relevantes a fim de constituir o conjunto de informações a serem analisadas e interpretadas posteriormente. Este item contém os dados referentes a vinte e uma (21) apropriações de espaços públicos no DF, pelas rodas de capoeira. O item 2.3 está dividido por rodas de capoeira, sendo que em cada caso, as informações estão agrupadas em características básicas, registro fotográfico, transcrição de trechos da entrevista, características gerais da roda de capoeira e em alguns casos, observações gerais.

Tabela 1 - Referência Metodológica

ETAPA METODOLÓGICA	OBJETIVO	REFERENCIAIS	COMO	RESULTADO ESPERADO
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	Construir o referencial teórico capaz de discutir, com propriedade, os conceitos utilizados.		Analisar o conceito de territorialidade, de acordo com o arcabouço teórico da pesquisa, aplicado no caso da territorialidade da roda de capoeira que se apropria do espaço público urbano do Distrito Federal.	Identificar os elementos que compõem a territorialidade da roda de capoeira no contexto de espaço público e cidadania.
			Analisar o conceito de “ <i>território instável</i> ” à roda de capoeira; analisar a relação entre os conceitos de	Representar graficamente a rede de territórios (roda de capoeira e espaço público) no

			<p>“<i>território descontinuo</i>” e “<i>território contínuo</i>” na relação entre o espaço público e roda de capoeira.</p>	<p>caso do Distrito Federal.</p>
			<p>Analisar o conceito de “<i>genoespaço</i>” no âmbito do espaço público e a relação com a roda de capoeira que se apropria dele.</p>	<p>Caracterizar a dimensão que configura a relação posta entre a territorialidade da roda de capoeira no espaço público.</p>
			<p>Discutir o conceito de espaço público enquanto um espaço de ação política.</p>	<p>Analisar o papel político das rodas de capoeira (atores) no espaço público.</p>
			<p>Debater a noção de <i>evento</i> à roda de capoeira.</p>	<p>Analisar a roda de capoeira enquanto <i>evento-roda</i>.</p>
			<p>Debater o conceito de cidadania com ênfase na sua realidade cotidiana.</p>	<p>Analisar o significado do termo cidadania no caso da realidade brasileira.</p>
<p>ENTREVISTAS</p>	<p>Gerar e obter os dados referentes à perspectiva do sujeito que está inserido no fenômeno, o realizador da roda de capoeira.</p>	<p>Os organizadores da roda de capoeira, mestres, professores ou praticantes que tenham participação na organização e realização da roda de capoeira.</p>	<p>Aplicar o questionário de entrevista estruturada e registrar através de um gravador de áudio.</p>	<p>Compreender e analisar a perspectiva do entrevistado (realizador da roda de capoeira) sobre a relação da territorialidade da roda de capoeira, espaço público e cidadania de modo a estabelecer uma relação entre a teoria e prática.</p>

<p>ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO</p>	<p>Verificar e registrar as características do espaço físico utilizado, dos sujeitos presentes e do comportamento social dos atores envolvidos no fenômeno: a roda de capoeira no espaço público</p>	<p>Descrever os elementos e fatores que fazem parte da territorialidade da roda de capoeira no espaço público.</p>	<p>Através da observação simples, <i>in loco</i>, durante a realização da roda de capoeira, com uso de um roteiro pré-elaborado e notas de campo.</p>	<p>Obter as características de cada roda de capoeira e do local de realização investigado de modo a consubstanciar a análise da territorialidade da roda de capoeira.</p>
<p>INTERPRETAÇÃO DOS DADOS</p>	<p>Análise das informações geradas e coletadas pelo roteiro de observação. Entrevistas aliadas aos conceitos abordados.</p>	<p>Os referenciais adotados são os autores e conceitos citados ao longo da dissertação, além da interpretação do autor da pesquisa.</p>	<p>Através de análises qualitativas baseadas nos conceitos centrais desenvolvidos ao longo da dissertação.</p>	<p>Responder o problema de pesquisa: se a roda de capoeira, que se apropria de um espaço público urbano, gera uma noção de cidadania através de sua territorialidade? Construir a conclusão e considerações finais da pesquisa.</p>

1. ESPAÇO PÚBLICO, TERRITORIALIDADE, CIDADANIA E A RODA DE CAPOEIRA

Este capítulo se propõe a formular conceitualmente um arcabouço teórico cuja orientação baseia-se na discussão do *espaço público*, *territorialidade*, *cidadania* e *roda de capoeira* — a investigação de tais elementos, tal como a assumimos desde já, pretende-se introdutiva e preliminar.

O espaço público é a categoria conceitual a que damos prevalência devido à sua relação hierárquica para com os demais conceitos. O espaço público possui um papel preponderante em relação à territorialidade, ao território, à cidadania e à roda de capoeira, pois estes outros conceitos são vistos à luz do espaço público.

A territorialidade é um conceito que, quando abordado, faz referência direta à categoria espacial de território. Assim, ao debater o conceito de territorialidade, conseqüentemente, discutiremos a noção de território. Demonstraremos a diferença entre territorialidade *da* roda de capoeira e territorialidade *na* roda de capoeira de modo a evidenciar o nosso foco de análise.

A cidadania e a roda de capoeira são miradas desde uma perspectiva geográfica — a cidadania é discutida sob a ótica da matriz territorial (além de contribuições que dialogam no campo da política e antropologia) e a roda de capoeira é vista sob a teoria geográfica do evento a partir da concepção miltoniana.

A partir das perspectivas adotadas em relação aos conceitos discutidos nesse trabalho, buscamos construir um referencial teórico capaz de debater, com consistência, as questões levantadas pelo autor e seu problema de pesquisa.

1.1 Espaço público

Esta seção introduz o conceito de espaço público e traz o debate dos significados atribuídos ao espaço público enquanto objeto de interesse geográfico. Entendendo o espaço público não apenas desde uma dimensão unívoca, que privilegie apenas seu aspecto físico-orientacional, mas múltipla e polivalente, a partir de sua complexidade social, cultural e histórica. A construção teórico-argumentativa da pesquisa se propõe a concentrar o debate em

torno do espaço público urbano, sobretudo, de acesso livre, levando em consideração suas especificidades enquanto fruto da urbanização.

A origem da noção do espaço público, no ocidente, está ligada a Antiguidade Clássica, época em que Grécia e Roma formavam impérios. Segundo Valverde (2007):

Esses autores (Hannah Arendt e Jürgen Habermas) ressaltam que igualmente a filosofia grega clássica e algumas obras públicas do Império Romano já apresentavam no passado um caráter público anterior, ao refletir sobre a relação entre espaço, política e cidadania. No entanto, essa publicidade oriunda da Antiguidade é construída também de forma retrospectiva, sob fundamentos distintos daqueles conhecidos nos dias de hoje e a partir de tradições que não são mais válidas. [...] (VALVERDE, 2007, p. 84-85)

Os dois autores a que Valverde se refere, Arendt e Habermas, são dois pensadores que contribuíram significativamente para as discussões e formulações sobre o espaço público. São considerados marcos teóricos em relação ao espaço público:

[...] chamamos a atenção para as obras de Jürgen Habermas e Hannah Arendt, cujas formulações teóricas constituíram as bases para todos os estudos subsequentes com essa temática. As suas concepções de espaço público primam por certas escolhas de análise que trazem consequência para o produto final que inspirou as demais ciências a desenvolver abordagens individualizadas. Em primeiro lugar, destacamos que, em ambos, faz se sentir uma negligência ou contingência da dimensão espacial dentro da noção do espaço público. Uma segunda escolha decisiva para o desenvolvimento desta noção se refere a sua preponderância nesta discussão da dimensão política em detrimento de uma dimensão social e cultural. (VALVERDE, 2007, p. 88)

De acordo com Gomes (2010), o momento fundador da categoria espacial, do espaço público e da democracia grega se constituiu a partir da reorganização territorial que não se baseava mais na tradição de solidariedade comunitária passada pelos ancestrais da cada base familiar, organização social conhecida como *genos*. Havia, de outro modo, uma organização social e espacial conhecida como *demos*⁴. A partir daí forma-se a *pólis* grega, a cidade-Estado, em que o espaço público se constitui enquanto um reflexo da organização política, social e espacial.

Ainda segundo Valverde, a origem da noção moderna de espaço público, vem dos “Estados-Nações europeus do final do século XVIII, que apresentavam maturidade e evolução de suas funções, de suas leis e seus cidadãos.” (VALVERDE, 2007, p. 85).

A origem da noção de espaço público, no período Moderno, possui uma dupla matriz, segundo aponta Valverde (2007). De um lado estavam aqueles que faziam referência à cultura clássica grega, de modo a conferir um novo significado ao modelo democrático do passado e, do outro lado, os que acreditavam que através do progresso da sociedade, do acúmulo de conhecimento, inovações tecnológicas, possibilitaram as condições necessárias para a realização de obras feitas pelo ente público, além da racionalização e humanização do poder. Gerando uma noção nova de espaço público, rompendo com alguns elementos do passado e dando continuidade a outras características relativas o período clássico. Para compreendermos melhor essa noção que surgiu na modernidade Valverde explica que:

Nesse momento inicial, tomava-se o espaço público como uma estrutura social e comunicativa que se formalizou pela extensão de um novo status social e de direitos políticos à burguesia. Essa formalização ocorreu por pressão da organização da vida social e tinha o intuito de não comprometer a estrutura de poder estatal que se fortalecia após o século XVI. Também se pretendia manter alguns valores que pudessem conferir unidade a formação social, encontrando estes na influência da cultura clássica grega. Essa herança se mostrava importante, nesse sentido, na medida em que valorizava a comunicação, a política e o uso dos espaços de acordo com uma escolha racional. (VALVERDE, 2007, p. 87)

As partes constitutivas da noção do espaço, se acordo com Valverde, se refere à distinção entre o privado, social e o público. O referido autor analisou como a ideia de espaço público se organizou no ocidente através do entendimento dessas três esferas, privada, social e política.

Segundo Valverde (2007), a esfera política equivale à esfera pública, em sua análise sobre a visão de Habermas e Arendt sobre a esfera pública grega. O autor aponta para a mudança política que levou ao declínio dos significados dos elementos constitutivos da esfera pública na Grécia.

Esses dois autores, segundo Valverde, compartilham a ideia das dificuldades atuais apresentadas na esfera pública moderna. Habermas classifica essas dificuldades atuais da esfera pública atual como fundamento de uma crise da vida pública. Tanto Habermas quanto Arendt convergem para a teoria segundo a qual o processo de deterioração política é resultado da reorganização política a partir das decisões e escolhas feitas pela classe burguesa dentro da esfera pública. Os dois autores concordam que não houve um sistema de comunicação que possibilitasse redução das diferenças sociais e a consciência de uma perspectiva mais ampla da coisa pública.

Ainda de acordo com Valverde (2007), uma das causas da deterioração da esfera pública na visão de Habermas e Arendt está relacionada com a evolução da esfera social. Os dois autores entendem que, na filosofia grega, a esfera social não era considerada parte integrante da vida urbana. Somente a partir do Império Romano a esfera social seria formalizada em sua relação às atividades de trabalho, lazer e negócios. Segundo Habermas, a reformulação da esfera pública e dos seus espaços em relação às pessoas, transformou o seu significado e sua contingência, pois algumas necessidades começaram a ser contempladas na vida pública. Na análise de Valverde, dentro desse contexto, o Estado passou a intervir mais sobre a esfera social, propiciando, assim, a transformação das necessidades sociais em políticas públicas, infraestrutura e empreendimentos. Por outro lado, o papel da família enfraqueceu diante de questões privadas do indivíduo, de modo que este pôde se envolver mais na elaboração da esfera social. A agregação das necessidades no que se tinha por esfera pública foi crescente e constante durante vários períodos da história.

Ainda de acordo com Arendt e Habermas, o período Moderno foi caracterizado pelo crescimento da esfera pública e social burguesa. No que diz respeito à formalização da política, houve uma propensão, impulsionada pelo liberalismo econômico, ao reconhecimento da igualdade dos indivíduos e uma maior aceitação da diversidade religiosa e práticas de lazer.

Valverde conclui sua análise em relação à esfera social exaltando a influência da esfera social sobre a esfera pública de maneira a pressionar a estrutura jurídica, transformando seus espaços, criando dinâmicas próprias e reivindicando interesses que expressam intenções particulares. A esfera social também exerce influência na esfera privada pois há uma intervenção que adentra a dimensão familiar e colabora na formação da personalidade do indivíduo. Assim, ao exercer essas forças na esfera social, a sociedade, a esfera pública e a esferas privada são mantidas por elos que as conectam.

Em relação à esfera privada, Valverde (2007) afirma que, ao analisar Arendt e Habermas, o domínio privado é encontrado no ordenamento da vida urbana, em que as questões referentes à família, do lar e clã, inicialmente, fazem parte da esfera privada. Arendt e Habermas relacionam a origem histórica da esfera privada, na Grécia Antiga, com a etimologia da palavra, que tem a ver com o termo privação. Para estes dois pensadores de tradição alemã, a esfera privada no período denominado por eles de pré-político ou apolítico — isto é, Grécia Antiga — era caracterizada pela privação da comunicação e racionalidade, que por sua vez estavam relacionadas com a desigualdade de obrigações entre pais, filhos e escravos que dividiam um mesmo espaço, submetidos a uma hierarquia de dominação entre seus integrantes e um modelo

de educação que legitimava essa condição. Valverde afirma que o papel da família perdeu poder na organização da esfera privada durante a Modernidade. A partir da leitura de Arendt e Habermas sobre o período apontado, Valverde ressalta que com as transformações eminentes da esfera social, associadas as modificações da esfera pública e por fim interferindo na noção da esfera privada, portanto, esse processo conferiu uma nova configuração para a dimensão privada.

Segundo Valverde (2007), os autores por ele analisado Arendt e Habermas, destacaram as mudanças que ocorrem na esfera privada, no que se refere à antiguidade clássica e o período moderno. Valverde aponta a unanimidade desses dois teóricos sobre a não diferenciação das esferas pública, privada e social através de seus objetos, de suas atividades, de seus participantes na idade Moderna, isto é, os indivíduos conquistaram paulatinamente atribuições de destaque nas três esferas, de modo a igualar a importância dada à todas as dimensões, pública, privada e social. Na leitura de Valverde sobre a definição e as diferenças entre o público e o privado na atualidade, segundo a perspectiva de Arendt e Habermas, os significados e espaços foram os responsáveis pela diferenciação e definição dos termos.

Valverde (2007) aponta que os dois autores, Arendt e Habermas, afirmam que o contato entre as esferas no período moderno não significa uma igualdade social, justa e politizada. Inclusive Arendt e Habermas, de acordo com a leitura de Valverde, concluem que os câmbios entre as esferas política, privada e social foram ruins, de modo a defenderem a separação entre essas dimensões e marca política da esfera pública. Ainda de acordo com Valverde, Arendt e Habermas consideraram a esfera pública moderna e seus espaços, como degradados, desorganizados, imprecisos e desequilibrados. Mesmo com a inclusão de pessoas que eram excluídas da política, o crescimento da esfera pública gerou uma diminuição no sentido da publicidade. Assim os dois pensadores do espaço público, de acordo com Valverde, apontam que para a construção de um equilíbrio entre as esferas públicas na Modernidade deva haver um progresso da comunicação eficiente e um ordenamento espacial competente.

Na contemporaneidade, a vida pública é uma característica inerente ao espaço público. Por meio dos conflitos e relações de interesse entre indivíduos ou grupos, a vida pública ganha força. Macedo discorre sobre a manifestação da vida pública no espaço público:

A manifestação da esfera de vida pública envolve a produção cultural, a construção da cidadania, do interesse público, do bem público constituído socialmente diante do conflito de interesses individuais ou de grupos e, na cidade, teria a realização nos espaços públicos – ruas, calçadas, praças, parques e outros (MACEDO, 2009, p. 3).

Destarte, fica claro que o espaço público é um importante e potencial meio de realização da vida pública. A roda de capoeira, ao se apropriar de determinado espaço público urbano, portanto, se insere na produção cultural, na construção da cidadania e interesse público, do bem público através de diversas relações (ora mais harmônicas ora mais conflituosas já que há diversos interesses dos usuários do espaço público, inclusive pelos grupos de capoeira).

Gomes (2010), quanto ao espaço público urbano, distingue-o em duas outras subcategorias, o “*genoespaço* e *nomoespaço*”. Aqui, aplicaremos o conceito do *genoespaço*, que disserta sobre a relação com o espaço público que se enquadra em nosso objeto. De acordo com Gomes (2010), na relação com esse meio geográfico, “chamado de *genoespaço*, o tipo de agregação social que qualifica o território é o grupo ou a comunidade” (GOMES, 2010, p. 60). Assim, o termo *genoespaço* se fundamenta nas “origens comuns” nesta relação entre o espaço e a comunidade. Nesta discussão, o referido autor aborda a noção de “identidade comunitária” como ponto de partida para sua análise do *genoespaço*, trazendo o conceito de identidade que é fundamentado no aspecto da diferença.

O referido autor ressalta que a unidade em relação ao *genoespaço* “pode ser construída por traços étnicos, familiares, culturais, históricos, morfológicos, comportamentais ou alguns desses considerados simultaneamente.” (GOMES, 2010, p. 60). Ainda define a identidade como:

(...) antes de mais nada como um sentimento de pertencimento, uma sensação de natureza compartilhada, de unidade plural, que possibilita e dá forma e consistência à própria existência. O coletivo tem absoluta preeminência sobre o indivíduo e a construção de uma identidade se faz dentro do coletivo por contraste com o ‘outro’ (GOMES, 2010, p.60).

Assim o *genoespaço* é caracterizado pela identidade de um grupo ou grupos que pertence a um determinado lugar que ocupam. Cria-se assim um território próprio que possui características próprias de determinada “identidade comunitária”. Para entendermos melhor a relação do ser com o espaço, ou melhor, com o *genoespaço*, é necessário esboçar melhor o que é essa relação:

O espírito coeso e o caráter de unidade do grupo são manipulados e reforçados continuamente. O compromisso social não é, pois, do tipo formal, sendo relações de solidariedade baseada numa pretensa homogeneidade e com uma solidariedade advinda de um forte sentimento de coesão. Em termos geográficos, podemos dizer que a classificação das ações não é feita pela sua

distribuição no espaço, como no primeiro caso acima descrito (nomoespaço); ela é, antes, este espaço, objeto de disputa pela afirmação de um poder hegemônico de uma comunidade que se julga pela força, pela tradição ou pela história, mais apta a controlar um território ou simplesmente proclamar, por razões diversas, que está destinada a fazê-lo. Nesse sentido estas disputas nunca possuem um caráter cosmopolita, não sendo a dinâmica dessas lutas inclusiva, visto que se define pela diferenciação ontológica, constituindo-se pois, como uma afirmação da diferenciação de direitos em um espaço, segundo critérios de domínio e controle coletivos. (GOMES, 2010, p. 61).

Essa coesão ou unidade de determinado grupo se revela à medida que a “identidade comunitária só pode existir, no entanto, quando definida em relação a um território, real ou mítico, de homogeneidade, de domínio e pleno desenvolvimento do espírito do grupo”. (GOMES, 2010, p. 61). Logo é nítida a relação entre a identidade comunitária a uma identidade territorial.

Essa relação identitária e territorial que os grupos comunitários criam na apropriação de espaços públicos, falamos aqui da roda de capoeira, estabelece suas fronteiras. A roda de capoeira, neste caso, realiza o papel de núcleo territorial que é marcado por simbolismos e agregações vivenciadas pelo grupo comunitário que define sua fronteira territorial. Essa(s) fronteira(s) no caso do genoespço possuem características peculiares:

As fronteiras desse tipo de espaço são sempre muito fluídas e instáveis. Há, por assim dizer, núcleos territoriais marcados pelo simbolismo e pela ideia de agregação vivida em diferentes escalas que podem variar desde a um bairro até a de um vale ou de um tipo de paisagem ou região. Em torno desses núcleos, as fronteiras são menos claras que as no *nomoespaço*, e a extensão é sempre relativa aos critérios chamados a depor no reconhecimento da identidade do grupo, extensão da língua, da religião, do gênero de vida e etc.. É o espírito comum ao grupo que qualifica o espaço, sacralizando-o. Como o grupo se define pelo mecanismo de exclusão, tendo em vista uma característica demarcadora qualquer, ele sempre se vê ameaçado pelos elementos oriundos de fora dele, e essas fronteiras, ainda que fluídas, são territórios de conflito, reivindicação e reprodução da ideologia central da diferenciação. A simbologia é definidora de um espaço comum, privativo ou desejado pela comunidade. Aos elementos estranhos ao grupo, essa linguagem do espaço pode parecer opaca. Trata-se muito mais da simples notação de um domínio ou de uma presença. O fato importante é que esses símbolos só ganham transparência para os iniciados, mas são os marcos efetivos de uma visibilidade que nem sempre quer ser comprometida, querendo apenas ser notada. (GOMES, 2010, p.63).

A noção de territorialidade da roda de capoeira está intimamente associada com as relações estabelecidas no universo do genoespço. Isto se deve ao fato de que as fronteiras, estabelecidas na apropriação de determinado espaço público pelas rodas de capoeira são fluídas

e instáveis. Um indivíduo, por exemplo, que pratique capoeira, de um outro grupo comunitário, pode adentrar à roda de capoeira da qual não integre o grupo comunitário realizador, desde que saiba os significados e condutas adotadas dentro de uma roda de capoeira, como por exemplo: solicitar o acesso ao mestre ou responsável pela condução do ritual; momentos específicos de se jogar; formas de jogo em consonância com os toques utilizados pelo berimbau etc. Dessa maneira, o visitante (outsider) pode vir a ser reconhecido como integrante que compartilha a identidade de capoeirista. Entretanto, como os critérios de reconhecimento de identidade do grupo comunitário que realiza a roda de capoeira são próprios, o próprio uniforme utilizado ou a maneira de se vestir, além de outras questões como o próprio estilo de jogo — a coesão entres os membros internos. Gera-se assim também uma característica demarcadora que diferencia os atores envolvidos, de modo a propiciar um contexto ameaçador, criando-se assim territórios de conflito através da reprodução da ideologia central da diferenciação, citada acima por Gomes. Essas relações conflituosas podem ser expressas no jogo na própria roda de capoeira, por meio das técnicas marciais da capoeira, associadas a um membro interno e um visitante.

Ainda de acordo com o pensamento de GOMES (2010), fala-se de signos inclusivos, que caracterizam os territórios do *genoespaço*, assim:

Esse espaço é não só fortemente marcado, como também preenchido de signos inclusivos, ou seja, signos que demarcam a presença ou controle daquele território pelo grupo ou comunidade. Não raramente ritos iniciadores funcionam como provas de fidelidade, como julgamentos de submissão à ordem comunitária ou como confirmação do poder do grupo sobre os indivíduos e sobre o espaço. Esses ritos são organizados também segundo percursos espaciais, carregados de simbolismo, seja em incursões em áreas de conflito, seja em estadias afastadas do grupo original ou ainda pela organização de roteiros iniciáticos. (GOMES, 2010, p. 64)

Contudo para entendermos com maior profundidade o conceito de *genoespaço* e seus desdobramentos, na perspectiva de Gomes (2010), que apresenta uma discussão sobre a hierarquização do espaço no contexto genoespacial:

Percebemos também uma simplificação na hierarquia territorial, que corresponde mesmo à pequena estratificação social que se define basicamente pela presença de líderes e pela massa de integrantes, ou, para usar a expressão de Da Matta, ‘o espaço se hierarquiza pouco, porém, fortemente’. Ainda segundo ele. Algumas áreas (praças e adros) ‘servem de foco para a relação estrutural entre o indivíduo (o líder, o santo, o messias, o chefe da igreja ou do governo) e o ‘povo’, a ‘massa’, a coletividade que lhe é oposta e o complementa’. O espaço tende a ser lido assim a partir de categorias absolutas ‘nosso, e ‘deles’, aliás, como os demais valores associados a essa dinâmica.

Ao se definir pela diferença e pelo contraste, esses movimentos têm êxito em apagar todas as outras fraturas internas virtualmente expostas pelo grupo, criando uma forte unidade, coesa e monocromática. Toda a oposição é externa ao grupo e deve ser mais ou menos permanente, para que haja a manutenção desses laços de coesão. Isso corresponde a dizer que esse tipo de identidade é necessariamente movido pela arte do conflito. Essas características são estruturantes na construção e na reprodução do espaço. Os conflitos são territoriais, e, ainda que sejam apresentados como lutas étnicas, religiosas culturais, a verdadeira luta é territorial, pelo domínio e controle de um determinado território, visto como ontológico, essencial e próprio a esse grupo que o reclama. (GOMES, 2010, p.65 - 66)

Mendonça (2007), ao fazer uma análise do espaço público urbano da atualidade, diz o seguinte:

Uma observação inicial refere-se à relação do espaço público na cidade como o próprio meio urbano, sua morfologia e apropriações. Destaca-se que esta relação se encontra fortemente vinculada a aspectos físicos, naturais e/ou construídos, caracterizado pelo desenho de formas, que, muitas vezes, além de representarem os espaços públicos a que se destinam, passam a corresponder à imagem de determinado lugar, cidade, região ou país. No entanto cabe reconhecer a presença de aspectos socioeconômicos inerentes à construção destas formas. Este entendimento considera que, a forma do ambiente urbano se encontra necessariamente relacionado às articulações dos interesses e esforços sociais e econômicos, envolvendo neste sentido, as pessoas, seus desejos e intenções. Estes, por sua vez, independente das relações que estabeleceram na ocasião da definição e construção do ambiente urbano, se manifestam novamente, de maneira semelhante ou não, quando da apropriação do lugar. Deste modo, afetas às apropriações encontram-se as possibilidades de uso indicadas diretamente pelo ambiente urbano construído, mas também, as possibilidades intuídas a partir dele, adaptadas às necessidades imediatas ou aos desejos e intenções na construção do ambiente. (MENDONÇA, 2007, p. 297).

Baseado na citação acima, o entendimento do conceito *genoespacial* consubstancia nosso entendimento sobre a relação que se dá no espaço, especificamente, no espaço público urbano através de um grupo ou comunidade. A estratificação social na comunidade da capoeira ocorre através dos Mestres, que são líderes, e os demais capoeiristas representando a massa dos integrantes, no caso da apropriação do espaço público pela roda de capoeira. Assim o grupo de capoeiristas que se apropria de local público com constância, de modo a estabelecer um vínculo, tende a lê-lo como as categorias absolutas, citada por Gomes, “nosso” e “deles”. De modo a se definirem pela diferença e contraste em relação a outros grupos de capoeira, através do modo de se vestir, com os símbolos (logomarcas e signos específicos de cada grupo de capoeira), formas de jogar capoeira, ou seja, designam sua identidade dentro da própria capoeira,

propiciando assim conflitos territoriais na roda de capoeira, entre grupos de capoeira distintos. Como citado pelo autor acima, essas identidades são movidas pela arte do conflito, pois, em última instância são disputas pelo controle e domínio territoriais, pois são vistos como fundamental e próprio em relação ao grupo que o demanda. E toda oposição externa, a determinado grupo que se apropria do espaço público pela roda de capoeira, mantém os laços de coesão do grupo em questão.

Podemos também estabelecer uma linha de raciocínio que discute à apropriação do espaço público enquanto um vetor social e econômico. Mendonça (2007), no empirismo analítico do espaço público, sugere que, mais do que a análise e mapeamento das “estruturas formais” de um espaço público, é essencial mapear as “apropriações alternativas” desse meio geográfico, “independente da existência de infraestrutura específica para tal, seja para exercício de atividades coletivas, seja para apropriação particular” (MENDONÇA, 2007, p. 297). De acordo com o pensamento exposto por Mendonça (2007), nos dedicaremos a mapear as “apropriações alternativas” do espaço público, sobretudo, o de acesso livre que seja utilizado pelos integrantes da capoeira (roda de capoeira) de modo a entender os vetores social e econômico nos quais as rodas de capoeira estão inseridas a fim de compreender melhor a realidade apresentada.

Em artigo sobre as raízes do espaço público brasileiro, Silva (2010) analisa a configuração do espaço público através de duas obras clássicas brasileiras, *Sobrados e Mocambos* de Gilberto Freyre e *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. Renato Silva assim rastreia importantes aspectos identitários que compõem o espaço público no Brasil.

Antes de analisar o espaço público nessas duas obras clássicas citadas acima, Silva (2010) faz uma contraposição com mais uma grande obra que retrata a sociedade brasileira: o livro *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre (FREYRE, 2003). O objeto de discussão deste livro perpassa o espaço rural brasileiro que fora fundamentado no patriarcalismo. Todavia, Silva diz que, para Freyre, com a transferência da aristocracia rural para o urbano, há um processo de modificação na organização do poder além de transformação nas relações de classe e raça. E argumenta que, no caso do Brasil, a urbanização se intensificou com a chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro em 1808.

Nesse contexto de explosão social, Silva (2010) argumenta que, segundo Da Matta (2003), surgem os “*espaços intermediários*” em que:

O mulato seria a representação de um desses espaços que seria ambíguo e marginal. Mas o mulato foi segundo o escritor pernambucano uma força nova

e triunfante dessa nova geografia: o espaço urbano. O bacharel mulato seria o primeiro ator do espaço público em formação. Ser híbrido, ‘meio- homem’, ‘meia-raça’, o bacharel mulato transferiu involuntariamente essas qualificações para o espaço público brasileiro. (SILVA, 2010, p. 6).

Os *bacharéis mulatos*, oriundos da miscigenação racial do Brasil, foram estudar na Europa, trazendo consigo toda a “civilidade” europeia. Em muitos casos, esses bacharéis eram financiados e mandados para França, Portugal, Inglaterra entre outros países, pelos pais, que eram, em alguns casos, trabalhadores urbanos, a exemplo de vendedoras de doce e costureiros. Entretanto o retorno desses jovens era muito conturbado devido à adaptação aos costumes conservadores patriarcais brasileiros. Apesar da dificuldade de adaptação dos *bacharéis mulatos*, esse processo ocorreu da seguinte forma:

O bacharel mulato sofreu, mas se readaptou aos trópicos. A sociedade patriarcal foi invadida por esse novo elemento social. A ascensão do mulato diplomado muitas vezes aconteceu pelo casamento com moça rica de família tradicional. Dessa forma, o bacharel mulato unido à família de engenho ou de fazenda, para representar o ‘nervo político’ desse novo tipo de organização privada. O bacharel representava um novo poder. O poder das cidades e de seus homens. O bacharel mulato emprestou ao espaço público em construção suas qualidades e defeitos. (SILVA, 2010, p. 7).

Em um primeiro momento, segundo Silva (2010), o espaço público na rua das cidades não teve seus direitos preservados. As residências ocupavam os espaços públicos sem a menor preocupação de forma a refletir a expressão tradicional da “intimidade da sociedade patriarcal”. Segundo Freyre, o “privatismo patriarcal ainda nos domina” (SILVA *apud* FREYRE, 2010, p. 7). De maneira que o “patriarcalismo mesmo em processo de desintegração lento com a urbanização foi capaz de transbordar para a rua, para o mundo público, as relações de intimidade de ordenavam a casa.” (SILVA *apud* FREYRE, 2010, p. 7).

Ainda no mesmo artigo Silva (2010) analisa a configuração do espaço público brasileiro a partir da obra *Raízes do Brasil*, de Sergio Buarque de Holanda. De acordo com Silva (2010), Holanda investigou as estruturas sociais que se formaram no espaço público do Brasil e identificou que “a sociedade brasileira se formou baseada em laços pessoais ou relações sanguíneas e tendo uma certa identificação pelo afrouxamento das regras de sociabilidade” (SILVA *apud* HOLANDA, 2010, p. 11). De modo que “família patriarcal” é o maior símbolo das representações pessoais que vigoram no espaço público brasileiro.

Continuando a análise a partir da obra *Raízes do Brasil*, Silva (2010) destaca a interpretação errônea acerca do conceito de “cordialidade”, feita pela historiografia tradicional, de modo que:

[...] o homem cordial seria aquele que atua, principalmente no espaço público, pela emoção e sentimentos do coração. É errôneo pensar a cordialidade como bondade e passividade, a cordialidade pode apresentar uma agressividade camuflada pela sutileza dessa concepção. Os laços de sangue que marcam essa bondade são determinados pela continuidade do espaço privado. Quando temos esse homem brasileiro inserido no espaço público, ele realiza um esforço intenso de resgate das relações familiares ou privadas e quando não for possível estabelecê-las, sua atuação no espaço público é marcada pela indiferença e violência. A cordialidade não seria sempre sentimentos positivos, a raiva, o rancor como o amor surgem no coração, enfim são “coisas do coração”. A cordialidade não significaria boas maneiras ou civilidade. Pelo contrário, o homem cordial brasileiro seria o indivíduo governado pela emoção e sentimentos. O homem cordial não teria desenvolvido o autocontrole tão importante no processo civilizador de Norbert Elias (1993). (SILVA, 2010, p. 11-12).

Assim, o Estado brasileiro não é reconhecido como um lugar de “manifestações coletivas” mas como uma extensão da “estrutura familiar”. De modo que a esfera privada foi fortalecida pelos elos familiares oriundos da herança colonial portuguesa, sendo aquela muitas vezes sobreposta à esfera pública de modo a impor a lógica privada familiar patriarcal.

Essa herança colonial baseada na “estrutura familiar” se mantém em vários casos nas cidades brasileiras. No caso de Brasília, esse resquício colonial cultural se torna bastante evidente no caso emblemático da orla do lago Paranoá, que teoricamente é um espaço público destinado à população em geral. Porém o que se vê é a ocupação da orla pelo particular, seja pelas casas da alta classe, seja pelos clubes privados ou por empreendimentos imobiliários de ordem internacional.

Entretanto há um movimento contrário a essa tendência privatista que podemos chamar de *um despertar para a consciência do espaço público*. Esse movimento elaborou uma petição pública com o objetivo de enaltecer e reivindicar o verdadeiro significado do espaço público pelos cidadãos, neste caso, de uma área de lazer situada às margens do lago na Asa Norte conhecida como Calçadão da Asa Norte.

A proposta⁵ possui vários pontos de reivindicação: a não proibição de eventos do Calçadão; o não cercamento da área; está a favor de segurança através das construção de postos policiais; a favor da regularização de prestadores de serviço (comerciantes) no local; a favor de eventos gratuitos em áreas públicas; quer consonância à a lei distrital 4821/2012; está a favor da destinação de recursos regulares para manutenção das áreas de lazer e convivência da cidade; a favor da construção de ciclovias em toda a Orla do Paranoá à beira lago; pela democratização da Orla do Lago Paranoá com o combate permanente de invasões de áreas públicas e construções ilegais; pela reavaliação dos parâmetros de emissão de ruídos estipulados na Lei Distrital 4.092/2008 (Lei do Silêncio). Também está a favor pela transparência e caráter educativo em detrimento do repressivo das ações fiscalizatórias da Agência Fiscalizadora do Distrito Federal (AGEFIS) e pelo Instituto Brasília Ambiental (IBRAM); a favor de um mapeamento, feito pela Administração Regional de Brasília com participação da comunidade, das áreas urbanas destinadas para uso 24 horas no Plano Piloto.

Buscamos fazer um esboço do que significa o termo espaço público, de acordo com várias concepções — passando por Valverde, a partir de sua explicação das teorias de Habermas e Arendt e por Gomes, através da noção do genoespço, de modo a aplicar esse conceito como nosso referencial teórico em nosso objeto de pesquisa — a apropriação do espaço público pelas rodas de capoeira em Brasília, DF. Utilizamos alguns autores que complementam a noção teórica do espaço público enquanto um conceito de múltiplas interpretações, como Macedo (2007), Silva (2010) e Tenório (2012). Sabemos da complexidade que cerca a concepção do termo espaço público, seja dentro da perspectiva filosófica, urbanista, geográfica, social, cultural, política etc. Portanto não pretendemos ter suprido todo o debate acerca do espaço público mas ter gerado reflexões e compreensões que envolvem o termo de maneira a traçar um paralelo com nosso objeto de investigação.

5 O principal meio de divulgação da petição, é a internet, no sítio eletrônico <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=vivavidabsb>. Até a presente data, em meados de fevereiro de 2014, a participação foi de 4.947 pessoas a favor. O que demonstra uma baixa adesão se comparado com a população da Região Administrativa (RA-1) da qual a Asa Norte faz parte, que é de 208.666 (mil) habitantes (CODEPLAN, 2010).

1.2 Territorialidade e território

O presente tópico se propõe a discutir os conceitos de territorialidade e território, que compõem o escopo teórico da investigação. O território é o recorte analítico do espaço enquanto categoria de análise geográfica; a territorialidade é o conceito-chave para a nossa pesquisa, tendo em vista que o objetivo geral é analisar aspectos da territorialidade na apropriação do espaço público urbano pelas rodas de capoeira, evidenciando os aspectos que esta prática pode gerar em relação à cidadania.

Desse modo, para compreender o que é territorialidade, devemos tratar primeiramente o território enquanto categoria de análise espacial para assim debater o conceito de territorialidade. Nesse sentido buscamos referências de autores como Claude Raffestin, Marcelo J. L. de Souza e Paulo César C. Gomes.

Raffestin aborda o conceito de território chamando a atenção para as confusões feitas por geógrafos entre os termos espaço e território. É bem claro ao afirmar que o espaço é anterior ao território, entendendo o espaço como uma “matéria prima” preexistente à ação. Assim ele diz:

O território se forma a partir do espaço, é um resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático⁶ – ator que realiza um programa – em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente – por exemplo, pela representação – o ator ‘territorializa’ o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Dentro dessa perspectiva, o referido autor continua a definir o território como “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). E, segundo ele, o território considerado uma produção, a partir do espaço, e como uma produção humana, está inscrito num campo de poder. Assim Raffestin complementa essa linha de raciocínio afirmando que “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

6 Sintagmático é relativo sintagma, do grego, *súntagma*, -atos, corpo de tropas, constituição de um estado, tratado, composição [...]. (PRIBERAM, 2012)

Segundo Raffestin o território é fruto de uma objetivação do espaço, um espaço representado a partir de sistemas sêmicos, expresso por códigos. Dessa forma o referido autor afirma que:

Todo projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que, é claro, supõe a posse de códigos, de sistemas sêmicos. É por esses sistemas sêmicos que se realizam as objetivações do espaço, que são processos sociais. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

De acordo com o fragmento acima é evidente o viés social que o autor defende na concepção do território, enquanto conceito geográfico. Alinhamo-nos a essa corrente, tendo em vista a própria natureza humana de nosso objeto de estudo.

Raffestin cunhou o termo “território vivido” ou “território visto”, de acordo com o(s) termo(s) proposto(s) não há mera referência de um espaço, “mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico”, assim “o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto ou território vivido”. (RAFFESTIN, 1993. p. 147).

A partir da exposição do conceito de território elaborado por Raffestin (1993), denotamos o caráter político que o termo traz em sua concepção. Para além de um viés somente político, o conceito de território proposto por esse autor, ao nosso modo de ver, pode ser aplicado em outros contextos além do político, como o social e cultural, pois a noção política permeia as esferas social e cultural.

Gomes chama a atenção para importância do território enquanto um caminho para interpretar as práticas sociais que ocorrem dentro de limites territoriais. E ainda destaca que o território é fruto de uma separação (limite) e uma classificação de coisas distribuídas numa porção espacial:

Começamos pela noção do território e seus atributos. Essa noção é denotativa de uma delimitação espacial, e, quando estabelecemos limites, estamos de fato criando uma separação e classificação das coisas que têm como parâmetro fundamental sua distribuição no espaço. Isso corresponde a dizer que o território é um conceito que atua como uma das chaves de acesso a interpretação de práticas sociais circunscritas a uma dada porção do espaço. O território é o limite dessas práticas, o terreno onde elas se concretizam e, muitas vezes, a condição para que elas existam. (GOMES, 2010, p.136).

O referido autor complementa sua visão sobre o território de modo a articular o poder e o controle como eixos fundamentais que tecem essa noção, criando assim uma hierarquização do espaço. Podemos compreender melhor essa perspectiva através do fragmento abaixo:

Como já foi dito anteriormente, o conceito de território é antes de mais nada uma classificação, não simplesmente uma classificação de coisas, mas de coisas dentro de um espaço. Visto dessa forma, o território é definido com um acesso diferencial do qual ele é objeto, por uma hierarquia social do qual é a representação e finalmente por um exercício de poder do qual é produto e um dos principais instrumentos. A noção de território na geografia moderna fez emergir com força e reflexão sobre o poder referenciado ao controle e à gestão do espaço. (GOMES, 2010, p. 139).

A partir da noção exposta por Gomes, percebemos a importância dada à dimensão do poder que resulta num acesso diferencial estabelecido pela hierarquização do espaço. Essa noção de território vai em encontro com a concepção de Raffestin e, ainda, veremos que existe um denominador comum com a proposta de Marcelo L. Souza.

Antes de analisarmos o conceito de territorialidade proposto por Raffestin é válido apontar que esse termo surgiu a partir de uma concepção naturalista, que designa a territorialidade animal. Segundo Howard (*apud* RAFFESTIN, 1993, p. 159), ela é “a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie”. Outros autores aprofundaram essa concepção naturalista, que, no entanto, não será tratada aqui.

Para Raffestin a territorialidade é sempre uma relação que “reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993, p. 158). Essas relações, de uma forma ou de outra, são relações de poder. Para Raffestin são *relações existenciais* e/ou *relações de produtivistas*.

Numa significação mais ampla, o conceito de territorialidade para Raffestin pressupõe uma “problemática relacional” definida “como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). O autor propõe uma “fórmula matemática”, asseverando que não é simplesmente uma soma matemática. Explica que se trata de uma “totalidade de relações biossociais em interação que expressa a territorialidade”, definida como “ $T = \sum H r E$ ” onde H é o indivíduo pertencente a uma coletividade; r representa uma relação particular definida por uma forma e conteúdo e que necessita de mediação; e E representa a exterioridade que, como ele mesmo diz, é “uma ‘topia’ um lugar, mas também um espaço abstrato, como um sistema institucional, político ou cultural” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). E ainda aponta o caráter variável no tempo que a relação entre os indivíduos pertencentes a uma coletividade e o elemento da exterioridade possuem,

mostrando assim que a territorialidade é dinâmica. Como o próprio autor afirma, essa variação temporal em relação aos elementos constituintes da territorialidade não ocorre numa mesma escala temporal.

A partir da fórmula “matemática” da territorialidade, teremos sua aplicação em nosso problema de pesquisa, ou seja, analisaremos a “somatória” da relação (r) entre os indivíduos (H) e exterioridade (E) de forma a caracterizar a “totalidade das relações biossociais em interação” do objeto estudado. Aplicando os elementos da “fórmula” da territorialidade à nossa problemática, entendemos: (H) representa os capoeiras – indivíduos que realizam a roda de capoeira –; (E) faz referência ao espaço público urbano, enquanto meio representativo das instituições políticas, culturais e sociais; e (r) expressa a relação particular que permeia nossa investigação, ou seja, se a roda de capoeira, que se apropria de um espaço público urbano, reforça a noção de cidadania através de sua territorialidade. De acordo com a linha teórica adotada, as relações de poder fazem parte de todo o processo de territorialidade das rodas de capoeira, que serão identificadas e analisadas para a compreensão do fenômeno na sua totalidade.

Ao se referir às relações que constituem a territorialidade, Raffestin (1993, p. 161) as qualifica em “simétricas” ou “dissimétricas”. Como ele aponta: “são caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não”. Associando-as com a “territorialidade estável” (simétrica) e “territorialidade instável” (dissimétrica). Ao explicar esses tipos de territorialidades, Raffestin diz o seguinte: “Na primeira, nenhum dos elementos sofrem mudanças sensíveis a longo prazo, enquanto na segunda todos os elementos sofrem mudanças a longo prazo” (RAFFESTIN, 1993, p. 161). E ainda afirma que os casos acima são extremos, entretanto existem situações em que apenas um ou dois elementos se modificam.

Raffestin (1993, p. 161), ao se referir à territorialidade, diz que “tudo reside na relação concebida como processo de troca e/ou de comunicação”. Ressalta que, como processo, é necessário energia e informação e, para possibilitar que os atores cumpram suas necessidades, gera-se um ganho e também um custo. Ou seja, se os ganhos e custos se anulam, as relações são “simétricas”; ou se o custo ou ganho se sobrepõe no processo, as relações serão “dissimétricas” com a exterioridade.

O autor citado ressalta que a territorialidade “é sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com outros atores” (RAFFESTIN, 1993, p. 161). E afirma que “a territorialidade se inscreve no quadro de produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo

sem interesse” (RAFFESTIN, 1993, p. 161). Portanto o conceito de territorialidade para esse autor está relacionado necessariamente com os atores e coisas que fazem parte da relação estabelecida num determinado processo, e não somente com o espaço em si.

A partir da conceituação de território e territorialidade elaborada por Raffestin, buscaremos aplicar esses conceitos em nossa análise, além de aprofundar a discussão sobre esses dois termos através da perspectiva de Marcelo J. L. de Souza, que delinearemos logo abaixo.

Para Souza (2010, p 78), o território “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Essa definição evidencia o caráter social e político que permeia o termo para o autor. Nesse sentido o referido epistemólogo discorre sobre o território afirmando que é “essencialmente um instrumento de exercício de poder” e ainda ressalta uma questão importante para a compreensão crítica dessa categoria analítica, sobre a interferência nesse espaço, ou seja, “quem domina ou influência e como domina ou influência esse espaço” (SOUZA, 2010, p 79). Nessa mesma fundamentação teórica, buscaremos identificar na pesquisa quais elementos e atores exercem poder no âmbito do nexo entre a roda de capoeira no espaço público urbano.

Aprofundando a noção de território a qual Souza se refere:

[...] o território será um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais*, que a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’, os insiders) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os outsiders). (SOUZA, 2010, p. 86, grifo do autor).

De acordo com essa fundamentação, o território é caracterizado pela definição de um limite que é o limiar da diferença (alteridade) a partir de “rede de relações sociais” entre os insiders e outsiders representantes de grupos ou comunidades distintas. Isso resulta num “campo de forças” capaz de estabelecer um território em que determinado vetor do “campo de forças” pode sobressair, influenciando e dominando o território.

Ainda de acordo com Souza, os territórios podem ser gerados e acabados de maneira relativamente veloz, variando numa escala temporal de centenários, decênios, meses, semanas a dias. Podem ser “instáveis” ou “estáveis”, existindo apenas em determinado período mesmo que regularmente. Assim ele aponta que os “territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas substratos materiais das territorialidades) (SOUZA, 2010, p.87). Segundo a noção abordada por Souza, a roda de

capoeira, enquanto um substrato material de sua territorialidade, é um território instável, ou seja, é criado e existe em determinados períodos ainda que regularmente, pois ela é realizada, no caso do espaço público urbano, apenas em dias definidos, o que se dá geralmente nos finais de semana.

Souza categoriza o conceito de território em “território descontínuo” e “território contínuo”. O território descontínuo é associado ao termo território em rede ou território-rede, em que sua estrutura pode ser representada graficamente por nós e arcos. Os nós são formados por um conjunto de pontos (adimensionais) e os arcos são formados por segmentos que interligam os fluxos aos nós. Esses fluxos podem ser informações, bens, pessoas ou elementos infraestruturais presentes no “substrato espacial”.

O território contínuo é considerado “uma superfície e não um ponto” de modo a associar esse termo ao nó da estrutura gráfica do território-rede. Destarte Souza (2010, p.93) afirma que a estrutura espacial interna do território contínuo deve ser considerada diferentemente do território descontínuo, onde sua estrutura espacial interna não deve ser investigada. Ao se fazer uma ligação entre esses dois termos, considerando suas escalas de análise, Souza aponta que “cada território descontínuo é, na realidade, uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos”. (SOUZA, 2010, p. 93).

Ao dissertar sobre a territorialidade, Souza afirma o caráter “extremamente abstrato” desse termo e o define como “relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” (SOUZA, 2010, p. 99). Está bem evidente que, para esse autor, o conceito de territorialidade está totalmente imbricado à noção de território. A diferença marcante para com a territorialidade está na ação ou modo de agir do território, mais especificamente, na operação das relações de poder delimitadas espacialmente. Ainda segundo Souza (2010, p.98), o termo “territorialismo” (entendido como uma estratégia além de uma simplória questão de instinto) é proposto para ressaltar o conteúdo de controle territorial expresso na noção de territorialidade, sendo preferível usá-lo para designar o controle imperativo. O autor distingue o termo territorialidade de territorialidades, no plural, sendo o último, usado para designar os tipos gerais de classificação de territórios, de acordo com suas características, resultando em territorialidades diferentes entre si, contínua e descontinuamente.

1.3 Cidadania

Aqui abordaremos o conceito de cidadania, não apenas em seu significado estrito, mas a partir de concepções que dissertem sobre a realidade social brasileira. Evidenciaremos aspectos acerca da cultura brasileira enquanto uma sociedade que possui herança política muito forte dos portugueses. Ademais, discutiremos sua concepção normativa e quais são os pressupostos que estão ligados ao seu conceito atual. Procuraremos também refletir sobre os desdobramentos que a noção de cidadania traz para a utilização do espaço público no Brasil.

Para Gomes, a concepção de cidadania está relacionada a uma configuração territorial, pois na sua leitura sobre cidadania, destaca-se a matriz territorial que envolve essa noção: “[...] acreditamos poder demonstrar que no próprio conceito de cidadão existe uma matriz territorial, isto é, a ideia de cidadania possui intrinsecamente um componente espacial.” (GOMES, 2010, p. 130). Segundo esse autor, existe uma imprecisão ao se referir à cidadania, em sua concepção atual, através de uma preocupação ética e de justiça social, que se torna difusa na expressão. Para entender melhor essa crítica posta à concepção atual de cidadania, Gomes cita a Grécia, espécie de berço da noção cidadã ocidental, e constata que a expressão estava associada a um novo arranjo espacial pelo qual o mundo grego passava:

No mundo grego, onde a expressão tem sua origem, cidadania era uma forma de relação social, mas não apenas isso. Ela significou uma nova forma de arranjo espacial dessas relações, e isso poucas vezes nos é dito. O poder cidadão surgiu da confrontação de seus habitantes, concentrados em uma certa área, no caso de Atenas, com o poder de uma oligarquia rural que controlava o poder político e a produção de riqueza dessa sociedade. Essa oligarquia, como tantas outras da Antiguidade, até então se reproduzia segundo as regras de filiação e da limitação ao acesso a um grande número de lugares (nos dois sentidos do termo, isto é, como hierarquia social e lugar físico. (GOMES, 2010, p.130 -131).

A partir do fragmento textual acima, segundo Gomes (2010), é possível observar a importância do componente espacial na concepção de cidadania, no caso da Grécia. Através da valorização da igualdade social e espacial, que se traduzia na reorganização do poder contra os genos e fatrias⁷. A partir dessas transformações que ocorriam no mundo grego, Gomes se

⁷ O termo fáttria é escrito também como fratria, que significa a união de vários genos, como forma de organização social. O conjunto de várias fratrias formava as tribos.

preocupa em destacar “[...] que o fenômeno espacial é co-fundador do fenômeno político [...]” (GOMES, 2010, p.131).

É importante ressaltar que, em Atenas (Grécia), para ser ter o título de cidadão, o indivíduo necessitava ter nascido dentro dos limites territoriais da cidade, ser filho de pais atenienses e ter nascido livre. Homens que nasciam fora da cidade e as mulheres não eram considerados cidadãos.

Assim como a democracia, a cidadania surge num momento de reorganização social e política a partir de reordenamento territorial. Como cita Gomes: “A democracia começa, quando a divisão territorial das tribos é adotada, [...] e termina ou se enfraquece, segundo alguns, pela excessiva fragmentação também territorial.” (GOMES, 2010, p. 134). Para definir melhor as características da concepção de cidadania e de democracia, na Antiguidade Clássica, associada à matriz territorial, Gomes afirma que:

Dessa forma, a democracia e cidadania surgem a partir de uma organização do território. O ancestral comum deixa de ser o elemento chave da solidariedade comunitária, e esse laço agora é exercido pela delimitação de um território, um limite físico de inclusão, e conseqüentemente pela delimitação de outros territórios de exclusão. Isso demonstra que ser cidadão é, em certa medida, uma localização na teia das relações sociais e simultaneamente uma localização espacial. Nada mais significativo do que a pólis ser não só o nome dessa estrutura espacial, ‘a cidade’, mas também ao mesmo tempo, um feixe de relações sociais formais que originou a palavra ‘política’. Resumidamente ser cidadão é pertencer a uma determinada porção territorial, ou seja, esta é sem dúvida uma classificação espacial. Corrobora com essa interpretação a etimologia da palavra cidadão, que tem origem no fato de habitar na cidade. Não uma cidade qualquer, mas uma cidade que se define por uma associação de pessoas unidas por laços formais e hierárquicos; uma cidade que dispõe de lugares próprios a essa nova atividade e natureza do homem grego, espaços públicos; uma atividade e natureza que não advêm simplesmente do fato de habitar juntos, pois nem todos os moradores são originariamente cidadãos, o que nos dá uma medida da diferenciação espacial interna a própria cidade. As cidades de cidadãos exibem representações espaciais do exercício dessa cidadania, definindo ao mesmo tempo espaços de exclusão, assim foi desde a Grécia Clássica até a moderna aglomeração urbana, que exprime uma complexidade toda uma rede espacial de pertencimento diferencial. (GOMES, 2010, p. 134 -135).

Através desse trecho é notável o papel da matriz territorial que funda, também, a noção de cidadania, além das relações sociais e políticas. “Relações políticas e território são duas dimensões interatuantes e fundadoras na constituição e no exercício do poder.” (GOMES, 2010, p. 135). Pois como cita Gomes, ser cidadão significava fazer parte de uma fração territorial, ademais a própria palavra cidadania, derivada do processo de convivência na cidade.

Entretanto, não apenas pelo fato de habitar juntos, mas pelo acesso diferencial e hierarquizado de seus habitantes. O espaço público, enquanto lócus da esfera pública grega, possui um papel fundamental no processo de participação política efetiva feita pelos cidadãos e esse espaço normalmente era definido pela ágora⁸.

Destacamos a ágora⁹ (Figura 1) enquanto espaço público por excelência, pois era nela que a vida política, social, religiosa e cultural ocorria efetivamente. Era o “centro” espacial da esfera pública grega. “Na sua forma mais simples, a ágora pode ser definida como uma grande praça aberta utilizada pelas funções públicas. [...] Assim sendo, a ágora tornou-se o centro da pólis [...]” (CASTELLAN, 2005, p.1). Geralmente era marcada por um espaço livre, com edificações de prédios públicos e privados de grande importância, mercados e feiras se localizavam em seus limites: era o local de encontro da vida pública. Era nela que os cidadãos livres se encontravam quando iam à feira, onde os debates políticos e os tribunais populares ocorriam. Por isso é tida como símbolo da democracia direta e espaço da cidadania. Entretanto, quem participava desses círculos de debates e decisões eram os cidadãos livres e iguais em direitos e deveres — aqueles que possuíam terras e eram donos de escravos. Na concepção ideológica grega, o cidadão e homem livre não precisavam trabalhar pois, além de possuírem propriedades, a atividade manual era considerada indigna ao status e condição de cidadão. Aqueles eram destinadas as atividades de cunho intelectual, ou seja, o uso da razão. A ágora ateniense teve papel de destaque, diante de outras cidades-Estados gregas, visto que os cidadãos atenienses possuíam direito a voz e a voto de modo igualitário.

Figura 1 – Ágora

8 Ágora vem do verbo grego AGEIREIN, que significa “reunir”, também está relacionada as palavras, “espaço aberto”, “assembleia” e “lugar de reunião”. Fonte: <http://origemdapalavra.com.br/site/pergunta/pergunta-825/>, retirado em 13 de maio de 2014.

9 É importante entender que existiam diversos tipos de ágoras e cada cidade-Estado possui sua ágora. “Como vimos anteriormente, a ágora, antes do século IV a.C, era um espaço físico onde as discussões aconteciam. Era um local de culto e era um lugar de comércio. Ela não era uma ágora especializada. Isso nos mostra que nesse tipo de sociedade, as relações políticas, sociais e econômicas estavam inter-relacionadas. Não era a economia que regia a sociedade, mas a posição social do indivíduo em relação aos meios de produção. Os vários aspectos da sociedade se encontram misturados e eram inseparáveis. No entanto, a partir do século IV a.C, as ágoras começaram a se especializar. Aristóteles considerava importante que houvesse essa especialização, para ele, o melhor seria que houvesse uma ágora para as discussões, outra para os negócios e uma terceira para o lazer. [...] Já Platão, nas suas Leis, prescreve que não se recebam os comerciantes estrangeiros senão fora da cidade, e que se tenha um mínimo de relações com eles. Encontram-se aqui, uma vez mais, velhos preconceitos, em parte dirigidos contra a atividade econômica enquanto tal, em parte contra o estrangeiro e tudo o que ele comporta como riscos de influências nefastas vindas do exterior.” (CASTELLAN, 2005, p. ?)



Reconstrução da Ágora de Atenas baseada em vestígios arqueológicos

Fonte: CASTELLAN, 2005.

Covre (1995) relaciona o surgimento da vida nas cidades com a noção de cidadania numa concepção moderna e ocidental. Afirma o seguinte:

[...] podemos afirmar que ser cidadão significa ter direitos e deveres, ser súdito e ser soberano. Tal situação está descrita na Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, que tem suas primeiras matrizes marcantes nas cartas de Direito dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789). Sua proposta mais funda de cidadania é a de todos os homens são iguais ainda que perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor. E ainda: a todos cabem domínio sobre seu corpo e sua vida, o acesso a um salário condizente para promover a vida, o direito à educação, à saúde, à habitação, ao lazer. E mais: é direito de todos poder expressar-se livremente, militar em partidos políticos e sindicatos, fomentar movimentos sociais, lutar por seus valores. Enfim, o direito de se ter uma vida digna e de ser homem.

Isso tudo diz respeito aos direitos do cidadão. Ele também deve ter deveres: ser o próprio fomentador da existência dos direitos a todos, ter responsabilidade em conjunto com a coletividade, cumprir as normas e propostas elaboradas e decididas coletivamente, fazer parte do governo, direta ou indiretamente, ao votar, ao pressionar através dos movimentos sociais, ao participar de assembleias – no bairro, sindicato, partido ou escola. E mais pressionar os governos municipal, Estadual, federal e mundial (em nível de grandes organismos internacionais com o Fundo Monetário Internacional – FMI. (COVRE, 1995, p. 9)

Entretanto a realidade brasileira, no quesito cidadania, está muito aquém dessa noção baseada em tratados internacionais. Pois se fizermos um questionamento para analisar a quantidade e quem são as pessoas que possuem os direitos e deveres expressos acima pela autora, veremos que é uma parcela bem restrita da população brasileira e, ademais, estão concentradas nas regiões e cidades mais desenvolvidas. E se tratando do Brasil, um país de grandeza continental com índices dentre os mais desiguais, em termos econômicos e sociais no

mundo. Ainda de acordo com Covre (1995), a constituição é um instrumento para garantir e exigir-se a cidadania, ou seja, os direitos e deveres expressos legalmente (“conteúdos de exercício da cidadania”), na carta magna, de uma nação democrática. E ela ainda destaca que: “Só existe cidadania se houver prática de reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer dos direitos do cidadão.” (COVRE, 1995, p. 10).

Ainda segundo Covre (1995), ela sintetiza o conceito de cidadania como “o próprio direito a vida no sentido pleno”. E para esclarecer quais pressupostos o conceito de cidadania está embasado, a autora o descreve e o agrupa em três pilares do direito: os direitos civis, os direitos sociais e os direitos políticos. Os direitos civis são os que dispõem sobre os privilégios e as proteções que todos os cidadãos possuem, como direito de ir e vir, segurança e de ser tratado com igualdade. Os direitos sociais estão ligados às necessidades básicas humanas, como o lar, o trabalho, o lazer, saúde, educação etc. Os direitos políticos são aqueles em que o cidadão pode intervir na vida política, seja através do voto, da criação de leis, da participação de audiências públicas, liberdade religiosa, ou seja pela decisão de sua vida, pela livre expressão de ideias.

A cidadania para DaMatta (1987, p.) “é uma identidade social formada pela dimensão política. Uma identidade que é totalizadora e que deve operar sempre em qualquer esfera da vida”. Deste modo o referido autor faz uma análise sociológica, de caráter jurídico-político-moral, do conceito de cidadania. E diz que “O papel social de indivíduo (e de cidadão) é uma identidade social de caráter nivelador e igualitário. ”

Porém para DaMatta (1987), a noção de cidadania ocidental está baseada na “revolução individualista” e “um movimento cujo conteúdo ideológico é a *institucionalização do indivíduo* como centro moral do sistema, de modo que a sociedade é agora vista como instrumento de sua felicidade” (DAMATTA apud DUMONT, 1987, p. 73)

1.4 Roda de capoeira

“Às vezes me perguntam de quem é o ritual, o ritual não tem dono, o ritual é de todos que participam, o ritual é mágico, é do axé, é de uma energia que a gente sente, mas não pode descrever.”

Mestre Toni Vargas

Música: Ritual

Quem comanda o ritual
Quem comanda o ritual

Quem comanda o ritual
É o toque dolente de um bom berimbau

É um saber muito antigo
Um saber ancestral

É a força o axé
A beleza o astral

É a união de todos
Todo o pessoal

Toni Vargas

Aqui nesta seção debatemos a noção acerca da roda de capoeira, não apenas sua mera descrição ou seu significado, mas buscamos analisar a roda de capoeira dentro da teoria geográfica dos eventos, a partir da perspectiva elaborada por Milton Santos. Abordaremos a importância desse ritual para a capoeira enquanto uma manifestação cultural popular, quais registros que se tem sobre sua inserção na capoeira, além de descrever os significados e simbolismos que envolve a roda de capoeira.

Na descrição sobre a roda de capoeira buscaremos relatar as características que faz a roda de capoeira um ritual presente nas mais diversas formas de expressões das escolas da capoeira. Buscaremos compreender também o significado da roda de capoeira para a manifestação da qual faz parte, ou seja, a própria capoeira.

A roda de capoeira foi inscrita no Livro das Formas de Expressões em 2008 (anexo), assim como o ofício de mestre foi reconhecido e inscrito no Livro do Saberes no mesmo ano, realizado pelo IPHAN. O registro ocorreu em 15 de julho de 2008, em Salvador, realizado pelo

Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. O registro de bens culturais é um instrumento legal que assegura a preservação do bem cultural assim como possibilita a elaboração de políticas públicas para manutenção do bem. Segundo a certidão de registro, a roda de capoeira:

[...]é um elemento estruturante desta manifestação, espaço e tempo onde se expressam simultaneamente o canto, o toque dos instrumentos, a dança, os golpes, o jogo, a brincadeira, os símbolos e rituais de herança africana - notadamente banto - recriados no Brasil. Profundamente ritualizada, a roda de capoeira congrega cantigas e movimentos que expressam uma visão de mundo, uma hierarquia e um código de ética que são compartilhados pelo grupo. Na roda de capoeira se batizam os iniciantes, se formam e se consagram os grandes mestres, se transmite e se reiteram práticas e valores afro-brasileiros (IPHAN, 2008)

A inscrição da roda de capoeira na lista de patrimônios imateriais culturais do Brasil demonstra a importância que esse ritual traz à capoeira com um todo, como citado no documento de registro, a roda de capoeira é um “elemento estruturante” da capoeira.

De acordo com os registros sobre a história da capoeira, o ritual referido foi introduzido posteriormente ao surgimento da capoeira e segundo Castro (2008), não se sabe precisamente qual foi o momento de introdução da roda de capoeira na capoeiragem, entretanto a Bahia foi seu local de maior expressão.

Os elementos que compõe a roda de capoeira merecem um destaque, pois para entendermos a totalidade desse ritual é essencial conhecer as partes que o estrutura. Assim abordaremos as suas múltiplas dimensões, o jogo, a música, os instrumentos, a organização e o próprio ritual em si.

Delinearemos as variações que existem em relação à roda de capoeira, de acordo com as principais escolas da capoeira, Angola e Regional e também em relação às vertentes contemporâneas da capoeira. As variações as quais nos referimos são relativas à sua estrutura, organização, formas de jogos existentes.

Pode-se entender a roda de capoeira enquanto *evento*, baseado na teorização de Milton Santos (1996). Segundo esse autor, existem palavras que são sinônimas do termo *evento*, porém com as especificidades desenvolvidas a partir de outros pensadores, é o caso de *momento* para Levebvre, *instante* para Bachelard, *ocasião* para Whitehead e *instantes* para Russel. A partir da análise feita por Santos em relação a esses termos sinônimos, ele diz que a teoria geográfica pode utilizar esses vocábulos “quase indiferentemente”, no entanto ele ressalta que haja coerência interna na teoria geográfica de modo a atribuir valores próprios a esses termos. Para Santos, o evento pode ser entendido como um veículo de possibilidades:

Se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país, ou numa região ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo. (SANTOS, 1996, p. 144)

Ainda de acordo com Santos: “O lugar é o depósito final, obrigatório, do evento.” (SANTOS, 1996, p. 144). Assim, o evento ocorre num determinado espaço-tempo, e esse espaço é o lugar. E ademais, Santos atribui ao evento a qualidade de matriz do tempo e do espaço: “Os eventos são, todos, Presente. Eles acontecem em um dado instante, uma fração de tempo que eles qualificam. Os eventos são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço.” (SANTOS, 1996, p.145). Santos pontua o aspecto singular do evento, sua característica não repetitiva e a possibilidade de criar um novo caminho da história, como diz o próprio referido autor: “os eventos são, pois, todos novos. Quando eles emergem, também estão propondo uma nova história” (SANTOS, 1996, p. 145).

Santos (1996), classifica os eventos em naturais e sociais ou históricos, finitos e infinitos. Aqui, destacamos o evento social ou histórico, que resulta da ação do homem, da interação homem-homem, e de suas ações sobre o natural. Santos chama a atenção para a proximidade entre o evento e a ação humana, ou seja, o evento é uma ação. Entretanto, para Santos, os eventos não são apenas fatos, mas também ideias, pois o que renova a maneira de fazer, de organizar ou de compreender a realidade é também considerado um evento.

Ao diferenciar os eventos finitos e infinitos, Santos exemplifica que os eventos infinitos são aqueles que a possibilidades e recursos não se exauri, sua distribuição pode ser cumulativa e não competitiva, é o caso da liberdade, da democracia e a informação. Já os eventos finitos, podem ser exemplificados como o tempo gasto de cada ser, o dinheiro e população de determinado país. Assim entendemos que a roda de capoeira é um evento social ou histórico e finito, pois sua natureza está ligada a ação do homem, a partir da interação homem-homem e possui finitude na sua existência.

Em relação a duração de um evento, Santos entende o seguinte: “O evento é sempre presente, mas o presente não é obrigatoriamente o instantâneo.” (SANTOS, 1996, p. 148) O referido autor fala em lapso de tempo de um evento para determinar sua ocorrência, simultânea ou consecutiva, assim temos a “duração natural” e a “duração organizacional” do evento.

No caso da roda de capoeira sua duração é variável e não possui uma duração específica. Sua duração natural é relativa, deriva da qualidade individual e da estrutura interna de cada

evento-roda, ou seja, a duração da roda de capoeira depende, em princípio, da proposta do mestre e dos participantes que compõe a roda e da capacidade física (biológica) de cada participante, podendo variar de alguns minutos a várias horas. Há caso de rodas que duram apenas alguns minutos, em caso de apresentações públicas e há também casos de rodas que duram até vinte e quatro (24) horas, realizada por uma quantidade suficiente de capoeiristas, de modo que haja substituições a medida que se torne necessário. A sua duração organizacional é influenciada por fatores que podem condicionar sua duração, esses recursos organizacionais, como afirma Santos (1996), são leis, uma decisão governamental, uma portaria de algum órgão público, a regra de uma instituição bancária ou até uma empresa. No caso do espaço público, as leis e normatização do uso do espaço público, podem (de)limitar a duração, os dias a determinar horário de uso do *evento-roda*.

A capoeira pode ser definida como “uma arte multidimensional, o que significa dizer que é, ao mesmo tempo dança, luta, jogo e música. Estes múltiplos aspectos se desenvolvem na roda, um ritual criado pelos capoeiristas que encena, por intermédio da *performance* corporal e rítmica, o movimento da grande roda do mundo.” (CASTRO, 2008, p. 01). As dimensões que permeiam a capoeira, segundo a definição acima, estão presentes na roda de capoeira, tal fato demonstra a riqueza que é engendrada no ritual da roda.

Antes de descrevermos a estrutura do ritual (roda de capoeira), definiremos o conceito de ritual. Para Geertz¹⁰ (1973), o ritual é um comportamento consagrado. “Num ritual, o mundo vivido e o mundo imaginado fundem-se sob a mediação de um único conjunto de formas simbólicas.” (GEERTZ, 1973, p. 82). A roda de capoeira, enquanto ritual, apresenta-se como um comportamento consagrado no universo da capoeira, capaz de interligar o mundo vivido e o mundo imaginado para os realizadores desse ritual, isto é, os capoeiristas.

Para Terrin¹¹, o rito é compreendido como “um fluir de movimento e repouso, uma realidade que decompõe o tempo e modula harmoniosamente os registros do nosso agir no mundo.” (TERRIN, 1999, p. 18). Para esse pesquisador, “o termo ‘rito’, faz-se referência a uma ação realizada em determinado tempo e espaço.” (TERRIN, 1999, p. 19). Já a expressão ritual, para o referido autor, significa “uma ideia geral da qual o rito é uma instância específica. Assim

10 Geertz traz uma abordagem baseada na Antropologia Simbólica, ou Interpretativa. Também conhecida como Antropologia Hermenêutica. Essa abordagem enfatiza a dependência do homem em relação aos símbolos, onde a cultura é determinante no contexto em que homem está inserido.

11 Terrin parte de uma abordagem simbólica e religiosa. Utiliza-se da perspectiva fenomenológica para compreensão da ritualidade.

não existe o ‘ritual’, que é uma abstração. ” (TERRIN, 1999, p. 20). Para entendermos mais a fundo a noção e conceituação da palavra rito, a partir de uma concepção simbólica, segundo a perspectiva de Terrin, vejamos a seguinte definição:

O rito é uma ação que se desenvolve em seu seio uma ‘pragmática transcendental’, enquanto se propõe evitar, a todo custo, a ‘lógica do duplo pensamento’. *Agir de determinado modo significa induzir a pensar de determinado modo*, e como a ação jamais é ambivalente, arredia, equívoca, incerta, realizar a ação ritual significa conter o pensamento dentro das malhas da ação clara e significativa. (TERRIN, 1999, p. 12)

Ao utilizar a referência de Terrin (1999), nosso objetivo maior é, permear a teorização desse autor em relação ao espaço, isto é, entre rito e espaço. Deste modo Terrin demonstra sua preocupação entre essas duas categorias, a partir de uma abordagem fenomenológica:

[...] mas creio que uma consciência ampla a respeito do significado que assume o espaço, em nosso modo de ser e perceber, permite introduzir-nos melhor a relação entre espaço e rito, em seu conjunto. De fato, quando introduzimos o conceito de espaço em relação ao rito e, conseqüentemente, em relação à nossa vivência, não vale mais nem o conceito geométrico e euclidiano de espaço em três dimensões, nem a teoria einsteiniana da unidade quadridimensional de espaço e tempo. Esses conceitos são derivados do pensamento abstrato e não são associáveis aos nossos sentidos. O espaço, na vivência ritual, só pode ser percebido através da nossa sensibilidade. [...] Ora, tudo isso precisa de uma visão unitária e não dispersiva e dicotômica, como sempre, na onda do *cogito* cartesiano, pretendíamos que fosse. (TERRIN, 1996, p. 199)

Através do fragmento exposto a cima, percebe-se a importância dada, pelo autor, ao espaço em relação ao rito. E de acordo com a análise de Terrin (1996), ele se surpreendeu em saber que os antropólogos associavam rito ao espaço, de tal modo que o espaço é considerado um elemento imprescindível e proveniente do rito, de modo a qualificar o rito.

A partir de definições por dois antropólogos, Bocock (1974) e Parkin (1982), em relação ao rito, Terrin (1996) declara a primazia do espaço em relação ao rito, de maneira que o espaço possui uma função além de mero lugar de realização e como condição de possibilidade de cumprir-se o rito, mas como o próprio rito em si, de modo distinto e significativo, já que está atrelada à ideia de movimento. Considerando um espaço estruturalmente definido, já que se refere a um espaço articulado e definido.

A importância da categoria, espaço, para os ritos é tão evidente que, ao fazer uma reflexão da proeminência do espaço para o ritual da capoeira, verificamos que o espaço urbano qualificou a roda de capoeira, isto é, criou condições para a efetivação e consagração do ritual. Pois o espaço urbano, foi e é, lócus das trocas de informações, econômicas, culturais e políticas que cria condições para o surgimento de novos modos de vida. Então a partir da efervescência cultural das cidades onde a capoeira foi estudada, no caso específico de Salvador, lugar onde se tem os primeiros registros da roda de capoeira, é que formaram as condições para a consolidação do ritual da roda de capoeira como conhecemos.

Essa reflexão é baseada na ideia de que a roda de capoeira se constituiu após o surgimento da capoeira em si, como apontam os registros históricos. Mesmo sabendo que os ritos circulares são muito mais antigos que a origem da capoeira, pois estão associados às diversas culturas milenares que se tem registros, acreditamos que foi no território brasileiro que a roda de capoeira surgiu, enquanto ritual próprio e específico da capoeiragem.

Não se sabe, precisamente, qual foi o momento em que a roda de capoeira surgiu, entretanto, segundo Castro (2008), “[...] a roda se desenvolveu e se tornou expressão própria da capoeira a partir da Bahia.” Como a capoeira, desde sua origem, é uma manifestação que possui características diversas na sua forma/conteúdo, ou seja, ela foi e é um fenômeno heterogêneo, pois em sua trajetória histórica, ela adquiriu peculiaridades de acordo com cada cidade em que se desenvolveu. Ademais, mesmo inserida numa mesma cidade, ela desenvolveu características diversas, resultando numa manifestação não uniforme.

Segundo Castro (2008), o jogo (da capoeira) na cidade de Salvador era mais aceito. E argumenta que, possivelmente, a roda pôde se desenvolver na capital baiana devido à ausência de lei que criminalizasse a prática da capoeira. E ainda ressalta que o desenvolvimento da roda de capoeira, na Bahia, engendrou uma sequência de significados lúdicos, simbólicos e mítico-religiosos. Esses significados que a roda de capoeira está engendradora pode ser entendido, de maneira mais detalhada, a partir do fragmento a seguir:

Em Salvador, apenas nos anos de 1920, o jogo, assim como os candomblés, sofreu maior perseguição, comandado pelo temido Pedro Gordilho, mais conhecido como Pedrito, chefe de polícia do Esquadrão da Cavalaria. No território baiano, as rodas se tornaram famosas como lugares de ‘vadiação’, brincadeira e lazer. Espaços não apenas do jogo, mas também de aprendizado, afinal quando se joga também se aprende. Por isso alguns mestres ainda mantêm o antigo hábito de passar lições durante o encontro da roda. Junta-se a isso sua característica semi-religiosa, principalmente nas práticas tradicionais, intimamente ligada a tradição de oferecer comida após a roda,

momento de celebração da sociabilidade e, muitas vezes, de oferenda aos orixás e santos católicos sincretizados pelos devotos.

Religião, comida e celebração são elementos presentes nas festas religiosas que ocorrem em largos próximos as igrejas católicas. Nestes lugares, as rodas de capoeira se tornaram comuns, o que mostra sua integração com o ambiente da cultura local e, ao mesmo tempo, sua afinidade com os cultivos religiosos. (CASTRO, 2008. p.1-2)

É importante entender que o termo “vadiação” não é empregado com uma conotação negativa, dentro do universo da capoeira, essa palavra é usada com um sentido positivo que conota a possibilidade de liberdade e usufruto de um momento, ou seja, um momento livre que os capoeiras podem utilizar para jogar capoeira.

Outra característica importante relacionada à roda de capoeira, em Salvador, é a ligação com os espaços religiosos e profanos. No caso religioso, os largos, que são territorializados por igrejas, onde possuem características de espaços de convívio, onde há a circulação de pessoas assim como as praças públicas. A associação a esses espaços religiosos pelos capoeiras, revela o aspecto místico religioso que permeia a capoeira. As rodas de capoeira também estavam associadas a espaços profanos, como nas cercanias de bares e festas, o que revela o caráter boêmio da manifestação:

O profano, é claro, também faz parte da roda. Os capoeiras ‘vadiavam’ em frente aos botequins, onde realizavam a brincadeira ao mesmo tempo em que se serviam de goles de cachaça, muitas vezes oferecida pelo dono do estabelecimento como contrapartida pelo fato de o jogo atrair curiosos e, conseqüentemente, fregueses para os estabelecimentos. Aos domingos, vestiam um terno branco que chamavam de ‘domingueira’. Era a roupa da missa e do passeio, guardada para esse dia especial e cuidadosamente alinhada. Com este traje jogavam no chão de barro vermelho e nunca se sujavam. Permaneciam limpos e elegantes como se tivessem acabado de sair de casa. (CASTRO, 2008. p. 2)

Segundo Castro (2008), um fato curioso é que a roda de capoeira também era feita no formato de um semicírculo. Entre as décadas de 1940 a 1970 era realizada uma importante e conhecida roda de capoeira no bairro da Liberdade, em Salvador, no formato semicircular, o local era conhecido como Barracão do mestre Valdemar. Pois “Nas comunidades pobres da Bahia, os mestres costumavam erguer ‘currais’ retangulares de madeira para a realização das rodas sob a vista dos que se apoiavam no cercado.” (CASTRO, 2008, p. 2).

Ainda de acordo com Castro (2008), as rodas de capoeira eram também espaços de articulação entre praticantes de capoeira e não praticantes também.

O crescente interesse pelo público que não se restringiam a praticantes da arte fez com que as rodas de capoeira também se tornassem locais de mediação, espaços onde os mundos distantes entram em contato, estabelecem negociações e promovem estratégias de resistência. Mestre Valdemar organizou, entre os anos de 1940 a 1970, um roda importante na Liberdade, bairro operário de Salvador, que acontecia também cercada por um curral de madeira e debaixo de um teto de palha. Uma arquitetura básica para o lugar, que ficou conhecida como o 'Barracão do mestre Valdemar', onde se reuniam nomes lendários da capoeiragem baiana, como Traíra, espinho Remoso, Antônio Cabeceiro, João Grande e intelectuais como Carybé, Jorge Amado, Mário Cravo e Pierre Verger. (CASTRO, 2008, p. 2-3)

Com base em Castro (2008), além do Barracão do mestre Valdemar, que era um espaço informal da capoeira, ocorriam rodas de capoeira nos espaços formais da capoeira, que é o caso das academias de capoeira do mestre Bimba e Pastinha, que foram criadas nas décadas de 1930 e 1940, respectivamente.

Um fator importante para a divulgação e a consequente desmarginalização da capoeira foram as apresentações através rodas de capoeira:

As apresentações das rodas, por atraírem um público maior, transformaram-se em importante meio de divulgação e desmarginalização da arte. No entanto, a capoeira se desenvolveu em espaços sociais que, embora pouco privilegiados, garantiram o ambiente necessário para sua prática. (CASTRO, 2008, p. 3)

Esses espaços pouco privilegiados onde a capoeira se desenvolveu foram palco dos desdobramentos da capoeira durante muitas décadas. Além dos largos e proximidades de botequins, já citados anteriormente, a zona portuária das cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Recife eram lugares propícios para a realização da capoeira:

As antigas cidades portuárias brasileiras, como Salvador, Rio de Janeiro e Recife, receberam grandes levas de africanos e desenvolveram uma cultura local fortemente marcada pelas tradições negras. A capoeira, nessas cidades, possui uma história que atravessa a época colonial, o fim do Império e Primeira República, e permanece como manifestação cultural emblemática de seus respectivos estados. (CASTRO, 2008, p 3)

O mestre de capoeira, é a figura central na roda de capoeira, pois ele é o ente que coordena o ritual, é a autoridade máxima, o possuidor do saber tradicional. E foi na Bahia que o ofício de mestre ganhou destaque e maior prestígio:

Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco foram berço de capoeiras que se tornaram míticos, mas em solo baiano ganhou importância e destaque o ofício do mestre, figura fundamental para a realização das rodas. Detentor do saber, é ele quem articula o ritual, mantém a tradição, transmite o ensinamento, promove recriações, invenções e atua como principal mediador entre a arte e a sociedade formal.

O mestre de capoeira organiza a roda como espaço de uma *performance* que se mantém como legado de práticas de sociedades tradicionais africanas que se enraizaram no Brasil, se corporificaram por meio dessa luta que se dissimula em dança e que foi fundamental para a resistência escrava no período colonial, permanecendo como importante referência da cultura negra. (CASTRO, 2008, p 3-4)

Apesar da roda de capoeira ter sido inserido após o surgimento da capoeira, ela se manteve consolidada até os dias atuais com poucas modificações. Segundo Vieira (1995), em sua obra: “O jogo de capoeira: Cultura popular no Brasil”, afirma, a partir de, depoimentos de mestres antigos de capoeira que:

[...] percebe-se que, em termos de estrutura ritual, a roda de capoeira mudou pouco ao longo dos últimos cinquenta anos. A estrutura ritual que envolve a abertura, o desenrolar e o encerramento da roda tem sido mantida em seus aspectos fundamentais. As alterações significativas tem ocorrido na execução dos toques de berimbau, nas cantigas, nos instrumentos musicais utilizados e no jogo propriamente dito. (VIEIRA, 1995, p. 105)

Inicialmente a roda de capoeira é realizada num espaço físico com formato circular¹². Todos os participantes se posicionam lado a lado, de modo a ficarem de frente para o centro do círculo. Os instrumentos são dispostos em cima do limite concêntrico externo da roda, juntos, local que se torna referência espacial e simbólica para todo o ritual. Os instrumentos são, berimbau, atabaque, pandeiro, reco-reco, agogô, sendo o caxixí um instrumento que acompanha o berimbau. O conjunto dos instrumentos é chamado de bateria.

¹² A roda de capoeira também pode ter formas que se aproxima geometrias de ângulos retos, de formatos retangulares e quadrangulares, assim como já citado o formato semicircular.

A quantidade e a disposição dos instrumentos podem variar de acordo com a escola de capoeira de acordo com sua vertente. Na capoeira Angola, normalmente são três (3) berimbaus, o Gunga, Médio e Viola¹³, dois (2) pandeiros¹⁴, um (1) reco-reco, um (1) agogô e (1) atabaque. Essa quantidade de instrumentos é a formação clássica da capoeira Angola, baseada na escola de mestre Pastinha. Em relação à disposição desses instrumentos, pode haver uma pequena variação em suas posições de acordo com a vertente da capoeira Angola, entretanto, de acordo com escola de capoeira pastiniana, os instrumentos são dispostos da direita para a esquerda (referência de quem está tocando os instrumentos) na seguinte ordem: berimbaus – Gunga, Médio e Viola, pandeiro, agogô, reco-reco e atabaque.

Os berimbaus são os instrumentos de referência para os demais, até porque o berimbau é considerado o instrumento mais importante da capoeira, ele possui uma conotação quase sagrada para alguns na capoeira. Especificamente o berimbau Gunga, é o instrumento que rege os demais, ou seja, ele determina o tipo de toque, o ritmo, o início e término do jogo e da roda. Tradicionalmente é o mestre que se encarrega de tocar o Gunga, na ausência do mestre, o professor ou o capoeirista mais experiente se destina a tocá-lo.

Na capoeira Regional, a formação clássica dos instrumentos é a seguinte, um (1) berimbau e dois (2) pandeiros. Sendo que a disposição deles é o berimbau entre os dois pandeiros. Entretanto nas vertentes contemporâneas da capoeira Regional utiliza-se três berimbaus, Gunga, Médio e Viola, além dos reco-reco e agogô, porém essa formação da bateria é menos comum.

Estas são as duas formações clássicas das rodas de capoeira baseadas nas escolas de Mestres Pastinha e Bimba. Entretanto, na atualidade há também uma variedade de organização e formação do conjunto de instrumentos utilizados na roda de capoeira, os usuais, citados anteriormente. Entretanto não pretendemos discutir sobre todas as formas de organização existentes de uma roda de capoeira.

Assim refletimos que, a organização, quantidade, disposição e a própria relação com os instrumentos musicais, e com a própria música na capoeira reflete parte das referências em termos de fundamentação que determinada escola de capoeira segue e da própria identidade

¹³ Possuem outras denominações que se referem aos mesmo tipos de berimbaus. Esses berimbaus possuem qualidades sonoras distintas. O Gunga emite um som grave, o Médio, um som intermediário entre grave agudo e o Viola, emite um som agudo. Sendo que nesta formação de três berimbaus, cada um desses instrumentos possui uma função definida de como tocar, o Gunga faz a base do toque, sem variações, o Médio acompanha o toque com possibilidade de algumas variações e repiques e o Viola possui a função de repicar e variar o toque estipulado.

¹⁴ Podendo ter apenas um (1) pandeiro.

que cada grupo de capoeira constrói através de sua relação com o espaço, entre os seres e entre as coisas, ou seja, na sua relação e na sua diferenciação a partir do seu relacionamento com o mundo. A ritualística adotada na roda de capoeira reflete a multidimensionalidade do vivido territorial dos atores, isto é, dos realizadores do ritual. Essa multidimensionalidade pode ser percebida nos múltiplos elementos que uma roda de capoeira possui, como o jogo, a música, a organização circular com todos participantes virados para o centro da roda, a teatralidade, combatividade, competitividade, na gestualidade e performance corporal, na construção de um diálogo corporal orquestrado por um conjunto de instrumentos percussivos que dão ritmo e orientação para o delinear dos jogos entre seus participantes, quase sempre na presença de um Mestre de capoeira.

A roda de capoeira é um espaço que reflete as relações humanas e construções sociais, culturais, a até mesmo política, de parcela da sociedade, isto é, a roda de capoeira é um meio da realização de uma tradição cultural que possui diversas intencionalidades, para além da própria ritualística. Assim a roda de capoeira enquanto um evento, cria e recria realidades que são resultados de ações e intenções presentes em cada roda de capoeira de modo a gerar consequências em termos tangíveis e intangíveis, como podemos observar em nossas descrições e análises dos dados gerados e coletados no capítulo 2.

1.5 Territorialidades e territórios: a roda de rua e a roda na rua

Este trecho é essencial para a definição dos elementos que farão parte da análise da territorialidade *da* roda de capoeira. Primeiramente é importante diferenciar a territorialidade *da* roda de capoeira e a territorialidade *na* roda de capoeira. Baseado na discussão sobre território e territorialidade no item anterior, buscaremos caracterizar as especificidades da análise sobre a territorialidade *da* roda de capoeira.

A diferença básica é o foco da análise, enquanto a territorialidade *na* roda de capoeira, significa se ater sobre a dimensão interna à roda de capoeira, ou seja, a relação roda de capoeira e sujeitos/fatores internos (*insight*) e a territorialidade *da* roda de capoeira, significa analisar a dimensão externa à roda de capoeira, isto é, a relação roda de capoeira e sujeitos/fatores externos (*outsiders*). Esclarecido a diferença de territorialidade *da* e *na* roda de capoeira, analisaremos principalmente as relações na territorialidade *da* roda de capoeira, no sentido de,

debater a relação entre, o espaço público urbano, territorialidade, cidadania e roda de capoeira. Isso não significava que alguns fatores da territorialidade interna à roda de capoeira serão deixadas de lado, pois existe uma relação direta entre a territorialidade interna e externa em relação ao ritual da roda de capoeira.

Outra distinção necessária é sobre a roda de capoeira na apropriação da rua, isto é, compreendida pelas expressões presentes no universo da capoeira, roda de rua e roda na rua. A roda de capoeira na rua pode ser entendida como uma apropriação que determinado grupo de capoeira realiza de modo a transpor os costumes e valores presentes no seu grupo, assim as regras também são transpostas para a rua, isto é, as regras são mantidas ao ponto de, os ritos que compõe essas rodas são necessariamente obedecidos, o acesso à roda ser limitado para capoeiristas de outras escolas, o uso de uniforme se torna premissa obrigatória, ou seja, há uma transferência do modo de conduzir o ritual para a rua.

Já as rodas de rua¹⁵, onde o espaço público exerce uma influência através das relações que são estabelecidas na rua, podemos dizer que as regras são mais flexíveis, isto é, os ritos da roda de capoeira podem ser mais flexibilizados a depender da ocasião, o acesso à roda por capoeiristas de outras escolas é algo costumeiro, o uso de uniformes não é obrigatório, podendo o participante jogar com a roupa que está vestido naquele momento.

15 Expressão que conota um sentido mais permissivo no sentido das regras, isto é, as atitudes podem extrapolar as regras da “boa conduta”, e resultar em conflitos corporais agressivos.

2 CAPOEIRA E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA - CIDADE E CULTURA

Não pretendemos aqui nos aprofundar na historiografia da capoeira, mas traçar um panorama geral de sua trajetória histórica no Brasil e em particular em Brasília, isto é, a dimensão histórica da capoeira em Brasília. Buscamos rastrear desde a origem da capoeira até o seu desenvolvimento enquanto fenômeno urbano, que inicialmente se manifestou no espaço público urbano, segundo os apontamentos e registros históricos que se tem da capoeira. Apesar de ser um tema polêmico, não há consenso no universo da capoeira, pois sua origem é entendida de diversas formas, como veremos aqui.

Buscamos compreender os aspectos gerais da capoeira, destacando sua vinculação com o espaço público ao longo do seu desenvolvimento, de modo a entender como se deu a sua transição para os espaços privados, ou seja, as academias de capoeira, além de outros espaços que foram sendo utilizados pela capoeira, chegando a se apropriar de espaços institucionais universitários e escolares num período mais recente de sua história. Ao longo de sua história, considerando os três últimos séculos, a capoeira passou de uma atividade marginalizada, criminalizada, para um bem cultural oficializado pelo Estado brasileiro, com a realização de programas, ações, discussões e elaborações de políticas públicas para o campo da capoeira.

2.1 Reflexões sobre a história da capoeira

A tese do surgimento da capoeira que compartilhamos é a que a considera um fenômeno urbano de matriz africana, criado nos limites territoriais brasileiros no período colonial escravista, sobretudo nos centros urbanos portuários no século XVIII: Rio de Janeiro, Recife e Salvador. Essa tese sustenta nossa análise na medida em que o espaço público urbano foi o principal meio pelo qual a capoeira se desenvolveu, sendo condicionada e condicionante desse processo.

Acreditamos ser importante contemplar os mitos relacionados à origem da capoeira, pois eles são oriundos da tradição oral e fazem parte da herança ancestral presente na cultura afro-brasileira.

No entanto, o fato de evidenciar os discursos míticos em torno do surgimento da capoeira não quer dizer que compactuamos com eles, pois nossa perspectiva em relação ao surgimento da capoeira se estreita com as pesquisas científicas que mostraram a relação do

surgimento da capoeira em alguns espaços urbanos (cidades) no Brasil colônia, denominando essa manifestação popular como arte luta afro-brasileira. A nosso ver, o termo “afro-brasileiro” é o que melhor define a capoeira, pois o significado da palavra perpassa a ideia que melhor representa a realidade histórica da capoeira, visto que considera sua matriz africana e influência cultural brasileira.

Segundo Vieira e Assunção (1998), existem vários níveis de mitificação, e assim entre os quais eles destacam dois: o primeiro é aquele que não possui um fundamento em fatos históricos, nem mesmo nos ensinamentos de mestres antigos, e é criado em momento oportuno para “reforçar determinadas posições ideológicas” de determinada comunidade, sendo difícil identificar seu criador. Nesse nível de mitificação o mito é “repetido tantas vezes que assume ares de verdade incontestável”. No segundo nível, a lógica é baseada numa fundamentação histórica que visa “insistir sobre alguns aspectos em detrimento de outros, que são omitidos”. Ainda de acordo com os referidos autores “estas versões parciais tem tido função importante nos enfrentamentos ideológicos que escolheram a história da capoeira como um dos seus campos privilegiados” (VIEIRA & ASSUNÇÃO, 1999, p.1). Percebe-se então que os mitos são frutos de interesses ideológicos ligados às comunidades que se constituem em torno da capoeira, que expressam determinados interesses que podem ser observados através dos discursos.

Antes de entrarmos propriamente nos principais mitos existentes utilizaremos uma argumentação que organiza os principais discursos em duas correntes: de acordo com Assunção (2012), existem duas narrativas-mestres em relação à origem da capoeira, a nacionalista e a afrocêntrica. Elas “são antagônicas e aparentemente irreconciliáveis: a primeira insiste na ruptura e a segunda na continuidade” (ASSUNÇÃO, 2012, p. 1). A nacionalista “ênfatica tudo que a capoeira tem de novo, para ressaltar a sua originalidade, e portanto, a originalidade da cultura brasileira” e a afrocêntrica “na sua vertente mais fundamentalista, ressalta apenas os aspectos – derivados da África – para demonstrar que a capoeira é, antes de tudo, africana” (ASSUNÇÃO, 2012, p. 1). Assim, a partir das duas narrativas-mestres abordadas por Assunção, exporemos os principais mitos ligados à origem da capoeira, de maneira reflexiva. É importante destacar que os mitos sobre a origem da capoeira estão associados a:

[...] concepções vigentes no interior da comunidade dos praticantes da capoeira, veiculadas por diversos meios (tradição oral, cânticos, apostilas e publicações de pequena circulação), e que têm cumprido a função de manter integrada a comunidade em torno de seus valores considerados fundamentais (VIEIRA & ASSUNÇÃO, 1998, p. 1).

Tendo como base a perspectiva exposta acima, citaremos os principais mitos em torno da capoeira. O mito mais difundido da capoeira é conhecido como o *mito das origens remotas*, que pode ser sintetizado a partir de um fragmento retirado do *jornal da capoeira nº 1* de 1996, que descreve:

Numa noite escura qualquer do século XVI, o primeiro negro escapou da senzala, fugiu do engenho, livrou-se da servidão, ganhou a liberdade... Escapou o segundo e o terceiro, na tentativa de segui-lo, fracassou. Recapturado, recebeu o castigo dos escravos. (...) As perseguições não tardaram e o sertão se encheu de capitães-do-mato em busca dos escravos foragidos. Sem armas e sem munições, os negros voltaram a ser guerreiros utilizando aquele esporte nascido nas noites sujas da senzala, e o esporte que era disfarçado em dança se transformou em luta, a luta dos homens da capoeira (VIEIRA & ASSUNÇÃO, 1998, p. 1).

Este mito é sustentado principalmente pelos praticantes da capoeira Angola¹⁶, que defendem a continuidade da capoeira utilizando o argumento que a capoeira teria vindo direto da África, através do processo de escravidão imposto pelos europeus (portugueses) às diversas etnias africanas, resultando na desterritorialização do continente africano, propiciando assim um processo de reterritorialização no Brasil. O *mito das origens remotas* insiste em dizer que a capoeira surgiu nos espaços rurais do Brasil colônia, como as senzalas, aposentos destinados aos escravos onde sobreviviam em péssimas condições de vida, e nos quilombos, territórios constituídos pelos escravos fugidos, comunidades totalmente autônomas. Entretanto, não há nenhuma fonte histórica que sustente esta tese. A partir desse mito é que algumas pessoas acreditam e defendem que o quilombo de Palmares foi o berço da capoeira, mesmo sem nenhuma evidência histórica que legitime esse discurso. Até mesmo mestre Pastinha, principal sistematizador da capoeira Angola, afirma que havia um mestre que teria chefiado um grupo de capoeiras na guerra de Palmares.

O *mito da unidade da capoeira*, veiculado por diversas escolas, associações e grupos de capoeira, defende que a capoeira é uma “manifestação de contornos nítidos, cuja essência teria

16 Vertente da capoeira que possui concepções ideológicas e prática em relação à capoeira como, busca da ancestralidade africana e tradição da capoeira, teatralidade e ludicidade do jogo da capoeira entre outras. O nome capoeira Angola faz referência à tese que defende que a capoeira surgiu no continente africano em Angola, oriunda de uma manifestação cultural chamada de N'golo. No entanto, a tese do surgimento da capoeira na África é alvo de reconsiderações por parte até mesmo dos próprios integrantes da vertente da capoeira Angola.

mudado pouco ou nada com o passar dos séculos” (VIEIRA & ASSUNÇÃO, 1998, p. 3). Esse mito defende a ideia de que a capoeira surgiu provavelmente no século XVII, em quilombos no interior do Brasil, mesmo sem nenhuma evidência de registros em fontes históricas. Em uma análise em relação a esse mito, Vieira e Assunção (1998) apontam três problemas nesse discurso sobre a origem da capoeira: que ele não explica as discontinuidades na história da capoeira, que não enfoca as variações (diferenças) na própria capoeira e, por fim, que não possibilita uma visão histórica enquanto um processo complexo e dinâmico, ou seja, esse mito está baseado numa visão essencialista e simplista.

Para finalizar a exposição dos principais mitos relacionados à história da capoeira, deixemos o *mito da queima de todos os arquivos* e o *mito da origem indígena*, pois eles não são tão difundidos nos discursos da origem da capoeira, além de serem facilmente desconstruídos pelos fatos históricos. O *mito da queima de todos os arquivos* é sustentado pelo fato de Rui Barbosa ter mandado queimar documentos relativos à escravidão, entretanto Rui Barbosa mandou queimar apenas os documentos de uma repartição pública, basicamente os registros das matrículas dos escravos criados pela Lei do Ventre Livre em 1871, para evitar que ex-proprietários de escravos pedissem indenização ao governo. O *mito da origem indígena* apesar de ser mais tímido, no universo da capoeira, persiste. Este mito, em linhas gerais, defende que a capoeira possui uma matriz indígena, argumentando que a capoeira surgiu provavelmente em aldeias indígenas no Brasil, porém sem nenhuma comprovação histórica.

Na conclusão do artigo *Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira* (1998), Vieira e Assunção apontam que “os mitos sobre a história da capoeira servem para confirmar estereótipos existentes. São constitutivos de uma visão essencialista da capoeira, simplificadora e a-histórica”, pois defendem que a história da capoeira não é linear, mas repleta de contradições e rupturas. Assim, segundo os dois autores citados, as discontinuidades e ambiguidades presentes na história da capoeira tornam-se um impedimento para a construção de um espírito de grupo, pois os mitos “permitem a articulação de uma identidade e a legitimação das posições dos grupos dentro do mundo da capoeira como também dentro da sociedade mais abrangente” (VIEIRA & ASSUNÇÃO, 1998, p. 25)

Um dos registros mais antigos que se tem da capoeira foi obtido através de um documento do Brasil Colonial relativo à libertação de um escravo de nome Adão em 1789, preso por praticar capoeiragem nas ruas do Rio de Janeiro, encontrado pelo jornalista Nireu Cavalcanti, especialista em história urbana. As referências iconográficas mais antigas que se

tem registro fazem parte das obras Viagem Pitoresca no Brasil (1839)¹⁷, de Johann Moritz Rugendas (1802-1858); “Danse de la Guerre” (1835), figura 2 e “San Salvador” (1835), figura 3.

Figura 2 - Jogar Capoeira ou Dança da Guerra



Fonte: RUGENDAS, 1835

¹⁷ “Em relação à capoeira, existem duas imagens e algumas linhas do texto do quarto caderno da quarta divisão do livro "Usos e costumes dos Negros". A prancha intitulada Jogar Capoeira ou a dança da guerra (oposta às danças do amor) pertence à mesma secção (16a entrega, abril 1835).” (ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA PALMARES, 2007) Acesso em: 15 de jul. 2014.

Figura 3 - São Salvador



Fonte: RUGENDAS, 1835

Abordaremos a origem da palavra “capoeira”. Há um debate em torno da etimologia da palavra capoeira, de que durante muitos anos a versão que referia a “mato rasteiro”, “mato ralo”, “mato baixo”, esteve ligada à noção de “vegetação mirrada que sobrevive após a queimada por fazendeiros em florestas densas, e onde os escravos em fuga se escondiam para praticar sua ‘dança-luta’” (SOARES, 2004, p. 17).

Soares revela que esta tese foi divulgada pela primeira vez em 1923 e tornou-se verdade aceita por longa data. Entretanto há outra versão sobre a origem da palavra. De acordo com Soares, em 1879, o *Dicionário de vocábulos brasileiros*, escrito pelo visconde de Beaurepaire Rohan, diz que a palavra *capuera* com u refere-se à vegetação rasteira e *capoeira* com o possui outros significados, dentre eles o de cesto levado pelos escravos na cidade.

Assim, a versão do significado associado ao contexto urbano do Rio de Janeiro através de escravos que carregavam os cestos na cabeça, possuíam habilidades com as pernas e hora faziam disputas entre eles, usando-as como armas, ganhou notoriedade maior quando em 1926 foi publicado alguns artigos no jornal *Rio Esportivo* que enfatizavam a hipótese do termo vir do fato dos escravos da estiva no Rio de Janeiro andarem com o cesto *capoeira* na cabeça pelas ruas, enquanto “forjavam estranha briga de pernas, que seria o embrião da capoeira” (SOARES, 2004, p. 17). Compactuamos com a ideia do termo *capoeira* advir de um contexto urbano em

oposição à versão ligada a um espaço rural que se refere à cobertura vegetal, motivados pelas evidências nas pesquisas que defendem a origem da palavra como uma questão urbana.

Partindo dos indícios da capoeira, na sua trajetória urbana, a literatura sobre a história da capoeira, no que concerne ao espaço urbano, especificamente a rua, é rica em apontar e descrever os aspectos relacionados à prática espacial da capoeira, sobretudo em Salvador, Rio de Janeiro e Recife.

O pesquisador Jair Moura em uma de suas últimas obras publicadas, “*A capoeiragem no Rio de Janeiro através dos séculos*” (2009), fez uma síntese desde a implantação e desenvolvimento da capoeiragem no Rio de Janeiro, por meio de artigos desconhecidos, livros, reportagens e entrevistas que narram acontecimentos marcantes, fatos, eventos e situações que marcaram a história da capoeira nos séculos XVIII, XIX e XX. Um objetivo “primordial”, como o próprio autor escreveu naquela obra, foi ressaltar a inserção da capoeira nos setores mais elitizados da sociedade carioca, de modo a investigar a participação de políticos, militares, homens letrados na prática da capoeira. Essa obra revela que o universo da capoeiragem carioca era frequentado, também, por homens dos setores mais elevados do Rio de Janeiro, de modo a dissociar a associação da capoeiragem carioca, exclusivamente, com a criminalidade.

Ao se deparar com o livro *Estudos Históricos Sobre A Polícia Da Capital Federal De 1808 A 1831*, escrito por Elísio de Araújo, acessado na Imprensa Nacional do Rio de Janeiro, Moura cita um oficial militar que provavelmente foi um dos capoeiras mais antigos que se tem notícia:

[...] no dizer do ilustrado Dr, J.M. de Macedo, já no tempo do marquês do Lavradio, em 1770, existia na pessoa de um oficial de milícias, o tenente João Moreira, por alcunha o ‘amotinado’, que, dotado de prodigiosa força, de ânimo inflamado, talvez fosse o mais antigo capoeira do Rio de Janeiro, porque jogando perfeitamente a espada, a faca e o pau, dava preferência à cabeçada e aos golpes com os pés (MOURA apud ARAÚJO, 2009, p. 08).

Uma característica marcante da capoeiragem carioca, descrita com muita propriedade pelo historiador Carlos Eugênio Líbano Soares na obra *Negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro (1850 a 1890)*, foi a presença das maltas, que eram grupos formados por indivíduos que chegavam a ter de dezenas a centenas de integrantes. As maltas disputavam a geografia da cidade, formando territórios de influência e domínio, de modo a ameaçar a ordem da cidade. Esses grupos eram compostos por uma diversidade de integrantes, desde escravos, mulatos, mestiços e homens brancos.

Segundo Soares (1999), as maltas mais famosas e com o maior domínio territorial eram dos Guaiamuns e dos Nagôs (figura 4), as quais estavam vinculadas à regiões específicas da cidade. A malta Nagoa atuava para manter o domínio territorial na periferia do Rio de Janeiro, antiga Cidade Velha, estava associada ao partido conservador, monarquista, e tinha a tradição africana, especificamente da etnia Nagô, como referência cultural. Já os Guaiamuns dominavam o centro da cidade, chamado de Cidade Nova, e defendiam os interesses do partido liberal, ou seja, estavam vinculados às ideias republicanas, sua referência cultural estava ligada à tradição dos mestiços, constituída por imigrantes, crioulos, homens livres e intelectuais. A malta Nagoa utilizava, como característica definidora de seus membros, chapéu com lenço vermelho, e era formada por descendentes de etnias africanas. No caso da malta dos Guaiamúns, o costume era utilizar lenço branco no chapéu. Essas maltas de capoeiras disputavam o espaço geográfico da cidade do Rio de Janeiro, de modo a territorializar alguns espaços públicos urbanos, através de seus territorialismo, segundo a noção de Souza (2010), que associa esse termo a uma estratégia de domínio e controle por meio de suas territorialidades.

Figura 4 - Conflito entre as maltas Nagoas e Guaiamuns na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: (MOURA apud MARTINS, 2009, p.88) Acervo da Biblioteca Nacional

Jair Moura descreve que existia um código de honra que permeava a cultura das maltas: “O comportamento desses grupos estava sempre vinculado ao cavalheirismo, que predominava, notadamente entre os mais fortes. A honra da mulher ultrajada, o salvamento de uma criança era motivo para serem desencadeadas batalhas que se travavam nas ruas do Rio primitivo”

(MOURA, 2009, p. 17). O referido pesquisador enumera as regras que predominavam entre os membros das maltas:

1 – não usar nunca arma de fogo, só se permitindo a navalha e o cacete; 2 – não trabalhar na segunda-feira, sacrificando qualquer negócio pelo respeito a esse princípio; 3 – vestir-se de maneira característica: calça larga, paletó sempre aberto, botina de bico bem fino, lenço no pescoço; 4 – portar-se a caráter, isto é, andar gingando, apoiar-se numa perna flexionando a outra, palito de canto na boca, não falar de perto com ninguém (a não ser com mulher bonita) e 5 – usar chapéu como arma de defesa, dobrando-o, e mantendo-o na mão esquerda (MOURA, 2009, p. 17).

Por meio dessas regras é possível compreender mais a fundo a cultura que estava inserida nas maltas, bem como as características que estavam associadas a esses grupos. Esse código de conduta pode ser visto à luz do genespaço de Gomes (2010), pois essas relações estabelecidas nos grupos comunitários, ou seja, nas maltas dos capoeiras, formavam identidades comunitárias próprias, através dos traços étnicos, culturais, históricos, morfológicos, comportamentais, de modo a gerar um sentimento de pertencimento, onde o coletivo tem prevalência sobre o indivíduo (ver capítulo 1, item 1.1).

Um marco na história da capoeira, no sentido de instituir a criminalização da prática de capoeira, foi através do Código Penal brasileiro de 1890, início da República. Consideramos que o processo de marginalização e coerção da capoeira era algo já amplamente difundido pelas autoridades policiais desde o Brasil colônia. Assim, a codificação penal da prática da capoeiragem foi uma consolidação do que já ocorria na prática cotidiana dos centros urbanos onde ela estava presente, pois inclusive já havia determinações no sentido de castigos e penalizações diversas em relação aos capoeiras, sobretudo escravos negros. Chamamos a atenção para o fato do Decreto 847 de 11 de outubro de 1980, no capítulo XIII, que se refere aos vadios e capoeira, enfatizar logo no início do seu artigo 402, como pode ser observado a seguir, a proibição da prática da capoeiragem nas ruas e praças públicas, especificamente:

Capítulo XIII -- Dos vadios e capoeiras Art. 402. **Fazer nas ruas e praças públicas** exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal; Pena -- de prisão celular por dois a seis meses. A penalidade é a do art. 96. Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dobro. [...] Art. 404. Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, perturbar a ordem,

a tranquilidade ou segurança pública ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes (BRASIL, 2013, grifo nosso).

Portanto, podemos perceber que o foco e objetivo maior do decreto foram combater aqueles capoeiras que se manifestavam nos espaços públicos das cidades. Entendemos que a constituição brasileira de 1890, assim como as leis que se submetiam à carta magna, estava baseada em pressupostos liberais, isto é, na propriedade privada e livre concorrência. Assim, a concepção expressa no artigo 402 possui influência da ideologia liberal, já que o Brasil passara de império para república, a República dos Estados Unidos do Brasil, de modo que o espaço privado deteve prevalência e maior importância sobre o espaço público em geral.

A Bahia, conhecida como a meca da capoeira, possui numerosos relatos de capoeiras que atuavam nos espaços públicos das cidades, sobretudo no fim do século XIX e início do século XX. Antônio Liberac Pires estudou o período de 1890 a 1937 na sua obra *A capoeira na Bahia de Todos os Santos: um estudo sobre a cultura e classes trabalhadoras*. Esses registros vieram de fontes jornalísticas e de documentos de arquivos policiais que relatavam fatos que envolviam os capoeiras. Desse modo Liberac Pires investigou expressões como “bambas”, “capadócio”, “navalhistas”, “valentões”, já que esses termos se referiam aos capoeiras que agiam nos espaços urbanos de Salvador:

Reconstituindo o cotidiano dos estivadores, carregadores, peixeiros e sapateiros, envolvidos em conflitos com policiais, marinheiros e outros ‘populares’ nas ruas de Salvador, reconheceu capoeiras como ‘valentes e desordeiros’, recorrendo à descrição dos golpes utilizados nas brigas e arruaças, constantes nos registros para a caracterização do que chama o autor de ‘cultura da capoeiragem’ (OLIVEIRA & LEAL, 2009, p. 38).

Portanto, podemos perceber que os espaços públicos, palco da maioria dos acontecimentos que envolviam os capoeiras, eram lugares adversos. Há também alguns relatos de casos que envolviam mulheres na capoeiragem baiana, com menor frequência se comparado aos homens, pois a rua também era frequentada por mulheres:

As ruas eram espaços hostis, considerados perigosos, lugar de violência, do crime. Era um espaço privilegiado dos homens, todavia, as mulheres também os ocupavam, com suas atividades produtivas, como era o caso das ganhadeiras, cuja atividade econômica de venda de produtos dependia quase que exclusivamente da sua circulação pelas ruas em busca dos compradores de suas mercadorias. Outras mulheres também circulavam pelas ruas em busca

de seus afazeres, outras ainda, para o oferecimento de seus serviços, como era o caso das prostitutas (OLIVEIRA & LEAL, 2009, p. 118-119).

Podemos notar que as relações entre os capoeiras e outros atores sociais eram estabelecidas no universo do espaço público. Os espaços públicos apropriados pela capoeiragem eram territorializados a partir de seu territorialismo, segundo a noção de Souza (2010), enquanto uma estratégia espacial de domínio e controle territorial, mesmo que parcial e temporário dos capoeiras, como analisamos a seguir:

Aspectos da vida de muitos capoeiras, lembrados ao menos por seus nomes ainda hoje, **foram revelados a partir da observação dessas ruas**. A vagabundagem, as zonas de prostituição, os sangrentos conflitos e os **territórios socialmente demarcados**, assim como a masculinização de comportamentos femininos, **são elementos produzidos nas relações estabelecidas entre esses indivíduos no espaço público, tecendo assim seu cotidiano**. São esses indícios sobre mulheres capoeiras na cidade da Bahia, nas primeiras décadas da República, carentes de investigação mais aprofundada (OLIVEIRA & LEAL, 2009, p. 135-136, grifo nosso).

Recife possui relevância histórica significativa na história da capoeira. No entanto, é a cidade onde não houve muitos estudos e o material bibliográfico e documental sobre a capoeira é pouco aprofundado se comparado às cidades do Rio de Janeiro e Salvador. A bibliografia existente sobre a capoeira em Recife está ligada à história dos valentões, capoeiras destemidos que eram conhecidos por suas bravuras em conflitos corporais pelas ruas da cidade, inclusive com uma relação bem estreita com o frevo, manifestação popular cultural pernambucana.

Segundo a cronologia da capoeira, o início do século XX foi marcado também pela política de repressão da capoeira, porém houve alguns esforços no sentido de sistematizar a capoeira. Em 1907 houve a edição do livreto *Guia do Capoeira ou Gymnástica Brasileira*. Em 1909 houve a famosa luta entre o lutador de capoeira Ciríaco e Sada Miako, lutador de Jiu-Jitsu, de modo que a luta obteve alvará de realização expedido pela polícia, o que representa um início da aceitação oficial da arte luta. Em 1928 Aníbal Bulamarqui, conhecido como Zuma, elaborou um manual de métodos e técnicas sobre a prática da capoeira, de maneira a criar nomenclatura, ilustrações de golpes, espaço de competição, regulamento de competição, critérios, uniformes e fundamentação histórica entre outras informações.

Ainda de acordo com a cronologia da capoeira, em 1932 foi fundada a primeira academia de capoeira, que obteve autorização para seu funcionamento, por Mestre Bimba, Manuel dos Reis Machado (1900-1974). Logo após Mestre Bimba criou o Centro de Cultura Física e Luta Regional Baiana, por meio do alvará 111, expedido pela Secretaria de Educação,

Saúde e Assistência de Salvador. Assim Mestre Bimba, através da criação de um método de ensino sistematizado da capoeira, com um viés esportivo que buscava a eficiência técnica, alcançou alunos da elite da sociedade soteropolitana, entre eles estudantes universitários, militares e membros de classes sociais mais abastadas. E em 1940 o novo Código Penal Brasileiro não se referia mais à capoeira enquanto crime, portanto a capoeira deixou de ser criminalizada.

De acordo com Filho (2012), em 1936 foi feito o 2º Congresso Afro-Brasileiro na Bahia, cuja proposta de organização política cultural da capoeira era a União dos Capoeiras da Bahia, formados integralmente, segundo o pesquisador citado, por angoleiros. O evento estava sob à coordenação de Édison Carneiro. Segundo aponta Filho (2012), Liberac Pires, pesquisador renomado da capoeira, lançou a hipótese da criação do Centro Esportivo de Capoeira Angola, academia fundada pelo Mestre Pastinha, ter saído do Congresso. Ainda de acordo com o estudioso supracitado, a denominação da capoeira Angola surgiu a partir do momento que Pastinha começou a ensinar capoeira:

A escolha de Mestre Pastinha pela comunidade de capoeira tradicional, que resistia à proliferação da capoeira moderna, da moda, a luta regional baiana, não foi apenas pelo seu conhecimento técnico e domínio corporal, Como conta, ele estava afastado há quase 30 anos da prática sistemática e cotidiana da capoeiragem. A sua escolha de ‘mestrar’ a capoeira tradicional baiana, que passou então a ser chamada de capoeira angola, foi pelo seu grau de mestria, pelo seu alto conhecimento espiritual e filosófico, pelo seu caráter de educador. [...] Em um universo de iletrados, Pastinha era um dos únicos que sabia escrever bem, tendo condições de ser um mediador que articulasse a capoeiragem tradicional com outros setores da sociedade, a fim de garantir a aceitação e ascensão dessa prática cultural [...] (FILHO, 2012, p. 74).

Em 1941 Mestre Pastinha, Vicente Joaquim Ferreira Pastinha (1889-1981), funda o Centro Esportivo de Capoeira Angola (CECA), em Salvador no bairro do Pelourinho. Pastinha foi o primeiro Mestre a obter autorização oficial para o ensino regular da capoeira Angola, foi um intelectual orgânico, assim como Mestre Bimba, isto é, foi um articulador, propagador e sistematizador da escola de capoeira Angola. Segundo Almeida (2009), Mestre Pastinha funda sua primeira escola de capoeira em 1910, porém não cita detalhes sobre onde nem como funcionava este trabalho.

De acordo com Almeida (2009), tanto Bimba como Pastinha mudaram a direção da capoeira ao romperem com os “arruaceiros”, isto é, com aquele perfil de capoeiras que estavam constantemente envolvidos em conflitos pelas ruas. Assim, esses dois Mestres se destacaram

pela capacidade de organização, sistematização e articulação que detinham, considerados os principais ícones enquanto Mestres de capoeira ao longo da história, responsáveis pela fundação das principais escolas de capoeira, Angola e Regional¹⁸. Chamamos a atenção para o fato de terem existido outros grandes Mestres de capoeira antes mesmo e concomitantemente à Bimba e Pastinha que foram responsáveis pela difusão e ensino da capoeira, ainda que numa proporção e alcance menor.

Após as décadas de 1930 e 1940, sobretudo através dos trabalhos desenvolvidos pelos Mestres Bimba e Pastinha, a capoeira começou a ser disseminada através do ensino sistematizado da arte luta, principalmente em espaços privados, as academias de capoeira, tanto por seus próprios discípulos, como por outros Mestres de capoeira e conseqüentemente seus alunos.

Nas décadas de 1950 e 1960 a capoeira se expandiu por meio de seu ensino, sobretudo pelos discípulos formados dos Mestres Bimba e Pastinha. Segundo Almeida (2009), Paizinho, Canjiquinha e Valdemar foram para o Sudeste brasileiro em busca de uma qualidade de vida melhor, especificamente para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Foi através das rodas de rua, inicialmente, que angariaram praticantes, somente depois por meio de academias. Mestre Ananias foi um dos percussores da capoeira a chegar a São Paulo, no ano de 1953, e foi responsável pela realização da famosa roda da Praça da República.

Ainda de acordo com Almeida (2009), em 1967 Mestre Suassuna se mudou para a capital paulista, aliou-se ao Mestre Brasília, que já estava lá há dois anos, e criaram um dos grupos mais influentes do Brasil. Suassuna era o único Mestre da vertente da Regional de São Paulo, de modo que Mestre Brasília ensinava capoeira Angola e Mestre Suassuna capoeira Regional. A partir desse contato entre as duas vertentes houve a criação de um estilo que misturou elementos das duas escolas, Angola e Regional, e formou-se um estilo novo. Segundo o Mestre Brasília eles não estavam preocupados em difundir e jogar capoeira em primeiro

¹⁸ Acreditamos que a oposição entre a capoeira Angola e capoeira Regional, no sentido de legitimar e afirmar qual das duas vertentes é mais autêntica, é uma discussão equivocada, pois compreendemos que o processo de desenvolvimento da capoeira antiga, ou seja, a capoeiragem, foi multifacetado e variado, o que nos leva a concluir que, antes das escolas dos Mestre Bimba e Pastinha, o que existia era uma variedade de estilos e formas de se praticar a capoeira. Além das divergências de visões de mundo entre as concepções da capoeira Angola e Regional, entendemos que a “disputa” entre praticantes e Mestres das duas vertentes citadas reflete uma disputa por espaço e poder, no sentido de se afirmarem enquanto guardiões da capoeira verdadeiramente genuína, o que é contraditório pelo fato da origem e desenvolvimento da capoeira ter sido altamente heterogêneo, com meandros que ainda não foram devidamente esclarecidos no que se refere à sua construção histórica.

plano, praticavam a capoeira independente do estilo adotado, entretanto em 1974 formou-se a Federação Paulista de Capoeira.

No caso do Rio de Janeiro, segundo Almeida (2009, p. 49), o Mestre Sinhozinho, Agenor Sampaio, descendente da capoeiragem carioca, “a capoeira dos malandros, violenta, criativa, mas sem música ritual ou jogo”, foi o principal Mestre entre as décadas de 1930 e 1960 no Rio de Janeiro, e trocou experiências com alguns de uma turma de alunos da zona sul da cidade que posteriormente influenciou o estilo que viria a aparecer, denominado por alguns de capoeira contemporânea¹⁹, estilo que se perpetuou e se expandiu por meio de jovens de classe média da zona sul do Rio de Janeiro, com influência da capoeira Regional de Bimba. Quando alguns desses praticantes iam para Salvador, na Bahia, treinar em sua academia, além de terem vivenciado referências da capoeira Angola, retornavam ao Rio de Janeiro e desenvolviam as técnicas aprendidas e conhecimentos adquiridos, por meio de treinamentos e prática constante, baseados em metodologias de ensino que foram sendo experimentadas. Segundo Almeida (2009, p. 48), outro personagem marcante que migrou para o Rio de Janeiro, oriundo de Itabuna, Bahia, foi o Mestre Artur Emídio, a convite do lutador Valdemar Santana em 1950. Após dois anos vivendo na cidade carioca, ele abriu a primeira academia de capoeira do Rio de Janeiro, na zona norte, no bairro do Bomsucesso. Ele influenciou uma geração de capoeiras do Rio de Janeiro. Conhecido pelo seu “jogo eficiente e muitos golpes voadores”, seu ensino era baseado em um método similar ao de Mestre Bimba, “mas realizados ao som do berimbau tocado em ritmo rápido.” (ALMEIDA, 2009, p.48)

Com a inserção da capoeira na zona sul, de acordo com Almeida (2009), capoeiristas da classe média alta fundaram um dos grupos de capoeira maiores desde seu surgimento, o grupo Senzala, inicialmente através dos irmãos Rafael e Paulo, além de Gilberto Flores. Logo após Mestres Peixinho, Nestor, Claudio Danadinho, entre outros, difundiram um método com fundamentações acadêmicas de treinamento que influenciou várias outras escolas de capoeira que surgiram posteriormente. Após o retorno de uma temporada de dois meses de treinamento na academia de Mestre Bimba em Salvador, no ano de 1963, os irmãos Paulo e Rafael continuaram a treinar no terraço de seu edifício em Laranjeiras até formar uma turma de

¹⁹ “Um dos maiores embates entre capoeiristas diz respeito à polêmica expressão ‘capoeira contemporânea’. Para os mais jovens, trata-se de uma nova capoeira, um estilo nascido a partir da mistura da Angola e Regional – caracterizado por movimentos mais alongados, um jogo atlético e veloz e muitos saltos, que não fazem parte do repertório tradicional da modalidade. Os mais antigos insistem que a capoeira contemporânea não é um estilo, mas simplesmente a capoeira praticada hoje, com todas as influências das últimas décadas. Para os angoleiros, a capoeira contemporânea nem sequer existe. [...]” (ALMEIDA, 2009, p.51).

praticantes. Em 1966, numa apresentação em um clube, a turma de capoeiristas foi apresentada oficialmente como Sensala. Segundo um relato do Mestre Peixinho:

‘Não tínhamos um mestre mais velho, éramos todos da mesma idade, o que se tornaria a grande diferença entre o Sensala e os outros grupos’, lembra mestre Peixinho, um dos fundadores do grupo. Capixaba de Vitória, Peixinho é hoje um dos quatro mestres em atividade no Rio. ‘**Antes do grupo Sensala, a capoeira era uma prática de rua**’, informa. Nós passávamos a nos preocupar também com o condicionamento físico dos alunos, desenvolvendo uma visão mais acadêmica do ensino da capoeira. ‘Partimos de Bimba para criar nosso método’ (ALMEIDA apud PEIXINHO, 2009, p. 49, grifo nosso).

Podemos perceber na observação supracitada de um dos Mestres fundadores do Sensala, que além de não terem um mestre mais velho entre eles naquela época, o que resultou numa relação mais horizontalizada, a capoeira era, antes da criação desse grupo, uma prática sobretudo de rua, referindo-se ao Rio de Janeiro. Os Mestres do Sensala começaram a dar aulas de capoeira nas Universidades, de modo a ampliar, a difundir a prática da capoeira em espaços acadêmicos para as classes média e alta, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro, PUC e Fundação Getúlio Vargas. Segundo Almeida:

[...] Como as turmas eram bem grandes, com mais de trinta alunos, o Sensala precisou desenvolver novas metodologias de ensino. O treino era feito a partir do método da capoeira regional. Foram adicionados uma ginástica de aquecimento, um treino sistemático e repetitivo de golpes e uma graduação para alunos, simbolizados por cordões de diferentes cores, amarrados na cintura. Também era obrigatório o uso de uniformes, o que conferia um caráter mais sério e organizado às aulas. Durante as férias, todos iam à Bahia treinar nas academias de Bimba e Pastinha e voltavam ao Rio trazendo os novos movimentos aprendidos. A evolução era evidente, grandes grupos e associações cariocas fundados depois, como Abadá-Capoeira (Associação Brasileira de Apoio ao desenvolvimento da Arte-Capoeira), de mestre Camisa, e o grupo Capoeira Brasil, de mestre Boneco, tem como líderes ex-integrantes do Sensala. O grupo teve 34 mestres ao longo de sua história. Hoje, 17 deles estão em atividades em núcleos no Brasil e exterior (ALMEIDA, 2009, p. 49-50).

Percebemos então que a inserção da graduação através de cordões coloridos foi fruto desse processo de inovação da capoeira pelos Mestres do Rio de Janeiro, inspirados na perspectiva desportiva de outras artes marciais, já que a capoeira passava por um processo de esportização, sobretudo nas situações citadas, que exerceram influências em uma quantidade expressiva de outros grupos de capoeira espalhados pelo Brasil.

Nas décadas de 1960 e 1970, a capoeira passou, em grande parte, por um processo de expansão, seja pelos Mestres que migraram para o sudeste brasileiro, ou mesmo aqueles que eram nativos de lá e foram formados Mestres, seja até, em alguns casos, pelos Mestres que foram se aventurar em outros países, por meio do ensino da capoeira. Muitos grupos de capoeira se vincularam de alguma forma com a perspectiva da esportização da arte luta, inclusive alguns grupos se filiaram à Federação de Pugilismo a fim de tentar padronizar e criar regras e objetivos para a capoeira. Entretanto, houve por outro lado vários grupos de capoeira que não se vincularam a essa corrente desportiva, por exemplo as escolas de capoeira Angola, entre outras escolas diversas. Segundo Almeida (2012), Brasília também contribuiu para o cenário nacional da capoeira na década de 1970:

Como o Rio de Janeiro e a Bahia, Brasília também pode ser vista no radar da capoeira no Brasil do presente. Os mestres Hélio Tabosa, Adilson e Zulu foram três dos principais pioneiros da capoeira brasileira. Carioca, filho de militar, Tabosa mudou-se para o Planalto Central tão logo Brasília foi inaugurada por Juscelino Kubitschek. [...] ‘Brasília é uma cidade atípica, que recebeu gente de todo território nacional. Temos aqui todos os tipos de capoeira sem que haja conflito de modalidades.’ Tabosa e mestre Zulu, treinaram juntos na Universidade de Brasília, no início de 1970. De lá para cá tornaram-se grandes amigos – e parceiros na difusão da capoeira na capital. Zulu afirma: ‘A visão que tenho da capoeira de Brasília não seria de particularidades, mas de várias vertentes de capoeira existente no país’ (ALMEIDA apud TABOSA; ZULU, 2012, p.51).

A década de 1980 foi marcada por uma intensa expansão da capoeira no Brasil e no mundo, além de um movimento de resgate da capoeira Angola. Segundo Almeida (2012), com a morte de Mestre Pastinha no início de 1980, a vertente Angola ficou restrita a apenas algumas academias em Salvador, pois passava por um período de abatimento que refletia no seu processo de ensino e expansão. Assim, em 1982 Mestre João Pequeno, formado por Pastinha, foi um dos responsáveis pela recuperação da capoeira Angola, fundou uma escola que possuía também a função de prestadora de serviços:

Além de desenvolver um método de ensino que contemplasse turmas com muitos alunos, o mestre promovia exposições, seminários e fabricava instrumentos. Esse novo modelo de funcionamento serviria como referência para outras importantes escolas de capoeira Angola até hoje em plena atividade, inclusive a de João Pequeno (ALMEIDA, 2009, p. 54).

Outro grande articulador do resgate da capoeira Angola, ocorrido na década de 1980, segundo Almeida (2012), foi Mestre Moraes, também discípulo de Pastinha, responsável por

fundar o Grupo de Capoeira Angola Pelourinho – GCAP em 1980. Após a morte de Pastinha em 1981, Moraes resolveu voltar para Salvador para preservar e valorizar a tradição da capoeira Angola pastiniana. Mestre Moraes se aprofundou nos estudos sobre a capoeira Angola, fez uma graduação acadêmica e aprendeu a língua inglesa, tornando-se grande referência teórica e ideológica da capoeira Angola:

Ao retornar a Salvador na década de 1980, uma das primeiras ações de Moraes foi organizar eventos e oficinas com a participação de mestres ainda em atividade, como João Pequeno, Paulo dos Anjos, Virgílio e Curió. Foi ele que reencontrou João Grande trabalhando como frentista. Seu grupo de capoeira GECAP, foi um dos primeiros a se instalar no Forte de Santo Antônio, além do Carmo, em Salvador. Onde os nomes mais representativos da capoeira Angola dão aula. Além de Moraes, os mestres Curió, João Pequeno, Boca Rica, Pelé da Bomba e Bola Sete possuem academias de capoeira no forte. Um time e tanto, pequeno e genial, a quem coube passar o legado de Pastinha para os mestres do futuro (ALMEIDA, 2009, p. 56).

Após esse processo de resgate da capoeira Angola pastiniana, esta vertente ganhou destaque e crescimento no cenário nacional e mundial. Um importante articulador da capoeira Angola, que foi um grande difusor da vertente Angola da escola de Pastinha nos Estados Unidos,

[...] Em 1995, o mestre carioca Cobra Mansa criou em Washington, nos Estados Unidos, a Fundação Internacional de Capoeira Angola (FICA), com os mestres Jurandir Nascimento e Valmir Damasceno. A instituição tem núcleos no Brasil, (Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, e Goiás), em nove cidades americanas, além da França e Moçambique. Em 2004, depois de dez anos em Washington, Cobra Mansa voltou para o Brasil e hoje divide entre sua escola em Coutos, subúrbio de Salvador, e muitas viagens ao exterior para difundir a arte (ALMEIDA, 2012, p. 56).

Podemos dizer então que na década de 1990 a capoeira já se encontrava altamente internacionalizada, independente da vertente ou estilo de capoeira, pois o processo de difusão e expansão da arte luta foi acelerado pelo desenvolvimento da globalização cada vez mais latente. Assim, muitos professores e mestres de capoeira migraram para outros países para implantar academias de ensino de capoeira, sendo que muitos consolidaram seus trabalhos em diversos países, em todos os continentes, exceto na Antártida. Entretanto, esse processo de expansão da capoeira foi visto por alguns com crítica, pois o crescimento acentuado da capoeira gerou muitos professores e Mestres que foram formados precocemente, com pouca experiência e conhecimento, o que refletiu numa distorção de alguns fundamentos, formas e perspectivas do que é a capoeira na sua prática e no seu conteúdo.

O último registro que se tem sobre a quantidade de países onde há a presença da capoeira foi feito no início dos anos 2000, apontou 150 países onde havia a prática da capoeira. Atualmente, considerando a sua expansão, crescimento e os processos de globalização que facilitam as trocas de informações e pessoas, além de outros aspectos, a quantidade de novos países e, sobretudo, de novas cidades que possuem a prática da capoeira está aumentando.

2.2 Reflexões sobre a história da capoeira em Brasília

Esta parte da pesquisa se destina a periodizar a capoeira na escala Brasília. Portanto, temos o propósito de compreender o surgimento, desenvolvimento e percurso da capoeira no Distrito Federal, sob a luz da territorialidade e território, de forma a analisar a evolução espaço/temporal da relação capoeira e espaço público urbano em Brasília. Pretendemos aqui tomar conhecimento da trajetória da capoeira brasiliense, rastreando sua vinculação com o espaço público urbano da cidade.

A contextualização histórica da capoeira em Brasília servirá de alicerce para a compreensão do nosso objeto de estudo inserido na cidade, de análise da investigação. Pretendemos identificar as principais características da trajetória da capoeira no espaço público urbano em Brasília, utilizando a roda de capoeira como norteadora da trajetória da capoeira no Distrito Federal.

Podemos dividir a história da capoeira de Brasília em décadas que vão de 1960 a 1970, 1980 a 1990, e 2000. A trajetória da capoeira em Brasília é recente, sobretudo se comparada às cidades consideradas matrizes da capoeira, que são Salvador, Rio de Janeiro e Recife, cujas respectivas histórias da capoeira remontam, no mínimo, do século oitocentista. Entretanto, apesar de Brasília possuir uma história nova no universo da capoeira, a cidade conta com uma produção única e diversa em diversos aspectos da capoeira, seja pela qualidade técnica, quantidade de escolas de capoeira, eventos de destaque no cenário nacional e mesmo pela produção acadêmica dedicada à capoeira.

Brasília completou meio século de existência no ano de 2010. Se compararmos com as cidades onde a capoeira esteve presente há alguns séculos, como Salvador, Rio de Janeiro, Recife, nota-se que Brasília possui uma trajetória relacionada à capoeira também recente. Entretanto, a história da capoeira de Brasília iniciou-se desde seus primórdios. Acreditamos que houve trabalhadores, os conhecidos candangos, sobretudo aqueles que vinham das cidades onde

a capoeira já estava implantada, que desde a construção de Brasília, seja nos canteiros de obras do Plano Piloto, seja na Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante, a capoeira, muito provavelmente, era praticada de maneira informal e esporádica nos tempos livres dos trabalhadores. Porém, não encontramos nenhum registro para confirmar com veemência a existência desse fato.

A capoeira em Brasília começou formalmente na década de 1960, com a ida do mestre Arraia para a cidade. Mestre Arraia, Aldenor Carvalho Benjamim, era filho de Amarílio Benjamim, ministro da justiça negro que foi transferido para Brasília. Segundo o mestre Claudio “Danadinho”, mestre Arraia era “um intelectual erudito e popular [...] No início da década famosa de 1960, ele ensinava capoeira no pilotis do seu bloco, na 206 sul, quando tinha 17 anos” (QUEIROZ, 2005 p.1). Ele foi o primeiro a levar a capoeira para uma instituição de educação pública na década de 1960, o colégio Elefante Branco, localizado na 907/8 da Asa Sul, onde fundou a academia São Bento Pequeno. De acordo com o historiador Daniel Mafra:

[...] a capoeira chega em Brasília, trazida por um baiano conhecido como Mestre Arraia, que foi aluno de Mestre Bimba em Salvador e é o pioneiro da capoeira na cidade tendo se “apresentado” como capoeirista em 1963, mas permanecendo apenas dois anos na capital federal. A partir de 1965, o então aluno Tabosa ficou em seu lugar (MAFRA, 2011).

Em entrevista concedida ao Jornal Diário de Brasília em 1977, Mestre Arraia relatou que no ano de 1963 ele e outro capoeirista de nome Evaristo realizaram uma apresentação no colégio Dom Bosco, localizado ainda hoje na 702 sul, onde foi realizado o primeiro jogo de capoeira que se tem registro (MORAES, 2009, p.45).

O mestre Cláudio Queiroz “Danadinho”, discípulo do próprio mestre Arraia, afirmou que ele também era conhecido como baiano pelas rodas de capoeira: “Foi um precursor de capoeira contemporânea, sem barreiras entre estilos, dada sua formação a partir de Mestre Bimba, de Pastinha, Acordeon, João Grande, Sena, Gildo Alfinete e Robertinho S” (QUEIROZ, 2005, p. 1). Os quatro discípulos de Mestre Arraia, iniciados na academia São Bento Pequeno, que vieram a ser formados mestres em Brasília são Hélio Tabosa de Moraes (Mestre Tabosa), Cláudio José Pinheiro Villar de Queiroz (Mestre Cláudio Danadinho), Alfredo Eustáquio Pinto (Mestre Fritz) e Mestre Barto, que desenvolveu o ensino da capoeira no Guará.

O grupo formado por Mestre Arraia fez diversas apresentações pela cidade. Alguns dos locais onde eram realizadas as apresentações foram o Centro Integrado de Ensino (CIEM), que se localizava na 605 Norte, próximo à via L2, onde hoje funciona o ambulatório do Hospital

Universitário de Brasília; o Clube do Congresso, situado na QI 16 do Lago Norte; o Iate Clube, que fica no Setor de Clubes Norte; e na 304 Sul, próximo à lanchonete Pigalle. Mestre Arraia não permaneceu por muito tempo em Brasília e retornou à Bahia em 1966. Com sua saída, seus alunos prosseguiram autonomamente com o ensino da capoeira na cidade. Consequentemente, na década de setenta, Tabosa iniciou as aulas de capoeira na Universidade de Brasília e Cláudio “Danadinho” começou a dar aulas no Elefante Branco e logo depois no colégio CIEM.

Mestre Tabosa foi responsável por criar as bases do sistema de graduação que associa cores de orixás com as graduações da capoeira. Segundo o próprio Tabosa quando ele estava no Rio de Janeiro em contato com membros do grupo Senzala, num dia que ele passava pela avenida Barata Ribeiro em Copacabana avistou uma loja de artigos de Umbanda, e uma guia (cordão) que possuía sete cores lhe chamou atenção. Ao entrar na loja perguntou ao comerciante o significado daquelas cores de forma a obter a explicação. Assim Tabosa decide homenagear a religião afro-brasileira e os negros, de modo a estabelecer as cores das graduações (cordas) de acordo com as respectivas cores da simbologia de alguns orixás. Após a iniciativa de Tabosa mestre Zulu complementa e aprofunda esse sistema de graduação. Criando assim um sistema de graduação baseado nos domínios de irradiação dos orixás e na fase sócio histórica dos negros que foram trazidos ao Brasil no processo escravocrata, conhecido como Diáspora Africana ou Diáspora Negra.

Outro personagem pioneiro da capoeira brasiliense é Adílson Alves da Silva (Mestre Adílson). Segundo sua narrativa na obra *O Filho de Xangô*, ele começou a ter contato com a capoeira por meio de enciclopédias e revistas. Ao observar Cláudio e Tabosa jogando capoeira na SQS 209, passou a imitá-los. Adílson também participou de treinos juntamente com Claudio “Danadinho” e Tabosa. Segundo uma entrevista concedida ao mestre Kadu, Adílson disse: “Eu comecei praticando a capoeira sozinho através de livros, como o de Lamartine Pereira da Costa da Ediouro. Eu precisava de algo que me permitisse criar e me oferecesse mais recursos nos combates de rua” (SILVA, 2012, p. 1). Na mesma entrevista, Adílson descreveu como foi sua relação inicial com a capoeira e consequentemente com os discípulos de mestre Arraia:

Existia no colégio Elefante Branco um grupo liderado pelo saudoso mestre Arraia. Eu era muito novo para poder ir sozinho aos treinos e não tive nenhum incentivo dos meus pais. Eram pessoas humildes, as quais não vislumbravam qualquer futuro nessas coisas, além do preconceito também, que a capoeira carregava na sociedade. Tive que me contentar com as informações que obtinha através de livros como a Enciclopédia Barsa e alguns impressos de jornais. Isso me desenvolveu um traço autodidata cuja manifestação se propagou por toda a minha vida. A Super Quadra 209 sul possuía apenas dois

blocos de apartamentos para acolher militares do exército e suas famílias. O mestre Claudio Danadinho morava com seus pais num deles. Certa vez eu estava me exercitando no gramado da quadra 409 sul, em frente ao bloco onde os alunos do mestre Arraia se reuniam. Estive algumas vezes com eles porque me chamavam de longe ao me verem praticando sozinho meus movimentos incipientes, do outro lado da rua (SILVA, 2012).

Ao ler este relato, temos uma noção da dinâmica inicial da capoeira em Brasília, com poucos praticantes, apenas uma academia de capoeira conduzida pelo mestre Arraia, num contexto em que a capoeira não tinha o mesmo reconhecimento social da atualidade, isto é, às vezes era vista como algo negativo.

Portanto, em Brasília houve um processo difusor da capoeira, diferente das outras cidades onde a capoeira foi difundida através do espaço público, inicialmente, para os espaços privados. Mesmo com a possibilidade de alguns trabalhadores terem praticado, informalmente e esporadicamente, a capoeira em Brasília, desde sua construção a cidade era um grande canteiro de obras. Uma condição específica de sua formação foi que era difícil determinar o que era espaço público e espaço privado, pois a cidade estava sendo constituída. Por outro lado, não temos registros da prática da capoeira antes da inauguração da capital. A partir dessa reflexão e com os registros que se tem da origem da capoeira em Brasília, entendemos que o processo que ocorreu na capital foi o inverso do que ocorreu nas cidades matrizes da capoeira, isto é, a capoeira foi desenvolvida e irradiada a partir dos espaços privados, como citado acima.

De acordo com Mafra (2011), na década de 1960 Brasília, além de nova, era considerada uma cidade próspera. Então, a chegada de pessoas era algo constante, inclusive de capoeiristas. Nesse contexto, o referido historiador apontou a chegada de dois personagens marcantes que participaram ativamente da capoeiragem brasiliense:

É nessa época que chega o mestre Onça Tigre, também de Salvador e aluno de mestre Bimba, e estabelece um trabalho em Taguatinga. Mestre Zulu havia chegado em 1957 e teve contato com a capoeira através de um carioca chamado Sérgio Maluco, quando se tornou autodidata até 1970 e treinou com mestre Tabosa até começar a ensinar em 1972, passando a desenvolver uma nova vertente de capoeira denominada por ele mesmo de Arte-Luta, que não era nem Angola e nem Regional. Além disso, buscou a institucionalização da capoeira, destacando o nome da cidade na organização de eventos e campeonatos (MAFRA, 2011).

Onça Tigre chegou a visitar e participar dos treinos na academia do Mestre Arraia, conforme afirmação constatada pelo mestre Tabosa: “Onça Tigre passou a participar com

regularidade dos nossos treinos (academia São Bento Pequeno), onde contava histórias, falava da Regional e dos golpes” (Moraes, 2009, p.121).

De acordo com Rubens Cavalcante Junior (2011), Mestre Gato Preto e Mestre Valdemar Santana contribuíram com parte da história da capoeira em Brasília. Essas duas referências da capoeira permaneceram por longa data na cidade, de modo que desenvolveram o ensino da capoeiragem na capital brasileira. Em 1977, Gato Preto começou a dar aulas no clube Vizinhaça na Asa Norte. Na mesma década, Valdemar Santana ministrou aulas no centro de Brasília, mais precisamente no CONIC, localizado no Setor de Diversões Sul.

Ainda de acordo com Mafra (2011), a capoeira em Brasília, até 1979, estava organizada por meio de associações independentes. Em 1973 a capoeira foi reconhecida como esporte de luta, vinculada à Confederação Brasileira de Pugilismo. Segundo o referido historiador foi em meio a este contexto de esportização da capoeira que:

[...] os dirigentes das principais entidades da luta se uniram pela criação da Federação Brasiliense de Capoeira. Os Mestres Zulu, Tabosa, Barto, Tranqueira, Adilson, Waldemar Santana, Russo, Pombo de Ouro, Risomar, Monera, Risadinha, Chibata e Ruy, que eram os titulares das principais associações da cidade, estavam sempre promovendo intercâmbios entre suas academias na busca do aperfeiçoamento técnico e organizacional da luta em Brasília. Para isso contavam com o apoio do deputado Caio Pompeu (Arena/SP), que chegou a presidir uma reunião que se propunha a debater a criação de uma federação esportiva fundada sob valores democráticos. Um interessante anacronismo entre o partido de direita em pleno regime militar e uma associação esportiva democrática (MAFRA, 2011).

Portanto percebemos que a capoeira em Brasília, na década de 1970, caminhou para a organização desportiva, em consonância com o contexto nacional, que também estava voltado para a perspectiva da capoeira enquanto desporto. De acordo com Mafra, “[...] a busca pelo aprimoramento físico, a utilização da musculação e inserção de técnicas de outras lutas na prática da capoeira não é exclusividade e nem criação dos brasilienses” (MAFRA, 2011).

Com o crescimento e expansão da cidade e da capoeira, houve um crescimento da população associado ao aumento de espaços de ensino da capoeira e, conseqüentemente, um processo gradativo de utilização e apropriação de espaços públicos pela capoeira, por meio de rodas e apresentações públicas. Segundo Daniel Mafra (2011), foi a partir de meados da década de 1970 que a capoeira brasiliense começou estabelecer um contato mais estreito com o espaço público de Brasília: “a capoeira de rua, [...] era a extensão da academia”. Na figura 2 da seção 2.2 do capítulo anterior, podemos ver a realização de uma roda de capoeira, no final da década

de 1970, feita por integrantes diversos da capoeiragem de Brasília no espaço público da Torre de TV, local privilegiado, como já relatado anteriormente no capítulo 2, e bastante representativo e simbólico para a capoeira de Brasília.

Uma roda de capoeira famosa em Brasília, a primeira que se tem registro de utilizar o espaço na Torre de TV com periodicidade de realização constante durante alguns anos, foi conduzida pelo mestre Sabú, que morava em Goiânia e vinha nos finais de semana para Brasília expor instrumentos musicais na feira de artesanato da Torre de TV. Mestre Sabú, Manoel Pio Sales, foi discípulo de mestre Caiçara da Bahia. Segundo Tucunduva (2012), ele foi o primeiro mestre a trabalhar efetivamente com a capoeira Angola em Goiás. Também era artesão de instrumentos musicais de capoeira e os vendia aos finais de semana na feira de artesanato da Torre de TV.

A década de oitenta foi uma fase em que a capoeira já estava consolidada em Brasília. Muitos eventos de caráter nacional consagraram a trajetória da capoeira na cidade. Pode-se citar a inserção de projetos relacionados à capoeira nas escolas públicas do Distrito Federal, a realização da Grande Roda, a organização do Festival Praia Verde, bem como a execução dos Jogos Escolares Brasileiros.

O ensino da capoeira nas escolas públicas do Distrito Federal ocorreu de forma não sistemática em relação à Fundação Educacional do Distrito Federal até 1981. No ano seguinte, de acordo com Mestre Zulu (1995), por iniciativa do professor Antônio Batista Pinto, o próprio Zulu e o professor Inezil Penna Marinho, ligados à FEDF, iniciaram o projeto denominado “Ginástica Brasileira – Capoeira” em caráter experimental no colégio Agrícola de Brasília.

Ainda de acordo com Zulu (1995), em 1986 o próprio Zulu apresentou um projeto novo à FEDF, denominado “Prospectiva Construtivista de Capoeira”, que previa a expansão do ensino da capoeira a outras escolas ligadas à rede oficial de ensino. Dando continuidade a este projeto, Zulu criou o projeto “Currículos e Programas: Expansão da Capoeira na Rede oficial de Ensino”, em 1987. Assim, foram criados os Centros de Aprendizagem de Capoeira (CAC) em diversas cidades satélites de Brasília.

Um grandioso encontro que reuniu diversas vertentes e escolas da capoeira do Brasil foi a Grande Roda. Este evento ocorreu durante dezenove anos consecutivos em diversas escolas, clubes e espaços públicos do Distrito Federal, de 1976 a 1994. A Grande Roda teve alcance nacional e reuniu representantes variados, personagens renomados e anônimos do cenário da capoeira brasileira. O encontro previa a realização de competições, bem como debates e palestras sobre a capoeira. Entre alguns dos objetivos do evento, destacaram-se a troca de

experiências por partes dos praticantes, mestres e professores, o desenvolvimento técnico-desportivo e a valorização da capoeira perante o poder público e a sociedade. Além dos objetivos citados, o encontro serviu como um espaço de sociabilidade, de diálogo entre os atores da capoeira. Assim, a Grande Roda pôde contribuir para uma maior articulação da capoeira brasileira no cenário nacional.

Os Jogos Escolares Brasileiros incluíram a capoeira como modalidade em 1985. Entretanto, a experiência inicial da capoeira no JEB não foi satisfatória. Como inicialmente ela foi coordenada pela Confederação Brasileira de Pugilismo, houve uma distorção em relação à abordagem competitiva da capoeira, deixando a desejar no que se referia aos seus fundamentos.

Todavia, na realização do 18º JEB em 1989, sediado em Brasília, a capoeira teve um destaque. Segundo Sergio Graça, um dos entrevistados na obra *O filho de Xangô*, a capoeira foi tida como “referência daqueles jogos”. Os Jogos contaram com a participação de Mestres ilustres do cenário nacional da capoeiragem, como João Pequeno, João Grande, Paulo dos Anjos, Ezequiel, Itapuã, Pombo de Ouro, entre outros.

De acordo com Kátia Passos (1989, p. 43), o 18º JEB destacou a capoeira como temática de divulgação, através da representação de uma roda de capoeira (Figura 3). A proposta de divulgação se pautou nos significados que a roda de capoeira trazia naquele contexto, como uma manifestação “esportiva-cultural” que representava “um caráter de ruptura frente à dominação”, “um sentimento de integração, de união, entre aqueles que participam da roda” e “uma estreita relação com as origens do povo brasileiro”.

Figura 5 - Cartaz do 18º Jogos Estudantis Brasileiros



Fonte: (PASSOS, 1989, p. 2)

Outro importante encontro realizado em Brasília compreendeu a capoeira Angola, ocorreu em 02 de novembro 1986 (figura 4) e foi o Festival Praia Verde, realizado no Ginásio Claudio Coutinho. Este evento contou com a presença de Mestres renomados como, Moraes, Boca Rica, Cobra Mansa, João Pequeno, Curió, entre outros.

Figura 6 - Festival Praia Verde (1986)



Fonte: (Hilton Souza, 1986) Descrição: Mestre Moraes e mestre Curió, agachados ao pé do berimbau.

Por outro lado, a capoeira em Brasília nas décadas de 1980 e 1990 foi marcada por um territorialismo forte dos grupos de capoeira, que iam crescendo em quantidade, considerando a formação de novos mestres, novos praticantes e novos grupos em todo o Distrito Federal. Esse territorialismo exacerbado, presente em vários grupos de capoeira do DF, era expresso em combates corporais violentos que ocorriam, sobretudo, nas rodas de capoeira e, às vezes, em espaços fora das rodas de capoeira, como nas próprias ruas e em eventos públicos diversos que eram realizados pela cidade.

Esta característica da capoeira de Brasília, nesse período, tem uma relação com as gangues que se formavam ao longo da cidade. A própria concepção espacial, de caráter segregador, encontrado na estrutura urbana da cidade, considerando todo o DF através da divisão territorial, Plano Piloto e cidades “satélites”, de modo a separar as classes sociais de acordo com sua condição econômica. Assim, entendemos que a segregação espacial que a cidade apresenta é um dos fatores que corroboraram para a formação de gangues urbanas em todo o DF.

Essa divisão de classes sociais em Brasília se estabelece também em nível intraurbano, isto é, expresso através da forte setorização que apresenta a estrutura espacial do Plano Piloto e também das cidades “satélites”, pois mesmo dentro de uma mesma Região Administrativa o padrão segregador gerado pela divisão espacial altamente setorizada é um aspecto constituinte da estrutura interna das RAs. Esta segregação espacial, materializada na estrutura urbana em todo o DF, propiciou a formação de gangues diversas, principalmente de classe média, que eram divididas pelas quadras residenciais nos bairros Asa Norte e Asa Sul, no caso do Plano Piloto. Nas cidades “satélites” as gangues também eram divididas de acordo com os bairros e as quadras residenciais.

Muitos praticantes de capoeira, nas décadas de 1980 e 1990, estavam associados a essas gangues urbanas, que seguiam a tendência de formação de territórios a partir da divisão espacial delimitada por quadras residenciais de acordo com a condição social e financeira dos moradores de cada bairro. Alguns grupos de capoeira formavam quase que inteiramente algumas dessas gangues, pois uma das características das gangues era o combate corporal agressivo entre grupos rivais. Todavia, era nas rodas de capoeira, especialmente aquelas que eram realizadas em espaços fechados, isto é, na própria academia dos grupos realizadores, o que denotava um caráter territorial forte em relação ao espaço de realização do ritual, que os combates corporais violentos eram constantes, sobretudo nas “visitas” que os grupos rivais faziam nessas academias. Como as academias de treino de capoeira se constituíam em espaços privados, ou seja, mais restrito para o público em geral e até mesmo para as autoridades policiais, os conflitos dentro das academias ocorriam quase sempre sem interferência externa, de modo a propiciar a realização desses combates.

Entretanto, as rodas de rua também eram palcos desses conflitos, inclusive com conotação territorial forte no sentido da rivalidade extrema que o espaço público, isto é, a rua gera para os atores envolvidos, através de disputa territorial expressa por meio de conflitos corporais nas rodas de rua. A própria concepção de roda de rua, vem atrelada a um espaço onde as regras são mais maleáveis e, por isso, os capoeiras que se prontificam a participar dessas rodas de rua estão sujeitos a ações de cunho mais combativo e agressivo. Contudo, as rodas de capoeira que eram realizadas nos espaços públicos no período das décadas de 1980 e 1990 possuíam um caráter que propiciava, evidentemente, conflitos corporais entre seus adeptos.

Havia também mestres da capoeira de Brasília que não compactuavam com a proposta da capoeira de rua, isto é, com os aspectos que essa concepção trazia, como já citados anteriormente. Assim, Mafra (2011) aponta o mestre Zulu como uma das maiores referências

da capoeira de Brasília na época, que expressou publicamente seu descontentamento com os caminhos que a capoeira de Brasília percorria, no caso da capoeira de rua, conforme publicado no Jornal de Brasília em 13 de janeiro de 1980.

A década de 1990 foi caracterizada por uma grande quantidade de grupos de capoeira espalhados pelo DF. Se por um lado a capoeira de Brasília era referência em termos técnicos e esportivos, isto é, por sua experiência de articulação através de federações, implantação da capoeira nas escolas públicas e privadas, realização de eventos de caráter nacional, por outro lado havia também um movimento que buscava outros caminhos em relação a essa proposta de institucionalização da capoeira brasiliense, que por sua vez se expressou através de uma ruptura com a tendência institucionalizada da capoeira, por meio da realização de rodas de ruas, da rivalidade constante entre alguns dos grupos de capoeira que culminava em conflitos violentos dentro e fora das rodas de capoeira.

A partir do ano 2000, grande parte daqueles praticantes da capoeira que estavam bastante voltados para a concepção de luta, ou mesmo que buscavam aprimorar suas técnicas de combate fora da capoeira, foram buscar no Jiu-Jitsu²⁰ o aprimoramento marcial. Houve um momento de explosão no crescimento de praticantes dessa arte marcial nos níveis mundial, nacional e regional em Brasília, na década de 1990 em diante, de modo a absorver parcela significativa daqueles praticantes que buscavam aprimoramento marcial, gerando assim uma migração da capoeira para o Jiu-Jitsu. E com a nova explosão do MMA²¹ (Mixed Martial Arts), traduzido por “artes marciais mistas”, esse processo de migração de praticantes de capoeira continua a ocorrer, isto é, muitos se tornam lutadores e praticantes apenas do MMA.

A procura de praticantes de capoeira por aprender as técnicas de Jiu-Jitsu e MMA, além de outras modalidades combativas, foi bastante expressiva no sentido de diminuir o caráter violento da capoeira, além da própria reflexão feita por alguns grupos de capoeira em relação às condutas agressivas praticadas por eles. A busca pelo aprimoramento marcial provocou uma

20 Modalidade de luta oriental, realizada no solo, que foi trazida para o Brasil pelo mestre japonês de Hirosaki, Mitsuyo Maeda (1878-1941), conhecido como Conde Koma, naturalizou-se brasileiro, e ao ensinar o Jiu-Jitsu, além de técnicas de defesa pessoal e também de judô à família Gracie, a técnica foi desenvolvida e posteriormente, aperfeiçoada pelos Gracie, criando assim o mundialmente conhecido Jiu-Jitsu Brasileiro, ou em inglês denominado pelas siglas BJJ, que significa “Brazilian Jiu-Jitsu”. A escola de jiu-jitsu brasileira é considerada atualmente a maior referência de escola dessa arte marcial, a mais influente no mundo atual.

21 Estilo contemporâneo de luta que faz uma mescla de técnicas de combate, baseados em outras modalidades de luta, de solo e em pé. Atualmente é um esporte em extrema ascensão e globalizado, com um crescente número de praticantes a cada ano, em vários países do mundo. O Brasil é uma das maiores referências mundiais em escolas de MMA.

mudança na própria relação com a capoeira, resultando num novo contexto de relacionamento entre os grupos de capoeira no DF.

A mudança na relação entre alguns grupos de capoeira no DF, com uma característica menos violenta comparada às décadas de 1980 e 1990 e, conseqüentemente, uma notável mudança na conduta individual de vários praticantes da capoeira no DF é também reflexo de uma nova fase que a capoeira passa, na dimensão política. Foram realizadas várias ações públicas concretas em prol da capoeira, sobretudo no período de 2002 a 2010 em que os governos federal e distrital realizaram eventos como programas assistenciais, editais de apoio financeiro, editais para estímulo de produções acerca da temática da capoeira e diversas ações que atenderam a capoeira como nunca ocorrido anteriormente, o que gerou uma reflexão por parte de grupos de capoeira que perceberam a importância e o prestígio que esta alcançou na última década, no sentido de mudar algumas condutas e costumes, praticados por seus integrantes, que não condizem com o cenário atual de oportunidades e possibilidades existentes no campo da capoeira.

Com isso não queremos dizer que o caráter violento da capoeira, considerando sua totalidade aqui no DF, deixou de existir. O que houve, no nosso modo de ver, foi uma mudança de “consciência” em vários grupos de capoeira do DF e, conseqüentemente, de seus dirigentes, mestres, professores e praticantes, no sentido de se inserirem nesse processo político, auspicioso para ganhos em termos políticos, sociais, culturais e financeiros para a capoeira de uma forma geral, a partir da virada do milênio. Assim, os grupos de capoeira que outrora foram marcados pelo caráter violento excessivo mudaram e estão mudando sua relação com a capoeira, com outros grupos, com o mundo e, também, com a cidade. As mudanças em nível de consciência e na prática cotidiana, expressas por esses grupos de capoeira, levam a esses coletivos, mais e melhores oportunidades para ganhos e benefícios em várias dimensões, inclusive na econômica. A dimensão econômica é algo preponderante na perspectiva de crescimento e melhoria da condição de vida dos membros desses grupos de capoeira, o que leva a uma readequação de suas condutas, a fim de não ficarem à margem do processo de conquistas políticas no campo da capoeira, apresentadas no cenário contemporâneo da capoeira.

Numa recente catalogação da capoeira em Brasília, Krulikowski (2013), registrou um total de quarenta (40) grupos²² de capoeira no DF. Sendo que houve grupos que se negaram a

22 Os grupos de capoeira foram considerados por sede, sendo que cada grupo de capoeira pode possuir de um (1) a dezenas de locais onde possuem atividades de capoeira no DF. Há casos de grupos que possuem uma abrangência internacional, nacional, regional e mesmo local no DF.

participar do catálogo, assim como outros não foram localizados. Esta catalogação foi dividida por Regiões Administrativas²³, sendo que por ordem decrescente, encontramos os seguintes registros: em primeiro lugar a RA Plano Piloto, com um total de quinze (15) sedes /grupos (*Araúna Brasil, Aruê Capoeira, Capoeira Expressão Brasileira, Centro Cultural Escola do Mundo, Equipe Capoeira Brasileira, Escola Cultural Alforria Capoeira, FICA – Fundação Internacional de Capoeira Angola, Grupo Beribazu, Grupo Nzinga de Capoeira Angola, Grupo Senzala de Capoeira, Instituto UCDF – Capoeira, Jomar Capoeira, Núcleo de Capoeiragem Movimento Cultural, Terreiro Capoeira*); em segundo lugar, empatado, com cinco (5) sedes/grupos cada uma das RA(s) Planaltina (*Escola Cultural Raça Nagô, Escola de Capoeira Corpo e Mente, Escola de Capoeira Gingarte, Grupo de Capoeira na Veia e Projeto Pau-Pereira*) e Taguatinga (*Abadá Capoeira, Associação de Capoeira Ave Branca, Associação Roda Livre, Grupo de Capoeira Semente de Jogo de Angola e Instituto Ladaíinha*); em terceiro lugar, com três (3) sedes/grupos cada uma, as RA(s) Sobradinho e Cruzeiro; em quarto lugar, com um total de duas (2) sedes/grupo, as RA(s) Paranoá e Ceilândia; os restante das RA(s) com total de uma (1) sede/grupo, que são, Águas Claras (*Associação Lagoa Azul de Capoeira*), Cidade Estrutural (*Comunidade Brasileira de Capoeira*), Guará (*Centro Cultural Arte Luta N'GOLO Capoeira*), Núcleo Bandeirante (*Centro Cultural Porão de Capoeira*), Varjão (*Oficina Cultural Raízes*), e por último Vicente Pires (*Associação Dendê de Capoeira*). Lembrando que foram catalogados, apenas os grupos que optaram em participar e poucos outros não foram localizados²⁴.

²³ As Regiões Administrativas foram criadas como forma de organização política e administrativa do DF, inicialmente denominadas de cidades-satélites. Apesar delas não se enquadrarem nos critérios oficiais para serem consideradas cidades, do ponto de vista político e administrativo, adotado pelo IBGE, que define cidade como todo distrito sede de município. As RAs, possuem uma dinâmica que as inserem no patamar de cidade, isto é, de acordo com a realidade cotidiana das RAs as consideramos como cidades.

²⁴ Esta catalogação foi feita por um polonês Robert Kruilikowski, apelidado de “Queixada”, que veio morar no Brasil, em Brasília, no ano de 2008. O que demonstra como a capoeira está globalizada.

3 O ESPAÇO PÚBLICO E A CAPOEIRA NO DISTRITO FEDERAL

Este capítulo disserta sobre o espaço urbano, o espaço público e a capoeira no Distrito Federal. Iniciamos dissertando sobre o espaço urbano de Brasília, compreendendo todo o DF desde sua criação, de forma a caracterizar e contextualizar a formação urbana das cidades inseridas no Distrito Federal no item 3.1. No item 3.1.1 discutimos o espaço público em Brasília, de modo a concentrar o debate em torno do espaço público no caso do DF.

O item 3.2 do capítulo 3 está destinado a discorrer sobre a dinâmica espacial das rodas de capoeira que se apropriam do espaço público de acesso livre em Brasília. Este item se propõe a explicar como funciona e quais são as características que marcam a dinâmica espacial das rodas de capoeira analisadas em relação ao uso e ocupação do espaço público urbano.

O item 3.3 apresenta a metodologia criada e utilizada para a descrição e análise dos dados gerados e coletados em campo. Nesta seção descrevemos a organização dos dados gerado e coletados em campo, assim como a sistematização, categorização e significação do questionário de entrevista. O item 3.3 possui vinte e uma (21) apropriações de espaços públicos por rodas de capoeira analisadas na pesquisa.

3.1 O espaço urbano de Brasília

Aqui abordaremos a caracterização do espaço urbano em Brasília. Buscaremos estabelecer a trajetória de Brasília enquanto cidade, de modo a compreender aspectos de sua formação, desenvolvimento e peculiaridades.

Antes de começarmos a caracterizar o espaço urbano no DF, pontuaremos a diferença entre o urbano e a cidade, enquanto conceito e definição, segundo Rodrigues (2010) o urbano é resultado do processo de industrialização/urbanização e deve ser caracterizado como modo de vida que atinge tanto áreas rurais como urbanas. Logo percebemos que uma área rural pode ter características urbanas, pois cada vez mais as atividades rurais estão vinculadas às atividades do segundo e terceiro setor.

Ainda de acordo com Rodrigues (2010): “Campo e cidade, rural e urbano não se caracterizam pela oposição, mas pela inter-relação” (RODRIGUES, 2010, p. 299, grifo nosso).

Numa síntese mais precisa, a referida pesquisadora afirma o seguinte a respeito dos termos urbano e cidade:

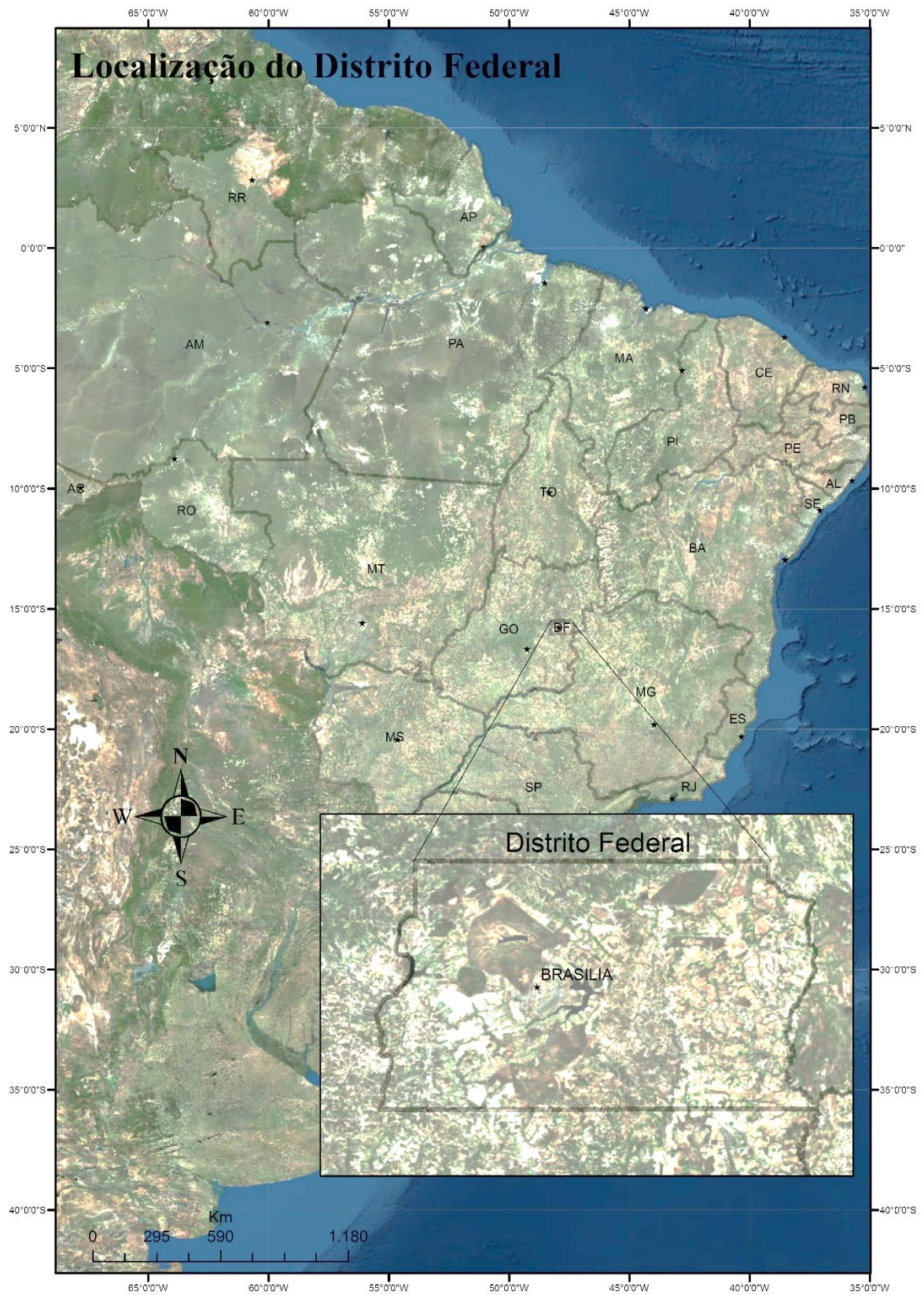
Cidade pode ser considerada como um objeto definido, delimitado, com o objetivo de implantar uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. As cidades podem ser definidas: como sendo a projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas o lugar sensível, mas também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento que determina a cidade e o urbano (apud LEVFEBVRE, 1969, p. 56).

O urbano refere-se ao processo de industrialização/urbanização, um modo de vida que atinge praticamente toda a sociedade. Áreas urbanas são delimitações do uso do solo urbano dos municípios. Utiliza-se assim conceito para o urbano. É necessário lembrar que urbano é utilizado como correlato de cidade, guardadas as diferenças entre conceito e definição, pois não interferem nas concepções gerais sobre o processo de urbanização, criação e constituições das cidades, relações entre cidades, entre cidade e campo, rural e urbano, aglomerações urbanas, regiões metropolitanas, pelo contrário, dá-lhes significado e significância (RODRIGUES, 2010, p. 299).

A partir da conceituação acima, entendemos que o termo cidade refere-se ao objeto material, o lugar, enquanto o termo urbano está mais para o processo, ou melhor, como a própria autora coloca, para o modo de vida. Deste modo, há cidades com áreas urbanas e rurais, assim como um modo de vida urbano, numa área rural. Esta definição abarca com bastante precisão a situação de Brasília, enquanto cidade de predominância urbana, com alguns poucos traços, bem pontuais, do modo rural.

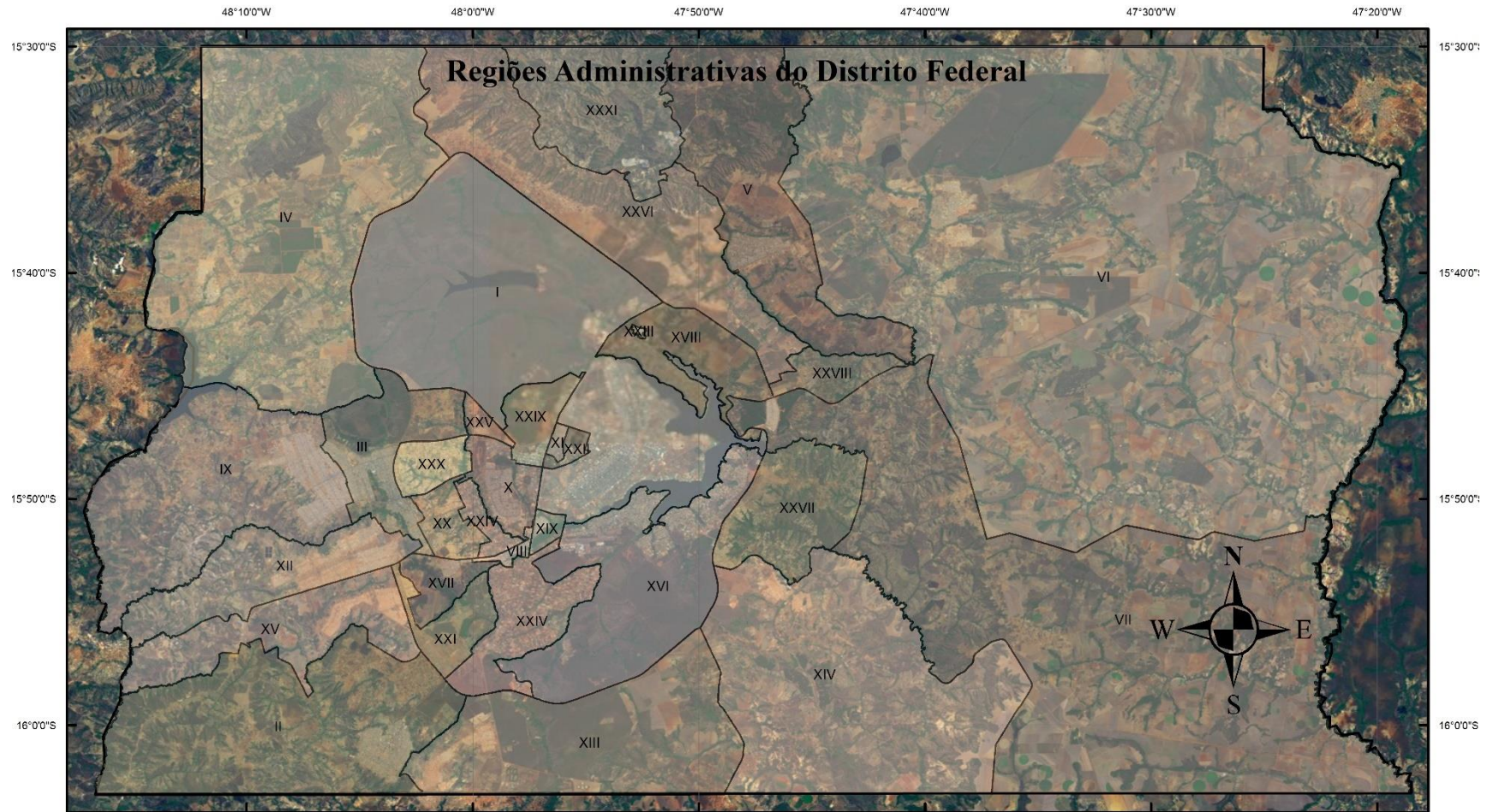
O Distrito Federal (mapa 1) é uma das vinte e sete (27) unidades da federação brasileira, situado na região Centro-Oeste. Entretanto, por ser o distrito central, político e administrativo do Brasil, possui algumas peculiaridades: sua composição espacial é feita por Regiões Administrativas e não por municípios, como é o caso das outras unidades da federação, além de ser a menor das unidades federativas. Essa configuração espacial pode ser observada no mapa 2.

Mapa 1- Localização do Distrito Federal



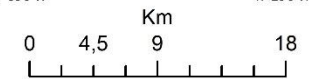
Fonte: IBGE, 2005 (Elaborado pelo autor)

Mapa 2 – Regiões Administrativas do Distrito Federal



Legenda

Regiões Administrativas		V, Sobradinho		XI, Cruzeiro		XVII, Riacho Fundo		XXIII, Varjão		XXIX, SIA	
Nº , Nome		VI, Planaltina		XII, Samambaia		XVIII, Lago Norte		XXIV, Park Way		XXX, Vicente Pires	
	I, Brasília		VII, Paranoá		XIII, Santa Maria		XIX, Candangolândia		XXV, SCIA		XXXI, Fercal
	II, Gama		VIII, Núcleo Bandeirante		XIV, São Sebastião		XX, Águas Claras		XXVI, Sobradinho II		XXXII, Fercal
	III, Taguatinga		IX, Ceilândia		XV, Recanto das Emas		XXI, Riacho Fundo II		XXVII, Jardim Botânico		XXXIII, Fercal
	IV, Brazlândia		X, Guará		XVI, Lago Sul		XXII, Sudoeste/Octogonal		XXVIII, Itapoã		XXXIV, Fercal



Fonte: CODEPLAN, 2013. (Elaborado pelo autor)

Para começarmos a caracterizar Brasília, partiremos de sua transferência enquanto capital. Podemos citar alguns pontos, mais difundidos, que justificam a transferência da capital para o Centro-Oeste. Farret (2010) apud Kent (1956), Eveson (1973), Farret (1978), Gosling (1979) elencam sete (7) pontos associados à transferência: o primeiro é a busca para eliminar os resquícios culturais de “dominação portuguesa” da antiga corte da cidade do Rio de Janeiro; o segundo é a tentativa de unificar o país através da centralização física/política; o terceiro está relacionado à questão de defesa nacional e estratégia militar no sentido de resguardar a capital de possíveis ataques bélicos; o quarto é promover “novos padrões de eficiência do serviço público”; o quinto está associado a um “instrumento ideológico capaz de criar, junto às massas, um espírito de identidade nacional”; o sexto está ligado ao desenvolvimento econômico-tecnológico da região central do país; e o sétimo está relacionado à aproximação e “ocupação econômica das fronteiras oeste e norte” do Brasil.

Ainda de acordo com Farret (2010), existe uma questão fundamental que foi negligenciada, que é a indagação de por que Brasília somente foi implantada no segundo cinquentenário do século XX, tendo em vista que havia a previsão de mudança da capital desde a Constituição de 1891, e até mesmo antes já havia esta pauta na agenda política do Brasil monárquico e colonial. Segundo esse pesquisador, a construção de Brasília “constitui-se num passo lógico dentro do processo de acumulação que impõe determinados padrões de divisão social e espacial do trabalho. A política territorial nada mais seria que a intermediação do Estado nesse processo” (FARRET, 2010, p.27). E ainda concluiu esse raciocínio da seguinte forma:

A construção de um 'centro político nacional' não é um fato isolado que ocorre em nível puramente ideológico; pelo contrário, ele tornou-se viável, nos anos 1950, dada uma determinada conjugação das forças sociais existentes e que, por sua vez, constituem o efeito cumulativo de todo o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Mais ainda, como procuramos mostrar nesse trabalho, Brasília resulta da ação deliberada do Estado sobre o território, com a intenção de eliminar obstáculos estes decorrentes de ações (ou omissões) anteriores do próprio Estado” (FARRET, 2010, p. 27).

O processo de urbanização e a produção do espaço urbano de Brasília podem ser compreendidos de acordo com as seguintes etapas:

No caso específico da cidade criada e da capital (caráter que tem sido preservado ao longo do tempo), o processo de urbanização vai interagir com o plano urbanístico e com a destinação do uso do solo. O resultado dessa interação vai se manifestar de forma concreta na organização do espaço do aglomerado. Poderíamos identificar três momentos nesse processo de

produção do espaço urbano: a implantação, a consolidação e a expansão. Admite-se que, em cada um desses momentos, haveria formas dominantes na organização do espaço. Nos momentos subsequentes, novas formas interagiriam com o espaço criado, passando as anteriores a formas dominadas, que não desapareceriam, mas que se subordinariam às novas (FERREIRA, PAVIANI (org.), 2010, p. 71).

No início da construção de Brasília foram criados núcleos periféricos ao redor do Plano Piloto para abrigar os imigrantes trabalhadores em suas obras, sem perspectiva de instalações e habitações permanentes para esses migrantes. Esse processo resultou em uma metrópole de aglomerações urbanas polinucleada; é o caso das tradicionalmente conhecidas “cidades-satélites”. Segundo Ferreira (2010), esses núcleos foram criados simultaneamente à construção de Brasília: primeiro pelo Núcleo Bandeirante (antiga Cidade Livre) que teve que ser ampliado para Taguatinga (atual segundo polo econômico mais forte do Distrito Federal). Há alguns anos, as “cidades-satélites” passaram a ser denominadas oficialmente de Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal. O plano urbanístico se concentrou, essencialmente, no Plano Piloto, enquanto cerne da criação da capital, sendo que as aglomerações urbanas situadas ao redor do Plano Piloto foram relegadas a uma condição subalterna, gerando assim problemas urbanos, de ordem estrutural e social, que vieram a eclodir sobretudo nas décadas de 1990 em diante, como é a questão da precária mobilidade urbana (transporte público), falta de infraestrutura básica ao redor do Plano Piloto, falta de escolas, hospitais e postos de saúde nas RA(s), concentração de empregos no Plano Piloto, entre outros, de modo a gerar uma segregação espacial muito exacerbada, uma característica peculiar de Brasília. Podemos constatar esse processo com a seguinte análise:

Concomitante ao surgimento da grande cidade, formam-se os núcleos dormitórios periféricos a ela. Inicia-se, então, um processo de seletividade espacial e de segregação. Na periferia da cidade planejada, antes mesmo que ela estivesse concluída, cria-se o espaço de reprodução da força de trabalho necessária à construção da cidade e sua implementação. Essa população, quando não absorvida nessas atividades, constituía-se em reserva de mão de obra (FERREIRA, 2010, p. 73).

No Plano Estrutural de Organização Territorial do Distrito Federal (PEOT) de 1977, já era possível verificar uma série de problemas oriundos do plano urbanístico de Brasília. No que concerne à configuração e uso do espaço da capital, verificou-se o seguinte:

A primeira consideração que nos parece de importância fundamental, diz respeito à necessidade de tratar as áreas habitacionais e mais especificamente a habitação como produto de uma cultura específica. O embasamento das propostas de desenho devem ser, não postulados teóricos, simplificadores e abstratos, mas o conhecimento e a compreensão dos hábitos, do comportamento e das necessidades da população a que se destinam essas áreas habitacionais. Um exemplo da artificialidade de certos esquemas de organização urbana pode ser ilustrado pelo caso do setor novo de Planaltina, onde se verifica claramente que as expectativas do projeto não foram confirmadas pelo uso que a população faz do espaço: as áreas destinadas ao setor comercial e de equipamentos comunitários, por não terem sido liberados pela TERRACAP, permanecem vazias, enquanto que a população, por iniciativa própria, distribuiu esses equipamentos ao longo da via arterial, proposta apenas como um canal de transporte, recriando assim a tradicional “rua principal”, sempre subestimadas pelas teorias de desenho urbano. Apesar da precariedade das construções e da pobreza de urbanização, essas áreas apresentam grande coerência interna de seus elementos, além de se inserir na trama urbana de maneira adequada, trazendo para perto das habitações o equipamento de comércio, que no plano original tinha sido localizado numa área à parte, a uma considerável distância dos conjuntos de residências. A intensidade de uso e a qualidade desse novo espaço enquanto ponto de convívio são bons indicadores da propriedade dessa solução não programada (PEOT, 1977, p. 291-292).

Segundo a perspectiva adotada no PEOT (1977), uma alternativa para o problema da configuração e uso do espaço no DF seria acolher as demandas e necessidades “reais” através da participação de seus usuários para (re)formular a configuração do seu espaço. Sendo que as mudanças poderiam ocorrer tanto na elaboração do “esquema arquitetônico” quanto na implantação de “esquemas arquitetônicos mais livres”, de modo a propiciar uma grande flexibilização no seu uso.

Outro problema apontado pelo documento de ordenamento territorial é a “falta de organicidade dos traçados existentes”²⁵, o que gera uma supervalorização da “obediência a um partido geométrico, em detrimento das condições de exigência peculiares de cada projeto” (PEOT, 1977, p. 293), de modo a comprometer a paisagem urbana e a aumentar os custos das construções além de não levar em consideração, em muitos casos, o clima da região.

O aspecto da organicidade do “desenho arquitetônico” traz alguns desdobramentos que refletem na qualidade de vida da cidade, seja no Plano Piloto ou em suas adjacências, ou melhor, na qualidade de vida de seus habitantes. A questão da organização espacial da cidade está diretamente associada à mobilidade de seus cidadãos, como se percebe no fragmento seguinte:

25“Organicidade é aqui entendida como tratamento integrado dos elementos do projeto, tendo em vista uma determinada topografia e orientação” (PEOT, 1977, p. 293).

Toda essa preocupação com a organicidade do desenho e o tratamento a ser dado às áreas verdes está intimamente associada à importância que se confere ao domínio do pedestre. Considera-se que, para alguns segmentos da trama urbana, os requisitos do pedestre devem ser o principal elemento estruturante do desenho, tanto no que se refere à escala, quanto à própria configuração espacial. Tal é o caso, principalmente, das áreas residenciais, das áreas de comércio e serviço e dos locais de lazer. Percebe-se, portanto, que na estrutura urbana dever-se-ia criar uma variedade de espaços de domínio do pedestre, desde os totalmente pedestrianizados até aqueles onde o contato com os veículos é necessário e mesmo desejável. Esses espaços deverão ser propostos, antes de mais nada, em função do usuário, ou seja, de acordo com suas necessidades e interesses e a sua configuração deverá estar intimamente relacionado com a distribuição dos equipamentos urbanos, com os pontos de encontro e com os acessos ao transporte coletivo (PEOT, 1977, p.295).

Assim, torna-se claro que Brasília foi projetada de modo a privilegiar o transporte individual, sobretudo o automotor, em detrimento do pedestre e do transporte coletivo. Pois, na época, a indústria automobilística detinha uma enorme influência no campo político-econômico com respaldo do governo brasileiro, e ainda detêm, de forma a ser um importante vetor que tem exercido influência no modelo estrutural da cidade.

Segundo Tenório (2012), as atividades são distribuídas desigualmente pelo território do DF, pois os empregos estão concentrados em uma área não equidistante dos setores residenciais. O modelo de setorização do Plano Piloto é seguido nos demais bairros existentes. Há uma falta de complementariedade entre as atividades que são distribuídas no DF, pelo fato de áreas concentrarem atividades específicas em detrimento da variedade delas.

Ainda de acordo com Tenório, o território do DF “é formado por vários núcleos com função predominantemente habitacional, mal conectados entre si e entremeados por vazios urbanos” (TENÓRIO, 2012, p. 203). Esses núcleos são os bairros e/ou as RAs, e apresentam discrepâncias enormes em relação ao desenvolvimento econômico e social. Se compararmos o Lago Sul e a Ceilândia, perceberemos a enorme disparidade entre o nível de renda, mais precisamente a renda média domiciliar mensal em salários mínimos, segundo a CODEPLAN (2004). O Lago Sul apresentou uma média de 43,4 salários mínimos contra 4,7 no caso da Ceilândia.

Ao analisar aspectos da realidade urbana de Brasília, Penna (2010) articula a problemática ambiental e urbana por meio de questões do crescimento urbano e habitacional, expansão das cidades que formam o Distrito Federal, enquanto produção do espaço, de modo a relacionar essas questões com a deterioração da qualidade de vida que a cidade oferece e também à degradação ambiental oriunda das políticas territoriais. Em sua análise sobre o espaço urbano de Brasília, Penna nos esclarece alguns pontos fundamentais que caracterizam a cidade:

O Distrito Federal caracteriza-se por um tipo de configuração espacial onde os elementos não estão ajuntados confusamente, Brasília não é uma área urbana convencional. Porque o DF foi definido por uma ordem social e política que ordenou, previsivelmente, os limites e as formas fixas do território. Principalmente os grupos marginais (a margem do processo de apropriação do Plano Piloto) foram organizados em espaço definidos por uma ação intencional e explícita do poder público sobre o território. O ordenamento territorial pressupõe uma ordem e uma estratégia preestabelecida para a organização do território, a partir do projeto do Plano Piloto de Lúcio Costa. Projeto que dá sentido a uma ordem espacial concebida, definida em sua relação com o saber intelectual (urbanismo e planejamento urbano) e ao poder político estatal, que impõe e domina a vida social e política (PENNA, 2010, p. 35).

Ainda segundo Penna, Brasília é uma *metrópole política, fragmentada e hierarquizada*. Política pelo seu caráter administrativo-político, enquanto capital federal; fragmentada, dentre outros aspectos, pela imposição de novas ordens que contrapõem o caráter localizado da ação urbanística estatal do Plano Piloto, associado ao domínio da propriedade privada, existindo assim um conflito com a ordem burocrática do planejamento e gestão pública do território, o que gera a fragmentação territorial do DF; e hierarquizada pelas ordens de dominação, estabelecidas através de pactos entre governo(s) e elites locais, que se impõem sobre e na cidade.

Segundo o geógrafo Milton Santos, Brasília é uma *metrópole incompleta*, pois ela não possui equipamentos e uma estrutura complexa, como um parque industrial. Sua característica principal, até as quatro primeiras décadas, é que ela polarizava seu espaço regional. Entretanto, atualmente ela é considerada uma metrópole nacional, ou seja, sua influência abrange todo o território brasileiro. Apesar de Brasília ser uma cidade bem peculiar, ela possui características comuns a outros centros urbanos brasileiros. Segundo Ferreira: “[...] Brasília guarda em sua organização interna a particularização dos processos sociais que estão na base da própria urbanização do país, aos quais ela vem realimentar” (FERREIRA, 2010. p. 62).

Segundo os dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o Distrito Federal possuía uma população total neste período de 2.570.160 habitantes, com a estimativa para o ano de 2013 de 2.798.761 pessoas, numa área total de 5.779.999 quilômetros quadrados e com uma densidade demográfica de 444,66 habitantes por quilômetro quadrado no período do CENSO (2010)²⁶. Em termos de população residente, no que diz

26“O Censo 2010 compreendeu um levantamento minucioso de todos os domicílios do país. Nos meses de coleta de dados e supervisão, 191 mil recenseadores visitaram 67,6 milhões de domicílios nos 5.565

respeito ao urbano e rural, têm-se os seguintes dados: a população urbana que compõe o DF, de forma relativa, é de 96,58% (IBGE, 2010).

Se compararmos com a população total do Brasil, no mesmo período do último CENSO, temos um total de 190.732.694 habitantes, numa área total de 8.502.728,3 quilômetros quadrados e com uma densidade de 22,43 habitantes por quilômetro quadrado. Se considerarmos a população urbana geral do Brasil, percentualmente é de 84,36% (IBGE 2010).

É importante dizer que o critério utilizado pelo IBGE para classificar a população em urbana/rural é, essencialmente, político-administrativo, pois considera-se a população urbana aquela que reside em sede de município ou sede distrital, independente de sua estrutura e função. Esse critério foi adotado em 1938 e vigora até hoje, de acordo com Fossa e França (2002). Ainda as duas pesquisadoras citadas avaliam que “A má definição dessa dicotomia tem causado distorções e aumento das desigualdades sociais, uma vez que a tendência é de atender a grande maioria da população chamada ‘urbana’” (FOSSA e FRANÇA, 2002, p. 2). Entretanto, não é foco de nossa análise a discussão dos critérios adotados para classificação do urbano/rural.

Se os critérios de classificação (urbano/rural) considerasse o conjunto de características, aglomeração locacional (densidade e tamanho), função e estrutura, o resultado geral da população urbana seria outro. “Se esse resultado for extrapolado para o ano 2000, o grau de urbanização do Estado não seria 73,35% como se tem pelo critério do IBGE, mas 52%, pelo novo critério” (FOSSA e FRANÇA, 2002, p.10). Essa diferença nos mostra uma grande dessemelhança em termos quantitativos e conseqüentemente reflete uma lacuna entre a realidade e os números, o que por sua vez interfere diretamente na gestão do território.

No entanto, a classificação do urbano/rural do DF é mais próxima da realidade, tendo em vista que o conjunto de fatores (aglomeração locacional, função e estrutura) está mais próximo da realidade, pois a configuração territorial de Brasília propicia essa estatística, já que a cidade é composta por Regiões Administrativas e não por municípios ou sedes distritais.

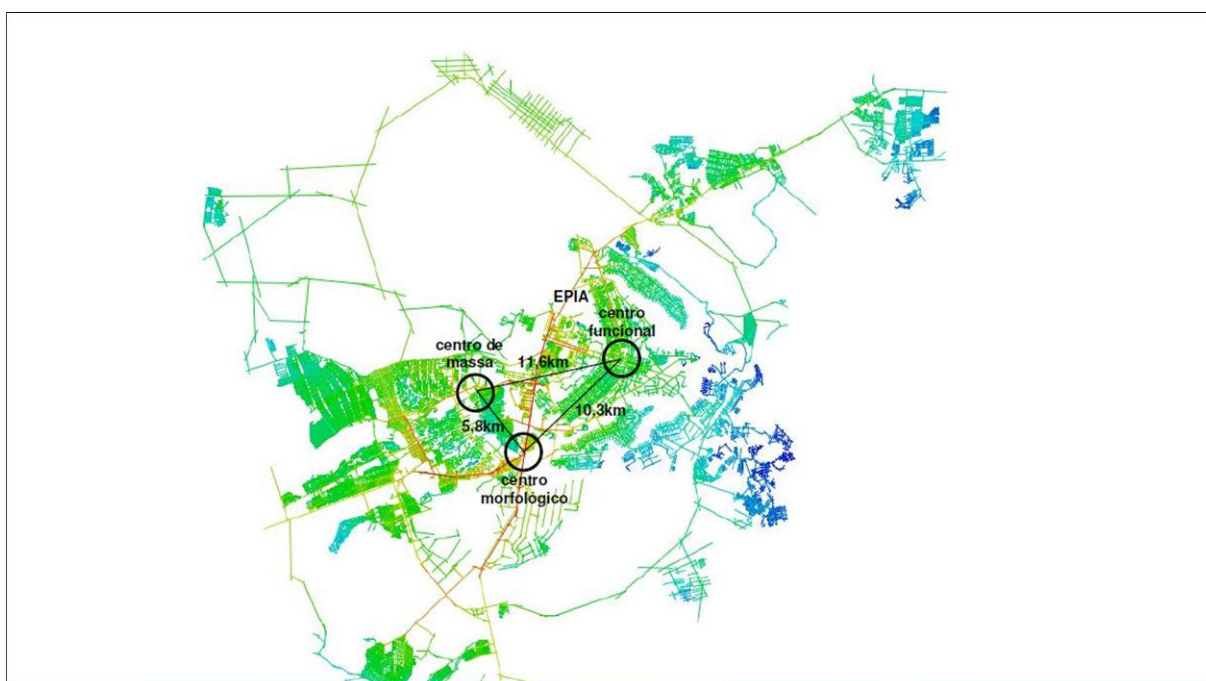
Uma característica interessante sobre a configuração espacial do DF é que, segundo Tenório (2010), o centro funcional não coincide com o centro morfológico, tampouco com o

municípios brasileiros para colher informações sobre quem somos, quantos somos, onde estamos e como vivemos” (IBGE, 2010). Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> Acesso em 06 fev. 2014.

centro demográfico. No mapa 3 (pág. 103), podemos ver em qual posição se encontra cada um dos centros citados. Percebe-se que o centro funcional, localizado no cruzamento dos eixos que formam o Plano Piloto, está longe da via principal de acesso a Brasília, a Estrada Parque Indústria e Abastecimento – EPIA, que abriga o centro morfológico do DF, colorido de vermelho.

Croqui 1 – Croqui axial de integração do DF



Fonte: TENÓRIO, 2012, p. 205

O mapa 3 evidencia um desequilíbrio na organização territorial do DF, isto é, uma má distribuição entre os centros funcional, morfológico e de massa. O centro funcional, que abriga a maior parte das atividades profissionais e serviços, está distante do centro de massa, gerando assim uma dificuldade de acesso por aqueles que necessitam de algum serviço ou mesmo para trabalhar diariamente. Outra característica marcante é que, em geral, quanto menor o poder aquisitivo do indivíduo mais distante é sua habitação do centro funcional.

3.1.1 O espaço público em Brasília

A segregação espacial, instituída na concepção e na materialização da cidade Brasília, é uma característica que permeia a ideia dos espaços públicos em todo o DF. Entendemos que a proposta de criar setores específicos na configuração espacial da cidade corrobora com esse processo de segregação espacial, gerando assim o que podemos chamar de segregação sócio espacial.

No trabalho de Tenório (2012), a autora avalia que Brasília²⁷, segundo sua espacialidade, não favorece a vida pública na cidade. A proposta metodológica da referida autora utilizou um método baseado em técnicas de levantamento da vida pública que identificou, conheceu, soube observar, avaliar e manejar os principais atributos referentes ao espaço público no que corresponde seu desempenho sociológico e funcional em relação à vida pública. Foi feito um levantamento dos espaços públicos que serviram ao interesse da pesquisa, de modo a avaliar variáveis em relação aos sujeitos e atividades que compõem o esse espaço, assim como o próprio espaço público, através da análise de atributos globais e locais referentes aos elementos que configuram o bom ou mal atendimento à vida pública nesse espaço. Os atributos globais são voltados para uma visão mais ampla, de modo a analisar como a estrutura da cidade e seus espaços afetam a urbanidade ao nível local, considerando a área da cidade na qual o espaço público está localizado. Não se refere a tratar a cidade como um todo, mas qual é o papel que a área desempenha nela a partir das perspectivas sociológica e funcional.

As variáveis analisadas no estudo de Tenório (2012), referente a um espaço público específico entre ruas, praças e parques da cidade, são ao todo 27 itens. Optamos por citar a seguir quais foram as variáveis observadas, porque as questões auferidas em relação ao espaço público trazem significações inerentes à qualidade do espaço público analisado, no que diz respeito ao favorecimento ou não à vida pública. Há variações entre as dimensões sociológica, funcional, bioclimática, econômica, topoceptiva, simbólica, afetiva e estética.

Ainda de acordo com Tenório (2012), essas variáveis estão distribuídas nas categorias sujeitos, atividades e o próprio espaço público. Categoria sujeitos: 1 - presença de pessoas, 2 - pessoas variadas, 3 - presença contínua de pessoas. categoria atividades: 4 - circulação de pessoas, 5 - permanência de pessoas, 6 - encontro de pessoas não programado e programado, 7 – pessoas zelando e vigiando, formal e informalmente, 8 – pessoas realizando diversas atividades. A categoria do espaço público é dividida em atributos globais e locais. Os atributos

27 A autora se refere a Brasília compreendendo todo o território do DF.

globais são: 9 – as áreas devem ser compactadas, 10 – as áreas devem ser integradas, 11- as áreas não devem ser monofuncionais, 12 – as áreas devem oferecer diversidade de moradia, bem distribuídas e com densidade certa, 13 – as áreas devem estimular a mobilidade de pedestres, ciclistas e de transporte público. Os atributos locais são divididos em aspectos sociológicos e funcionais. Os aspectos sociológicos dos atributos locais são: 14 – o lugar deve ser passagem para outro lugar, 15 – o lugar deve ter limites claros e dimensões coerentes com suas características, 16 – os edifícios do lugar devem ser variados e possuir diferentes características, 17 – os limites do lugar devem ter muitas portas e janelas abrindo para ele, 18 – o lugar deve estar ao nível do solo. Os aspectos funcionais são: 19 – o lugar deve ser acessível por transporte público e não motorizado, além de oferecer boas condições de acesso e circulação para os pedestres, 20 – os limites do lugar e seus arredores devem oferecer atividades variadas, 21 – o lugar deve oferecer diversas atividades, para ser considerado um destino. Quanto ao aspecto bioclimático: 22 – o lugar deve ser agradável em termos de conforto térmico, luminoso, sonoro e com boa qualidade do ar. Quanto ao aspecto econômico: 23 – o lugar deve possuir baixo custo de implantação e manutenção. Em relação ao aspecto topoceptivo: 24 – o lugar deve ter identidade própria, ser legível no tecido da cidade, distinguir-se dos demais espaços públicos, agir como um elemento que favoreça a orientação das pessoas na área que se insere e no seu interior. Quanto ao aspecto simbólico: 25 – o lugar deve possuir elementos que simbolizem a história, população, características e idealmente deve simbolizar a área da cidade na qual está. Relacionado ao aspecto afetivo: 26 – leva-se em conta que tipo de sensações o lugar evoca: afetos negativos ou positivos. Quanto ao aspecto estético: 27 – leva-se em conta se o lugar e seus elementos são bonitos e cuidados.

A partir das variáveis investigadas podemos compreender os aspectos que foram analisados em relação ao espaço público e, conseqüentemente, entender quais características favorecem ou não a vida pública. A partir da análise das informações geradas e adquiridas na pesquisa citada, concluiu-se que:

[...] veremos que a cidade como um todo responde negativamente às categorias analíticas vinculadas aos atributos globais favoráveis à vida pública. Brasília inicia-se por ser, de nascença, descontínua, possuindo um grande percentual de espaços públicos sobre a área total urbanizada e espaço convexo médio grande dentro dos diversos núcleos, independente do seu papel num contexto mais amplo. Esses diversos núcleos encontram-se conectados ao Plano Piloto, pois são dependentes dele, mas se encontram mal conectados internamente e entre si, o que não favorece uma malha viária bem integrada (TENÓRIO, 2012, p. 206-207).

Apesar de Brasília possuir grande quantidade de espaços públicos dentro do seu espaço urbano, esses espaços, em muitos casos, não são utilizados de modo a propiciar a vida pública, isto é, o convívio e as atividades nesses espaços estão muito aquém do seu potencial, no sentido da confluência dos diversos usos que o espaço público permite à sua população. Este fato se deve à própria estrutura que a cidade oferece, de forma fragmentada e hierarquizada.

Esse diagnóstico feito por Tenório em relação aos espaços públicos e à vida pública em Brasília possui uma ligação com a crítica feita à Brasília por Carlos Nelson, arquiteto e urbanista brasileiro. Segundo Abrahão (2008), a crítica De Carlos Nelson está contraposta ao planejamento racionalista-progressista adotado em Brasília. Em sua análise em relação ao plano urbanístico de Brasília, ele apontou três fatores que demonstram o caráter racionalista da concepção da cidade: a centralização excessiva das propostas, a extrema rigidez no detalhamento dos usos do espaço e as ideias fixas sobre o comportamento da população. Essas características apontadas favorecem o centralismo e autoritarismo, por meio de uma ordem simplista de lógica linear. Carlos Nelson considera o centralismo e autoritarismo como formas de poder “inimigas da complexidade de relações necessárias e imprescindíveis para que as cidades fossem verdadeiramente vivas” (ABRAHÃO apud SANTOS, 2008, p. 119).

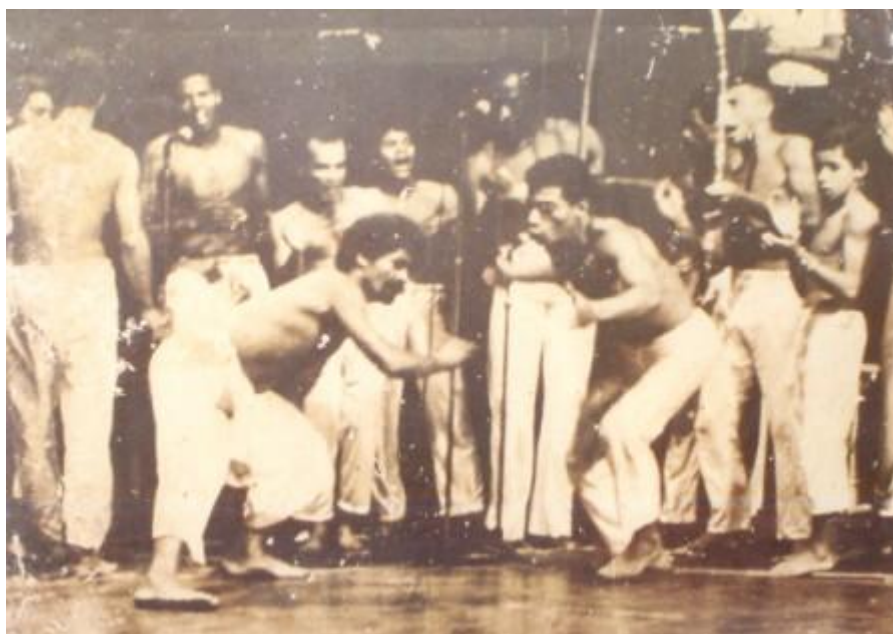
De acordo com Tenório (2012), há poucas intervenções que colaboram com a intensificação da vida pública em Brasília, mesmo com vários exemplos de cidades no mundo que lograram, no aspecto da exaltação da vida pública, com instrumentos disponíveis para melhorá-la. Além dos problemas e potencialidades da cidade, quase não há ações no sentido de diminuir os problemas oriundos da proposta original, no que concerne o favorecimento da urbanidade, sobretudo no que diz respeito ao suporte da vida pública.

3.2 A dinâmica espacial das rodas de capoeira nos espaços públicos no Distrito Federal

Esta parte do estudo está destinada a discorrer sobre a dinâmica espacial das rodas de capoeira em Brasília, de modo a expor as características principais que marcam a dinâmica espacial da relação entre as rodas de capoeira e os espaços públicos de acesso livre nas áreas urbanas da cidade de Brasília. O objetivo central desta seção é fazer um panorama geral, compreendendo o passado e o presente da relação e a trajetória entre as rodas de capoeira e a cidade.

Nas primeiras décadas de Brasília, 1960 e 1970, as rodas de capoeira eram realizadas em um número muito menor, se comparado ao período atual, e na maioria das vezes dentro das academias de treino, em clubes e teatros da cidade. Entretanto, as rodas de capoeira também eram realizadas em espaços públicos, como em frente às comerciais locais, CLS e CLN das Asa Sul e Asa Norte, e em algumas das cidades satélites, como Taguatinga, Planaltina e Ceilândia, onde também havia a presença da capoeira nessas décadas. Um espaço público central de Brasília, a Torre de TV, que também é um monumento urbano da cidade, localizado no centro do Plano Piloto, no Setor de Divulgação Cultural, foi utilizado por rodas de capoeira desde a década de 1970 (Figura 7).

Figura 7- Roda de capoeira na Torre de TV Brasília (1979)



Fonte: Mestre Gilson (Mestre Paulão no berimbau, mestre Barto de cavanhaque jogando a esquerda, atrás do mestre Barto, o mestre Pombo de Ouro)

O espaço ao redor da Torre de TV possui alguns fatores que o torna privilegiado do ponto de vista geográfico e do ponto de vista simbólico, pois ele está localizado próximo ao centro funcional de Brasília, possui uma feira de artesanato e alimentação, além do próprio ponto turístico formado pelo monumento da Torre e a feira de artesanato. Estas características observadas no espaço público ao redor da Torre de TV, tornou-o alvo de diversas apropriações de rodas de capoeira ao longo da sua existência, desde a década de 1970 (figura 8).

Figura 8 - Roda de capoeira na Torre de TV, Brasília (1985)



Fonte: (VIEIRA, 1985) Mestre Luiz Renato à esquerda e mestre Jomar à direita.

A apropriação do espaço da torre de TV é bastante significativa do ponto de vista simbólico para a capoeira, pois tradicionalmente as rodas são realizadas próximas às feiras localizadas no centro da cidade, associadas ao fluxo constante de público, entre turistas estrangeiros e brasileiros, habitantes locais, comerciantes e transeuntes em geral. Em sua trajetória de existência, a Torre de TV foi palco de realização de diversas rodas de capoeira. Desde a realização de rodas pontuais, feitas pelos praticantes de capoeira de Brasília em datas específicas, até as rodas realizadas periodicamente, como foi o caso das rodas de capoeira conduzidas pelo mestre Sabú na década de 1980.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelo crescimento gradativo de rodas de capoeira que utilizavam espaços públicos da cidade. Entretanto, essa expansão da capoeira em Brasília foi acompanhada por uma onda de violência, realizada por grupos diversos da capoeira que buscavam e incentivavam a conduta agressiva na capoeira. Estes conflitos, normalmente ocorriam entre grupos distintos, sobretudo nas rodas de capoeira.

As rodas de capoeira cumpriam seu papel de território. A partir da conceituação de Souza, podemos entender a roda de capoeira como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (2010, p 78), ou seja, segundo o próprio autor citado “um instrumento de exercício de poder”. Os conflitos que ocorriam nas rodas de capoeira em Brasília resultavam dessas relações de poder estabelecidas no universo da capoeira. As relações de poder eram marcadas pela diferença entre os membros internos e os membros externos em relação ao

grupo de capoeira. As rodas de capoeira expressavam essa alteridade e esse limite territorial através de um campo de forças, cujo desenho era moldado pela territorialidade que buscava definir o domínio de determinado espaço. Esses conflitos corporais foram uma característica marcante da capoeira em Brasília entre o final da década de 1980 e a década de 1990²⁸.

Da década de 90 para os dias atuais, a capoeira continuou a se expandir em todo o território do DF e, conseqüentemente, o número de rodas de capoeira também acompanhou esse crescimento. Houve a chegada de alguns grupos de capoeira Angola na cidade, oriundos de outros estados brasileiros, que foram se estabelecendo e se consolidando nos anos 2000. Alguns praticantes da capoeira Angola em Brasília chegaram a realizar, periodicamente, uma roda no espaço público em frente ao Conjunto Nacional, aos sábados à tarde, por volta de 2011. Essa foi a primeira roda de capoeira Angola, de caráter sistemático e periódico, a se consolidar num espaço público de acesso livre em Brasília.

Atualmente, as rodas de capoeira²⁹ que utilizam espaços públicos no DF podem ser classificadas em duas categorias. A primeira categoria está associada às rodas que são realizadas periodicamente e a segunda categoria está relacionada às rodas que são feitas pontualmente, em datas específicas. Assim temos as rodas de capoeira periódicas e não periódicas. É difícil de mapear a quantidade de rodas de capoeira que utilizam espaços públicos no DF, pois, como citado anteriormente, existe a categoria de rodas que são realizadas de forma não sistemática, sem periodicidade de realização.

As rodas periódicas ocorrem semanalmente, quinzenalmente, mensalmente, e há casos também de rodas que são realizadas anualmente. Essas rodas de capoeira, habitualmente, são feitas nos finais de semana, de sexta-feira a domingo, pois são os dias de tempo livre que mestres e praticantes normalmente possuem para realizar o ritual. Como há muitas rodas de capoeira que são realizadas periodicamente, há dias que elas são realizadas simultaneamente, pois são feitas costumeiramente nos finais de semana, em horários que podem coincidir.

²⁸ Com o boom do Jiu-Jitsu na década de 1990 em Brasília, houve uma parcela de capoeiristas que começaram a praticar essa arte marcial, e assim muitos deles migraram para ela. Com a transferência de modalidade da capoeira para o Jiu-Jitsu, principalmente em relação àqueles que buscavam o combate corporal, a capoeira deixou de ser a opção principal enquanto arte marcial para muitos indivíduos. Assim a capoeira de Brasília foi tornando-se gradativamente menos violenta.

²⁹ Muitas rodas de capoeira são realizadas em espaços privados, ou seja, em academias e escolas de capoeira. Se fossemos quantificar o número de rodas realizadas em espaço privados aqui no DF, muito provavelmente teríamos uma quantidade bem maior nessa situação. Há centenas de locais onde se pratica a capoeira aqui no DF e há, conseqüentemente, a realização de rodas nestes espaços privados.

Os espaços públicos que são palco das apropriações pelas rodas de capoeira, possuem uma característica primordial: a definição do lugar a ser realizada depende da presença de público, isto é, da presença de transeuntes que darão visibilidade para o ritual. Portanto, podemos listar alguns lugares públicos que são pontos tradicionais e costumeiramente apropriados pelas rodas de capoeira. De uma forma geral, as praças públicas, rodoviárias, parques, feiras, comércios ou simplesmente a rua são pontos que, por suas condições geográficas e pelas funções que exercem dentro do espaço intraurbano da cidade, influenciam a ponto de atrair manifestações populares diversas, neste caso a roda de capoeira.

No caso do Plano Piloto, os espaços públicos, tradicionalmente utilizados pelas rodas de capoeira são: o Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, a Torre de TV, a rodoviária do Plano Piloto, o espaço público em frente ao Conjunto Nacional, as praças em frente à Catedral e ao Complexo Cultural da República, assim como as áreas residenciais, como é o caso das quadras poliesportivas, praças e comércio da Asa Sul e Norte.

No caso das Regiões Administrativas, a apropriação pelas rodas de capoeira segue a tendência de escolha de lugares com grande fluxo de pessoas. Listamos aqui os espaços públicos que foram alvos de nossa análise³⁰: RA-I Plano Piloto (Feira da Torre de TV, Parque da Cidade, SDN em frente ao Conjunto Nacional, Zoológico, SQS 210 e Rodoviária); RA-II Gama (Rodoviária); RA-III Taguatinga (Parque Taguaparque); RA-V Sobradinho (Setor Central); RA-VI Planaltina (Casarão, Praça do Museu, Rodoviária e Vila Buritis Quadras 3/4); RA VII-Paranoá (Praça Central); RA-IX Ceilândia (Centro); RA-X Guará (Guará II Quadra Comercial QI 23); RA-XI Cruzeiro (Cruzeiro Novo Quadra 1205); RA-XIV São Sebastião (Jardins Mangueiral Quadra Comercial 11); RA-XVII Riacho Fundo (Centro); RA XX Águas Claras (Estação do Metrô Águas Claras).

Outros espaços públicos que temos conhecimento de que há a apropriação pelas rodas de capoeira no DF são: Eixão do Lazer, Complexo Cultural da República, Estação Final do Metrô de Ceilândia, Praça da Igreja (centro do Núcleo Bandeirante), Feira de Planaltina, praça da Escola Classe do Varjão, feira da Estrutural, praça do Museu Nacional e feira do Produtor em Vicente Pires. Observa-se que a própria dinâmica em relação à frequência de realização entre algumas rodas de capoeira que utilizam espaços públicos do Distrito Federal são variáveis, isto é, não mantêm uma continuidade de realização durante o ano todo por motivos de férias

³⁰ Sabemos que existem mais espaços públicos que estão sendo apropriados pelas rodas de capoeira, entretanto a pesquisa apresentou alguns limites no que se refere ao alcance dessas apropriações. Em alguns casos, a divulgação da realização da roda ficou restrita aos membros do grupo realizador do ritual ou no dia da pesquisa em campo a roda não foi realizada por algum motivo.

dos realizadores, ou mesmo devido às datas importantes que coincidem com o dia de realização da roda, ou seja, que possuem sazonalidade.

Algumas rodas de capoeira são realizadas semanalmente durante o ano todo, com raras exceções de não ocorrer o ritual, como é o caso das rodas de capoeira que são realizadas na Torre de TV e no Parque da Cidade, situadas em áreas centrais de Brasília. Por serem áreas privilegiadas do ponto de vista da publicidade, centralidade funcional, grande fluxo de pessoas, há também uma questão abstrata, representada pelo territorialismo³¹ exacerbado presente nessas rodas de capoeira, que é alimentado pela disputa de espaço. Essa apropriação de frequência semanal no caso da Torre de TV e do Parque da Cidade reflete uma disputa espacial que ocorre entre alguns grupos de capoeira em Brasília, que buscam se estabelecer nesses espaços privilegiados do ponto de vista geográfico, simbólico e funcional.

As rodas de capoeira que possuem frequência de realização semanal que foram analisadas são (1), (2) e (3); as rodas que possuem frequência de realização quinzenal são (4) e (5); as rodas que possuem frequência de realização mensal são de (6) a (20); a roda de capoeira (21) foi realizada apenas em sua segunda edição anual. Percebemos que a maioria das rodas de capoeira são realizadas com periodicidade mensal. Entretanto, as rodas que são realizadas quinzenalmente e semanalmente possuem entre nove e quinze anos de existência, o que reflete uma apropriação consolidada. Consideramos as dez primeiras rodas de capoeira registradas em ordem decrescente de tempo de existência e frequência de realização semanal, quinzenal e mensal como as rodas de capoeira mais tradicionais de Brasília na atualidade, segundo nosso universo de dados, devido, além do tempo de existência, ao papel enquanto mecanismo de manutenção e expansão que elas exercem na capoeira brasiliense.

3.3 As apropriações das rodas de capoeira - metodologia para compreensão da coleta e análise em campo

Esta seção está destinada ao registro das vinte e uma (21) apropriações de áreas públicas por meio das rodas de capoeira no Distrito Federal (tabela 2). Os dados gerados em campo são tratados a seguir por meio do registro fotográfico, do roteiro de observação (observação

³¹ Aqui pegamos a noção de territorialismo de Souza (2010), que entendido como uma estratégia além de uma simplória questão de instinto é proposto para ressaltar o conteúdo de controle territorial expresso na noção de territorialidade, sendo preferível usá-lo para designar o controle imperativo.

simples) e de questionários de entrevista aplicados em lócus onde há a realização da roda de capoeira, isto é, em determinado espaço público da cidade analisada.

Organizamos a descrição dos dados gerados e coletados de acordo com dois critérios: periodicidade de realização e tempo de existência da roda de capoeira. Ao cruzar essas duas variáveis, frequência de realização e tempo de existência, distribuimos a descrição e análise das rodas de capoeira em ordem decrescente, de acordo com elas. Essa organização leva em conta essas duas variáveis porque elas representam uma condição de destaque em relação à apropriação do espaço público pela roda de capoeira, pois tanto a frequência de realização quanto o tempo de existência da roda revelam aspectos diversos e ricos da territorialidade da roda de capoeira que podem ser elencados como critérios que representam uma relação consolidada entre espaço público, roda de capoeira e territorialidade. De modo que, de acordo com a análise das duas variáveis citadas, podemos estabelecer um aspecto de prevalência na organização e distribuição das rodas de capoeira nesta seção.

Após a distribuição, de acordo com a ordem decrescente de tempo de existência e periodicidade de realização da roda de capoeira, selecionamos os trechos mais significativos das entrevistas, em relação a cada apropriação analisada. Optamos por analisar os dados mais representativos em relação à entrevista feita com cada depoente, por acreditarmos que assim chegaríamos a um resultado mais conciso e fidedigno da realidade, pois relativizamos algumas exposições, sentenças, afirmações de trechos da entrevista, considerando que algumas repostas fogem ao tema proposto e/ou não transmitem um sentido claro na sua ideia, ou mesmo por não mostrarem-se relevantes do ponto de vista da proposta da análise, isto é, que não tangenciam nossas questões de pesquisa.

Criamos quatro (4) categorias de análise e três (3) subcategorias, relacionando-as as doze (12) perguntas elaboradas previamente no questionário de entrevista, considerando o instrumento de entrevista de caráter estruturado, baseado em perguntas abertas. As quatro (4) categorias elaboradas, estão diretamente relacionadas com os conceitos principais: espaço público, territorialidade/território, roda de capoeira e cidadania, assim como as subcategorias também criadas. As quatro (4) categorias estão divididas em: C1³² - relação do espaço público e a capoeira; C2 - articulação entre os atores (capoeiras), que se apropriam do espaço público e sociedade; C3 - relação entre territorialidade, território e apropriação do espaço público; C4-

³² C1 = Categoria 1, C2 = categoria 2, C3 = categoria 3, C4 = categoria 4.

Concepção de cidadania. As subcategorias estão agrupadas da seguinte forma: SC1³³ - relação genoespacial; SC2 – concepção de espaço público; SC3 – relação entre espaço público, roda de capoeira, e cidadania. Como descrito na (tabela 3).

Esta seção está destinada ao registro das vinte e uma (21) apropriações de áreas públicas por meio das rodas de capoeira no Distrito Federal (tabela 2). Os dados gerados em campo são tratados a seguir por meio do registro fotográfico, do roteiro de observação (observação simples) e de questionários de entrevista aplicados em lócus onde há a realização da roda de capoeira, isto é, em determinado espaço público da cidade analisada.

Tabela 2 - Relação de apropriações do espaço público por rodas de capoeira no Distrito Federal por Região Administrativa

Relação de apropriações do espaço público por rodas de capoeira no Distrito Federal por Região Administrativa			
Região Administrativa	Espaço público/área pública	Periodicidade de realização	Nome da roda de capoeira e tempo de existência
RA I – Plano Piloto	Feira de Artesanato da Torre de Televisão	Semanal	Roda da Torre de Tv - 15 anos
	Parque da Cidade	Semanal	Roda do Parque da Cidade - 15 anos
	Setor de Diversões Norte (em frente ao Conjunto Nacional)	Mensal	Roda do Conjunto Nacional - 10 anos
	Zoológico de Brasília	Mensal	Roda do Zoológico - 9 anos
	Praça da entrada da SQS 210 Sul	Mensal	Roda da 210 Sul - 8 anos
	Rodoviária	Anual	Roda da rodoviária > 1 ano
RA II - Gama	Rodoviária	Mensal	Roda do Centro >1ano
RA III -Taguatinga	Parque Taguaparque	Mensal	Roda do Taguaparque >1ano
RA V - Sobradinho	Setor Central	Mensal	Roda do Bradesco - 20 anos

³³ SC1 = Subcategoria 1; SC2 = subcategoria 2; SC3 = subcategoria 3.

RA VI - Planaltina	Casarão da Praça do Museu Histórico	Mensal	Roda do Casarão - 6 anos
	Praça do Museu Histórico	Mensal	Roda da Praça da Praça do Museu - 5 anos
	Rodoviária	Mensal	Roda da Rodoviária - 5 anos
	Vilas Buritis Qd. 3/4	Mensal	Roda do Corpo e Mente - 3 anos
	Vilas Buritis Qd. 3/4	Mensal	Roda do Raça Nagô - 2 anos
RA VII - Paranoá	Praça Central	Mensal	Roda da Praça - 10 anos
RA IX - Ceilândia	Centro	Mensal	Roda do Arte Luanda -12 anos
RA X - Guará	Quadra comercial da QI 23 no Guará II	Mensal	Roda do N'golo - 2 anos
RA - XI	Cruzeiro Novo Qd. 1205	Mensal	Roda do Semente de Jogo de Angola - 6 anos
RA XIV – São Sebastião	Jardins Mangueiral Quadra Comercial 11	Mensal	Roda do Mangueiral <1ano
RA XVII - Riacho Fundo	Centro	Semanal	Roda da Tradição - 10 anos
RA XX – Águas Claras	Estação do Metrô Águas Claras	Mensal	Roda do Metrô - 5 anos

Organizamos a descrição dos dados gerados e coletados de acordo com dois critérios: periodicidade de realização e tempo de existência da roda de capoeira. Ao cruzar essas duas variáveis, frequência de realização e tempo de existência, distribuimos a descrição e análise das rodas de capoeira em ordem decrescente, de acordo com elas. Essa organização leva em conta essas duas variáveis porque elas representam uma condição de destaque em relação à apropriação do espaço público pela roda de capoeira, pois tanto a frequência de realização quanto o tempo de existência da roda revelam aspectos diversos e ricos da territorialidade da roda de capoeira que podem ser elencados como critérios que representam uma relação consolidada entre espaço público, roda de capoeira e territorialidade. De modo que, de acordo com a análise das duas variáveis citadas, podemos estabelecer um aspecto de prevalência na organização e distribuição das rodas de capoeira nesta seção.

Após a distribuição, de acordo com a ordem decrescente de tempo de existência e periodicidade de realização da roda de capoeira, selecionamos os trechos mais significativos

das entrevistas, em relação a cada apropriação analisada. Optamos por analisar os dados mais representativos em relação à entrevista feita com cada depoente, por acreditarmos que assim chegaríamos a um resultado mais conciso e fidedigno da realidade, pois relativizamos algumas exposições, sentenças, afirmações de trechos da entrevista, considerando que algumas repostas fogem ao tema proposto e/ou não transmitem um sentido claro na sua ideia, ou mesmo por não mostrarem-se relevantes do ponto de vista da proposta da análise, isto é, que não tangenciam nossas questões de pesquisa.

Criamos quatro (4) categorias de análise e três (3) subcategorias, relacionando-as as doze (12) perguntas elaboradas previamente no questionário de entrevista, considerando o instrumento de entrevista de caráter estruturado, baseado em perguntas abertas. As quatro (4) categorias elaboradas, estão diretamente relacionadas com os conceitos principais: espaço público, territorialidade/território, roda de capoeira e cidadania, assim como as subcategorias também criadas. As quatro (4) categorias estão divididas em: C1³⁴ - relação do espaço público e a capoeira; C2 - articulação entre os atores (capoeiras), que se apropriam do espaço público e sociedade; C3 - relação entre territorialidade, território e apropriação do espaço público; C4- Concepção de cidadania. As subcategorias estão agrupadas da seguinte forma: SC1³⁵ - relação genoespacial; SC2 – concepção de espaço público; SC3 – relação entre espaço público, roda de capoeira, e cidadania. Como descrito na (tabela 3).

Tabela 3 - Categorização e significações do questionário de entrevista

Categorização e significações do questionário de entrevista				
Pergunta	Categoria	Significações	Subcategoria	Significações
Questão 1 - Quando se fala em capoeira e espaço público, rua, o que vem à cabeça?	C1-Relação do espaço público e a capoeira.	Perspectiva do entrevistado em relação à capoeira e o E.P ³⁶ , de modo geral.	SC1-Relação genoespacial.	Que aspectos definem essa relação como oriundas do <i>genoespaço</i> .
Questão 2 - Qual a sua opinião sobre a importância e o papel do espaço público urbano, a rua, para a capoeira?	C1-Relação do espaço público e a capoeira.	Perspectiva do entrevistado em relação ao papel do E.P. para a capoeira.	SC1-Relação genoespacial.	Que aspectos definem essa relação como oriundas do <i>genoespaço</i>

³⁴ C1 = Categoria 1, C2 = categoria 2, C3 = categoria 3, C4 = categoria 4.

³⁵ SC1 = Subcategoria 1; SC2 = subcategoria 2; SC3 = subcategoria 3.

³⁶ Espaço público

Questão 3 - Você acredita que a utilização do espaço público pela capoeira reforça o caráter coletivo desse espaço? Justifique:	C1-Relação do espaço público e a capoeira.	Perspectiva do entrevistado em relação ao caráter coletivo do E.P.	SC2-Concepção de espaço público.	Perspectiva em relação ao aspecto coletivo do espaço público.
Questão 4 - Na sua opinião, a utilização do espaço público pela capoeira possui outra intenção além da própria realização da roda de capoeira?	C1-Relação do espaço público e a capoeira.	Perspectiva e proposta do entrevistado em relação a utilização do espaço público pela roda de capoeira.	SC3-Relação entre o espaço público, roda de capoeira, e cidadania.	Existem elementos que caracterizam uma condição cidadã no processo de apropriação do E.P. pela roda de capoeira.
Questão 5 - Qual é o objetivo ou, os objetivos de se realizar uma roda de capoeira neste espaço público?	C1-Relação do espaço público e a capoeira.	Perspectiva e proposta do entrevistado em relação a utilização do espaço público pela roda de capoeira.	SC3-Relação entre o espaço público, roda de capoeira, e cidadania.	Existe elementos que caracterizam uma condição cidadã no processo de apropriação do E.P. pela roda de capoeira.
Questão 6 - Esta roda de capoeira recebe algum tipo de apoio para sua realização, seja por parte do governo, administração, secretaria, comerciantes ou da população local?	C2-Articulação entre os atores (capoeiras), que se apropriam do E.P. ³⁷ e sociedade.	Nível de articulação entre o grupo de capoeira e segmentos da sociedade, inserido no E.P.	SC3-Relação entre o espaço público, roda de capoeira, e cidadania.	Existem elementos que caracterizam uma condição cidadã no processo de apropriação do E.P. pela roda de capoeira.
Questão 7 - Existe ou já existiu algum tipo de impedimento ou conflito em relação à realização das rodas de capoeira neste espaço público? Explique:	C3-Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P.	Verificação de fatos que expressam a territorialidade da roda de capoeira no E.P.	SC1-Relação genoespacial.	Que aspectos definem essa relação como oriundas do <i>genoespaço</i>
Questão 8 - Já houve algum episódio marcante no sentido de dificuldade de realização de uma roda de capoeira neste espaço público? Explique a situação pela dificuldade de realização, exemplo, capoeiristas, comerciantes,	C3-Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P.	Verificação de fatos que expressam a territorialidade da roda de capoeira no E.P.	SC1-Relação genoespacial.	Que aspectos definem essa relação como oriundas do <i>genoespaço</i>

³⁷ Espaço público

fiscalização, moradores e etc.				
Questão 9 - Esta roda de capoeira sempre foi realizada aqui neste local? Se não, quais foram os outros lugares e qual o motivo da mudança do lugar de realização?	C3-Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P.	Análise de fatos que expressam a aspectos da territorialidade da roda de capoeira no E.P.	SC1-Relação genoespacial.	Que aspectos definem essa relação como oriundas do <i>genoespaço</i>
Questão 10 - Há ou já houve algum interesse para realização da roda de capoeira por parte da comunidade, comércio, governo (secretaria, administração) ou alguma instituição (ex: ONG's)? Comente sobre.	C2-Articulação entre os atores (capoeiras), que se apropriam do E.P. ³⁸ . e sociedade.	Nível de articulação entre o grupo de capoeira e segmentos da sociedade, inserido no E.P	SC3-Relação entre o espaço público, roda de capoeira, e cidadania.	Existem elementos que caracterizam uma condição cidadã no processo de apropriação do E.P. pela roda de capoeira.
Questão 11 - De que maneira as rodas de capoeira podem contribuir com a qualidade de vida nos espaços públicos?	C1-Relação do espaço público e a capoeira.	Perspectiva do entrevistado entre a relação de qualidade de vida e apropriação do E.P. pela roda de capoeira.	SC3-Relação entre o espaço público, roda de capoeira, e cidadania.	Existem elementos que caracterizam uma condição cidadã no processo de apropriação do E.P. pela roda de capoeira.
Questão 12 - Para você o que é cidadania?	C4-Concepção de cidadania	Perspectiva do entrevistado em relação ao significado de cidadania.	SC3-Relação entre o espaço público, roda de capoeira, e cidadania.	Existem elementos que caracterizam uma condição cidadã no processo de apropriação do E.P. pela roda de capoeira.

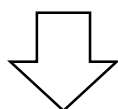
Foram observados os critérios de organização e categorização dos dados gerados e coletados em campo. As informações geradas e coletadas pelo roteiro de observação e notas registradas em campo são utilizadas de forma a complementar a análise, assim como elementos que visam servir de constatação em relação à questão analisada, como os aspectos físicos dos locais onde a roda é realizada, aspectos gerais em relação à condução e organização da roda de capoeira, assim como observações gerais.

³⁸ Espaço público

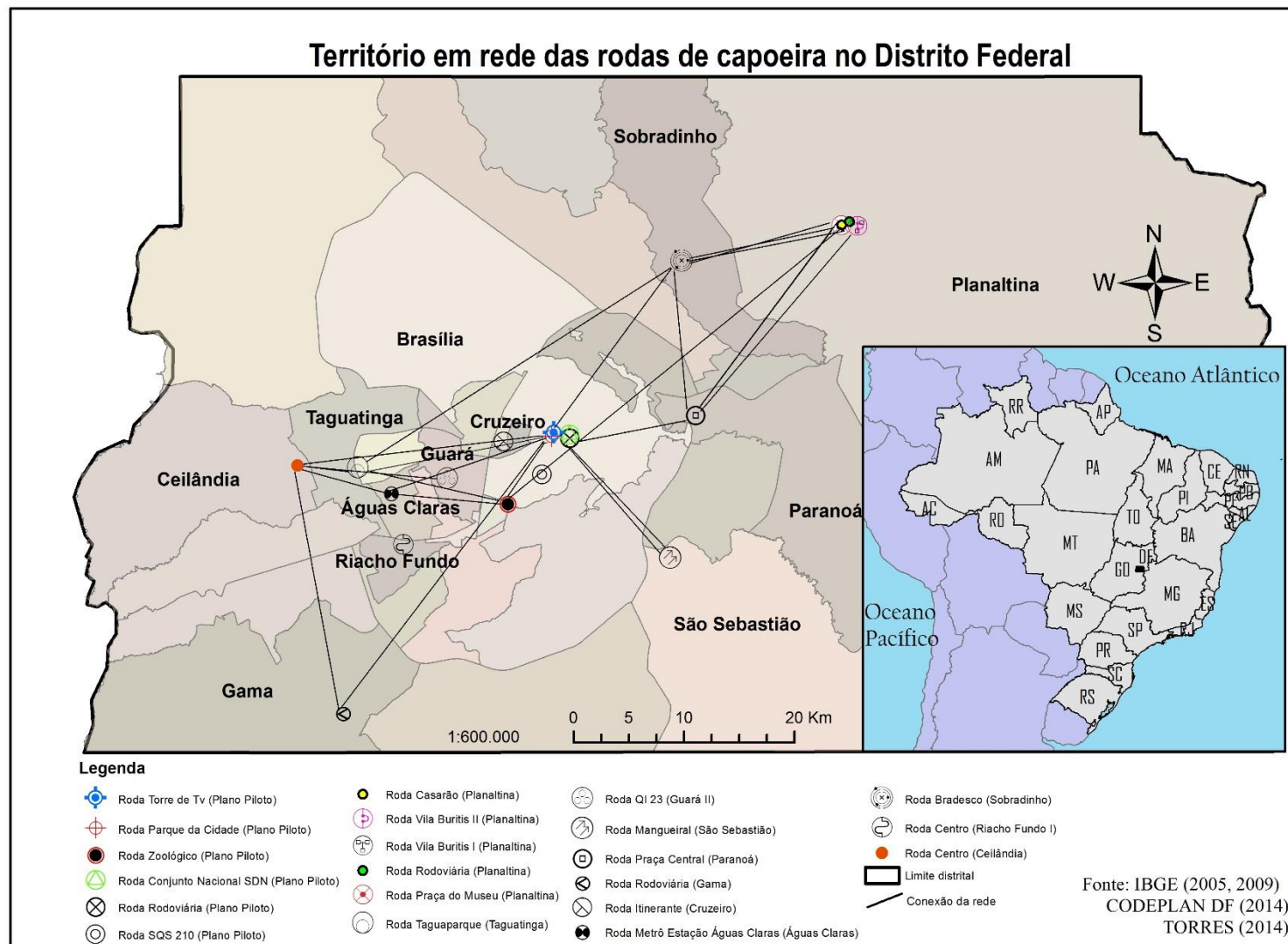
A seguir os registros fotográficos e as observações realizadas em campo. As informações estão distribuídas de acordo com a periodicidade de realização da roda de capoeira e segundo a ordem decrescente de tempo de existência da roda de capoeira analisada.

Buscamos fazer a análise e interpretação dos dados e informações gerados e coletados de acordo com cada questão, isto é, através das doze (12) questões do questionário de entrevista, relacionados a cada categoria de análise criada: C1, C2, C3, C4 e subcategorias SC1, SC2 e SC3, como apresentados na tabela 3 (pág. 114). Assim analisamos as informações geradas pelo questionário de entrevista (apêndice B), a partir de cada pergunta, em princípio individualmente e, logo após, em relação ao conjunto das respostas obtidas. Ademais da análise espacial que fizemos através da elaboração do mapa temático mapa 3 (pág. 118), o qual apresenta a distribuição geográfica das rodas de capoeira registradas.

De acordo com a proposta teórica de Souza (2010), em relação aos conceitos de territórios contínuos e descontínuos, elaboramos através do mapa 3 (pág. 118), a rede articular do território em rede das rodas de capoeira no DF. O território contínuo é representado pelas próprias rodas de capoeira, que exercem o papel de nós da rede articular. Assim esses territórios contínuos, isto é, as rodas de capoeira, se conectam a outros territórios contínuos por meio dos arcos (segmentos), que representam os fluxos de informações, bens e pessoas entre os nós do território-rede das rodas de capoeira no DF. Esses arcos que conectam os territórios contínuos foram construídos baseados nas observações realizadas in loco, de modo verificar os fluxos entre as rodas de capoeira, sobretudo por meio do registro da presença de capoeiristas oriundos de outros territórios contínuos, ou seja, de outros grupos de capoeira, considerando os 21 casos de *evento-rodas* analisados.



Mapa 3 - Território em rede das rodas de capoeira no Distrito Federal



Fonte: CODEPLAN, 2013, IBGE 2005. (Elaborado pelo autor)

Podemos observar, através da leitura do Mapa 4, que foram registradas vinte e uma (21) rodas de capoeira em doze (12) Regiões Administrativas do DF. Sabemos que esse número ainda é parcial, pois existem outros espaços públicos que estão sendo apropriados por rodas de capoeira em praticamente todas as trinta e uma (31) RAs existentes. Verificamos que existe a apropriação de mais de um terço ($1/3$) das RAs do DF, praticamente 40% das RAs do DF, sendo que duas das RAs analisadas possuem mais de quatro (4) rodas de capoeira que estão sendo realizadas em espaços públicos nessas cidades, como é o caso das RAs do Plano Piloto e de Planaltina, conforme pode ser observado no mapa 4.

Notamos que as apropriações dos espaços públicos pelas rodas de capoeira são resultado de estratégias de ocupação espacial dos grupos realizadores das rodas de capoeira, que buscam localidades centrais, que possuem boa visibilidade, com uma alta circulação de pessoas, de modo a se constituir um padrão de ocupação e apropriação com tendência de realização em locais que tem essas características, como em rodoviárias, feiras comerciais e mercados, praças e parques urbanos, pois as estratégias se baseiam em um retorno imaterial simbólico e material, como pode ser percebido adiante nas análises dos respectivos tópicos de discussão.

A presença de várias rodas de capoeira em uma mesma RA pode ser explicada por dois fatores: o primeiro é a quantidade de grupos de capoeira existentes na própria região; o segundo se refere ao caso da RA do Plano Piloto, que possui a maior quantidade de apropriações registradas, seis (6) casos. Atribuímos esse resultado ao fato do Plano Piloto ser o centro funcional de Brasília e, conseqüentemente, concentrar a maior quantidade de espaços públicos disponíveis, além de proporcionar uma maior concentração de pessoas nesses espaços.

Das apropriações analisadas, sabendo que os dados não representam todo o universo real existente, a realização dessas rodas de capoeira em espaços públicos das RAs reflete a presença de sua prática nessas regiões, sendo que existem casos em que a apropriação do espaço público é feita por moradores de outras RAs, que se deslocam para realizar o ritual, assim como casos em que os realizadores da roda são moradores da própria RA.

Utilizando a teorização de Souza (2010), podemos compreender as rodas de capoeira que se apropriam do espaço público das cidades do DF, que são os territórios contínuos. Lembrando que são considerados superfície e não pontos, que formam os nós da rede articular de uma representação gráfica do território-rede ou território em rede das rodas de capoeira que são considerados os territórios descontínuos.

Concluimos que, baseado na proposta teórica de Souza (2010), notamos que há um processo de troca e fluxo de pessoas, informações e materiais entre esses territórios contínuos, isto é, os nós do território em rede, que são as próprias rodas de capoeira. Podemos deduzir, através das variáveis coletadas em relação à quantidade de membros externos no dia da observação da realização da roda de capoeira, que quanto maior for a presença de grupos de capoeira e membros diversos, maior será a possibilidade de troca e fluxo naquele determinado território-roda. Notamos também que existem territórios-rodas em que essa troca e fluxo de informações, pessoas e materiais são mais restritos ao próprio universo do grupo de capoeira realizador, que conseqüentemente possui também outros territórios em rede específicos de seu grupo de capoeira. Esta dedução pode ser feita interpretando as variáveis de cada roda de capoeira analisada no item 3.3.1. E há também casos em que as trocas e fluxos são estabelecidos principalmente com membros de outros grupos de capoeira.

Num segundo momento, analisamos as informações geradas a partir do roteiro de observação (apêndice C), que também foram feitas por tópicos. Os dados oriundos do roteiro de observação e notas de campo servem também para contrastar as informações entre o discurso do entrevistado e a prática observada. Verificamos que, ao nos remetermos ao referencial teórico do *genoespaço* de acordo com Gomes (2010), existe um sentimento compartilhado em relação à capoeira e ao espaço público, por meio dos aspectos culturais, comportamentais, históricos ou mesmo morfológicos que se expressam nas ações e condutas dos capoeiras. Neste caso, sobretudo pela apropriação da roda de capoeira no espaço público, criando assim territórios da capoeira.

Uma característica importante notada é que dentro da comunidade da capoeira existem identidades, isto é, além da identidade comum a todos os capoeiristas, existe também a identidade referente exclusivamente a cada grupo de capoeira, que pode ser percebida através da organização, conduta, no modo de ser e de se expressar dos indivíduos pertencentes a um grupo de capoeira específico, no ato de apropriação do espaço público pela roda de capoeira. Portanto, a noção de identidade no universo da capoeira é multivariada, isto é, as diversas identidades existentes são reforçadas continuamente por cada grupo, gerando assim um espírito coeso que dá unidade para a identidade de cada grupo de capoeira, ou de um coletivo de capoeiristas no seu sentido genérico.

Ainda de acordo com nosso referencial do *genoespaço*, o compromisso social advindo desses grupos identitários da capoeira não são formais, pois são estabelecidos, como citado por Gomes (2010, p. 61), nas “relações de solidariedade baseada numa pretensa homogeneidade e

com uma solidariedade advinda de um forte sentimento de coesão.” Portanto, a classificação das ações é feita por meio de objeto de disputa de afirmação de um poder hegemônico, neste caso representado pelos grupos de capoeira distintos, que através de um juízo de valor, considerando sua força, tradição ou história, estão mais propensos a controlar determinado território no espaço público através da roda de capoeira. Ou seja, essas disputas territoriais entre os grupos de capoeira têm caráter inclusivo, definido pela diferenciação ontológica do espaço e constituindo-se pela afirmação da diferenciação de direitos em um espaço, de acordo com critérios de domínio e controle coletivo como aponta a teoria do *genoespaço* de Gomes.

Rodas com periodicidade semanal

Roda de capoeira (1): Realizada na feira de artesanato da Torre de TV, semanalmente aos domingos a partir das 11 horas, conhecida popularmente como Roda da Torre (TV). Tempo de existência: 15 anos.

Foto 1 – Roda de Capoeira Torre de TV (I).



Fonte: Registro do autor. Data: 15 jun. 2014

Foto 2 - Roda de Capoeira Torre de TV (II)



Fonte: Registro do autor. Data: 15 jun. 2014

Foto 3 – Roda de Capoeira Torre de TV (III)



Fonte: Registro do autor. Data: 15 jun. 2014

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 1 hora e 30 minutos.

- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 35 pessoas. Membros internos do grupo: 30%; membros de outros grupos: 70%.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: onze (11) grupos.
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: cinco (5) instrumentos. Pandeiro, atabaque, berimbaus: gunga, médio e viola (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Observações gerais:

No discurso público ao final da roda, o mestre realizador da roda comentou que a proposta da roda da torre é unir os grupos de capoeira que queiram interagir naquele espaço. Diferente de décadas passada que, segundo o mestre, ocorria uma disputa violenta entre seus frequentadores e o próprio grupo realizador da roda promovia essa rivalidade, resultando numa marginalização da capoeira feita por eles mesmos. Entretanto, comentou que a capoeira é luta e não dança e, por isso, estão todos passíveis de um contato mais duro, mas que na roda da torre não é o local para isso. E para aqueles que queiram “trocar porrada”, como dito pelo mestre, existe o espaço de sua academia de treino que é propício para tal situação.

Questão 1 - Quando se fala em capoeira e espaço público, a rua, o que vem à cabeça? Categoria:

C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

O que me vem à cabeça é... Espaço público, a gente podia ter mais reconhecimento, num espaço desse, a gente trabalha a muito tempo com a capoeira, a gente divulga nossa capoeira, mostra nossa arte pro povo e não temos apoio nenhum, de ninguém. Entendeu? Tem 15 anos que eu estou aqui nesse espaço público tentando colocar uma tenda ali e, se esbarra na burocracia dos políticos. (mestre Kall)

A questão um é uma pergunta introdutória que visa inserir o assunto de modo a direcionar a entrevista. Utilizamos a palavra rua, assim como espaço público, para tentar facilitar a compreensão do entrevistado, de modo a usar uma linguagem mais próxima do seu universo social. Além do caráter preparatório da questão 1, buscamos compreender a perspectiva do entrevistado em relação ao espaço público e à capoeira de uma forma geral, além de verificar os elementos que configuram essa relação (espaço público, capoeira e entrevistado) como oriunda do *genoespaço*.

De acordo com as informações obtidas constatamos elementos contidos nas repostas da questão 1 que consolidam e confirmam nossa compreensão da relação estabelecida entre o espaço público, capoeira e atores envolvidos, como fruto do *genoespaço*. A partir das repostas

obtidas nas rodas de capoeira (1), (5), (7), (9), (15) e (20), concluímos que a comunidade da capoeira possui um sentimento identitário forte enquanto capoeiristas, sobretudo na relação com o espaço público, entendendo a comunidade como origem comum da capoeira. Na capoeira enquanto comunidade, é o modo de agregação social que qualifica a relação com o meio, isto é, com o espaço público.

Questão 4 - Em sua opinião, a utilização do espaço público pela capoeira possui outra intenção além da própria realização da roda de capoeira? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Não, só mesmo mostrar o nosso trabalho. Entendeu? Que o turista vem aqui, porra, leva uma boa impressão da capoeira de Brasília”. (Mestre Kall)

Este tópico possui uma relação direta com a pergunta (5), pois essas duas questões fazem alusão aos motivos, objetivos de se realizar a roda de capoeira no EP. A pergunta 4, busca além de especificar a relação entre a capoeira e EP, referindo-se a sua utilização pela roda de capoeira, verificar a relação não aparente entre EP, roda de capoeira e ator social que se apropria do EP, de modo a analisar se os elementos apresentados através das respostas estabelecem conexão entre si, e como se estabelecem e condizem com a subcategoria SC3 que aborda a relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania. Entendemos a cidadania, em princípio, de um modo resumido, como citado por Covre (1995), onde ser cidadão significa ser soberano e súdito ao mesmo tempo, baseados nas dimensões das esferas civil, política e social, de acordo com as convenções internacionais estabelecidas ao longo da história, como apresentado na seção 1.3 do capítulo 1.

A pergunta 4 nos remete ao nosso referencial teórico em relação à roda de capoeira, de modo a aplicar a teoria geográfica do evento, proposta por Santos (1996), isto é, compreendemos a roda de capoeira enquanto um *evento-roda*. De acordo com o referido autor, o conceito de evento pode ser entendido como um veículo de possibilidades que cria e recria novas realidades, considerando o evento como matriz do tempo e espaço. Neste caso, a roda de capoeira é caracterizada por ser um evento social e finito, de acordo com as categorias da teoria exposta. Social, pois advém da interação entre homens e sua ação no meio, e finito, pois seus recursos podem exaurir, como exemplificado por Santos (1996), tempo gasto de cada ser. Neste caso, existe uma finitude do *evento-roda*, onde o lugar é o depositário final do evento, o espaço público apropriado. Esta abordagem em relação à teoria geográfica do evento de Milton Santos abre uma possibilidade de interpretação e análise da roda de capoeira enquanto uma categoria

que possui intenções subjetivas referente a sua ação no EP. Então, a questão 4 buscou revelar essas intenções através da pergunta, além de compreender melhor o processo de apropriação dos espaços públicos analisados através das rodas de capoeira.

As análises e interpretações das respostas referentes à questão 4 foram baseadas nas informações obtidas nas rodas de capoeira (1), (2), (3), (4), (6), (9), (10), (12), (13), (18), (19) e (20). Contudo, inicialmente percebemos uma variedade de respostas que está ligada às diversidades de intenções presentes nas apropriações do EP pela roda de capoeira, ou seja, pelo *evento-roda*. Essas intenções, em princípio não aparentes, são bastante heterogêneas, variam segundo as respostas obtidas de acordo com a intenção de divulgar o trabalho feito por meio da capoeira, como observado na fala anterior.

Questão 5 - Qual é o objetivo ou os objetivos de se realizar uma roda de capoeira neste espaço público? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“A integração entre todos os capoeiristas de Brasília. Porque antigamente na década de 70 e 80 se fizesse uma roda dessas, a briga comia, a porrada comia, era complicado”. (Mestre Kall)

Essa resposta evidencia o aspecto das relações territoriais estabelecidas na roda de capoeira, as quais representam parte de como a territorialidade se expressa em algumas rodas de capoeira em Brasília ou, de acordo com a resposta a seguir, além da integração entre os diversos capoeiristas da cidade. Em décadas recentes passadas a violência era algo constante, como citado na resposta anterior.

A questão 5 além de aprofundar análise de acordo com a categoria C1, buscou ser bem específica no sentido de compreender o objetivo ou os objetivos de se realizar a roda de capoeira no EP.

As análises e interpretações das respostas referentes à questão 5 foram baseadas nas informações obtidas nas rodas de capoeira (1), (2), (4), (6), (7), (8), (12), (13), (16), (17), (18), (19) e (20). A primeira constatação feita é que o objetivo em princípio é a divulgação e publicidade gerada pela apropriação estabelecida no EP em questão. Esta afirmação apareceu em quase todas as respostas referentes à questão 5, como pode ser observado ao longo dos registros incorporados no item 3.3 do capítulo 3.

As respostas que foram identificadas serão destacadas a seguir por meio das respostas obtidas em relação à questão 5. Os discursos proferidos pelos mestres, contramestres e professores permeiam os conflitos territoriais, as territorialidades associadas às “bandeiras dos

grupos de capoeira”, a roda de capoeira enquanto um espaço de interação social, enquanto instrumento de avaliação do aprendizado dos alunos, a integração de grupos distintos, a manutenção da cultura tradicional da capoeira, a “vadiação”, evangelização, promoção da saúde, a comunicação da importância e utilidade social da capoeira, demarcação de território(s) e como meio de promoção publicitária com expectativa do retorno financeiro, através de novos alunos e exaltação de sua “marca”, isto é, através da logomarca do grupo de capoeira.

Essa heterogeneidade de respostas relacionadas aos objetivos de se realizar a roda de capoeira no EP reforça nossa escolha teórica em relação ao evento, fundamentado por Santos (1996), onde uma fração do tempo, isto é, o momento que qualifica o evento gera a possibilidade de uma nova história, um novo propósito, um novo caminho, pois é considerado como matriz do tempo e espaço. A roda de capoeira, enquanto um evento, possui uma pluralidade no seu acontecer. Então essas diversidades de objetivos encontrados nas respostas da questão 5 confirmam nosso embasamento teórico em relação à roda de capoeira na sua prática cotidiana.

Essa característica da violência constante nas rodas de capoeira de Brasília é um aspecto marcante da trajetória da capoeiragem brasiliense, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, como identificado e analisado no capítulo 2, no fim do item 2.2.

Questão 6 - Esta roda de capoeira recebe algum tipo de apoio para sua realização, seja por parte do governo, administração, secretaria de cultura ou turismo, comerciantes ou da população local? C2 - Articulação entre os atores (capoeiras), que se apropriam do E.P. e sociedade. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“De ninguém... Da administração da Torre de TV sim, porque cedeu o espaço pra gente poder usar, mas ele podia fazer muito mais pra nossa arte, que é uma coisa nossa, uma coisa que a gente vem lutando há muito tempo. Fomos atrás de um espaço e não conseguimos”. (Mestre Kall)

Essa pergunta primeiramente buscar saber se a roda de capoeira tem algum apoio para sua realização, isto é, se existe algum subsídio, seja ele financeiro, administrativo, ou mesmo algum respaldo de alguma instituição, de forma a verificar uma possível articulação entre quem realiza o ritual e outro ente, como a administração do local onde é feita a roda, Estado, secretaria de Estado, comerciantes, comunidade etc.

Buscamos analisar se existe articulação em algum nível, entre o EP e a roda de capoeira, no sentido de haver algum elemento ou aspecto que permeie a dimensão da cidadania. Assim, a pergunta 6 faz parte da categoria C2, que se remete à articulação entre os atores (capoeiras)

que se apropriam do E.P. e sociedade na subcategoria SC3, que faz referência da relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

Para essa questão consideramos todas as respostas obtidas nas 21 entrevistas. Diante das respostas obtidas em relação à questão 6 notamos que das 21 rodas de capoeira pesquisadas, onze (11) não possuem qualquer tipo de apoio para sua realização, enquanto dez (10) possuem algum tipo de apoio. O apoio pode ser desde uma autorização para a realização da roda emitida pela administração que administra a área pública em questão, um consentimento informal, apoio da comunidade e/ou comércio local, algum tipo de respaldo material ou simbólico de uma instituição que esteja associada em algum grau ao grupo de capoeira realizador do ritual. Portanto, 47% das rodas de capoeira analisadas possuem algum tipo de apoio, enquanto 53% não possuem nenhum tipo de apoio, segundo as respostas dos entrevistados. Esses números representam, dentro do universo do conjunto pesquisado, uma característica marcante de que quase 50% das rodas de capoeira recebem algum tipo de apoio para sua realização no EP, enquanto a outra metade, isto é, quase 50% não recebe nenhum apoio para sua realização.

Fazendo um paralelo com a subcategoria SC3, decidimos³⁹ que nas rodas de capoeira em que os entrevistados afirmaram receber algum tipo de apoio para sua realização, a relação entre o EP, a roda de capoeira e a cidadania existe claramente. Já nos casos das rodas de capoeira que afirmaram não receber nenhum apoio para sua realização, a relação entre o EP a roda de capoeira e a cidadania não foi evidenciada. Então concluímos que quase metade das rodas de capoeira pesquisadas, que são realizadas no EP, possui relação cidadã evidente, diante do processo de apropriação do EP por meio da roda de capoeira.

Questão 7 - Existe ou já existiu algum tipo de impedimento ou conflito em relação à realização das rodas de capoeira neste espaço público? Explique.

C3 - Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“Não, nunca não. Sempre nós tivemos autorização, nunca barraram nada. Entendeu? O que barraram aqui é a inveja de outros capoeiristas que não conseguiram fazer um trabalho igual a gente faz aqui. Querendo derrubar a gente por trás”. (Mestre Kall)

39 A decisão levou em consideração o seguinte aspecto: se existe algum apoio em nível de uma instituição que administre o espaço onde é realizada a roda de capoeira, seja por meio de uma autorização ou consentimento. Assim acreditamos que se há uma articulação entre quem realiza a roda de capoeira e a instituição que cede ou autoriza a realização do ritual, esse fato caracteriza um aspecto que podemos afirmar que tende a uma relação que preenche os requisitos expressos na dimensão cidadã entre ambas as partes envolvidas, dentro do contexto analisado.

A capoeira na sua dimensão de luta pode revelar elementos ricos no sentido das relações territoriais estabelecidas nesses territórios, de forma a evidenciar aspectos da territorialidade da roda de capoeira. Identificamos na fala seguinte aspectos relacionados à característica marcial e combativa da capoeira no universo das rodas de capoeira, de forma a se apresentarem como possibilidade de impedimento e dificuldade da realização dessas rodas de capoeira, por capoeiristas provenientes de outros grupos de capoeira, que refletem uma disputa espacial nos *territórios-rodas* no EP, como podemos perceber na resposta logo acima.

O caráter de territorialismo, como definido por Souza, também pode ser percebido de modo mais sutil na resposta anterior, quando o entrevistado comenta que houve a inveja de outros capoeiristas que tentaram barrar a realização daquela roda de capoeira. E ainda ressalta que não tiveram sucesso ao tentar “derrubá-los por trás”. A resposta anterior remete aos conflitos territoriais existentes naquele *território-roda*, mesmo que de forma suavizada, segundo a fala do entrevistado.

A pergunta da questão 7 busca identificar se houve, ou até mesmo se há, algum tipo de dificuldade para a realização da roda de capoeira. Esse possível impedimento pode ser proveniente de conflitos a partir da chegada de capoeiristas de outros grupos de capoeira, situações que envolvam questões de ordem administrativa, qualquer tipo de impedimento no sentido de dificultar ou mesmo não ocorrer a realização do ritual da capoeira no EP. Esta questão nos remete à noção de territorialidade, pegando emprestado a definição de Souza (2010), que define o termo como um processo em que os sujeitos que estão delimitados espacialmente, operam e agem. Neste caso é por meio da roda de capoeira, entendida como relações sociais projetadas no espaço concreto, o espaço público em questão, que se forma um *território-roda*. Ampliamos a noção de territorialidade a partir da proposição de Raffestin (1993), em que a noção de territorialidade está relacionada com os atores e coisas que fazem parte da relação estabelecida em determinado processo e não somente com o espaço em si. Para esse autor o conceito de territorialidade reside numa relação resultante de troca e/ou comunicação. Assim buscamos compreender mais a fundo como se constitui a territorialidade das rodas de capoeira no EP.

A questão 7 se enquadra na categoria C3, que aborda a relação entre territorialidade, território e apropriação do EP, no caso de nosso objeto de estudo, assim como na subcategoria SC1, que disserta sobre as relações e ações ocorridas no nível do *genoespaço*. De acordo com Gomes (2010), existe um sentimento de unidade e pertencimento entre membros que gera uma sensação de natureza compartilhada, onde a unidade plural possibilita e dá forma e consciência

à existência do grupo, de maneira que o coletivo tem absoluta preeminência sobre o indivíduo e a construção da identidade se faz internamente ao coletivo em oposição aos outros. Assim, entendemos a roda de capoeira enquanto unidade coletiva plural, onde seus membros constroem suas identidades em contraste com membros oriundos de outros coletivos, que por sua vez possuem território, territorialidade e identidade próprias, constituídas a partir da relação específica entre a capoeira e o EP.

Ao analisarmos as relações estabelecidas pela roda de capoeira segundo a noção de Raffestin (1993), entendemos que, por meio da comunicação de suas intenções, que representam relações de poder, energia e informação aplicadas no território vivido (roda de capoeira). Assim buscamos compreender como a territorialidade da roda de capoeira reflete a “multidimensionalidade” do vivido territorial desses espaços territoriais, a partir da conduta e comportamento de seus integrantes.

De acordo com as respostas obtidas nas rodas de capoeira (1), (2), (3), (4), (5), (6), (7), (8), (15), (16), (17) e (18), concluímos que foram as mais relevantes e ricas do ponto de vista do conteúdo. As respostas referentes à questão 7 servem de base para compreender o problema relacional entre o EP, a territorialidade da roda de capoeira e a cidadania, além das respostas obtidas nas questões 8 e 9, ademais de outras questões da entrevista que tangenciam aspectos relacionados à territorialidade da roda de capoeira no EP. Como a pergunta da questão 7 diz respeito a um aspecto particular referente à roda de capoeira analisada, percebemos que em alguns casos os entrevistados não se sentiram à vontade, ou mesmo não quiseram revelar fatos ocorridos no sentido de dificuldade de realização. Acreditamos que pelo fato de a pergunta 7 questionar um assunto que pode ser visto como um ponto negativo, ou mesmo um problema no que diz respeito às questões relacionadas às condutas, atitudes e problemáticas dos próprios entrevistados, houve situações omitidas nas repostas dos entrevistados.

Questão 9 - Esta roda de capoeira sempre foi realizada aqui neste local? Se não, quais foram os outros lugares e qual o motivo da mudança do lugar de realização? C3 - Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“Pois é, essa roda era feita lá embaixo da Torre mesmo, onde fizemos durante uns 8 anos. Ai, com essa mudança radical de tirar as barracas e botar aqui em baixo, a capoeira veio junto. Mas só veio junto porque estamos largados”. (Mestre Kall)

As motivações para mudança de local de realização da roda de capoeira podem ser inúmeras como por exemplo a partir da reestruturação física do espaço público em questão e/ou por força de lei como podemos observar na situação descrita na resposta acima.

Essa mudança radical a que o entrevistado se refere foi a que ocorreu na Feira de Artesanato que funcionou por décadas exatamente abaixo da marquise da Torre de TV e foi transferida em 2011 para o novo espaço físico, construído do lado oeste da Torre de TV, num local próprio para a Feira de Artesanato. A mudança da feira foi baseada na concepção de preservar o plano urbanístico de Brasília original, que prevê a não construção de estruturas permanentes na área central da cidade, isto é, nos canteiros centrais entre os eixos monumentais, para não “interferir” na beleza cênica dos monumentos urbanos.

Portanto, a partir da reestruturação do espaço físico da Torre de TV, de modo a ocupar um novo local⁴⁰, a roda de capoeira também seguiu essa mudança no sentido de acompanhar a transferência de local estimulada por força de lei, tendo em vista que existe uma relação de dependência entre a roda de capoeira e a Feira de Artesanato da Torre de TV, pois um dos objetivos da apropriação daquele espaço é a divulgação e publicidade gerada nessa relação.

A questão 9 faz parte da categoria C3 e subcategoria SC1, pois ela é a terceira pergunta relacionada às categorias citadas, de modo a aprofundar a compreensão a respeito da territorialidade das rodas de capoeira que se apropriam do EP. Entretanto, essa pergunta busca primeiramente verificar se a roda de capoeira sempre foi realizada no mesmo local, isto é, no EP em que ela foi investigada. Em segundo lugar busca entender, caso ela tenha mudado de local de realização, os motivos envolvidos nessa transposição de lugar. Esses questionamentos buscam gerar informações e dados para compreendermos melhor a territorialidade da roda de capoeira no EP em que foram investigadas.

Nossas análises se concentraram nas respostas oriundas das rodas de capoeira (1), (2), (5), (12) e (16), como podem ser percebidas ao longo das análises do item 3.3, pois essas se mostraram mais relevantes no sentido de seus conteúdos e situações que implicam em mudanças de local de realização da roda de capoeira no EP ou não.

⁴⁰ Observamos que, logo após a transferência da Feira de Artesanato pro novo espaço ao lado da Torre de TV, a roda de capoeira ocupou, inicialmente o espaço central da feira, porém como o local não possui cobertura alguma, e como a roda é realizada normalmente entre 11 horas e 13 horas, onde há um intensa exposição solar, o que gerava um desgaste físico grande para os realizadores da roda, assim eles procuraram um novo local e se apropriaram de uma área onde existe uma árvore que gera sombra na realização do ritual.

Questão 11 - De que maneira as rodas de capoeira podem contribuir com a qualidade de vida nos espaços públicos? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Tudo! A capoeira tira a criança da rua, a capoeira tira crianças das drogas, a capoeira faz um cidadão. Entendeu? Fora os ganhos que o capoeirista tem: saúde, reflexo, habilidade e por aí”. (Mestre Kall)

Esta questão buscou questionar, além de instigar o entrevistado a pensar de qual modo a realização da roda de capoeira no EP pode contribuir com a qualidade de vida nesses espaços. Além de gerar uma reflexão para o entrevistado, enquanto sujeito e objeto, no sentido da autorreflexão.

Em primeiro lugar, enquadrámos a questão na categoria C1, pois essa pergunta investiga a relação da capoeira e o EP, isto é, entre a roda de capoeira e a qualidade de vida no EP. Ademais, enquadrámos a questão 11 na subcategoria SC3, para assim analisar se existe uma relação entre a roda de capoeira que se apropria do EP no sentido da cidadania.

As respostas referentes às rodas de capoeira (1), (8), (13) e (21) foram as mais significativas em relação ao propósito de investigação da pergunta 11. Então analisamos as respostas no que se refere às categorias citadas acima. Buscamos a partir da análise das respostas referentes à questão 11 expor a perspectiva em relação ao assunto tratado.

Roda de capoeira (2): Realizada no Parque da Cidade, entre o estacionamento do Parque de Diversões Ana Lúcia e do Quiosque do Atleta, semanalmente aos domingos a partir das 10 horas. Entretanto, no dia do registro e entrevista a roda foi realizada embaixo da marquise do Parque Ana Lúcia devido à chuva. Conhecida popularmente como Roda do Parque (da Cidade). Tempo de existência: 15 anos.

Foto 4 – Roda de Capoeira Parque da Cidade (I)



Fonte: Registro do autor. Data: 16 fev. 2014

Foto 5 - Roda de Capoeira Parque da Cidade (II)



Fonte: Registro do autor. Data: 16 fev. 2014

Foto 6 - Roda de Capoeira Parque da Cidade (III)



Fonte: Alex Nogueira Data: 06 abr. 2014 (Aniversário de 15 anos da Roda)

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 1 hora e 10 minutos.
- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 40 pessoas. Membros internos do grupo: 39; membros de outros grupos: 01.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: dois (02) grupos.
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: sete (7) instrumentos. Agogô, dois (2) pandeiros, atabaque, três (3) berimbaus: gunga, médio e viola (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Questão 3 - Você acredita que a utilização do espaço público pela capoeira reforça o caráter coletivo desse espaço? Justifique. C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC2 - Concepção de espaço público.

Com certeza, reforça! Tendo um trabalho bem feito, porque pode vir vulgarizar dependendo de como é feito também, se o cara ver uma agressão, jogando mal vestido, mal vestido que eu digo é de calça curta, de biquíni, de sunga... Entendeu? Aí vai vulgarizar nossa arte. (Metrandó Éberson)

Nesta questão buscamos além de compreender melhor a relação entre espaço público e capoeira C1, segundo a perspectiva do entrevistado, verificar a noção subjacente ao espaço público enquanto um espaço coletivo, isto é, um local teoricamente de “todos”, através de seus diversos usos, a qual chamamos de concepção de espaço público, SC2. As respostas foram 90% positivas no sentido de acreditar que a capoeira reforça o caráter coletivo do espaço público, o que demonstra que os entrevistados têm noção do aspecto coletivo do espaço público.

Entretanto, concordar que a capoeira reforça o caráter coletivo do espaço público simplesmente não quer dizer que os grupos que se apropriam deles convivam harmonicamente com as diversidades e adversidades que ocorrem no cotidiano do EP. Como podemos observar na fala de insatisfação de um artista de rua ao ser interrompido no momento de sua apresentação para o público presente no parque Ana Lúcia (Parque da Cidade), quando um grupo de capoeira chegou ao local com quarenta (40) integrantes, ao fugirem da chuva, para realizar a roda de capoeira embaixo da marquise, bem próximo ao local onde o palhaço se apresentava de modo a atrapalhá-lo. A seguir o relato do artista de rua, palhaço Mandioca Frita (Júlio César Macedo), feito no local onde foi realizada a roda de capoeira, embaixo da marquise do Parque Ana Lúcia, localizado dentro do parque da cidade, após o seu término:

“Primeiro, que eu amo capoeira, eu sou palhaço, mas eu tenho parceiros na capoeira, tenho a parceria com o Grito de Liberdade (grupo de capoeira), que é a capoeira lá do Riacho Fundo,

do mestre Cobra. Eu tenho conhecimento de outros tipos de capoeira, é... Em relação ao artista de rua, eu que já andei esse Brasil todo, você vai lá na Candelária no Rio de Janeiro e você tem vários artistas... E aqui na própria torre de TV, tem outros capoeiristas e... Eu assim, eu só fiquei assim meio constrangido, não só eu como o público, porque eu já estava apresentando (aqui embaixo da marquise) por causa da chuva. Eu sei que eles têm o ponto deles, da capoeira, lógico, choveu, eles vieram pra debaixo da marquise, mas assim, eles não tiveram a visão assim, tá tudo tranquilo, talvez eles não viram que tinha um artista apresentando, é... Eu acho, que eles erraram porque eles não viram, mas se alguém viu... Eles têm que ter esse cuidado quando chegam numa área pública que pode tá acontecendo alguma coisa. Eu acho, pelo menos, que eles não me viram, como eu já tava lá, e eles começaram a tocar, a minha voz some um pouco, o público também se achou incomodado, até peguei meu megafone, de longe eu falei – aê galera, abaixa o som aí um pouquinho. Fiz minha parte de palhaço, mas, como me cansou minha voz, eu até me lembrei, é meu espetáculo. Mas eu pessoalmente, todo artista que convive numa área pública, né? Tem que estar sempre preocupado ao seu redor, né? porque pode estar acontecendo alguma coisa. Eu vou levar isso como se eles não tivessem visto, mas se viu tem que ter um pouco de educação, porque eu tenho também uma educação da capoeira, pelos artistas de rua, né? ... E, todo lugar que eu chego e vejo alguém apresentando, eu faço questão de estar prestigiando, porque eu gosto que as pessoas me prestigiem e, eu sempre observo. Agora o cara tá apresentando, então eu vou esperar a minha vez, e eu acho que a capoeira não tem muito essa visão. Não tô falando deles que estão aqui, mas de muitos que chegam aqui. E em relação aos capoeiristas daqui, que já estão há muitos anos aqui, com certeza conhece o Mandioca Frita, porque tem uns que até eu cumprimento – opa, tudo bom! Beleza! - Quando eu encontro em outro lugar, opa tudo bom! Ô o palhaço lá! Então as pessoas, eu acho que têm que ter esse cuidado, mas enfim a capoeira tem que estar em todo lugar... Risos”. (Júlio César Macedo)

Portanto observa-se a prevalência do domínio e controle territorial a partir da territorialidade da roda de capoeira, considerando as relações de poder estabelecidas nesse caso por cerca de quarenta (40) capoeiristas em relação a apenas uma pessoa, mesmo com um megafone em mãos, como citado pelo artista de rua. Entretanto, esse foi o único episódio registrado nas vinte e uma (21) apropriações de espaços públicos investigadas, onde foram realizadas as rodas de capoeira, no sentido de haver uma insatisfação declarada por algum presente no local em relação à roda de capoeira.

Os entrevistados, além de concordarem com o caráter coletivo do EP, apontam justificativas para suas afirmativas, de modo a desenvolverem suas ideias, que se mostraram ricas acerca do assunto proposto, como pode ser lido nas seguintes falas, referentes às rodas (6), (10), (12), (18) e (21).

Questão 5 - Qual é o objetivo ou os objetivos de se realizar uma roda de capoeira neste espaço público? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“O nosso objetivo é a gente estar se encontrando, nos divertindo... É firmando o nome da capoeira, que é a nossa cultura. Mas é pra gente, viemos aqui nos divertir, nos encontrar, bater papo. Todo mundo tem o seu trabalho, são diversas profissões aí. Médico, polícia, empresário, comerciante, né? O atleta, o ‘picolezeiro’, para nos encontrar. A capoeira é que nem a praia, tem de tudo. No final (da roda), a gente se encontra aqui... Vamos bater papo, trocar experiência, nos organizar pra semana, né!”. (Mestrando Éberson)

O caráter de interação social é gerado nas rodas de capoeira no EP, como um ponto de encontro entre seus integrantes, de forma a reforçar os laços afetivos, sociais e políticos entre seus membros, criando espaços de interação social nos quais são feitas e estabelecidas articulações (informações e pessoas) entre seus componentes, como pode ser observado na resposta logo acima.

Questão 6 - Esta roda de capoeira recebe algum tipo de apoio para sua realização, seja por parte do governo, administração, secretaria de cultura ou turismo, comerciantes ou da população local? C2 - Articulação entre os atores (capoeiras), que se apropriam do E.P. e sociedade.

Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Não, de forma alguma. É a administração (do Parque da Cidade), que nos permite fazer a roda aqui. Nós estamos fazendo 15 anos de roda este ano de 2014! E a ideia é essa, a gente tá...[...].” (Mestrando Éberson)

Mesmo o entrevistado declarando que a roda de capoeira não recebe nenhum tipo de apoio para sua realização, o mesmo afirma que a administração do Parque da Cidade concede a permissão para realização do ritual em suas dependências, o que revela um relativo apoio em relação aos atores envolvidos.

Questão 7 - Existe ou já existiu algum tipo de impedimento ou conflito em relação à realização das rodas de capoeira neste espaço público? Explique. C3 - Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial

Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial

“Já! Existe, já vieram baderneiros aqui e a gente segurou a roda, né? E.... Tem alguns grupos, isso há muito tempo, em Brasília, que tentavam acabar com algumas rodas. Tentou acabar com essa aqui, mas estamos aí firmes. Há 14 anos, todo o domingo às dez horas da manhã tem roda aqui! [...] É uma roda perigosa, que é aberta. Às vezes as pessoas chegam com diversos tipos de intenções na roda, a gente tem que contornar isso. Às vezes falam que podem vir aqui, que ele pode brigar, pode lutar, e não é. Aqui tem que respeitar os fundamentos expressivos da capoeira, pra poder jogar”. (Mestrando Éberson)

Notamos uma referência bem direta no sentido de revelar a tentativa de dificultar ou mesmo de acabar com a realização da roda de capoeira por capoeiristas de outros grupos,

segundo o entrevistado que atribuiu a expressão “baderneiros” para qualificar os indivíduos que tentaram acabar com a roda de capoeira da qual ele faz parte. Contudo, o entrevistado ressalta que essas tentativas não foram bem sucedidas e a roda de capoeira permanece sendo realizada todos os domingos no mesmo horário, mesmo local, firmemente. Quando o entrevistado cita que a roda de capoeira está sendo realizada há mais de uma década, no mesmo horário e local, logo após se referir à tentativa de impedimento da realização por outros capoeiristas, verificamos que esse fato tem um significado expressivo que remete ao domínio e controle territorial existente naquela roda de capoeira. O que pode revelar, de forma subentendida, conflitos territoriais existentes naquele *território-roda*.

Assim concluímos que no caso citado logo acima, isto é, no espaço territorial da roda de capoeira, há um caráter de territorialismo⁴¹ marcante. Pois o entrevistado salienta que a roda é perigosa, aberta no sentido do seu acesso por outros capoeiras. No entanto o entrevistado rechaça que eles, os realizadores da roda, “contornam” essas situações advindas de “intenções” no sentido do combate corporal, e que para poder jogar naquele *território-roda* é necessário “respeitar os fundamentos expressivos da capoeira”. Conforme nossa leitura, esses fundamentos expressivos da capoeira estão relacionados à tradição da capoeira e também à subjetividade de quem segue os costumes e “regras” estabelecidos nesse universo, que por sinal é bem diverso e plural. Dependendo de quem conduz o ritual, pode-se interpretar alguma conduta ou ação de um capoeirista, sobretudo de outro grupo de capoeira, como um desrespeito àquele espaço, passível de uma coerção física ou simbólica. Esse caso pode ocorrer entre o integrante interno e o visitante, e até mesmo entre dois integrantes do mesmo grupo de capoeira.

Questão 9 - Esta roda de capoeira sempre foi realizada aqui neste local? Se não, quais foram os outros lugares e qual o motivo da mudança do lugar de realização? C3 - Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“Ela começou na verdade, no eixão essa roda. Com iniciativa do mestre Morcego. Ele é fuzileiro, veio transferido para Brasília e a família dele era a capoeira. Então a princípio era de 15 em 15 dias. Quando ele reuniu um grupo de alunos, e, onde virou a família dele, começou a ser todo os domingos. Depois ela começou a pegar todo domingo e feriado, qualquer tipo de feriado a gente tinha nossa roda aqui. Porque era mais um motivo para nos encontramos, então

41 Segundo Souza (2010), entendido como uma estratégia além de uma simplória questão de instinto, assim é proposto para ressaltar o conteúdo de controle territorial expresso na noção de territorialidade, sendo preferível usá-lo para designar o controle imperativo.

era domingo e feriado. Mas ele constituiu uma outra família, que nasceu a filha dele, aí ficou mais difícil pra ser todo domingo, né?”. (Mestrando Éberson)

Infere-se a partir da resposta acima que há uma estratégia de ocupação espacial que está vinculada à escolha do local de realização da roda de capoeira. Essa estratégia de ocupação espacial através da roda de capoeira pode ser observada nas outras respostas referentes à pergunta 9.

Questão 10 - Há ou já houve algum interesse para a realização da roda de capoeira por parte da comunidade, comércio, governo (secretaria, administração) ou alguma instituição (ex: ONG's)? Comente sobre. C2 - Articulação entre os atores (capoeiras) que se apropriam do E.P. e sociedade. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“[...] procuram mais professores para dar aula em ONGs, em associações, né? Mas pra roda em si não. A gente tem, o único apoio que temos aqui é do Sindicato do Bancários. Eles já nos apoiam aqui há uns 12 anos”. (Mestrando Éberson)

Na situação apresentada logo acima o entrevistado afirma que no caso daquela roda de capoeira existe apoio de um sindicato profissional. Mas que em geral a possível articulação é apresentada pela procura de professores de capoeira a fim de oferecerem aulas regulares, como observado na resposta acima.

Esta questão tem o objetivo de verificar se já houve interesse ou mesmo se há por parte de alguma instituição, entidade ou segmento da sociedade no sentido de se vincular de alguma forma à realização da roda de capoeira. Nesta questão buscamos compreender se há uma articulação em nível extra roda, ou seja, entre os atores envolvidos na realização do ritual no EP e representantes da sociedade, de algum segmento. E também se nesse processo de possível articulação entre as partes envolvidas há aspectos que representam relações cidadãs estabelecidas. Por isso a questão 10 faz parte das categorias C2 e SC3, como descrito acima.

Do total de respostas obtidas, registramos sete (7) situações em que houve alguma articulação entre a roda de capoeira realizada no EP e algum segmento social, entre organizações não governamentais, comunidade, outros grupos culturais, instituições de ensino e empresas. Essa quantidade de situações analisadas representa um terço (1/3) do total do conjunto de possibilidades investigadas.

Essa quantidade em princípio é expressiva⁴², diante das 21 possibilidades. Entretanto analisamos como essas articulações são feitas através das repostas referentes às rodas de capoeira (2), (3), (7), (10), (15), (19) e (21). Em primeiro lugar notamos que, a partir das respostas analisadas, a articulação é estabelecida na maioria das situações apresentadas de modo a propiciar a extensão do trabalho que é demonstrado por meio da roda de capoeira. Em geral, um representante de uma instituição ou da própria comunidade propõe uma articulação com os realizadores da roda de capoeira no sentido de oportunizar o ensino da capoeira pelos próprios integrantes que realizam o ritual em outros espaços, assim como os atores realizadores do ritual também buscam articulações para realização do seu *evento-roda*.

Roda de capoeira (3): Realizada no centro do Riacho Fundo I, na praça ao lado de um setor comercial, semanalmente aos sábados a partir das 17h30min. Conhecida popularmente como Roda da Tradição. Tempo de existência: 10 anos.

Foto 7 - Roda de Capoeira centro do Riacho Fundo I (I)



Fonte: Registro do autor. Data: 05 mai. 2014

Foto 8 - Roda de Capoeira centro do Riacho Fundo I (II)



Fonte: Registro do autor. Data: 05 mai. 2014

42 Avaliamos essa quantidade expressiva pois entendemos que para se realizar uma roda de capoeira, mesmo em um EP, inicialmente é necessário somente uma quantidade suficiente de integrantes da capoeira. Essa articulação verificada representa um relacionamento, uma troca gerada por meio da roda de capoeira no EP, a qual avaliamos como um aspecto que tende a ser oriundo de processos que envolvem a dimensão cidadã.

Foto 9 - Roda de Capoeira centro do Riacho Fundo I (III)



Fonte: Registro do autor. Data: 05 mai. 2014

Foto 10 - Roda de Capoeira centro do Riacho Fundo I (IV)



Fonte: Registro do autor. Data: 05 mai. 2014

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 1 hora e 30 minutos.
- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 40 pessoas aproximadamente. Membros internos do grupo: 39; membros de outros grupos: 01.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: dois (02) grupos.
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: seis (6) instrumentos. Atabaque, pandeiro, três (3) berimbaus: viola, médio e gunga, e pandeiro (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Discurso do mestre Cobra após o término da roda:

“A capoeira como qualidade de vida. Capoeira de rua é igual àquele jovem que está ali feliz, batendo palma, deu a volta ao mundo e não ser discriminado, porque de repente tem um pessoal que joga bem, tem um corpo, um condicionamento físico, um pensamento já de atleta, mas sabe que roda de rua a gente tá vulnerável a vários tipos de acontecimentos, uma batida de carro ali, um bêbado gritar, quebrar um copo, umas pessoas vim doida aqui, tirar a roupa e sair correndo, ser assaltada. Roda de rua, então todos aqui têm uma certa exigência comigo e, sabe, se eu tô aqui no centro então tenho que prestar atenção e muito! Se for pra deitar no chão e sair um tiroteio ali eles vão deitar, não vão correr porque sabe que nós não temos nada a ver com aquilo ali. A não ser que possa aparecer uma bala perdida. Mas o que eu passo pros alunos é que a capoeira de rua você é um foco, direcionado aos seus alunos, ao axé da roda. Você tem que ter um foco periférico, né? Nas extremidades de fora, o que tá acontecendo de lá de cá. E o espaço público, esse aqui que nós utilizamos desde 2004, né? Então hoje faz 10 anos, né? Então nós desenvolvemos esse trabalho aqui com roda de capoeira. Aqui já teve circo, aqui já teve o Coco de Djambé (manifestação cultural nordestina), já veio o Pé de Cerrado (grupo musical de Brasília), Seu Estrelo e Fuá do Terreiro (grupo cultural de Brasília). Então a capoeira aqui ela trabalha como cultura, esporte, educação, qualidade de vida. Faz também um trabalho social, dentro do carro chefe que é a capoeira. [...]. Dia 1º de maio, nós realizamos nosso 16º show beneficente no qual teve muita capoeira, mais de 300 alunos, 200. Nós arrecadamos alimentos, pro dia das mães distribuir cestas básicas. Então é um trabalho social que a capoeira faz, é autêntico e verídico. [...] A capoeira até hoje é criticada, o negro também é criticado, então eu faço por criticarem, mas por um lado positivo. Não levando meus alunos pra um boteco, não levando meus alunos pra um funk aí na cidade, mas sim tentando arrebanhá-los pra um segmento direcionado a Deus, direcionado à educação, porque são muitos jovens, senão não tinham muitos pais, mães, avós aqui dentro da capoeira, muito sagaz. Então a gente trabalha esses princípios que hoje em dia perdeu: benção mamãe, benção papai. Então, muitos dos meus professores têm essa visão que eu vou passando pra eles, e nós vamos fortalecendo o lado da capoeira também, né? Como a extensão de casa. No 3º sábado do mês de junho vai ter o Arraial em Campanha do Agasalho e Cobertor, do Grito de Liberdade, e em agosto vamos fazer o IX 24 horas de capoeira, que vamos estar realizando aqui”.

Questão 2 – Qual é a sua opinião sobre a importância e o papel do espaço público urbano, a rua, para a capoeira? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“A capoeira vai autenticando... Essa palavra não, ela vai preservando suas raízes, né? E não deixando morrer, né? Então a capoeira na rua, essa capoeira Angola aqui, principalmente quando ela é autêntica, ela é uma arte, um momento de distração pro público, que você vê que para pra poder assistir. A capoeira, quando ela é bem jogada, quando ela é bem trabalhada, livre da violência, livre da maldade, é uma capoeira que realmente vale a pena você parar e assistir. Então ela vai tá trazendo pra rua, saindo da academia pra mostrar pra população que a capoeira não é só mais aquela arte do negro, do malandro, do bandido. Porque antigamente, no Rio de Janeiro, ela era como uma forma de sustento para o capoeirista. Se você não trabalhava, você era capoeirista. Se você era um sapateiro, você era um capoeirista. O que era um capoeirista antigamente? (...) Então a importância, pra mim, da capoeira na rua, é que isso aí não acabe. Então a importância de que os mestres raízes venham pra rua, é pra isso, pra não deixar os nossos ancestrais...”. (Mestre Cobra)

A partir da resposta acima notamos a relação genoespacial na qual a capoeira e a roda de capoeira estão inseridas. Pois quando o entrevistado diz que a capoeira preserva suas raízes no sentido da apropriação do EP, percebemos a relação ontológica que a arte luta possui com a rua. O mestre entrevistado cita momentos remotos da história da capoeiragem do Rio de Janeiro, no qual os capoeiras eram tidos como “malandros” e “bandidos”, sobretudo negros, que utilizavam a rua como meio de expressão prática da capoeira. Segundo a conclusão da resposta o entrevistado conclui sua afirmação de modo a enaltecer a relação entre a capoeira e o EP desde seus tempos remotos mostrando sua importância para o desenvolvimento da capoeira. O entrevistado termina sua fala exaltando e se remetendo a ancestralidade da capoeira. O que revela a relação genoespacial entre os capoeiras e o EP.

Questão 4 - Em sua opinião, a utilização do espaço público pela capoeira possui outra intenção além da própria realização da roda de capoeira? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Tirar pra mim... Qualidade de vida. Como eu disse, tirar a criança aqui do tempo ocioso, tirar essas meninas daqui, do funk mundano, né? Instruir eles que capoeira não combina com bebida, assim como volante não combina com bebida, não combina com droga. Então, dá a cada um a qualidade de vida melhor, aos nossos jovens e também até aos nossos idosos, não é verdade? Então é isso, a capoeira, essa roda aqui, ela mantém. Nesse momento aqui muitos eram pra estar onde? Num barzinho, num churrasco. Ô esse é o carinho e o respeito melhor do mestre, (momento em que uma aluna criança chegou e cumprimentou o mestre), minha dignidade é igual eu falei aqui, não é ficar com o bolso cheio de dinheiro. Mas o carinho, o respeito que as pessoas sentem a mim”. (Mestre Cobra)

Verificamos intenções que buscam melhoria na qualidade de vida e oportunidade para crianças, jovens e adultos que possuem poucas opções de lazer, esporte e cultura, como observado na fala da resposta acima.

Essa intenção revelada pelo mestre entrevistado acima é uma preocupação que advém das condições espaciais e sociais nas quais muitos praticantes de capoeira convivem em suas realidades urbanas, no caso do DF, sobretudo nas Regiões Administrativas onde há uma carência maior em termos de recursos espaciais (espaços próprios e/ou com qualidade para tais práticas).

Questão 6 - Esta roda de capoeira recebe algum tipo de apoio para sua realização, seja por parte do governo, administração, secretaria de cultura ou turismo, comerciantes ou da população local? C2 - Articulação entre os atores (capoeiras), que se apropriam do E.P. e sociedade. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Apoio mesmo, é vocês! O povo a população que vem aqui pra prestigiar. O governo não tem nada a ver. O governo tinha é que salientar, abrir os olhos, né? Para essas coisas que tá tirando os jovens do ‘mundo’, os jovens de dar trabalho para a polícia militar, tirando os jovens de dar trabalho para os comerciantes. Então, a importância da capoeira é essa! O governo não vê. Eu trabalho no terceiro setor, eu tenho um grupo de capoeira... Eu desenvolvi, durante quase 6 meses um trabalho de capoeira dentro do CIAGO, lá na Papuda (presídio). Tem um aluno meu, que mora lá em Pernambuco que desenvolve também um trabalho dentro da penitenciária de menores, de crianças de 09 anos a adolescentes de 17 anos. De 50, 41 escolheu a capoeira, então a capoeira é inclusão! Nós estamos no terceiro setor do governo. Eu sou OSCIP, sou uma organização da sociedade civil de interesse público. Mas é difícil o governo tá ajudando. Quinta feira eu estava fazendo um evento com 400 alunos. Pô, entendeu? Cadê o governo? Sendo que não dá um apoio. Pô! Mau-mau você consegue um espaço mas se você for lá em casa você vai ver os alimentos arrecadados!”. (Mestre Cobra)

De acordo com a resposta acima notamos que no caso do grupo de capoeira analisado, o mestre entrevistado citou um ponto que merece destaque pois atribuiu a condição de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para o grupo de capoeira realizador do ritual. Este fato revela uma característica cidadã avançada no sentido de uma organização social legalmente registrada que atua como um organismo capaz de promover ações de interesse público.

Questão 7 - Existe ou já existiu algum tipo de impedimento ou conflito em relação à realização das rodas de capoeira neste espaço público? Explique. C3 - Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“Não, inclusive a administração nos apoiam com espaço aqui. Estamos pleiteando um lote aqui do lado da Vila Olímpica de 1200 metros quadrados. Pra gente estar fazendo trabalho de artesanato, de inclusão social, com os jovens aí, formados, tá fazendo trabalho de capoeira, de violão. Então a gente tem sonhos de estar resgatando.... Eu tenho vários resgates aqui dentro do grupo também, pessoas que eram dependentes químicos, dessa porra desse craque, entendeu? Aqui tem sequestro relâmpago. Então eu mesmo, como resgate, dentro da minha vida, muitas coisas que eu fazia e hoje eu não faço mais por causa da capoeira. E quando eu olho pra trás, eu vejo o espelho que sou para muitos alunos. Então a gente tem que ter foco, a gente tem que ter dignidade para dar dignidade”. (Mestre Cobra)

Identificamos e destacamos cinco (5) casos ao longo das 21 apropriações do EP pela roda de capoeira que afirmaram não ter nenhum tipo de impedimento ou dificuldade para realizar a roda de capoeira no EP. Entretanto o fato dos entrevistados negarem que já houve algum impedimento ou conflito em relação àquelas rodas de capoeira não quer dizer que não houveram situações que apresentaram obstáculos para realização da roda de capoeira.

Questão 10 - Há ou já houve algum interesse para a realização da roda de capoeira por parte da comunidade, comércio, governo (secretaria, administração) ou alguma instituição (ex: ONG's)? Comente sobre. C2 - Articulação entre os atores (capoeiras) que se apropriam do E.P. e sociedade. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Assim, a comunidade sempre cobra, né? Quando a gente não faz roda aqui, eles reclamam, sentem falta, né? Pois aqui já traz uma alegria, né? Pra cidade do Riacho Fundo. Tem dia que isso aqui lota”. (Mestre Cobra)

Destacamos na resposta acima o interesse comunitário, segundo o mestre entrevistado, que há em relação a realização da roda de capoeira naquela praça pública. Segundo a resposta acima percebemos a relevância e o prestígio que a realização da roda de capoeira possui no local investigado, por parte da comunidade.

Questão 12 – Para você, o que é cidadania? C4 - Concepção de cidadania. SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Cidadania, meu irmão... É isso aí que eu faço, entendeu? Porque... Poder ajudar o próximo. Tá no mundo para servir. Não é pagar seu IPTU (imposto), suas contas. Isso aí, pra mim, é ser cidadão”. (Mestre Cobra)

A questão 12 buscou compreender a noção de cidadania do entrevistado responsável pela realização da roda de capoeira no EP, com o intuito de trazer à luz a sua concepção de cidadania. Por isso, a questão está inserida na categoria C4, que trata da concepção de cidadania,

e também na subcategoria SC3, que aborda a relação entre o EP, a roda de capoeira e a cidadania, de modo a concluir a análise em relação a esta subcategoria.

Chamamos a atenção aqui para esclarecer que a questão 12 tem o objetivo de estimular o entrevistado a expressar sua concepção de cidadania, sem avaliar se a resposta possui um conteúdo certo ou equivocado em relação ao conceito. De acordo com nossa proposta de análise, o discurso proferido nas repostas da questão 12 não necessariamente condiz com a realidade apresentada. Ou mesmo é fruto de uma visão particular, que faz sentido dentro do contexto que o entrevistado vivencia especificamente.

A análise do tópico 12 foi baseada nas rodas de capoeira (3), (4), (8), (9), (10), (11), (15), (16), (17), (18) e (20). Optamos por expor as repostas de maneira contínua, de modo a fazer uma análise geral em relação aos aspectos mais relevantes abordados.

Rodas com periodicidade quinzenal

Roda de capoeira (4): Realizada no centro da Ceilândia, no canteiro central entre as duas vias da Avenida Hélio Prates, quinzenalmente aos domingos a partir das 09h30 min. Conhecida popularmente como Roda do Arte Luanda. Tempo de existência: 12 anos.

Foto 11 - Roda de Capoeira centro da Ceilândia (I)



Fonte: Registro do autor. Data: 30 mar. 2014

Foto 12 - Roda de Capoeira centro da Ceilândia (II)



Fonte: Registro do autor. Data: 30 mar. 2014

Foto 13 - Roda de Capoeira centro da Ceilândia (III)



Fonte: Registro do autor. Data: 30 mar. 2014

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 2 horas e 20 minutos.
- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 110 pessoas aproximadamente. Membros internos do grupo: 80%; membros de outros grupos: 20%.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: treze (13) grupos.
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: seis (6) instrumentos. Agogô, três (3) berimbaus: viola, médio e gunga, atabaque e pandeiro (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Observações gerais:

O local onde é realizada a roda de capoeira possui uma pintura com o símbolo do grupo, que demarca o local exato onde é feito o ritual. No dia da observação e entrevista, estavam sendo comemorados 12 anos da roda de capoeira. E havia uma estrutura para tal comemoração, um banner com a logomarca do grupo de capoeira realizador, uma tenda que cobriu o espaço da roda, a presença de uma Kombi que fazia campanha política para um candidato a deputado distrital pelo DF, além de um grande bolo e refrigerantes que foram distribuídos para os participantes. Como havia um número muito grande de capoeiristas, entre crianças e adultos, foram feitas duas (2) rodas de capoeira, uma para os adultos e outra para as crianças.

Questão 2 – Qual é a sua opinião sobre a importância e o papel do espaço público urbano, a rua, para a capoeira? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“[...] a capoeira que surgiu foi na rua. Não foi capoeira dentro de academia. Lógico, tempos modernos, contemporâneo, a organização fez com que abrisse as academias de capoeira. Mas a capoeira na rua vai ser eterna”. (Mestre Jânio)

Nesta questão buscamos compreender mais a fundo a perspectiva do entrevistado sobre a relação entre o espaço público e a capoeira de maneira a destacar a importância do espaço público para a capoeira. As categorias de análises utilizadas na questão 2 são as mesmas utilizadas na questão 1 pois se referem ao mesmo grupo de perguntas como apresentado acima. Entretanto esta questão visa especificar mais a pergunta no sentido da relação estabelecida, isto é, a relevância do espaço público para a capoeira.

De acordo com os trechos referentes às rodas de capoeira, (3), (4), (5), (8), (10), (12), (15), e (19), verificamos que os entrevistados, mestres e professores de capoeira, na sua totalidade reconhecem e destacam a importância do espaço público para a capoeira.

O questionamento gerado pela questão 2 evidencia a relevância que o espaço público possui em relação à capoeira, seja por meio da divulgação, publicidade, comunicação que esse meio propicia, seja pela questão da origem e trajetória da capoeira que se deu nas ruas das cidades em outros momentos históricos. Assim de acordo com o conjunto das respostas em relação à questão 2 torna-se claro a importância do espaço público para a capoeira.

Destacamos na resposta do entrevistado acima a sua consciência em relação ao surgimento da capoeira no espaço público. Essa afirmação evidencia o caráter genoespacial da relação entre a capoeira e o EP, desde seu surgimento.

Questão 5 - Qual é o objetivo ou os objetivos de se realizar uma roda de capoeira neste espaço público? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Primeiro momento divulgação da capoeira de um modo geral. Esse é um grande objetivo aqui nosso. Depois eu diria que entraria a questão de bandeira (grupo). Aqui pra mim eu não sou muito voltado pra questão de bandeira de capoeira. Mas cada um, cada instituição defende sua bandeira. Embora quando se toca o berimbau é uma coisa só. Mas a finalidade maior é a divulgação e proliferação da nossa capoeira, arte popular brasileira”. (Mestre Jânio)

Outro ponto que permeia esse universo das rodas de capoeira verificado na resposta acima disserta sobre as “bandeiras”, palavra utilizada no sentido simbólico para representar o pertencimento a um grupo específico da capoeira. Essas bandeiras são delimitadas por símbolos ou logomarcas referentes a cada grupo de capoeira que geralmente estão incorporados nos uniformes e roupas dos integrantes desses grupos. Chamamos a atenção para a fala acima no sentido de ressaltar a questão das “bandeiras” que estão associadas às relações territoriais estabelecidas na roda de capoeira no EP. Esta questão evidencia as disputas e rivalidades ocorridas dentro e fora das rodas de capoeira. Entretanto existem grupos de capoeira ou mesmo seus integrantes que veem essa questão como algo secundário do ponto de vista do relacionamento e articulação entre “bandeiras” distintas, isto é, entre grupos de capoeira distintos.

Questão 6 - Esta roda de capoeira recebe algum tipo de apoio para sua realização, seja por parte do governo, administração, secretaria de cultura ou turismo, comerciantes ou da população

local? C2 - Articulação entre os atores (capoeiras), que se apropriam do E.P. e sociedade. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“[...] Houve aqui uma interseção do pessoal da administração, juntamente a alguns fiscais da AGEFIS, mas depois nos sentamos, conversamos, fomos à administração, formalizamos um ofício, pedimos a permissão. Inclusive na época o administrador, Leonardo, ele contribuiu aqui pra nós fazermos esse espaço físico (pintura do local e colocação de um piso liso no local da roda) com material, cimento e tal etc. [...]”. (Mestre Jânio)

Os casos das rodas de capoeira (5 e 6) houve ações mais concretas no sentido do apoio dado à realização da roda de capoeira no EP. Estas relações podem ser compreendidas como um nível de articulação mais consolidado entre quem realiza o ritual e a instituição responsável pela sua administração e gestão. Esse fato foi observado em espaços onde a realização da roda de capoeira ocorre por volta de uma década. Além do interesse e por iniciativa dos responsáveis pela roda de capoeira, a nosso ver é um aspecto claro que há uma articulação consolidada e cidadã entre os atores envolvidos.

O fato observado na comemoração de 12 anos de realização da roda de capoeira no centro da Ceilândia, na qual houve a ação de um candidato a deputado distrital da região que cedeu uma tenda para cobrir o local onde a roda de capoeira é realizada, além da doação de comidas e bebidas. Esta troca de favores foi estabelecida no dia da comemoração do aniversário de 12 anos da roda de capoeira. Essa ação se configura como uma prática clientelista e oportunista, na qual os “favores” oferecidos são feitos de modo a esperar um retorno, em forma de voto por aqueles que receberam o “apoio” assistencialista. Por isso classificamos essa prática como uma ação não cidadã. Existe neste caso um aspecto na articulação entre EP, roda de capoeira e sociedade, que determina essa relação como não democrática, não cidadã e de interesse político.

Questão 7 - Existe ou já existiu algum tipo de impedimento ou conflito em relação à realização das rodas de capoeira neste espaço público? Explique.

C3 - Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“Num primeiro momento teve sim. Houve aqui uma interseção do pessoal da administração juntamente a alguns fiscais da AGEFIS, mas depois nos sentamos, conversamos, fomos à administração formalizamos um ofício e pedimos a permissão. Inclusive na época o administrador, Leonardo, ele contribuiu aqui pra nós fazermos esse espaço físico (pintura do local e colocação de um piso liso no local da roda) com material, cimento e tal etc. Mas hoje graças a Deus já está concretizada a roda e não tivemos mais nenhum tipo de problema em

relação a algum impedimento para nós realizarmos essa roda aqui, no centro da Ceilândia”. (Mestre Jânio)

Na resposta acima⁴³ notamos a ação dos fiscais da AGEFIS, órgão fiscalizador do Distrito Federal, no sentido de intervir na realização da roda de capoeira como dito pelo entrevistado. Neste caso o EP em questão é uma área central da Ceilândia, isto é, parte do canteiro central da avenida principal Hélio Prates. Um lugar de intensa circulação de pessoas diariamente. Entretanto a situação foi contornada como afirmado pelo entrevistado de modo a oficializar a autorização para a realização da roda de capoeira no mesmo local por meio de um ofício entregue à Administração Regional.

Questão 8 - Já houve algum episódio marcante no sentido de dificuldade de realização de uma roda de capoeira neste espaço público? Explique a situação pela dificuldade de realização, por exemplo capoeiristas, comerciantes, fiscalização, moradores e etc. C3 - Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“Olha teve uma certa ocasião de um evento que teve um certo fulano, que não vou dizer o nome por questão de ética, que prometeu fundos e mundo aqui. Prometeu camiseta, corda, o próprio local do evento. Quando nós chegamos, antecedemos 3 ou 4 dias antes do batizado, a pessoa disse que não tinha conseguido nada. Foi onde nós sentimos a maior dificuldade. Tivemos que buscar isso aí em 3, 4 dias. Então a dificuldade dos capoeiristas, de um modo geral, em todo o nome capoeira”. (Mestre Jânio)

Analisamos que provavelmente a promessa a qual o entrevistado se refere foi feita por alguém ligado à política podendo caracterizar uma ação assistencialista e clientelista. Pois a resposta do entrevistado afirma que a promessa de doação de camisetas, corda e o próprio local de realização não foi cumprida, o que gerou problemas e dificuldade para realizar o evento de capoeira e, conseqüentemente, a roda de capoeira.

A questão 8 oferece continuidade à análise referente à categoria C3 e à subcategoria SC1, dando um enfoque maior na relação entre territorialidade, território e apropriação do EP pela roda de capoeira. Esta pergunta nos remete aos mesmos referenciais teóricos citados na

⁴³ Notamos a dificuldade de realização em algum momento da existência da roda de capoeira expressa nas rodas de capoeira (4, 13 e 18). Essas dificuldades ou mesmo impedimento de realização da roda de capoeira envolve questões de cunho administrativo ou burocrático, que no fundo estão ligadas às motivações políticas e ideológicas, que por sua vez envolvem relações de poder entre as partes envolvidas. Nesses casos houve a tentativa de impedir a realização da roda de capoeira com força de lei, isto é, baseado nos parâmetros legais de normatização de uso do espaço público, por algum agente público competente, em algum momento de sua existência.

questão 7, com a especificidade de buscar aprofundar o entendimento sobre algum processo de possível dificuldade ou até mesmo impossibilidade de realização da roda de capoeira. Pedimos para o entrevistado identificar os atores responsáveis pela dificuldade de realizar o ritual, caso ele se sentisse à vontade. Pontuamos que alguns entrevistados se sentiram de certa forma incomodados pela pergunta questionar aspectos que podem ser interpretados como problemas no processo de apropriação do EP pela roda de capoeira, que por sua vez está ligado a situações que envolvem o entrevistado.

Partimos das respostas obtidas nas rodas de capoeira (4), (6), (15), (18), (21), por serem mais relevantes e/ou com elementos suficientes para contribuir de acordo com o propósito da questão 8.

Pelas respostas analisadas de acordo com a questão 8 do questionário de entrevista, fizemos uma conexão com as respostas da questão anterior, cuja proposta de análise é complementar a essa. Foram identificados oito (8) casos concretos de dificuldade de realização e até mesmo de não realização da roda de capoeira no EP. A intervenção pode ter sido feita por capoeiristas, pela administração do espaço, autoridade policial ou fiscais, sendo que dois (2) casos foram identificados pertencentes a uma mesma roda de capoeira, em situações distintas.

Esse número representa um terço ($1/3$), do universo das vinte e uma (21) rodas de capoeira analisadas o que significa que dois terços ($2/3$) das rodas de capoeira observadas não apresentaram dificuldade de realização no EP, ou pelo menos não foram registradas nas repostas do questionário de entrevista.

Entretanto um terço ($1/3$) de casos registrados no universo do conjunto de 21 rodas de capoeira que se apropriam do EP é qualitativamente bem representativo do ponto de vista da territorialidade. Através de situações relatadas, podemos compreender melhor o modo como a territorialidade é manifestada nesse processo de apropriação do EP pela roda de capoeira, como apresentado nas repostas dos entrevistados.

De acordo com a noção de territorialidade de Raffestin (1993, p. 161), quando ele se refere às relações que constituem a territorialidade, elas podem ser “simétricas” ou “dissimétricas”, como ele aponta, e “são caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não”. Segundo esta perspectiva a territorialidade é compreendida como um processo em que “tudo reside na relação concebida como processo de troca e/ou de comunicação”. Raffestin (1993) ressalta que como processo são necessárias energia e informação, e que para possibilitar que os atores cumpram suas necessidades é gerado um ganho e também um custo.

Analisando as relações estabelecidas entre o EP e a territorialidade da roda de capoeira, no que se refere às questões 7 e 8, entendemos que nos casos onde foram registradas situações de dificuldade ou impossibilidade de realização da roda de capoeira no EP as relações são do tipo *dissimétricas*. Nesses casos a territorialidade é considerada *instável*, utilizando a fundamentação teórica de Raffestin (1993). Na relação estabelecida os custos de energia e informação se sobrepõem aos ganhos, entendendo o ganho nesta relação como a possibilidade efetiva de realização da roda sem obstáculos ou dificuldades de realizá-la. Assim os custos seriam o resultado de não se poder realizar a roda de capoeira no EP. Registramos ao todo sete (07) casos de territorialidades *instáveis*. Nos casos onde não foram citadas dificuldades de realização da roda de capoeira, consideramos as relações estabelecidas como do tipo *estáveis*, pois no processo de ganhos e custos em relação às trocas de energia e informação foram equivalentes, anularam-se, formando relações do tipo *simétricas*.

Queremos mostrar baseados na concepção de Raffestin (1993), que nos casos das territorialidades instáveis registradas, os elementos que constituem essa totalidade das relações biossociais em interação, expressos pela fórmula “ $T \sum H r E^{44}$ ”, sofrem mudança⁴⁵. Nesses casos, os capoeiras (H) tenderam a se adaptar às circunstâncias impostas. Seja por conversarem com o agente que interveio no processo, seja ao solicitarem a autorização formal para a administração responsável pelo espaço onde é feita a roda de capoeira. Ou mesmo por meio de conflitos e lutas corporais travadas entres os capoeiristas, nos casos citados em que houve a tentativa de acabar a roda de capoeira devido à conduta agressiva de capoeiras oriundos de outros grupos, ao visitarem os *territórios-rodas*. O espaço público (E), representado em cada caso por algum agente específico, também se “modificou” no sentido de mostrar de alguma forma o caminho para se realizar a roda de capoeira sem entraves.

⁴⁴ Onde T é a territorialidade, H é o indivíduo pertencente a uma coletividade, r representa uma relação particular definida por uma forma e conteúdo e que necessita de mediação, e E representa a exterioridade, que como ele mesmo diz é “uma ‘topia’ um lugar, mas também um espaço abstrato, como um sistema institucional, político ou cultural” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Aplicando os elementos da “fórmula” da territorialidade à nossa problemática, entendemos que o (H) representa os capoeiras – indivíduos que realizam a roda de capoeira; (E) faz referência ao espaço público urbano, enquanto meio representativo das instituições, políticas, culturais e sociais, que é expresso por meio das ações de atores que representam a autoridade competente, seja funcionário, polícia, fiscal etc.; e (r) expressa a relação particular de cada caso de dificuldade de realização da roda de capoeira ou não.

⁴⁵ Em relação ao nosso objeto de estudo, identificamos que as mudanças ocorridas foram em curto prazo, diferente da proposição de Raffestin (1993), que afirma que essas mudanças, no caso da territorialidade instável, modificam os elementos em longo prazo.

Nas situações onde não foram apresentadas dificuldades de realização da roda de capoeira na área pública em questão, a territorialidade tem o caráter *estável*, ou seja, os elementos segundo a totalidade das relações biossociais em interação expressa na fórmula acima não sofreram mudança, pelo menos a curto e médio prazo.

Constatamos também que a partir das respostas referentes às questões 7 e 8, os *territórios- rodas*⁴⁶, segundo a noção de território de Souza (2010, p. 78), são espaços essencialmente definidos e delimitados por e a partir de relações de poder, enquanto um espaço territorial. Essas relações de poder podem ser percebidas nas situações expressas na fala dos entrevistados, seja pelo desenvolvimento do jogo de capoeira entre os participantes da roda de capoeira, seja a partir da relação entre os realizadores do ritual e algum representante do EP em questão.

De acordo com a fundamentação teórica de Gomes (2010), em relação ao genoespaço, o coletivo predomina sobre o indivíduo na construção da identidade comunitária, sendo que a característica básica dessa categoria, no caso da apropriação do EP pela roda de capoeira, é que a construção da identidade comunitária dos grupos⁴⁷ que realizam o ritual é resultado do sentimento de pertencimento com o lugar específico que ocupam, criando assim características próprias em cada *território-roda*.

Concluimos que o poder gerado no processo de apropriação da roda de capoeira no EP pelo coletivo de integrantes, enquanto unidade plural (roda de capoeira), é um vetor do poder criado a partir da ocupação do EP pelos atores (capoeiras) envolvidos. Essa apropriação em geral tem um caráter de territorialismo, segundo a noção de Souza (2010). Assim o controle e o domínio territorial são expressos na área pública onde a roda de capoeira é realizada. Sendo que o vetor do poder criado pelos realizadores do *território-roda* confronta dialeticamente com o vetor do poder oriundo das leis, normatização e uso do EP expressos por atos e ações dos agentes competentes que atuam nesses espaços.

Questão 12 – Para você, o que é cidadania? C4 - Concepção de cidadania.SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

⁴⁶ Segundo o conceito de Souza, “[...] o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais, que a partir de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’, os insiders) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os outsiders)” (SOUZA, 2010, p. 86).

⁴⁷ Geralmente pertencentes a um mesmo grupo de capoeira.

“Cidadania pra mim é dar o direito. Que todos têm o mesmo direito, de ir e vir, que todos tenham acesso à capoeira, que todos tenham acesso à internet, que todos tenham acesso aos serviços públicos, que funcionassem de verdade todo o sistema público. Mas infelizmente não funciona, então tudo isso aí, pra mim, tá inserido no nome, cidadania. Respeito, dignidade, caráter e personalidade”. (Mestre Jânio)

Roda de capoeira (5): Realizada no Jardim Zoológico de Brasília, na Praça Onça Tigre, na parte leste da área do FJZB, ao lado de um espaço destinado a atividades culturais, quinzenalmente aos sábados a partir das 09h30min. Conhecida popularmente como Roda do Zoológico. Tempo de existência: 9 anos.

Foto 14 - Roda de capoeira Zoológico de Brasília



Fonte: Retirada pelo autor. Data: 10 mai. 2014

Foto 15 - Placa de registro de inauguração da Praça do Capoeira (Zoológico)



Fonte: Retirada pelo autor. Data: 10 mai. 2014

Foto 16 - Roda de capoeira Zoológico de Brasília



Fonte: Josimar Barbosa. Data: 19 abr. 2014 (Encontro da Velha Guarda de Brasília)

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 1 hora.
- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 12 pessoas. Membros internos do grupo: 10%; membros de outros grupos: 90%.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: nove (09) grupos.
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: cinco (5) instrumentos. Pandeiro, atabaque, três (3) berimbaus: gunga, médio e viola, (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Observações gerais:

Apesar do Zoológico de Brasília cobrar a entrada dos frequentadores, há um acordo entre a administração do Zoológico e o mestre Risomar para que não seja cobrada a entrada das pessoas que vão para a roda de capoeira. Pelo menos uma vez por ano, o mestre Risomar faz o Encontro da Velha Guarda de Brasília, um evento que tem a proposta de chamar os mestres antigos da cidade, além dos novos, para participar da roda. No ano de 2014 foi feito o 8º

Encontro da Velha Guarda, que contou com a presença de diversos grupos e mestres de todo o DF (foto 16).

Questão 2 – Qual é a sua opinião sobre a importância e o papel do espaço público urbano, a rua, para a capoeira? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“Primeiro fator importante é pelo fato da cidadania, né? Que você tá exercendo uma cidadania e essa cidadania pra mim tem que ter uma transparência, e ela tem que ter uma ação. Não ficar, digamos, na teoria. Falar de educação, sendo que muitas vezes fala mas não exerce, então a educação no espaço público é fundamental”. (Mestre Risomar)

Segundo a resposta acima, notamos que o realizador e responsável pela roda de capoeira do Zoológico de Brasília cita duas questões extremamente pertinentes ao objeto de pesquisa de nossa investigação. São elas a cidadania e a educação. Fica claro que o entrevistado tem uma relativa consciência em relação ao uso do espaço público enquanto um vetor da cidadania. Ademais complementa sua fala ao citar a educação como um aspecto diretamente relacionado com a dimensão cidadã.

Questão 6 - Esta roda de capoeira recebe algum tipo de apoio para sua realização, seja por parte do governo, administração, secretaria de cultura ou turismo, comerciantes ou da população local? C2 - Articulação entre os atores (capoeiras), que se apropriam do E.P. e sociedade. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Quando foi inaugurada a roda, eu ganhei 50 camisas do deputado Junior Brunelli, que andava muito no zoológico em 2005, e 50 camisas do deputado, na época, Arruda, que depois veio a ser governador. Assim... Mas talvez eu não tenho o caminho das pedras, talvez eu não sei chegar a um apoio. O apoio que eu tenho hoje no zoológico, sempre tive, não posso reclamar, né? Estão até de parabéns por isso. É o apoio do espaço físico. Sempre foram abertos, inclusive agora dia 21 de abril comemoramos 9 anos que estamos lá, trabalhando em função do público. A praça do Capoeira foi feita através do recurso do zoológico, a associação do zoológico. Na época FUMPEB, porque dentro do zoológico tem uma associação de nome ASSPOLO, porque antigamente lá era Polo Ecológico, né? E hoje é Fundação Jardim Zoológico”. (Mestre Risomar)

Observamos que além da autorização concedida para a realização da roda de capoeira houve um apoio considerável por meio de ações com recursos para investimento na infraestrutura oriundos da própria instituição apoiadora, como foi o caso do espaço do Zoológico de Brasília, o que pode ser identificado na resposta do Mestre Risomar, logo acima,

onde ele afirma que a praça onde é feito o ritual recebeu recurso da associação do zoológico para ser construída.

A prática clientelista também foi observada através da resposta referente à roda de capoeira (5), quando o entrevistado afirma ter ganhado camisetas de dois deputados no dia da inauguração da roda de capoeira.

Questão 7 - Existe ou já existiu algum tipo de impedimento ou conflito em relação à realização das rodas de capoeira neste espaço público? Explique. C3 - Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“Não ainda não... Teve, assim, aproveitadores querendo chegar e liderar grupos, mas não conseguirem nada, pois eu não trabalho com o grupo A nem o B, eu trabalho pra massa de capoeira em Brasília, e graças a Deus a massa tem me apoiado muito bem. Agora o seguinte, o que eu tenho a dizer é que a roda de capoeira do zoológico, dos eventos do zoológico, já é calendário da administração zoológico, um calendário do próprio zoológico. Então os eventos que venham a chocar com a roda, digamos assim, não choca, porque nós se unimos”. (Mestre Risomar)

Na resposta acima identificamos aspectos de territorialismo na apropriação, quando o entrevistado afirma que “[...] aproveitadores querendo chegar e liderar grupos, mas não conseguiram nada, pois eu não trabalho com o grupo A nem o B, eu trabalho pra massa de capoeira em Brasília, e graças a Deus a massa tem me apoiado muito bem”. Observamos que o responsável pela realização da roda não cedeu a esses “aproveitadores”, ou seja, aos capoeiristas que “tentaram liderar grupos”. A nosso ver a possibilidade dos “aproveitadores” tornarem-se os articuladores e realizadores daquela roda de capoeira significaria a perda do controle e domínio territorial, enquanto estratégia territorial de seus realizadores. Entretanto essa possibilidade foi barrada pelo territorialismo “consolidado” dos atuais realizadores da roda do zoológico, no EP em questão.

Questão 9 - Esta roda de capoeira sempre foi realizada aqui neste local? Se não, quais foram os outros lugares e qual o motivo da mudança do lugar de realização?

C3 - Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“Não essa área, perto do teatro de arena é a área do lazer. Então sempre foi lá. Uma vez, a pedido de algumas pessoas do zoológico, diretores eu fiz na portaria. Só uma vez, porque era a semana do meio ambiente. Mas lá (praça) já temos o local apropriado, até porque no centro do zoológico estressaria os animais”. (Mestre Risomar)

Na resposta acima percebe-se dois fatores que podem motivar a mudança de local da roda de capoeira que utiliza o EP analisado. O primeiro é a própria condição estrutural limitante do espaço em si. O segundo se dá através de uma articulação com alguma entidade ou instituição que sugere um local para a realização da roda de capoeira devido a algum evento ou atividade específica.

A partir de todas as situações relatadas nas respostas referentes à questão 9 e através das observações em campo evidenciamos que a territorialidade da roda de capoeira é, em regra geral, móvel, ou seja, a realização da roda de capoeira varia de acordo com alguns fatores condicionantes em relação ao próprio EP. Em relação a questões de organização interna do grupo de capoeira realizador do ritual e por fatores naturais atmosféricos. Esses *territórios-rodas*, baseado na perspectiva de Souza (2010), são criados, acabados e recriados em tempos relativamente rápidos, variando em uma escala de minutos, horas, dias, semanas, meses, anos e décadas, além de serem considerados territórios instáveis, pois existem em determinados dias e períodos mesmo que regularmente.

Rodas com periodicidade mensal

Roda de capoeira (6): Realizada no Setor Central de Sobradinho I, ao lado do Banco Bradesco, mensalmente aos domingos a partir das 09h30min. Conhecida popularmente como Roda do Bradesco⁴⁸. Tempo de existência: 20 anos.

Foto 17 - Roda de Capoeira setor bancário de Sobradinho I (I)



Fonte: Retirada pelo autor. Data: 13 abr. 2014

⁴⁸ A roda leva esse nome pelo fato de antigamente ser realizada em frente ao Banco Bradesco de Sobradinho I. A roda de capoeira continua com essa denominação pela popularidade que ganhou. Atualmente ela está sendo realizada ao lado do prédio do Banco Bradesco, como verificado na foto 17.

Foto 18 - Roda de Capoeira setor bancário de Sobradinho I (II)



Fonte: Retirada pelo autor. Data: 13 abr. 2014

Foto 19 - Roda de Capoeira setor bancário de Sobradinho I (II)



Fonte: Retirada pelo autor. Data: 13 abr. 2014

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 2 horas e 05 minutos.
- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 36 pessoas aproximadamente. Membros internos do grupo: 80%; membros de outros grupos: 20%.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: quatro (04) grupos.
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: cinco (5) instrumentos. Atabaque, três (3) berimbaus: gunga, médio e viola, e pandeiro (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Observações gerais:

Houve uma pausa na roda para a comunicação de um evento que exalta a questão feminina dito por algumas mulheres organizadoras do evento que participaram da roda. Houve uma fala de um dos membros do grupo realizador do ritual cujo conteúdo abordava a importância dos estudos para a vida. O mestre realizador e responsável pela roda do Bradesco comentou sobre as visitas de modo a criticar o fato de outros grupos de capoeira não irem àquela roda e solicitar que eles (Grupo União) façam visitas nessas outras rodas. Após o término da roda houve um momento para os mestres, contramestres e professores falarem, criando assim um espaço de articulação e comunicação que durou cerca de 25 minutos.

Questão 1 - Quando se fala em capoeira e espaço público, a rua, o que vem à cabeça? Categoria:

C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC1 - Relação geoespacial.

“A importância? É uma forma da gente divulgar, né? E uma forma da gente mostrar para as pessoas que existe esse movimento, mesmo sem o apoio dos órgãos públicos. As pessoas que formam os grupos têm essa responsabilidade cultural de manter viva essa ideia: que o povo só é povo com cultura, sem cultura ele não é um povo”. (Mestre Canela)

A relevância do espaço público é citada pelo entrevistado acima. Compreendendo o EP como um instrumento de divulgação e comunicação da capoeira, isto é, como meio de promoção dessa manifestação cultural e esportiva, como podemos observar acima.

Questão 3 - Você acredita que a utilização do espaço público pela capoeira reforça o caráter coletivo desse espaço? Justifique. C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC2 - Concepção de espaço público.

“Não tenha dúvida! É assim que as pessoas criam a consciência, a consciência de que o espaço sendo público ele tem que ser ocupado. Ele tem que ser usado na sua totalidade. Ele tem que ser mostrado que não é só para embelezar uma cidade. Mesmo porque a gente é até carente desses espaços públicos. Como você pode ver, o nosso espaço aqui, não é público é um espaço privado. Como a roda do Bradesco ocorre em frente ao Bradesco (instituição privada), por ser do Bradesco. Aqui em frente à loja Cometa é um espaço privado. Infelizmente a gente é muito carente disso! O governo não tem essa sensibilidade que o povo e as pessoas que praticam as atividades, seja ela teatro, capoeira, todos os tipos de atividades culturais, ela precisa desses espaços públicos. Pra que a população tenha consciência que é necessário. O povo só é povo, como havia dito, com cultura, sem cultura é um povo enfraquecido”. (Mestre Canela)

Na fala acima do entrevistado percebemos que apesar da roda de capoeira ser realizada em frente a um espaço privado, uma loja comercial, o local exerce mesmo que temporariamente, o papel de espaço público de acesso livre, no horário e dia específico, domingo de manhã. O lugar fica em frente a duas vias de acesso de automóveis, uma calçada de circulação para pedestres, ou seja, o local exato da apropriação (foto 17) sofre um processo resultante da extensão de utilização do espaço público circundante, gerado pelo fato da loja não abrir aos domingos. Chamamos a atenção para a sentença proferida pelo entrevistado acima em relação à apropriação do espaço público enquanto um processo de consciência de seus usuários através de sua ocupação. O entrevistado demonstra compreensão desse processo usando a expressão “na sua totalidade”, de modo a criticar o EP apenas como um elemento meramente estético do meio urbano. O uso da área onde é feita a roda de capoeira, uma loja comercial, é justificado quando o depoente aponta a carência de áreas públicas adequadas na cidade de Sobradinho I. Quando o entrevistado se refere à carência de EP ele não se refere apenas à quantidade, mas também à qualidade desse bem público. Assim o entrevistado termina sua resposta exemplificando a necessidade de uso do EP para atividades diversas, como o teatro além de outras atividades.

Questão 5 - Qual é o objetivo ou os objetivos de se realizar uma roda de capoeira neste espaço público? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Divulgação, fazer o social da capoeira. Hoje a capoeira está em todos os cantos de uma cidade. Então é uma forma de poder reunir os amigos, rever os amigos, sociabilizar e muitas das vezes ela se estende pra fora da capoeira. A gente faz um churrasco oferece uma feijoada, uma galinhada. Então a capoeira tem esse movimento que tá acontecendo, ela tem esse efeito, esse efeito social, principalmente efeito social de reunir os amigos da capoeira. Que é uma característica da capoeira, de manter as pessoas próximas. Porque não se faz capoeira sozinho, capoeira é um esporte cooperativo. Eu toco um berimbau, você toca o pandeiro, o outro toca um atabaque e todo mundo faz um pouco pra que o todo funcione”. (Mestre Canela)

Uma observação feita pelo entrevistado na resposta acima, no segundo período frasal, confirma que a capoeira está bem distribuída pelos “cantos” das cidades. Essa observação condiz com a realidade contemporânea da capoeira, em que há uma intensa distribuição dela em muitas cidades brasileiras e até mesmo em cidades de mais de 150 países. Como podemos constatar através dos dados do IBGE (2012) referentes à capoeira, através da Pesquisa de Informações Básicas Municipais⁴⁹. E ainda considerando as capitais, isto é, os principais centros urbanos do país onde há a maior concentração de atividades de capoeira.

Outro ponto que merece destaque são as articulações de informações e o contato das pessoas nas rodas de capoeira. Estes ocorrem em dois níveis: o primeiro entre os membros de um mesmo grupo de capoeira (*membro interno - membro interno*), o que denominamos de *nível interno*, e o segundo refere-se aos membros externos, entre membros de grupos de capoeira distintos (*membro externo – membro interno*) denominado de *nível externo*. Portanto percebemos que a abertura da roda de capoeira no sentido do acesso para outros capoeiristas de grupos distintos, isto é, o acesso que a roda de capoeira se propõe em relação a outros grupos de capoeira ou não, determina qual nível de articulação a roda de capoeira estabelece. Esta constatação em relação ao nível de articulação, pode ser percebida a partir da quantidade de capoeiristas de grupos diferentes presentes em cada *evento-roda*.

Essas variáveis podem ser encontradas na descrição das características gerais de cada roda pesquisada por meio dos dados descritos nos tópicos: *quantidade de grupos de capoeira presentes registrados*. A proporção entre membros internos do grupo de capoeira realizador do *evento-roda* e membros externos de outros grupos presentes no dia de observação revela em qual nível de articulação a roda de capoeira se enquadra: *nível interno* ou *externo*.

A partir das variáveis referentes a presença de membros internos e externos em cada roda de capoeira registrada, pode-se verificar em qual nível de articulação o *evento-roda* se enquadra. Quanto maior a proporção de membros externos em relação aos membros do grupo de capoeira realizador do ritual, as trocas de informações e pessoas atuam a nível externo. Quanto menor a quantidade de membros externos ou mesmo a ausência deles num *evento-roda*,

⁴⁹ “Presença importante e manifestação cultural genuinamente brasileira, a capoeira é misto de luta, dança, música e filosofia. Fortemente discriminada em sua origem, por trazer em suas raízes a direta influência da cultura negra, a capoeira adquire um novo status ao ter a presença em 53,7% dos municípios do país, com ao menos um grupo dedicado a esta manifestação cultural, sendo observado ainda um crescimento em relação a 2006 (48,8%). Na Região Nordeste, encontra-se mais presente nos municípios (65,7%), seguida pelo Sudeste (58,8%), sendo estas as duas regiões de origem e disseminação. Acre (90,9%), Bahia (82,7%), Rio de Janeiro (82,6%) e Ceará (78,2%) são os estados onde esta proporção é mais significativa. A capoeira encontra-se presente em 24,9% dos municípios com população até 5 mil habitantes, atingindo 90,4% naqueles com mais de 500 mil” (IBGE, 2012).

revela-se o nível de articulação interno. As análises dessas variáveis podem revelar em que medida os grupos de capoeira que se apropriam do EP pela roda de capoeira, aqui no DF, estão se articulando. Qualitativamente a articulação tem uma dimensão que atua mais a nível interno, externo, ou ambos? A questão anterior proposta não é interesse primordial da nossa pesquisa por esse fato não será desenvolvida aqui.

Questão 7 - Existe ou já existiu algum tipo de impedimento ou conflito em relação à realização das rodas de capoeira neste espaço público? Explique. C3 - Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“Não, não houve. Não há qualquer tipo de conflito mesmo porque nossas rodas são feitas aos domingos. O comércio não funciona aos domingos, então nesse ponto não. A gente sente falta do espaço público mesmo, apropriado pra prática do esporte. Nesse mesmo espaço aqui que você tá vendo, aqui tem skate, a galera do skate vem pra cá, o pessoal do teatro já veio fazendo ensaio por aqui. Então na verdade não existe isso, não tem esse problema”. (Mestre Canela)

Segundo a resposta acima não há impedimento em relação à realização da roda de capoeira naquele EP, sobretudo por ser realizado aos domingos, dia que a loja comercial está fechada. Entretanto o entrevistado cita a falta de espaços públicos destinados à prática esportiva na cidade o que leva alguns usuários a também se apropriarem do mesmo EP, é o caso dos skatistas e o “pessoal” do teatro. A fala do entrevistado nos revela uma certa carência de EP destinados a atividades específicas, seja ela desportiva ou cultural.

Questão 8 - Já houve algum episódio marcante no sentido de dificuldade de realização de uma roda de capoeira neste espaço público? Explique a situação pela dificuldade de realização, por exemplo capoeiristas, comerciantes, fiscalização, moradores etc. C3 - Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“Não, não houve. Graças a Deus! Tem sido bastante divulgado, as pessoas que vem aqui agregam muito valor. Mas o comércio em si, a administração, a própria polícia, os órgãos responsáveis, não há problema nenhum. Muito pelo contrário. Às vezes, as poucas vezes que a gente solicita um apoio, a gente tem esse apoio”. (Mestre Canela)

Segundo a fala do entrevistado acima, percebemos o prestígio que a roda de capoeira possui. Inclusive ele cita a boa relação estabelecida nesse caso referente ao uso de uma área no setor bancário de Sobradinho. Vale observar que a roda de capoeira em questão é realizada abaixo da estrutura frontal de um prédio comercial no setor central de Sobradinho.

Questão 9 - Esta roda de capoeira sempre foi realizada aqui neste local? Se não, quais foram os outros lugares e qual o motivo da mudança do lugar de realização? C3 - Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“As primeiras rodas eram realizadas lá no mercado, conhecida como feira modelo, há 20 anos. Só que lá não tinha o piso que tinha aqui. Então nós trouxemos pra cá. Infelizmente essa foi a única razão”. (Mestre Canela)

A busca por um espaço físico com melhores condições de uso significa mais conforto para os integrantes que realizam a roda de capoeira. Uma motivação que a nosso ver está associada em algum nível ao propósito de apropriação do EP urbano por aqueles que realizam a roda de capoeira é, a estratégia de ocupação de áreas privilegiadas, do ponto de vista geográfico, publicitário e territorial. A ocupação de áreas públicas privilegiadas por meio das rodas de capoeira representa domínio e controle territorial da capoeira criando um status de poder ao grupo de capoeira que se apropria e se firma no EP por meio da territorialidade da roda de capoeira.

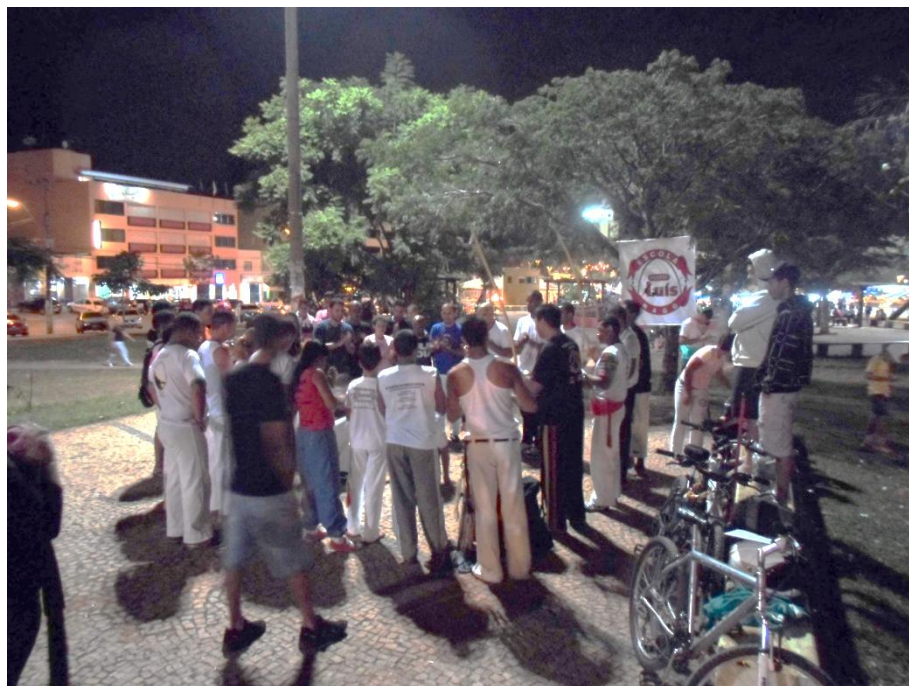
Roda de capoeira (7): Realizada na Praça Central do Paranoá, mensalmente, no primeiro sábado do mês, a partir das 19h30min. Conhecida popularmente como Roda da Praça. Tempo de existência: 10 anos.

Foto 20 - Roda de Capoeira Praça Central do Paranoá



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 07 jun. 2014.

Foto 21 - Roda de Capoeira Praça Central do Paranoá



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 07 jun. 2014.

Foto 22 - Roda de Capoeira Praça Central do Paranoá



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 07 jun. 2014.

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 1 hora e 40 minutos.
- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 31 pessoas aproximadamente. Membros internos do grupo: 60%; membros de outros grupos: 40%.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: quatro (04) grupos.
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: cinco (5) instrumentos. Atabaque, três (3) berimbaus: gunga, médio e viola, e pandeiro (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Observações gerais:

Inicialmente a roda seria realizada em cima de um coreto localizado na praça, mas como havia música alta perto do coreto, os realizadores da roda resolveram fazê-la mais afastada do som, em um espaço livre ainda nos limites da praça central.

Questão 5 - Qual é o objetivo ou os objetivos de se realizar uma roda de capoeira neste espaço público? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Primeiro firmar o local, para dizer que aqui tem capoeira! E saber que nessa praça já completamos 10 anos, esse ano, em capoeira. Indiferente isso aqui é nossa Escola Nagô. Mas firmou na praça central do Paranoá. Em frente à igreja Santa Maria dos Pobres tem capoeira, e aí a divulgação do grupo e no meu caso particular, serve como avaliação dos meus alunos, para ver como eles estão na condução, na presença, na instrumentação, no jogo, na movimentação de roda”. (Mestre Luís)

Um caráter de evidente demarcação territorial foi analisado no início da fala da resposta anterior ao citar a expressão “firmar o local, para dizer que aqui tem capoeira! E saber que nessa praça já completamos 10 anos [...]. Indiferente isso aqui é nossa Escola Nagô. Mas firmou na praça central do Paranoá. Em frente à igreja Santa Maria dos Pobres tem capoeira”. Neste trecho podemos identificar três elementos que indicam o caráter de demarcação territorial: o fato de se estabelecer na praça central do Paranoá, o tempo de existência de 10 anos e a citação do nome do grupo de capoeira, Escola Nagô, como produtor dessas condições, a partir das características territoriais descritas. Um caráter peculiar analisado na resposta seguinte foi

expresso ao dizer que a roda de capoeira serve também como instrumento de avaliação de seus alunos da capoeira, como descrito na resposta acima.

Questão 7 - Existe ou já existiu algum tipo de impedimento ou conflito em relação à realização das rodas de capoeira neste espaço público? Explique. C3 - Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“O impedimento fica dessa forma. Por quê? Como é a utilização de um espaço público, a administração, querendo ou não, tem aqui como um ponto de referência para a realização de outros eventos, como no caso hoje está o parque para o festejo junino da paróquia. Tem outros eventos de banda de rock e de hip-hop então tem várias outras programações que aparecem, culturais, que utilizam o espaço da praça. E nós fazemos mais abaixo, porque lá tem um cimentado, porque se você vê aqui é meio paralelepípedo, uma pedra portuguesa. O capoeirista que vem descalço dificulta um pouco ele jogar. Lá nós já fizemos um cimentado, tem um círculo cimentado e fica melhor pra aquele capoeirista que vem descalço. Nós que fizemos o cimentado, em conjunto com outras áreas culturais. Então não é responsabilidade só nossa. Então, nós procuramos cuidar, deixar limpo e varrer. Mas os impedimentos são esses: como é um espaço público, não é só da Escola Nagô, não é só da capoeira, outras partes culturais e formas de evento acontecem e nos forçam a procurar outro cantinho da praça pra poder realizar”.
(Mestre Luís)

Destacamos na resposta acima o uso múltiplo do EP no sentido da realização de eventos que concorrem entre si como no caso da Praça Central do Paranoá. Um local bastante utilizado pela comunidade e palco de muitos eventos culturais e festivos, conforme relatado pelo entrevistado. No dia da observação houve a realização de uma festa junina da igreja local, o que impossibilitou a realização da roda de capoeira no lugar de costume. O entrevistado citou que no local habitual eles (realizadores da roda) juntamente com outros segmentos culturais locais se articularam e fizeram uma superfície de cimento para cobrir o espaço físico onde realizam suas atividades.

Para continuarmos a análise em relação à categoria de análise C3 e à subcategoria SC1. Buscaremos mais elementos que estão contidos nas respostas da questão 8, pois esta questão faz referência à mesma categoria e subcategoria da questão 7. A relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P, e sua relação genoespacial, de modo a complementar a análise referente às categorias citadas.

Questão 10 - Há ou já houve algum interesse para a realização da roda de capoeira por parte da comunidade, comércio, governo (secretaria, administração) ou alguma instituição (ex: ONG's)?

Comente sobre. C2 - Articulação entre os atores (capoeiras) que se apropriam do E.P. e sociedade. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Olha, hoje nós já tivemos aqui... Por exemplo hoje teve uma moça que estava aqui. Agora e ela é do grupo Tamnoá, eu não sei falar direito, mas é uma espécie de bumba meu boi, tambor de crioula, aquela coisa toda, que eles sempre estão aqui fazendo apresentação. Outros grupos de teatro e de danças, sempre eles nos chamam. Tem um movimento aqui do ‘hip-hop’, dos ‘b-boys’, o pessoal que dança aquele ‘break’, Então eles estão sempre nos chamando e às vezes nós estamos aqui e nós fazemos uma parceria juntos. Então esse interesse sempre há. Aqui no Paranoá tem sempre um movimento procurando outro. E a gente está nos unindo sempre dentro do possível”. (Mestre Luís)

Na situação descrita acima notamos que a articulação estabelecida ocorre a partir de outros grupos culturais. Avaliamos que a situação expressa acima demonstra um nível de articulação mais horizontalizado, isto é, estabelecido por outro grupo comunitário local que se propõe a formar parceria entre ambas as partes. Essa articulação entre grupos culturais, ou seja, entre grupos comunitários representa uma relação que está dentro da dimensão cidadã, no sentido de fortalecer a própria comunidade a fim de terem mais expressão, o que significa uma maior consolidação daqueles grupos enquanto expressão cultural local que reivindicam e consolidam seus lugares dentro daquela cidade.

Roda de capoeira (8): Realizada no Setor de Diversões Norte, no calçadão em frente ao shopping Conjunto Nacional, no centro do Plano Piloto, na parte médio central norte do shopping, mensalmente às sextas-feiras a partir de 18h30min. Conhecida popularmente como Roda de Rua do Conjunto. Tempo de existência: 10 anos.

Foto 23 - Roda de Capoeira SDN Conjunto Nacional (I)



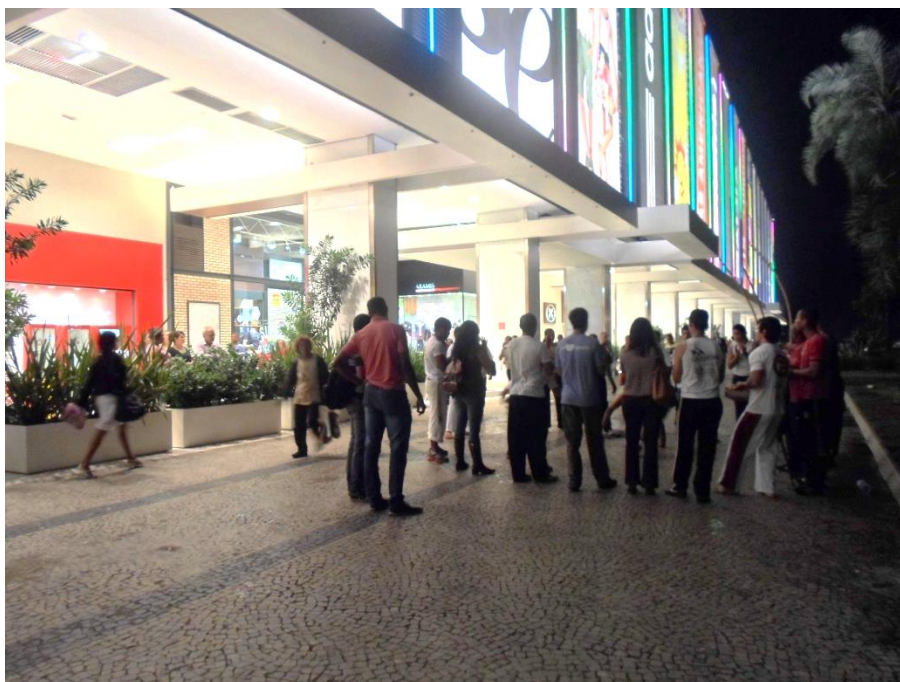
Fonte: Retirada pelo autor. Data 04 abr. 2014

Foto 24 - Roda de Capoeira SDN Conjunto Nacional (II)



Fonte: Retirada pelo autor. Data 04 abr. 2014

Foto 25 - Roda de Capoeira SDN Conjunto Nacional (III)



Fonte: Retirada pelo autor. Data 04 abr. 2014

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 1 hora.
- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 35 pessoas aproximadamente. Membros internos do grupo: 75%; membros de outros grupos: 25%.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: sete (07) grupos.
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: cinco (5) instrumentos. Pandeiro, atabaque, três (3) berimbaus: gunga, médio e viola, (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Observações gerais:

Uma observação feita pelo realizador e responsável pela roda cujo apelido é “Tonelada”, foi que naquela roda de capoeira poderia haver jogos mais combativos, com uma característica mais marcial. A intervenção quando um jogador quer participar do jogo da capoeira no interior do ritual pode ser feita de qualquer lugar do círculo, não apenas em frente ao berimbau. Houve alguns transeuntes e capoeiras que ao passarem pelo local participaram do ritual tocando e jogando. Esta roda de capoeira já existe há bastante tempo como demonstra o tempo de sua existência, desde 2004. No entanto a roda era realizada através da chancela do grupo de capoeira Raízes do Brasil. Pois o atual dirigente da roda de capoeira, “Tonelada”, fazia parte do grupo citado e atualmente está vinculado um novo grupo formado por ele mesmo. Como provavelmente a pessoa que ficava à frente da organização e realização desta roda é o atual organizador, ele mesmo se manteve como o articulador que conduz este ritual.

Questão 5 - Qual é o objetivo ou os objetivos de se realizar uma roda de capoeira neste espaço público? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Meu objetivo é fazer essa grande roda, né? É juntar... Fazer coisas que poucas pessoas conseguem fazer em Brasília. É juntar todos os grupos de capoeira numa roda só, com uma energia só, e jogando capoeira e brincando de capoeira”. (Mestre Tonelada)

Na atualidade o cenário da capoeira em Brasília percebemos uma mudança de mentalidade e conduta, de uma forma geral, em vários grupos de capoeira que outrora eram protagonistas no sentido de combates corporais constantes, tanto nas rodas de capoeira como fora delas. Esses agora agem de uma forma mais pacífica em relação a suas ações cotidianas,

de modo a inclusive estreitar os laços entre grupos de capoeira que eram rivais em outros momentos. Entretanto a disputa e combatividade entre os jogadores de capoeira é algo inerente ao universo da própria capoeira e ainda ocorre dentro de rodas de capoeira aqui no Distrito Federal.

Roda de capoeira (9): Realizada no bairro Asa Sul, ao lado da entrada da SQS 210, mensalmente aos sábados a partir de 17h. Conhecida popularmente como Roda da 210 Sul. Tempo de existência: 8 anos.

Foto 26 - Roda de Capoeira SQS 210 Plano Piloto (I)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 27 jul. 2014

Foto 27 - Roda de Capoeira SQS 210 Plano Piloto (II)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 27 jul. 2014

Foto 28 - Roda de Capoeira SQS 210 Plano Piloto (III)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 27 jul. 2014

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 1 hora e 15 minutos.
- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 30 pessoas aproximadamente. Membros internos do grupo: 60%; membros de outros grupos: 40%.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: cinco (5) grupos.
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: quatro (4) instrumentos. Atabaque, dois (2) berimbaus: gunga e viola, e pandeiro (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Observações gerais:

Anteriormente a roda era realizada quinzenalmente. Antes de começar o ritual, o dirigente da roda frisou que aquela era uma roda de rua aberta, isto é, com acesso livre para qualquer jogador de capoeira. Comentou que qualquer capoeirista poderia tocar os instrumentos. Após o término da roda de capoeira o responsável pelo ritual pediu para todos se sentarem com o intuito de conversarem. Então ele comentou sobre o combate mais severo ocorrido naquele dia entre um membro do grupo realizador e um visitante de outro grupo, assim como elogiou a atitude e postura do visitante, por não ter “afinado” durante o jogo. Ao final o responsável pela roda faz um rito onde todos os participantes de mãos dadas proferem uma palavra positiva ali no final da própria roda. Abriu-se um espaço para que o mestre e professores presentes pudessem falar.

Questão 3 - Você acredita que a utilização do espaço público pela capoeira reforça o caráter coletivo desse espaço? Justifique. C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC2 - Concepção de espaço público.

“Com certeza reforça até porque o aluno sente mais compromisso em melhorar aquele espaço em que está vindo ali. Porque como é um espaço na rua qualquer um pode chegar então o aluno a partir do momento que ele faz parte daquele espaço ali, ele que provar que cuida também que ali é a escola dele. Que ele aprendeu ali na rua a união, o compromisso dele. Tem pessoas que moram em Taguatinga e vem treinar aqui na asa sul, então eu acho que esse espaço de rua, quando o aluno faz parte dele, é como se fosse um pedacinho do quintal dele. Eu acredito nisso”. (Contramestre Índio)

Segundo a resposta do entrevistado acima percebe-se que existe um sentimento de pertencimento em relação ao EP no qual o ritual da capoeira é utilizado pelos realizadores da roda de capoeira. Essa questão é evidenciada no momento em que o entrevistado diz: “o aluno a partir do momento que ele faz parte daquele espaço ali, ele que provar que cuida também que

ali é a escola dele. Que ele aprendeu ali na rua a união, o compromisso dele.” Logo entendemos que de acordo com a fala do entrevistado acima a capoeira, neste caso, reforça o caráter coletivo daquele EP e inclusive gera sentimento de pertencimento e conseqüentemente de cuidado com o lugar apropriado.

Questão 4 - Em sua opinião, a utilização do espaço público pela capoeira possui outra intenção além da própria realização da roda de capoeira? C1 - Relação do espaço público e a capoeira.

Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Eu utilizei o espaço público na minha vida e na vida dos meus alunos. Realmente para resgatar muitos de drogas, porque a gente mora aqui na Asa Sul, Asa Norte, um lugar que o menino completa 14 anos quer experimentar coisas novas na vida que é normal e também acho que graças a Deus eu utilizei esse espaço pra ajudar muita criança a hoje se tornar adulto e se tornar cidadão do bem. Acho que assim, na minha opinião, foi mais um interesse em ajudar a salvar as pessoas do que capoeira na verdade, porque acho que se fosse só a capoeira não tinha ajudado quase ninguém”. (Contramestre Índio)

A proposta de melhoria da qualidade de vida através da capoeira é uma realidade não somente nas RAs que possuem uma limitação de espaços físicos próprios para atividade de lazer, esporte e cultura. O Plano Piloto criado a partir do Plano Urbanístico de Brasília possui quantitativamente e qualitativamente mais espaços físicos próprios para esporte, lazer e cultura, quando comparados a outras RAs do DF. Assim foi verificada a intenção de melhoria na qualidade de vida além da oportunidade para jovens o que segundo a resposta acima demonstra uma preocupação no sentido de dar opção aos jovens, até mesmo para aqueles que tendem a “desviar” sua conduta por meio das drogas, ademais de problemas sociais e familiares que estes jovens possuem.

Questão 12 – Para você, o que é cidadania? C4 - Concepção de cidadania. SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Pra mim cidadania é as pessoas terem mais respeito com tudo, né? Eu já morei fora, e a partir do momento que eu morei fora eu enxerguei que a cidadania é você ter respeito no trânsito, ao jogar uma balinha no chão, ao você passar na frente de uma pessoa no banco, ou você passar na frente de alguém no elevador. Acho que cidadania é isso aí, você ter respeito por coisas simples, que se tornam grandes futuramente, na vida de qualquer pessoa”. (Contramestre Índio)

Roda de capoeira (10): Esta roda de capoeira tem um caráter itinerante, isto é, ela é realizada em EPs distintos a cada edição mensal. A roda analisada foi realizada no Cruzeiro

Novo, na quadra 1205, ao lado do quiosque da Rosa, embaixo de uma tenda comunitária para atividades diversas, numa noite de sexta-feira a partir de 19h. Conhecida popularmente como Roda do Semente de Jogo de Angola. Tempo de existência: 6 anos.

Foto 29 - Roda de Capoeira (itinerante) tenda comunitária Qd. 1205 Cruzeiro Novo (I)



Fonte: Retirada pelo autor. Data: 28 fev. 2014.

Foto 30- Roda de Capoeira (itinerante) tenda comunitária quadra 1205 Cruzeiro Novo (II)



Fonte: Retirada pelo autor. Data: 28 fev. 2014.

Foto 31- Roda de Capoeira (itinerante) tenda comunitária quadra 1205 Cruzeiro Novo (III)



Fonte: Retirada pelo autor. Data: 28 fev. 2014.

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 3 horas.
- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 23 pessoas aproximadamente. Membros internos do grupo: 75%; membros de outros grupos: 23%.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: cinco (5) grupos.
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: oito (8) instrumentos. Atabaque, reco-reco, agogô, dois (2) pandeiros, três (3) berimbaus: gunga, médio e viola (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Observações gerais:

Antes de iniciar o ritual foi concedido por um quiosque comercial ao lado algumas cadeiras para que os tocadores pudessem sentar, o que demonstrou um ambiente de cordialidade entre os capoeiras e os comerciantes. A roda atrasou para ser iniciada em uma (1) hora. Quando a roda estava formada uma criança entrou no meio e começou a chamar a atenção dos participantes dançando e fazendo graças. Os integrantes da roda esperaram a criança sair por livre iniciativa. Esse momento durou cerca de 5 minutos. Um transeunte, aparentemente um capoeirista que passava pelo local, jogou na roda com a permissão do organizador dela. Um

outro capoeirista, morador de um prédio ao lado do local onde acontecia a roda, local onde era possível escutar o som da roda de capoeira desceu do seu apartamento para participar e foi bem recebido pelo organizador da roda.

Questão 2 – Qual é a sua opinião sobre a importância e o papel do espaço público urbano, a rua, para a capoeira? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“Nos dá o direito e a liberdade de mostrar... um pouco da nossa cultura e da nossa vivência, do nosso povo, que nossos ancestrais viveram no passado. E mostrar um pouco da nossa vivência para aqueles que não têm conhecimento nenhum”. (Professor Formiguinha)

A importância do espaço público para a capoeira é citada através de compreensões que remetem à origem da capoeira enquanto manifestação que se formou no próprio espaço público urbano como citado na resposta anterior. Essa referência da origem comum da capoeira remete a relação genoespacial que ocorreu e ocorre entre os capoeiristas e o espaço público desde seus primórdios nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e etc.

Questão 3 - Você acredita que a utilização do espaço público pela capoeira reforça o caráter coletivo desse espaço? Justifique. C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC2 - Concepção de espaço público.

“Não só reforça o caráter coletivo, como ele também engrandece o nosso trabalho, como capoeirista e cidadão”. (Professor Formiguinha)

Notamos que segundo a resposta acima o entrevistado não apenas afirma que a utilização do EP pela capoeira reforça o caráter coletivo do mesmo, como também enaltece o trabalho realizado. E ainda cita a dimensão cidadã relacionada ao uso do EP pela roda de capoeira.

Questão 6 - Esta roda de capoeira recebe algum tipo de apoio para sua realização, seja por parte do governo, administração, secretaria de cultura ou turismo, comerciantes ou da população local? C2 - Articulação entre os atores (capoeiras), que se apropriam do E.P. e sociedade. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Não, nós realizamos esse trabalho com nosso próprio esforço e vontade, né? E vontade de cada um. Nós nos reunimos todas as sexta-feira para realizar um pouco do nosso conhecimento e troca de conhecimento”. (Formiguinha)

Considerando todas as respostas em relação à questão 6, que afirmaram não ter nenhum apoio para sua realização, observamos que essa ausência de apoio pode ser explicada pelo fato de em alguns lugares não haver a necessidade de autorização para sua realização. Devido a própria característica do local específico onde há a apropriação. Pois há casos em que o EP em questão não requer qualquer tipo de consentimento para seu uso. E também pelas condições mínimas necessárias para se realizar uma roda de capoeira, isto é, os integrantes que realizam o ritual necessitam, em princípio, apenas dos instrumentos usados e dos próprios capoeiristas, o que se deve à própria natureza da roda de capoeira.

Questão 10 - Há ou já houve algum interesse para a realização da roda de capoeira por parte da comunidade, comércio, governo (secretaria, administração) ou alguma instituição (ex: ONG's)? Comente sobre. C2 - Articulação entre os atores (capoeiras) que se apropriam do E.P. e sociedade. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Sim existe ONG que nos dá o apoio também”. (Professor Formiguinha)

O entrevistado afirmou ter apoio de uma organização em relação à realização daquela roda de capoeira, entretanto não citou de que forma eles estavam vinculados a essa instituição, tampouco comentou como se dava essa articulação, como podemos notar na resposta anterior.

Questão 12 – Para você, o que é cidadania? C4 - Concepção de cidadania. SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Cidadania é o direito do cidadão, onde ele consegue viver em liberdade, respeitando o direito de ir e vir do próximo”. (Professor Formiguinha)

Roda de capoeira (11): Realizada no Setor Tradicional, Rua 15 de Novembro, quadra 44, no Casarão do CEMEC, localizado ao lado da Praça do Museu de Planaltina, mensalmente, no sábado a partir de 18h. Conhecida popularmente como Roda do Casarão. Tempo de existência: 6 anos.

Foto 32 - Roda de Capoeira Casarão Planaltina (I)



Fonte: Retirada pelo autor. Data: 14 dez. 2014

Foto 33 - Roda de Capoeira Casarão Planaltina (II)



Fonte: Retirada pelo autor. Data: 14 dez. 2014

Foto 34 - Casarão Planaltina (III)



Fonte: Retirada pelo autor. Data: 14 dez. 2014

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 1 hora.
- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 10 pessoas aproximadamente. Membros internos do grupo: 100%; membros de outros grupos: nenhum.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: um (1) grupo.
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: sete (7) instrumentos. Atabaque, agogô, reco-reco, pandeiro, três (3) berimbaus: gunga, médio e viola (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Observações gerais:

O ritual segue a tradição da capoeira Angola, desde a formação da bateria, jogadores sentados ao longo da roda, forma e estilo dos jogos, enfim, a roda é feita de acordo com os preceitos da capoeira Angola. Apesar de a roda ser realizada dentro de uma casa cuja propriedade é de uma instituição filantrópica, ela possui um caráter “público”, mesmo que temporário, pois no momento de realização do ritual as portas e janelas do Casarão são abertas à comunidade, literalmente, tanto para o público em geral como para a comunidade de capoeira.

Questão 6 - Esta roda de capoeira recebe algum tipo de apoio para sua realização, seja por parte do governo, administração, secretaria de cultura ou turismo, comerciantes ou da população local? C2 - Articulação entre os atores (capoeiras), que se apropriam do E.P. e sociedade. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Esse espaço é da igreja católica, Igreja Santa Rita, O diretor é o padre Valmir do CEMEC. Mas assim o espaço não é cedido pra mim e sim pra comunidade. A gente não paga aluguel, a gente não cobra taxa nenhuma para quem participa. [...]” (Mestre Pau Pereira)

Chamamos a atenção para a quarta resposta acima que demonstra uma relação e articulação bem consolidada entre ambas as partes, ou seja, entre o responsável que realiza a roda e a instituição que cede o espaço, que neste caso é uma igreja.

Questão 12 – Para você, o que é cidadania? C4 - Concepção de cidadania. SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Cidadania, pra mim, é uma equação, né? São direitos igual deveres, ou multiplicados, ou somados, nunca diminuídos, é igual a cidadania. Eu acho que essa palavra envolve muito. Os meninos até brincam: ‘e a gente que mora na roça, não vai ter cidadania não, mestre, porque cidadania é coisa da cidade, né?’. Então eu entendo assim, as pessoas hoje estão muito cerceadas de sua liberdade, por causa do que é jogado goela abaixo pela mídia, carros de som na rua, pelos programas de auditório, pelo jabá. Então a cidadania é as pessoas se reconhecer dentro desse esquema aí, desse processo, né? Então acho que a cidadania é se desenvolver, fazer desenvolver as outras pessoas, autonomia”. (Mestre Pau Pereira)

Roda de capoeira (12): Realizada na Praça do Museu (centro histórico) de Planaltina, num espaço circular cercado por uma grade e destinado a práticas diversas, mensalmente aos domingos a partir de 10h. Conhecida popularmente como Roda da Praça do Museu. Tempo de existência: 5 anos.

Foto 35 - Roda de Capoeira Praça do Museu de Planaltina (I)



Fonte: Retirada pelo autor. Data: 18 mai. 2014

Foto 36- Roda de Capoeira Praça do Museu de Planaltina (II)



Fonte: Fonte: Retirada pelo autor. Data: 18 mai. 2014

Foto 37 - Roda de Capoeira Praça do Museu de Planaltina (III)



Fonte: Fonte: Retirada pelo autor. Data: 18 mai. 2014

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 1 hora e 35 minutos.
- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 55 pessoas aproximadamente. Membros internos do grupo: 75%; membros de outros grupos: 25%.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: sete (07) grupos.
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: cinco (5) instrumentos. Atabaque, três (3) berimbaus: gunga, médio e viola, e pandeiro (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Roda de capoeira (13): Realizada na estação do metrô de Águas Claras, mensalmente aos domingos, a partir de 16h. Conhecida popularmente como Roda do Metrô (de Águas Claras). Tempo de existência: 5 anos.

Foto 38 - Roda de Capoeira Estação Águas Claras (I)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 25 mai. 2014

Foto 39 - Roda de Capoeira Estação Águas Claras (II)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 25 mai. 2014

Foto 40 - Roda de Capoeira Estação Águas Claras (III)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 25 mai. 2014

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 1 hora e 45 minutos.
- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 53 pessoas aproximadamente.
Membros internos do grupo: 85%; membros de outros grupos: 15%.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: dez (10) grupos.
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: cinco (5) instrumentos. Atabaque, três (3) berimbaus: gunga, médio, viola, e pandeiro (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Observações gerais:

A roda de capoeira aconteceu de acordo com a programação do evento realizado pelo grupo Associação Lagoa Azul Capoeira. A roda encerrou as atividades realizadas durante a semana e teve a presença de integrantes do Rio de Janeiro, como o mestre João do Pulo. Houve a interrupção da roda pelo organizador, Olodum, para os organizadores falarem a respeito do evento que foi realizado, sobre a própria roda de capoeira e em seguida foi passada a palavra para o João do Pulo, mestre do Olodum, que comentou sobre o evento e falou sobre a capoeira de forma geral. O contramestre, convidado do Rio de Janeiro, proferiu um discurso no sentido

de valorizar os estudos e pesquisas no que diz respeito à capoeira, pois na visão dele é de extrema importância que o praticante amplie seus conhecimentos não só na parte prática.

Questão 5 - Qual é o objetivo ou os objetivos de se realizar uma roda de capoeira neste espaço público? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“O objetivo mais concreto, eu vou te falar que é uma vadiação. Mas não para o mundo da capoeira, só, mas principalmente para os alunos que estão iniciando. Só que felizmente quando você faz uma roda dessa, até pra você colocar os seus alunos, jogar com eles, quase não acontece, pois tem capoeiristas de vários lugares, Por exemplo, hoje temos pessoas do Rio de Janeiro. Então é fenomenal! Até difícil de falar”. (Contramestre Oludum)

Um ponto que merece destaque em relação aos objetivos de realização da roda de capoeira, citado na resposta anterior foi a “vadiação”. O principal objetivo segundo a perspectiva do entrevistado é a “vadiação”. Esse termo revela um significado que remete aos tempos antigos da capoeira em que a expressão era usada para definir os momentos em que os capoeiras se divertiam jogando capoeira, ou seja, os momentos de lazer e descontração dentro da capoeira.

Ao fazer uma reflexão do termo “vadiação” utilizado no universo das rodas de capoeira concluímos que essa é uma característica intrínseca à realização de uma roda de capoeira no sentido de sua proposta ontológica, isto é, enquanto um espaço próprio destinado para a prática da capoeira por seus produtores culturais. Acreditamos que a concepção associada ao termo “vadiação” na capoeira está intimamente ligada com a questão da manutenção da cultura tradicional por meio da transmissão dos conhecimentos pela roda de capoeira.

Questão 7 - Existe ou já existiu algum tipo de impedimento ou conflito em relação à realização das rodas de capoeira neste espaço público? Explique. C3 - Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“Eu vinha fazendo a roda e uma vez um funcionário do metrô queria barrar a roda. E eu expliquei pra ele que por ser patrimônio cultural, uma manifestação cultural pacífica, não tinha o porquê a proibição, né? Mas pra que nós fôssemos corretos, independente disso, eu fui lá e pedi um outro contato e pedi uma autorização pra tá realizando essa roda. Pra ser mais formal, né?”. (Contramestre Oludum)

Esta roda de capoeira é realizada na entrada que dá acesso à Estação do Metrô de Águas Claras. O entrevistado afirmou que houve um episódio, em um dia de realização da roda,

provavelmente nas suas primeiras edições, em que um funcionário do metrô chegou até os realizadores do ritual e tentou impedir a sua realização. Entretanto o responsável pela condução da roda conversou com o funcionário e resolveu a situação formalizando um pedido de autorização para a setor administrativo do Metrô, conforme percebido na resposta dada pelo entrevistado.

Questão 11 - De que maneira as rodas de capoeira podem contribuir com a qualidade de vida nos espaços públicos? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Eu conheço várias pessoas que não tem uma atividade física legal. E aí, poxa! Você passa num ambiente desses, num dia de domingo, 4 horas da tarde. Onde você tem mil outras coisas para fazer, um cinema, um parque pra correr e poder ver uma turma jogando capoeira, uma cultura brasileira. Isso motiva qualquer pessoa que não tenha uma atividade física a ingressar no mundo da capoeira. E aí vem no decorrer de tudo isso – hum, passei aqui, que roda legal! – Vê um jogo bom, pô! Vai motivar essa pessoa também a praticar um esporte. Mesmo que não seja capoeira. Eu nem tenho adjetivos do que uma roda de capoeira pode oferecer”. (Contramestre Olodum)

Consideramos as respostas analisadas referentes à questão 11 enquanto visões particulares dos entrevistados, mas que representam aspectos da realidade desses atores sociais ou do próprio EP. Analisamos que a qualidade de vida que é gerada pela apropriação do EP por meio do *evento-roda* é de caráter subjetivo. Essa subjetividade está ligada à perspectiva particular de cada ator da capoeira. O fato de ocupar o EP por meio da roda de capoeira cria condições para o usufruto do próprio capoeirista, gerando uma qualidade de vida positiva e relativa para esses atores.

Por outro lado, concluímos pelas observações feitas em campo que há um público que é formado por usuários comuns ao EP utilizado, que prestigiam e tornam-se expectadores do *evento-roda*. Sendo que a possibilidade de assistir a uma roda de capoeira gera um aspecto positivo na qualidade de vida do indivíduo que admira esse ritual. Entretanto a apropriação do EP pela roda de capoeira pode vir a gerar uma relação conflituosa, o que vem a ser um aspecto negativo em relação à qualidade de vida. Há múltiplos interesses de uso do EP, representados por uma heterogeneidade de cidadãos que na sua pluralidade de interesses reclamam o uso do EP enquanto um direito comum aos cidadãos.

Ademais esse processo de apropriação do EP por meio da roda de capoeira cria possibilidade e oportunidade aos não praticantes, sedentários em geral, a terem contato com essa manifestação cultural e esportiva, de modo a estimular a prática esportiva saudável.

Chamamos a atenção ao afirmar que em casos onde a agressividade e violência são as principais propostas de realização em relação ao *evento-roda* no EP, a qualidade de vida tende a ser negativa. Gerando assim prejuízos tanto para seus realizadores quanto para o público envolvido, pois as ações e condutas meramente agressivas e violentas criam um ambiente desequilibrado no sentido das relações interpessoais estabelecidas, de forma a resultar numa condição negativa em relação à qualidade de vida dos usuários envolvidos.

Roda de capoeira (14): Realizada no terminal rodoviário de Planaltina, mensalmente, no último domingo a partir de 09h30min. Conhecida popularmente como Roda da Rodoviária de Planaltina. Tempo de existência: 5 anos.

Foto 41 - Roda de Capoeira Rodoviária Planaltina (I)



Fonte: Retirada pelo autor. Data: 25 mai. 2014

Foto 42 - Roda de Capoeira Rodoviária Planaltina (II)



Retirada pelo autor. Data: 25 mai. 2014

Foto 43 - Roda de Capoeira Rodoviária Planaltina (III)



Fonte: Retirada pelo autor. Data: 25 mai. 2014

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 2 horas e 25 minutos.
- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 50 pessoas aproximadamente. Membros internos do grupo: 35%; membros de outros grupos: 65%.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: dez (10) grupos.
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: cinco (5) instrumentos. Atabaque, três (3) berimbaus: gunga, médio e viola, e pandeiro (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Observações gerais:

O mestre Paulo, responsável pela realização da roda, trouxe algumas cadeiras para que aqueles que tocavam os instrumentos pudessem se sentar. A roda contou com a presença de vários mestres, num total de 10 (dez), a maioria de outros grupos de capoeira. A roda foi transladada de local por três vezes, devido ao sol que incidia nela. Ela foi finalizada com samba de roda e após o término, houve um espaço para que os mestres, contramestres e professores pudessem falar sobre a própria roda, sobre os próximos eventos, sobre as próximas rodas e fazer observações pertinentes à capoeira de forma geral. Houve a fala de um professor que foi

proferida no sentido de fortalecer as rodas que estão ocorrendo através da participação dos diversos grupos e com o intuito da não violência, diferentemente do que ocorria no passado..

Roda de capoeira (15): Realizada no bairro Vila Buritis de Planaltina, entre as quadras 3/4, ao lado do posto policial, mensalmente, na última sexta-feira a partir de 20h. Conhecida popularmente como Roda do Corpo e Mente. Tempo de existência: 3 anos.

Foto 44 - Roda de Capoeira (i) Vila Buritis Planaltina (I)



Fonte: Retirada pelo autor. Data: 28 mar. 2014

Foto 45 - Roda de Capoeira (i) Vila Buritis Planaltina (II)



Fonte: Retirada pelo autor. Data: 28 mar. 2014

Foto 46 - Roda de Capoeira (i) Vila Buritis Planaltina (III)



Fonte: Retirada pelo autor. Data: 28 mar. 2014

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 1 hora e 40 minutos.
- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 400 pessoas aproximadamente. Membros internos do grupo: 50%; membros de outros grupos: 50%.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: oito (8) grupos.
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: cinco (5) instrumentos. Atabaque, três (3) berimbaus: gunga, médio e viola, e pandeiro (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Observações gerais:

Ao final da roda foi feita uma oração com todos os membros presentes. O mestre responsável pela roda comentou sobre a conduta de alguns capoeiristas que fizeram jogos mais agressivos, ressaltando o cuidado que se deve ter nesse tipo de jogo, principalmente quando se toca o ritmo de São Bento Grande. A roda de capoeira tem um caráter agregador na cidade de Planaltina, pois contou com a presença de vários mestres, professores de outros grupos de capoeira.

Questão 2 – Qual é a sua opinião sobre a importância e o papel do espaço público urbano, a rua, para a capoeira? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“A importância desse espaço é porque conseguimos com ele atrair a atenção das crianças, dos adolescentes e até mesmo dos adultos que ficam perdidos aí na rua. Acaba que a gente consegue tirar da marginalização, entendeu, para o esporte. A gente ganha com isso na capoeira, com as crianças que caminham pra um caminho que possa futuramente ser cidadão de caráter na sociedade”. (Mestre Paulo Sérgio)

Além de meio de divulgação da capoeira o espaço público também é visto como possibilidade de contato com o público em geral, inclusive com indivíduos em situação de vulnerabilidade social, de modo a gerar uma oportunidade para esses indivíduos por meio de sua inserção na capoeira, como apontado no fragmento da resposta acima.

Chamamos a atenção em relação a essa oportunidade gerada pela publicidade que o espaço público propicia. Para que haja uma efetiva contribuição da capoeira no sentido de ajuda destinada aos indivíduos em vulnerabilidade social, é necessária uma relação que se constrói por meio do ensino regular da prática da capoeira que priorize a formação do cidadão com valores da “boa” conduta. Pois dependendo de como os grupos de capoeira que utilizam o espaço público lidam com essas situações, esse contato com a capoeira pode ser excludente, isto é, ao não aceitarem a participação de indivíduos em situação de vulnerabilidade social, por exemplo na roda de capoeira, essa relação pode ter um caráter de segregação.

Questão 7 - Existe ou já existiu algum tipo de impedimento ou conflito em relação à realização das rodas de capoeira neste espaço público? Explique. C3 - Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“Olha, é... A capoeira há alguns anos atrás, ela era vista como um esporte de marginal, um esporte marginalizado, que as pessoas praticavam com um índice de violência e com a intenção de vandalismo. Mas a capoeira tomou uma dimensão muito grande e hoje ela é praticada como esporte e ela está até mesmo, e... Tendo um trabalho de evangelização! Por exemplo, eu sou evangélico e sou diácono da igreja e evangelizo através da capoeira e pelo fato da gente fazer essas rodas por aqui, já apareceu sim! Apareceu pessoas aqui, conforme os policiais militares, querendo acabar com a nossa roda. Porque o que eles viam na capoeira de antigamente, eles acham que vão acontecer na capoeira de hoje em dia. Mas não, a capoeira mudou, ela tomou uma proporção imensa né? Ela hoje está nas escolas, hoje ela está no meio religioso, no meio político, mas ela está trabalhando com o caráter esportivo e educador. Então acabamos conseguindo esse espaço. Mas teve sim”. (Mestre Paulo Sérgio)

Na resposta dada acima o entrevistado faz referência ao processo de marginalização associado à capoeira, sobretudo antigamente, além de citar o processo de transformação em relação à marginalização da capoeira.

Houve uma mudança paradigmática da capoeira em relação a sua história associada à marginalização, oriunda de um processo profundo e complexo de motivações políticas, ideológicas, culturais e econômicas, ocorridas na história da sociedade brasileira, que não são tratadas aqui. Mesmo com a roda de capoeira e o ofício de Mestre de capoeira sendo registrados no rol de bens culturais brasileiros, o que representou uma mudança enorme de acordo com a concepção e a relação do Estado para com a capoeira, o preconceito em relação a ela é presente nos dias atuais. Ainda que de forma mais sutil e dissimulada, ora mais contundente e mais direta. Seja pela motivação que a percebe como uma luta perigosa associada aos negros, mestiços, pardos, brancos, pobres e também homens de classe alta, boêmios e malandros, que outrora foram marginalizados, manifestação que esteve associada a ações e condutas agressivas e violentas na sua história, ou pela reprodução da ideologia colonialista.

Questão 8 - Já houve algum episódio marcante no sentido de dificuldade de realização de uma roda de capoeira neste espaço público? Explique a situação pela dificuldade de realização, por exemplo capoeiristas, comerciantes, fiscalização, moradores etc. C3 - Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“Não, muito pelo contrário, eu fico muito... (Interrupção) Acho que um episódio marcante aqui na roda de capoeira foi um padre que me ofereceu um espaço da igreja pra eu dar aula. Hoje ele não está por aqui, o padre Carlos, acho que ele tá no Rio Grande do Sul. Mas foi um padre que sempre acompanhou meu trabalho de capoeira, me deu apoio, e ele queria me dar um espaço, achando que não tínhamos espaço para treinar. Pelo fato de estarmos fazendo um evento num espaço público, risos!”. (Mestre Paulo Sérgio)

Chamamos a atenção para a fala do entrevistado no momento que ele afirma que houve um episódio onde um padre ofereceu a possibilidade de ceder um espaço da própria igreja para a realização das atividades da capoeira, como pode ser notado na própria fala do entrevistado logo acima. A oferta foi feita pelo padre porque segundo a visão do religioso, eles estavam fazendo suas atividades na rua, de forma a parecer que não havia local apropriado para tal prática.

Entendemos que a oferta do padre revela uma concepção recorrente que compreende o espaço público, a rua enquanto um lugar não privilegiado que é associado a algo negativo. O fato do padre perceber o EP como falta de opção no caso da realização da roda de capoeira,

demonstra parcialmente sua perspectiva em relação ao EP. Na situação relatada a seguir o entrevistado afirma não ter nenhum impedimento ou problema em relação à realização da roda de capoeira, e cita que quando eles, os realizadores do ritual, precisam de algum apoio, eles têm.

Questão 10 - Há ou já houve algum interesse para a realização da roda de capoeira por parte da comunidade, comércio, governo (secretaria, administração) ou alguma instituição (ex: ONG's)? Comente sobre. C2 - Articulação entre os atores (capoeiras) que se apropriam do E.P. e sociedade. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Já teve escolas. Tem muitas escolas solicitando a capoeira, mas não temos alunos/professores para atender a demanda. As escolas necessitam e não temos alunos suficientes que já sejam formados na capoeira. [...]”. (Mestre Paulo Sérgio)

Essa demanda por professores de capoeira para o oferecimento da prática por meio do seu ensino também foi verificada numa edição desta roda de capoeira. Nesse caso o pedido foi demandado por instituições escolares, conforme a fala acima.

Abrimos um parêntese aqui para discutir um pouco a inserção da capoeira em instituições de ensino diversas, pois atualmente a capoeira está inserida em escolas de educação infantil, educação básica e também em muitas universidades e faculdades pelo Distrito Federal, pelo Brasil e muitos países do mundo. Avaliamos que esse elo entre o ensino da capoeira e as instituições educacionais é uma realidade que está mais próxima da perspectiva de construção da cidadania. No sentido de que o processo de ensino da capoeira por meio de instituições de ensino é um grande indicativo de que nesses casos a relação estabelecida entre a capoeira e a instituição tende a se configurar como um relacionamento cidadão. Em geral essas instituições educacionais abrem espaços para grupos de capoeira que possuem propostas que permeiam questões de cunho cidadão. O próprio processo educativo de ensino da capoeira nesses espaços educacionais pode servir enquanto instrumento que contribui no processo de formação cidadã.

Não defendemos a ideia do ensino da capoeira apenas em espaços educacionais formais, como forma legítima que contribui na formação cidadã. Apenas demonstramos que esses espaços formais de educação também são legítimos e possuem um potencial de contribuição no processo de ensino e aprendizagem da capoeira, de modo complementar ao ensino em espaços não formais, como o próprio espaço público, enquanto meio para o desenvolvimento da consolidação da dimensão cidadã.

Questão 12 – Para você, o que é cidadania? C4 - Concepção de cidadania.SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Pra mim seria o país democrático, onde o povo participa, entendeu? E dá a sua contribuição em cada área, de acordo com o que cada um entender. Então isso aí pra mim seria cidadania. Compartilhamento das coisas, na democracia”. (Mestre Paulo Sérgio)

Roda de capoeira (16): Realizada no bairro Vila Buritis de Planaltina⁵⁰, entre as quadras 3/4, ao lado do posto policial, mensalmente, no segundo sábado a partir de 19h30min. Conhecida popularmente como Roda do Raça Nagô. Tempo de existência: 2 anos.

Foto 47 - Roda de Capoeira (ii) Vila Buritis Planaltina (I)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 10 mai. 2014

Foto 48 - Roda de Capoeira (ii) Vila Buritis Planaltina (II)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 10 mai. 2014

⁵⁰ Esta roda de capoeira é realizada no mesmo local que a roda de capoeira (15), porém realizada por outro grupo de capoeira.

Foto 49 - Roda de Capoeira (ii) Vila Buritis Planaltina (III)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 10 mai. 2014

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 2 horas.
- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 30 pessoas aproximadamente. Membros internos do grupo: 65%; membros de outros grupos: 35%.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: seis (6) grupos.
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: cinco (5) instrumentos. Pandeiro, atabaque, três (3) berimbaus: gunga, médio e viola, e pandeiro (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Observações gerais:

As músicas cantadas no ritual da capoeira faziam, muitas vezes, referência à religião evangélica. Entretanto também foram cantadas músicas tradicionais da capoeira. Após a realização da roda, o mestre responsável pela condução dela fez uma oração em conjunto com todos os presentes. Nesse dia foi comemorado o aniversário do mestre Tatú (Willian), o próprio realizador e responsável pela roda de capoeira.

Questão 5 - Qual é o objetivo ou os objetivos de se realizar uma roda de capoeira neste espaço público? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“O objetivo de... Pra mim hoje, é de evangelizar o povo. E divulgar o trabalho da gente”. (Mestre Tatú)

Avaliamos que o objetivo apresentado na resposta acima revela uma peculiaridade presente na proposta e perspectiva do mestre realizador da roda de capoeira (16). Entretanto, fazendo um paralelo com a atualidade, onde alguns grupos de capoeira estão vinculados à igreja evangélica. O objetivo de evangelizar é algo comum dentro da proposta desses grupos ligados à religião evangélica. Porém esse objetivo só foi detectado em duas (2) respostas das vinte e uma (21) entrevistas realizadas. O que revela uma condição restrita a dois grupos de capoeira analisados. Contudo se considerarmos a totalidade e diversidade dos grupos de capoeira na atualidade, verificaremos alguns casos que se encontram nessa condição de associação com a religião evangélica. Uma tendência que tem crescido durante os últimos anos. Este fato pode ser percebido pelo número crescente de mestres que declaram sua ligação com instituições religiosas.

Questão 9 - Esta roda de capoeira sempre foi realizada aqui neste local? Se não, quais foram os outros lugares e qual o motivo da mudança do lugar de realização? C3 - Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“Sim, apenas em dias de chuvas que vamos pra rodoviária”. (Mestre Tatu)

Uma das conclusões que chegamos sobre a territorialidade da roda de capoeira é o seu caráter móvel. Compreendemos que a roda de capoeira é flexível no sentido de sua realização no EP. Podemos perceber a partir das respostas a seguir que os motivos que geram a mudança de lugar de realização da roda de capoeira são diversos. Fatores naturais atmosféricos como a presença de chuva conforme podemos observar na resposta acima é um fator natural que condiciona a realização da roda de capoeira.

Questão 12 – Para você, o que é cidadania? C4 - Concepção de cidadania. SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Cidadania pra mim é algo social, é o governo apoiar mais as comunidades”. (Mestre Tatu)

Roda de capoeira (17): Realizada em frente o conjunto comercial da QI 23 do Guará II, perto da esto de metrô, exatamente abaixo da estrutura de um estabelecimento comercial, mensalmente, no segundo sábado a partir de 10h. Conhecida popularmente como Roda do grupo N’golo. Tempo de existência: 2 anos.

Foto 50 - Roda de Capoeira QI 23 do Guará II (I)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 12 abr. 2014

Foto 51 - Roda de Capoeira QI 23 do Guará II (II)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 12 abr. 2014

Foto 52 - Roda de Capoeira QI 23 do Guará II (III)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 12 abr. 2014

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 1 hora.
- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 40 pessoas aproximadamente. Membros internos do grupo: 70%; membros de outros grupos: 30%.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: sete (7) grupos.
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: cinco (5) instrumentos. Atabaque, três (3) berimbaus: gunga, médio e viola, e pandeiro (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Observações gerais:

Apesar de a roda ser realizada embaixo do toldo de uma pizzaria que faz parte de um conjunto comercial, a característica do local é de acesso livre, ou seja, possui a qualidade, mesmo que momentânea, de um espaço público. Devido à boa estrutura que o estabelecimento possui, como um bom piso e uma proteção contra sol e chuva, os realizadores optaram em realizar a roda nesse espaço. Mesmo a roda sendo feita embaixo do toldo do estabelecimento, em dia e horário que o mesmo está fechado, o local é circundado por vias rodoviárias, comércio e fica próximo a residências. Se observarmos com atenção a roda de capoeira é feita há uns dois

(2) metros da calçada de circulação, que é o espaço público em si. O mestre no final da roda falou sobre a questão do respeito que se espera naquela roda de capoeira e comentou que todos que visitavam aquela roda eram pessoas que ele conhecia. Elogiou a presença de dois mestres que estavam presentes, Jânio e Cláudio Macaco. Houve um momento de avisos sobre as rodas de capoeira realizadas pelos participantes de grupos de capoeira diversos que estavam presentes.

Questão 5 - Qual é o objetivo ou os objetivos de se realizar uma roda de capoeira neste espaço público? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Primeiramente divulgar a capoeira. A rua, como eu venho repetindo, é a melhor maneira de mostrar a capoeira pra sociedade. E ao mesmo tempo, porque divulga o seu grupo, divulga sua marca. É uma maneira de divulgar sua marca sem custo nenhum. E mais um momento de treino e de lazer pros capoeiristas do grupo e de outros lugares, de outros grupos. E unir os grupos de capoeira em Brasília”. (Mestre Igor)

Ao analisar a fala anterior do entrevistado nos atentamos especialmente para a importância dada à divulgação publicitária que a realização da roda de capoeira promove no EP, especialmente quando o entrevistado afirma: “[...] porque divulga o seu grupo, divulga sua marca. É uma maneira de divulgar sua marca sem custo nenhum”. Essa é uma perspectiva que condiz com a proposta de muitos grupos de capoeira que utilizam o EP para realizar a roda de capoeira, como se percebe diluída nas respostas referentes à questão 5. Quando eles (entrevistados) citam a divulgação como objetivo, inclusive como objetivo primordial nessa relação e/ou como possibilidade de conquista de mais alunos, o que pode representar a busca por mercado.

Questão 12 – Para você, o que é cidadania? C4 - Concepção de cidadania. SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Pra mim cidadania é você poder se expressar, você poder participar do cotidiano da sociedade, você estar em sociedade, estar presente no mundo, né? E não só como um ser físico, mas como um ser pensante e estar participante ativamente do processo da sociedade”. (Mestre Igor)

Roda de capoeira (18)⁵¹: Realizada no terminal rodoviário do Gama, ao lado do ponto de taxi localizado no lado norte da rodoviária, mensalmente, no último sábado a partir de 16h. Conhecida popularmente como Roda do Centro. Tempo de existência: 8 meses.

Foto 53 - Roda de Capoeira Rodoviária Gama (I)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 31 mai. 2014

Foto 54 - Roda de Capoeira Rodoviária Gama (II)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 31 mai. 2014

⁵¹ As rodas de capoeiras analisadas a partir da décima oitava (18^a) até a vigésima primeira (21^a) foram estabelecidas no ano de 2014, pelo menos no local da análise presente.

Foto 55 - Roda de Capoeira Rodoviária Gama (III)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 31 mai. 2014

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 1 hora e 30 minutos.
- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 35 pessoas aproximadamente. Membros internos do grupo: 93%; membros de outros grupos: 07%.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: cinco (5) grupos.
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: cinco (5) instrumentos. Atabaque, três (3) berimbaus: gunga, médio e viola, e pandeiro (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Observações gerais:

O professor “Negro Tota”, responsável pela condução da roda, comentou que a cada ritual feito ali seria registrada imagens de vídeo. Após um ano seria lançado um documentário, contendo os registros audiovisuais daquela roda de capoeira. Houve a participação de um soldado da Força Nacional, em dia de folga e sem farda, que estava participando e jogando nela. No decorrer da roda com a chegada de dois mestres visitantes, o ritual foi interrompido para apresentá-los, além de chamá-los para compor a instrumentação dos berimbaus. Na segunda interrupção a instrução para recomeçar foi que apenas os graduados jogassem. Na terceira

interrupção pediu-se para que todos se agachassem para recomeçar a roda ao toque da capoeira Angola e o jogo de acordo com o estilo, sem a presença das palmas que estavam sendo utilizadas anteriormente no mesmo ritual.

Questão 3 - Você acredita que a utilização do espaço público pela capoeira reforça o caráter coletivo desse espaço? Justifique. C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC2 - Concepção de espaço público.

“Com certeza, porque o espaço público.... A partir do momento em que você utiliza, isso nos leva a entender que o meio democrático que vivemos, ele tá fazendo valer! Ou seja, nós utilizamos porque nós temos direito àquele espaço. O espaço público, quer dizer, isso para nós. Então a coletividade vem através daí, a partir do momento que você faz essa interação com o espaço público, com quem está administrando, ou sei lá, a gestão que estiver no momento. Você tá fazendo um processo de coletividade tanto com a área administrativa, quanto com a área da comunidade em si e como um todo”. (Professor Beduín)

Questão 4 - Em sua opinião, a utilização do espaço público pela capoeira possui outra intenção além da própria realização da roda de capoeira? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Com certeza. A capoeira por ter agregado no meio social, ela também vem, tem como objetivo resgatar diversos jovens que vivem mesmo na marginalidade. Ou seja, os centros, você pode ver, tem diversas pessoas que tem problemas, alguns familiares e etc. E a capoeira também tem essa intenção de resgate. Tá entendendo? As pessoas veem que esse nosso trabalho tá sendo realizado e tem curiosidade em conhecer. Ela começa a ter mais noção, que é um amparo social. Entendeu? E a capoeira tem essa riqueza dentro dela. E através da onde ela está sendo manifestada de alguma forma as pessoas querem conhecê-la e querem adentrar mesmo num grupo social”. (Professor Beduín)

A intenção de melhoria da qualidade de vida e oportunidade para os cidadãos também é reforçada pela resposta seguinte, como citado pelo próprio entrevistado acima de forma a exercer um papel de amparo social.

Questão 5 - Qual é o objetivo ou os objetivos de se realizar uma roda de capoeira neste espaço público? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Primeiramente é a divulgação mesmo da roda para comunidade. Para mostrar à comunidade que existe este projeto, Educar Capoeira, aqui dentro do Gama. E para mostrar também que dentro desse projeto tem pessoas responsáveis que não estão só na capoeira. Mas cada um ali tem um objetivo de apresentar pra sociedade, pra que eles vejam a responsabilidade dentro da gente. Tá entendendo? Que carregamos através da capoeira. Então mostramos diversas

realidades dentro da capoeira. Uma delas é esse resgate que eu te falei de jovens e também tem os projetos dentro da capoeira lá, de educação e motivação. E diversos outros fatores que incide dentro do meio social”. (Professor Beduín)

Outro ponto citado dentre as respostas relacionadas ao objetivo de realização da roda de capoeira no EP foi dar reconhecimento aos trabalhos de cunho social realizados por alguns grupos de capoeira que foram alvo das observações e entrevistas, como pode ser percebido na fala anterior.

Questão 6 - Esta roda de capoeira recebe algum tipo de apoio para sua realização, seja por parte do governo, administração, secretaria de cultura ou turismo, comerciantes ou da população local? C2 - Articulação entre os atores (capoeiras), que se apropriam do E.P. e sociedade. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Aqui nesta roda só tem a permissão que é da administração mesmo, da rodoviária, que nós temos um ofício. Tá entendendo? Aí nós pedimos essa autorização para realizar a roda. No mais os mestres que vem nos prestigiar, vem nos ajudar, vem nos dar aquela força, aquele amparo, porque capoeira é isso aí! Essa união, de irmão mesmo”. (Professor Beduín)

Questão 7 - Existe ou já existiu algum tipo de impedimento ou conflito em relação à realização das rodas de capoeira neste espaço público? Explique. C3 - Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“Sim, sim, já teve um empecilho burocrático da administração. Até porque devemos ter uma permissão, que é esse ofício, tudo regularizado, tudo dentro das leis e etc. Então quando não se tem, não se pode realizar! Porque fica uma coisa desorganizada, fica uma coisa, eles qualificam como baderneira. De vez em quando vem o policial e pergunta: ‘O que tá acontecendo e porque está acontecendo?’ Se pediram permissão pra acontecer. Então tem todo esse intercâmbio entre a capoeira e a administração do local onde tá sendo realizado”. (Professor Beduín)

Na resposta acima o entrevistado cita a dificuldade de realização do evento por meio da expressão “empecilho burocrático” e afirma que de vez em quando aparece um policial que questiona a realização da roda de capoeira perguntando o motivo e se os realizadores possuem autorização para realizar o ritual ali. Neste caso o EP faz parte de uma área que corresponde aos limites espaciais da Rodoviária do Gama. Portanto existe uma administração do terminal rodoviário que concede ou não a autorização para atividades realizadas em seu espaço físico. O entrevistado afirmou ainda que eles tiveram que fazer um ofício para realizar a roda de capoeira naquele EP que foi entregue à administração do local, sendo concedido o direito à realização. Como o próprio entrevistado cita: “[...] Até porque devemos ter uma permissão, que é esse

ofício, tudo regularizado, tudo dentro das leis e etc. Então quando não se tem, não se pode realizar!”. Avaliamos que as situações apresentadas que envolvem questões administrativas e/ou burocráticas, no fundo representam posições políticas e ideológicas dos agentes envolvidos. Seja na dimensão individual ou a nível da institucional da qual o agente faz parte. Seja por meio de um fiscal, um policial, um funcionário qualquer, ou mesmo através da posição da instituição enquanto um colegiado, pois a instituição, enquanto um órgão coletivo, expressa e age a partir de suas atribuições legais associadas ao “interesse público” e também por interesses individuais expressos por visões particulares.

Por outro lado, avaliamos também que segundo a perspectiva da administração e/ou autoridade competente, os funcionários e agentes responsáveis pelo “ordenamento” do espaço em questão sentem a necessidade de oficializar um pedido de autorização para a realização de uma roda de capoeira. Pois esse procedimento torna-se importante no sentido de comunicar o setor responsável, de modo a dar um caráter mais organizado e conseqüentemente mais formal ao processo de uso e apropriação do EP.

Entretanto chamamos a atenção para as questões subjacentes que estão por trás das motivações administrativas e/ou burocráticas, pois entendemos que existe ainda um preconceito, mesmo que menos evidente, por parte de indivíduos ou mesmo setores mais tradicionais e/ou religiosos da sociedade brasileira, em relação à capoeira. Esse preconceito até certo ponto pode ter sido motivado pela percepção da capoeira enquanto uma luta que esteve associada na sua trajetória com ações e atitudes violentas praticadas pelos capoeiras ao longo de seu desenvolvimento multifacetado nos centros urbanos brasileiros onde ela esteve presente. Ou mesmo por atitudes violentas, percebidas e observadas ainda na atualidade.

Por outro lado, esse preconceito também é motivado por uma visão obscura em relação à capoeira e à própria história do Brasil. A obscuridade remanescente é reflexo de uma ideologia colonialista na qual se percebe a cultura não europeia como uma cultura inferior. Então há uma relação de poder que visa impor a cultura dos colonizadores como a cultura superior e a cultura de outros povos enquanto uma cultura que tem que ser dominada e suprimida. Talvez por não compreenderem de fato o significado e a importância que tal manifestação exerce no modo de vida de seus produtores culturais, ou mesmo motivados por um interesse baseado no poder enquanto instrumento de dominação, seja ele cultural, social, político e mesmo econômico.

Questão 8 - Já houve algum episódio marcante no sentido de dificuldade de realização de uma roda de capoeira neste espaço público? Explique a situação pela dificuldade de realização, por

exemplo capoeiristas, comerciantes, fiscalização, moradores etc. C3 - Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“Já sim, já teve uma vez que tentamos realizar uma roda aqui e teve um sargento da Polícia Militar que não permitiu. E falou que não era para ter nada se não tivesse um ofício ou alguma coisa que permitisse a realização da roda. E no entanto não foi realizada”. (Professor Beduín)

Na resposta acima o entrevistado afirma não ter realizado a roda de capoeira no EP da rodoviária do Gama pelo fato do policial intervir e dizer que a realização da roda de capoeira naquele local seria permitida somente com a apresentação de um ofício deferido pela administração do terminal rodoviário local. Não sabemos qual foi a motivação do policial para intervir na realização da roda de capoeira no local, porém questionamos em qual legitimidade o agente da lei se baseou nessa situação. Pois em princípio não existe uma legislação que proíba a ocupação de espaços públicos, como no caso da rodoviária, por meio de manifestações culturais, desde que não atrapalhem o funcionamento do local, como no caso de uma roda de capoeira feita na calçada. Pensamos também que nesse caso possa existir uma orientação da própria administração da rodoviária no sentido de estimular os policiais a impedir a realização de eventos dessa natureza, desde que não haja autorização para tal.

Questão 12 – Para você, o que é cidadania? C4 - Concepção de cidadania.SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Cidadania é a partir do momento que você tá observando as regras daquele lugar e você seguir elas, você tá sendo cidadão. A partir do momento que você não tem conhecimento de tais regras, fica difícil você acompanhar. Às vezes você é pego por algum fator sistemático, desses devido a essa falta de informação. Mas a partir do momento que você vê que ali existe regras, que existe leis e você tá cumprindo com as regras e tem direitos e deveres, você está exercendo sua cidadania”. (Professor Beduín)

Roda de capoeira (19): Realizada no Taguaparque ao lado do posto policial, em Taguatinga, mensalmente, no primeiro domingo a partir de 10h. Conhecida popularmente como Roda do Taguaparque. Tempo de existência: 8 meses.

Foto 56 - Roda de Capoeira Taguaparque Taguatinga (I)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 01 jun. 2014

Foto 57 - Roda de Capoeira Taguaparque Taguatinga (II)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 01 jun. 2014

Foto 58 - Roda de Capoeira Taguaparque Taguatinga (III)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 01 jun. 2014

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 1 hora e 10 minutos.

- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 34 pessoas aproximadamente. Membros internos do grupo: 85%; membros de outros grupos: 15%.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: seis (6) grupos.
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: cinco (5) instrumentos. Atabaque, três (3) berimbaus: gunga, médio e viola, e pandeiro (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Observações gerais:

Antes do início do ritual, o professor Bruno, responsável pela condução da roda, disse que esperava que todos saíssem de lá alegres e afirmou que o berimbau gunga só é tocado pelos mestres do grupo realizador da roda. Após o término da roda, o mestre Bill, um dos mestres do grupo realizador da roda, comentou sobre o momento pelo qual a capoeira passa em relação às rodas de capoeira, pois segundo ele, há 10 anos dificilmente ocorreria uma roda como a que foi realizada no local da observação, sem confusão. Houve um momento destinado aos mestres e professores presentes dar avisos e fazer comentários. Então, o mestre Karrapato, também Mestre do grupo realizador do ritual, comentou sobre a conduta e ritualística adotada naquela roda, de forma a orientar os participantes com relação às “regras da casa”.

Questão 4 - Em sua opinião, a utilização do espaço público pela capoeira possui outra intenção além da própria realização da roda de capoeira? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Sim. A divulgação, a interação das pessoas com a capoeira e vencer todos os preconceitos que ainda resta sobre essa arte”. (Professor Bruno)

Chamamos a atenção para o ponto tocado na resposta anterior sobre a possibilidade de vencer os preconceitos existentes em relação à capoeira. Dependendo de como a roda de capoeira é conduzida, isto é, se ela é realizada como um espaço de violência degenerada, pode ser um fator que reforce o preconceito social para aqueles que presenciam o ritual. Essas diversidades de intenções verificadas podem ser melhor compreendidas por meio das respostas obtidas através da questão 5 ao longo das análises.

Questão 10 - Há ou já houve algum interesse para a realização da roda de capoeira por parte da comunidade, comércio, governo (secretaria, administração) ou alguma instituição (ex: ONG's)?

Comente sobre. C2 - Articulação entre os atores (capoeiras) que se apropriam do E.P. e sociedade. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Houve o interesse por parte da comunidade que no local começasse a se desenvolver um trabalho de capoeira no local com aulas para a comunidade”. (Professor Bruno)

A procura por professores de capoeira através da realização da roda de capoeira no EP também foi verificada como uma demanda da própria comunidade e/ou usuários do EP, como observado na resposta anterior. No caso expresso acima o entrevistado cita que houve interesse para realizar o ensino da capoeira no próprio EP em questão que se trata do Taguaparque, um parque urbano situado em Taguatinga. Esse elo estabelecido entre os realizadores da roda de capoeira no EP e a comunidade envolvida pode ser notado claramente na resposta a anterior onde o entrevistado afirma que a comunidade local cobra a realização da roda de capoeira e chega a reclamar quando ela não está sendo feita.

Roda de capoeira (20): Realizada ao lado de um conjunto comercial da Quadra 11, no Jardim Mangueiral, próximo a um condomínio residencial em São Sebastião, mensalmente, no sábado a partir de 10h. Conhecida popularmente como Roda do Mangueiral. Tempo de existência: 8 meses.

Foto 59 - Roda de Capoeira Jardins Mangueiral São Sebastião (I)



Fonte: Retirada pelo autor. Data: 18 jan. 2014

Foto 60 - Roda de Capoeira Jardins Manguelral São Sebastião (II)



Fonte: Retirada pelo autor. Data: 18 jan. 2014

Foto 61- Roda de Capoeira Jardins Manguelral São Sebastião (III)



Fonte: Retirada pelo autor. Data: 18 jan. 2014

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 1 hora.
- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 18 pessoas aproximadamente. Membros internos do grupo: 80%; membros de outros grupos: 20%.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: quatro (4) grupos.
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: três (3) instrumentos. Atabaque, berimbau e pandeiro (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Observações gerais:

Após o término do ritual o mestre Tonelada, integrante e dirigente do grupo realizador da roda de capoeira fez o seguinte comentário: “Roda de rua é roda de rua, chegar pedir licença e jogar. Tem mestre, mas a roda é de rua”.

Questão 4 - Em sua opinião, a utilização do espaço público pela capoeira possui outra intenção além da própria realização da roda de capoeira? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Nesse sentido sim, a gente faz a roda na rua com a intenção de marcar aquele território sendo nosso, conseguir mais apoio, mais alunos”. (Instrutora Thaís)

Mesmo com as intenções relatadas nas falas que apontam a qualidade de vida como um objetivo intermediário em relação à apropriação do EP pela roda de capoeira. Verificamos intenções como a demarcação de território no sentido de estabelecer e firmar determinado grupo de capoeira como meio da expressão territorial daqueles que a promovem. A busca por novos alunos também é uma intenção notada além da própria realização do ritual, mesmo que não declaradamente, como pode ser notado na resposta anterior. Então a publicidade e visibilidade gerada pela realização da roda de capoeira em determinado EP é algo que motiva e impulsiona a realização desses rituais nesses espaços urbanos.

Questão 5 - Qual é o objetivo ou os objetivos de se realizar uma roda de capoeira neste espaço público? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Então, é o objetivo de se encontrar com vários tipos de capoeiristas, de marcar aquele território, de divulgar o trabalho, de chamar novos alunos, de divulgar a arte da capoeira”. (Instrutora Thaís)

O caráter de marcação territorial é reafirmado de forma objetiva na resposta anterior, além de apontar o caráter de interação social gerado pela realização da roda de capoeira, divulgação do trabalho e possibilidade de conquistar novos alunos.

Questão 12 – Para você, o que é cidadania? C4 - Concepção de cidadania.SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Essa ocupação do espaço público é uma forma de exercer a cidadania”. (Instrutora Thaís)

Roda de capoeira (21): Esta roda de capoeira tem um caráter esporádico, foi realizada na Rodoviária do Plano Piloto, no dia internacional da mulher, no sábado dia 08 de março a partir de 16h, organizada por mulheres capoeiristas (coletivo de Angoleiras), em prol do fim da violência contra as mulheres. Conhecida popularmente como Roda das Angoleiras do Cerrado. Tempo de existência: 5 meses.

Foto 62 - Roda de Capoeira Rodoviária Plano Piloto (I)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 08 mar. 2014

Foto 63- Roda de Capoeira Rodoviária Plano Piloto (II)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 08 mar. 2014

Foto 64- Roda de Capoeira Rodoviária Plano Piloto (III)



Fonte: Retirado pelo autor. Data: 08 mar. 2014

Características gerais da roda de capoeira:

- ❖ Duração: 2 horas.
- ❖ Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira: 35 pessoas aproximadamente.
- ❖ Quantidade de grupos presentes registrados: oito (8) grupos⁵².
- ❖ Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira: oito (8) instrumentos. Berimbaus: gunga, médio e viola, dois (2) pandeiros, agogô, reco-reco e atabaque (da esquerda para a direita em relação a quem está tocando).

Observações gerais:

Antes de começar a roda o local foi varrido pois estava sujo. Fixaram um cartaz cuja mensagem estava associada ao objetivo da roda: CAPOERISTAS PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. A bateria inicialmente foi formada apenas por mulheres, o que simboliza a expressão feminina e a luta a favor do reconhecimento e luta social das mulheres. Entretanto após alguns jogos a bateria foi sendo revezada também por homens. No final do ritual da capoeira angola, fizeram uma roda de samba onde um músico saxofonista ao passar começou a acompanhar a música com seu instrumento, sendo bem visto por alguns participantes, enquanto outros permaneciam indiferentes. Ao ser rechaçado através do olhar de um participante da roda, o músico se despediu e foi embora. A roda possui uma bandeira política clara e evidente. Neste caso foi feita no dia internacional da mulher, não por acaso, mas para expressar a reivindicação do fim da violência contra as mulheres.

Questão 3 - Você acredita que a utilização do espaço público pela capoeira reforça o caráter coletivo desse espaço? Justifique. C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC2 - Concepção de espaço público.

“Tanto do espaço quanto da capoeira. Quando a gente se fecha nas academias, a gente acaba fazendo rodas com os nossos pares. A gente joga com nossos amigos, com a mesma camiseta, com o mesmo penteado, do mesmo jeito de tocar. E quando a gente vai pra rua, não só temos contato com outras tradições da capoeira, como a gente permite que a rua influencie a gente, aí vem os exus dentro da roda, aí vem o cara do saxofone”. (Angoleira Paula)

O caráter coletivo do espaço público é algo bem claro para a maioria absoluta dos entrevistados. As perspectivas retiradas a partir dos fragmentos expostos logo acima revelam

⁵² A roda foi feita por um coletivo, composta por vários grupos de capoeira.

uma noção não superficial e tampouco ingênua da praticante de capoeira que foi entrevistada em relação ao assunto proposto que se enquadra na subcategoria SC2 - concepção de espaço público. Porém não podemos dizer que essa perspectiva não superficial e não ingênua em relação ao espaço público é algo generalizado na comunidade da capoeira. Mesmo porque esses entrevistados possuem uma condição social, cultural, política e individual específicas.

Questão 8 - Já houve algum episódio marcante no sentido de dificuldade de realização de uma roda de capoeira neste espaço público? Explique a situação pela dificuldade de realização, por exemplo capoeiristas, comerciantes, fiscalização, moradores etc. C3 - Relação entre territorialidade, território e apropriação do E.P. Subcategoria: SC1 - Relação genoespacial.

“Teve um caso, eu não sei se foi o das mulheres do ano passado, foi uma confusão! E olha que foi planejado. Porque a roda do ano passado não existia as Angoleiras do Cerrado (coletivo), então foi uma coisa entre os grupos, principalmente entre o Nzinga e o Nzambi, que se articulou e estavam fazendo aquele planejamento da virada feminista. E aí tinham várias atividades na rodoviária e a rodoviária barrou várias coisas, entre elas a roda de capoeira. Mas acabou que a gente conseguiu. Mas foi difícil!”. (Angoleira Paula)

Na resposta acima a entrevistada afirmou que houve uma intervenção, provavelmente feita por funcionários da rodoviária do Plano Piloto. Ela não identificou exatamente os responsáveis pela intervenção, apenas se referiu à rodoviária como responsável pela intervenção. O movimento que estava associado à realização da roda de capoeira, como dito pela entrevistada, fez parte da “Virada Feminista”⁵³. A articulação da roda de capoeira foi feita por dois grupos de capoeira Angola, de maneira planejada. Mesmo com a tentativa de impedir a realização da roda de capoeira, o ritual foi realizado com dificuldade, segundo a resposta acima.

Questão 10 - Há ou já houve algum interesse para a realização da roda de capoeira por parte da comunidade, comércio, governo (secretaria, administração) ou alguma instituição (ex: ONG's)? Comente sobre. C2 - Articulação entre os atores (capoeiras) que se apropriam do E.P. e sociedade. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“Esta aqui não, mas outras já. Mas até a roda do Cabelação, que é complementar. A gente teve apoio das próprias empresas que produzem os acessórios e de coletivos que tem alguma coisa complementar à proposta”. (Angoleira Luane)

⁵³ Movimento realizado em defesa dos direitos das mulheres por segmentos feministas e/ou ligados a ele.

Na resposta anterior notamos a articulação não especificamente em relação à roda de capoeira observada mas em outra roda que foi realizada no mesmo local, num contexto em que algumas organizações associadas ao movimento negro se articularam para a realização da roda de capoeira. A proposta defendia a bandeira a favor da negritude e contra o racismo, por isso chamada de roda do Cabelço (foto 65).

Foto 65 - Roda do Cabelço Rodoviária Plano Piloto



Fonte: Jaqueline Fernandes Data: 09 mar. 2012

A roda do Cabelço tinha em sua proposta de realização⁵⁴ a articulação com ONGs ligadas ao movimento em prol da negritude e contra o racismo por meio das organizações denominadas Pretas Candangas e Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFemea). Assim as empresas que a entrevistada cita, além de outros coletivos, estavam vinculados de modo a compor parte da proposta de realização da roda de capoeira. Neste caso avaliamos ter um viés

54 “As organizações Pretas Candangas e CFemea promoveram na última sexta-feira (9), o evento Cabelço em Brasília, na Praça Central do CONIC. ‘Solte seu cabelo e prenda o racismo! Meu cabelo crespo, minha identidade, minha raiz! Vamos dar as mãos em prol desta causa com roda de conversa, mostra de filmes, capoeira e samba de roda’, este é o conceito da atividade. O slogan é: Meu cabelo é bom, ruim é o racismo! Participaram do evento grupos de capoeira Angola que estão juntos e misturados com a gente: NZambi, Semente do Jogo de Angola, FICA, Nzinga” (Clica, Brasília, 2012) Disponível em:

<<http://religioesafroentrevistas.wordpress.com/2012/03/14/ongs-promovem-cabelaco-embrasil>>
Acesso em 10 jul. 2014.

claramente político e por conseguinte que envolve diretamente a dimensão cidadã. Na qual se cumpre na prática os direitos e deveres expressos na Constituição Federal. Na situação relatada acima chamamos a atenção para o fato da rodoviária do Plano Piloto está localizada no centro funcional de Brasília, que representa um espaço nitidamente “democrático” e popular no coração da cidade.

Podemos concluir que a partir das situações expressas nas repostas registradas a partir da proposta de análise das categorias C2 e SC3, isto é, a partir do nível de articulação entre o grupo de capoeira e segmentos da sociedade, identificamos se existem elementos que caracterizam uma condição cidadã no processo de apropriação do EP pela roda de capoeira. Nos casos relatados onde houve articulações identificamos elementos e aspectos que configuram uma articulação que promove de alguma forma a cidadania enquanto processo que se dá também no espaço público.

Consideramos essas articulações entre o *evento-roda* realizado no EP e outras instituições, organizações e/ou comunidade como oriundas de um processo cidadão. Entretanto, nas situações expressas nas repostas onde não foram registradas articulações ou algum tipo de apoio, concluímos que onde não há indícios de ações articuladas entre os *eventos-rodas* e possíveis parceiros não há elementos que indiquem uma condição evidentemente cidadã. Além da própria apropriação do EP, que também é, segundo a nossa perspectiva, indício de uma condição cidadã.

Levando em consideração que foram registrados dez (10) casos, por meio das repostas da questão 6, que foram afirmativas no sentido de receber apoio para a realização da roda de capoeira. Esse número representa quase 50% de situações onde há uma articulação e/ou apoio em relação ao ritual no EP.

Considerando as repostas da questão 10 temos cerca de um terço (1/3), ou seja, 33% de repostas que afirmaram ter alguma articulação com demais parceiros, entre instituições, organizações e comunidade de modo a consubstanciar nossa análise. Elas fazem parte das mesmas categorias e subcategorias analíticas propostas, C2 e SC3, a fim de termos informações e elementos suficientes para verificar se há realmente articulação e/ou apoio que represente uma condição cidadã na realização da roda de capoeira no EP.

Portanto em dez (10) rodas de capoeira, o que representa 47% do total analisado, foram registradas situações em que existe um nível de articulação e/ou apoio entre os realizadores da roda e algum parceiro, seja a comunidade, administração do espaço, instituição etc. Nas outras onze (11) rodas de capoeira, isto é, 53% das situações analisadas, não encontramos indícios de

que haja articulação entre as partes envolvidas. O que significa que não há uma condição cidadã estabelecida, além da própria ocupação do EP enquanto meio legítimo dessa relação, independente do propósito de realização do ritual.

Questão 11 - De que maneira as rodas de capoeira podem contribuir com a qualidade de vida nos espaços públicos? C1 - Relação do espaço público e a capoeira. Subcategoria: SC3 - Relação entre espaço público, roda de capoeira e cidadania.

“De várias formas, né? O contato com a cultura é sempre alivante, né? Ainda mais num contexto desse, uma rodoviária, que é intenso e tenso. Então acho que já descontraí. As pessoas podem despertar o interesse. Ah, tem uma menina que tá treinando com a gente, que ela viu uma roda que a gente fez na rodoviária que foi pelo fim da intolerância religiosa. Quem convidou a gente foi a Secretária de Igualdade Racial do DF. E a menina tava passando pela rodoviária e ela viu, e agora ela tá treinando. É óbvio que não vamos fazer com que todos se tornem capoeiristas, mas só de tá em contato com a cultura popular, e assim de despertar o interesse, a curiosidade”. (Angoleira Paula)

4 ESPAÇO PÚBLICO, CIDADE E A CAPOEIRA

As cidades têm um grande papel na criação dos fermentos que conduzem a ampliar o grau de consciência. Por isso são um espaço de revelação. A vida de cada um, nesse lugar das grandes mutações, é uma grande incógnita, porque, para a maior parte das pessoas, a cidade, como um todo, ao primeiro contato é impalpável, não se deixando entender apenas com o que aprendemos em suas enormes quantidades, nada mais do que uma fração do todo.

(SANTOS, 2007, p. 83 - 84)

O fragmento acima nos traz uma reflexão sobre a cidade enquanto espaço revelador de processos sócio-espaciais que conduzem à ampliação do nível de consciência de seus moradores. O nível de complexidade que é gerado nas relações que se dão dentro dos limites da cidade coordena a dinâmica das transformações que ocorrem no espaço citadino.

Deste modo, a relação entre o espaço público urbano e a capoeira podem ser considerados um dos fermentos que possibilita a ampliação do grau de consciência, principalmente daqueles que estão envolvidos nesse processo, isto é, como citado por Milton Santos, uma fração da totalidade da cidade.

Cidadania e capoeira

Segundo Santos, “O modelo cívico forma-se, entre outros, de dois componentes essenciais: a cultura e o território” (SANTOS, 2007, p. 19). No caso da cultura da cidadania, observa-se que há uma grande distorção em relação à sua prática cotidiana no que se refere ao Brasil. Para entendermos melhor, analisaremos o que consta na parte legal em contraposição à sua prática.

Consideramos a legislação referente ao âmbito do Distrito Federal, já que ele é regido por uma lei orgânica nos moldes da Constituição Federal de 1988. A Lei Orgânica do Distrito Federal, no seu capítulo I, garante a “*plena cidadania*” no artigo 2º dos Fundamentos Da Organização Dos Poderes e do Distrito Federal. Entretanto, é sabido que a legislação brasileira, apesar de ser um conjunto de leis modernas, baseadas em modelos avançados do ponto de vista da democracia, como a Declaração dos Direitos Humanos, na prática a cidadania muitas vezes

não é respeitada ou sequer funciona. Se refletirmos, mesmo que rapidamente, sobre duas questões pensadas por SANTOS (2007): “Quantos habitantes, no Brasil, são cidadãos? Quantos nem sequer sabem que são?” (SANTOS, 2007, p. 19), podemos estimar uma grande quantidade de indivíduos que não possuem, de fato, noções cidadãs básicas.

Santos (2007) analisa a construção “Não-cidadão” no caso do Brasil. O autor aponta que há uma transmutação da figura do “*cidadão*” para o de “*consumidor*”, afirmando que:

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentrada, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é instrumento da buscada ascensão social. Em lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário* (SANTOS, 2007, p.25).

Todos os processos citados acima ressaltam a trajetória histórica pela qual o Brasil passou, de modo a influenciar a concepção da noção de cidadania brasileira. Baseado na realidade que se depreende dos caminhos “impostos” na sociedade brasileira, torna-se claro a existência da figura do “Não-cidadão”, muito comum, seja nas grandes, médias ou pequenas cidades, seja entre aqueles que não habitam as cidades. Então observamos que por meio dos processos históricos constituídos no Brasil se fortaleceu a concepção do *consumidor* em detrimento do cidadão.

Se considerarmos o universo da capoeira dentro do debate da cidadania, logo notaremos que a figura do “Não-cidadão” está presente em milhares de casos, isto é, milhares de capoeiristas, sejam eles mestres, professores ou apenas praticantes. Essa parcela do universo da capoeira está muito aquém dos processos que engendram a noção cidadã, que envolvem os direitos e deveres sociais, civis e políticos já citados no capítulo 1. Cabe aqui observar que essa parcela de capoeiristas “Não-cidadãos” está concentrada, sobretudo, nas periferias das cidades brasileiras.

Esses “Não-cidadãos” correspondem à parcela da sociedade brasileira excluída dos processos que constroem os alicerces da cidadania. Ao nosso ver, a educação, um dos pilares essenciais para a construção da cidadania, é uma questão central nesse debate. Tendo em vista a realidade da educação brasileira, é marcante a contribuição precária que é gerada na relação cidadania e educação. Em alguns casos, essa relação é inexistente, pois há uma quantidade

expressiva da população brasileira que não teve a possibilidade de frequentar a educação básica, ou que quando frequentou foi em péssimas condições. Este fato gerou uma parcela significativa de analfabetos, semianalfabetos e analfabetos funcionais, incluindo nesse meio uma parcela também significativa do universo da capoeira.

Num recente estudo acerca do agendamento público da capoeira, Gaspar (2012), no que se refere à gestão do presidente Lula, compreendendo as duas gestões governamentais de 2002 a 2010, a pesquisa teve como proposta verificar, no campo das políticas sociais e capoeira, os direitos culturais como uma dimensão dentro dos direitos sociais, garantidos pelas políticas sociais e culturais enquanto campo das políticas sociais e a capoeira como expressão dos direitos culturais. Ademais, o referencial teórico do autor citado entende o campo das políticas sociais como uma área conflituosa, que por meio de ações devem se preocupar com os interesses das necessidades humanas, corrente contrária aos interesses do capital. Ao observar as dimensões sócio-históricas da capoeira, as interferências do Estado e sua condição contemporânea na construção desse processo, Gaspar afirma que:

Compreende-se em premissas iniciais que ações do estado para a capoeira passaram por um momento singular, no qual ‘nunca na história desse país foi dada atenção estratégica com diversas atividades e por um período ‘longo’ de duas gestões governamentais. Os caminhos dessa atenção se iniciaram com a chegada de Gilberto Gil ao Ministério, que no compasso do governo Lula busca absorver demandas dos movimentos sociais, de setores da sociedade e sujeitos esquecidos pelo Estado (GASPAR, 2012, p. 159).

Nesse estudo Gaspar (2012) compreende a capoeira como foco das ações estatais enquanto expressão dos direitos sociais, que dissertam sobre a democratização do acesso às práticas culturais, à atenção dispensada aos produtores culturais com o objetivo de providenciar as condições necessárias para realizarem sua prática. Na sua avaliação sobre os programas destinados à capoeira, o financiamento público destinado a ela, a sociedade civil “capoeirana” e o controle social em relação às ações do Ministério da Cultura, Gaspar verifica que:

A capoeira fora uma das manifestações com maior atenção pelo Ministério da Cultura no governo Lula. Nesse período, não há como negar a visibilidade que a capoeira ganha sob a alcunha do patrimônio imaterial e como campo das políticas culturais. As ações sempre estiveram articuladas com a participação de importantes representantes da capoeira; em boa medida, o MinC soube articular suas ações, consultando importantes mestres e pesquisadores, seja em apresentações, palestras, pesquisas, seja como avaliadores em editais etc. O suporte possibilitado qualifica as ações realizadas, embora se tenha notado que a realização do agendamento público se constituiu por meio de grandes limites externos e internos à pasta da cultura.

O encerrar da gestão deixa um grande legado para o governo seguinte no tocante ao número e à diversidade de ações. A aparente ‘menina dos olhos’ da gestão Gil/Juca foi por vezes utilizada em discursos dos ministros, sendo inclusive metáfora para explicação da vida e do mundo, como os capoeiras já fazem há algum tempo. O Estado, contudo, em suas complexas e contraditórias relações, não tem demonstrado a mesma afeição sugerindo ainda um longo caminho para a capoeira se consolidar como universo das políticas sociais (GASPAR, 2012, p. 176-177).

É notável a atenção especial dada pelo agendamento público da capoeira na gestão de 2002 a 2010 do presidente Lula, sobretudo através das gestões dos ministros Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-2010), ex-secretário executivo de Gil no MinC. Essas ações governamentais, segundo Gaspar (2012), mesmo que ainda limitadas do ponto de vista das dimensões universalizantes e sua articulação débil com outras esferas de direitos, representam um avanço inquestionável nas formulações de ações diversificadas destinadas à capoeira, como editais de incentivo a programas sociais, pesquisa, acervo, produções digitais, audiovisuais e eletrônicas, editais premiativos, reuniões com representantes da capoeira, produção de filmes, selo comemorativo e registro de bem cultural como patrimônio imaterial brasileiro. As ações se inseriram na estrutura organizativa da pasta da cultura de forma aprimorada em relação ao crescimento do volume de recursos para o setor, ações que estabelecem a cultura como política de Estado, de modo a assistir a capoeira enquanto um segmento cultural importante no tocante às ações realizadas. Entretanto, Gaspar aponta que o agendamento se inseriu na pauta da cultura de modo precário:

Sem desmerecer o esforço da gestão, compreende-se que o agendamento se insere na pauta da cultura de maneira precarizada: os parâmetros legais são escassos e a proposição legal mais próxima de ser aprovada tem como base a reserva de mercado; o orçamento para as ações são restritos e voláteis, podendo ser negociado mediante as leis de incentivo fiscais, falta uma estrutura de controle social democrático para as críticas e sugestões da sociedade civil, isto é, ausência de organizações para ouvir as demandas dos capoeiras (sem continuidade), falta de representação no Conselho Nacional de Política Cultural, principal estrutura de diálogo do MinC com a sociedade civil para formular políticas para o setor; falta de interligação com ações de outras pastas ministeriais, o que dificulta a resolução de demandas que transcendem a questão da democratização (GASPAR, 2012, p.179).

Concordamos com o autor acima na sua avaliação em relação ao agendamento público da capoeira. Por um lado, é evidente a atenção dada a esse segmento cultural, como nunca feito anteriormente, é claro o avanço em torno do debate sobre a capoeira, as políticas sociais e os benefícios para os produtores culturais da capoeira e para a capoeira em si, ainda que de modo

pontual, através das ações realizadas. Por outro lado, o agendamento da capoeira foi realizado de modo precário, como apontado por Gaspar no trecho supracitado, assim como não obteve continuidade, em mesma proporção, na gestão posterior a Lula.

Traçando um paralelo entre o agendamento público da capoeira na gestão federal de 2002 a 2010 e a cidadania, entendida como noção que permeia o campo dos direitos sociais, direitos civis e direitos políticos, notamos que esse processo estabelecido entre Estado e o segmento da capoeira é reflexo de demandas antigas existentes dentro da comunidade da capoeira e também de uma vontade política da gestão governamental analisada, sobretudo através da atuação dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira. Podemos notar um avanço no que se refere ao debate no campo das políticas para a capoeira, mesmo que de forma pontual e precária, mesmo com uma parcela substancial da comunidade da capoeira estando à margem do processo resultante do agendamento oficial e público da capoeira. Há um avanço significativo no que se refere à dimensão da cidadania atrelada à capoeira. Por meio de um esforço conjunto entre representantes do segmento da capoeira e Estado, foi pautada e discutida questões pertinentes em relação aos direitos e deveres dentro do universo da capoeira, de modo a refletir um processo de amadurecimento no que se refere aos atores sociais do segmento da capoeira em relação à cidadania, enquanto condição política que possibilita a exigência de medidas que atentam às necessidade e interesses desse segmento.

Em nível distrital, podemos observar certa consonância em relação à atenção dada à capoeira, ainda que de forma bem menos intensa e sistemática em relação ao agendamento público em nível federal, mesmo sem uma articulação eficiente entre a esfera federal e distrital no que se refere às ações no campo da capoeira. O Distrito Federal, enquanto ente federativo da república brasileira, é um dos poucos entes do Estado brasileiro que formularam leis específicas no que se refere ao segmento da capoeira. A principal contribuição do governo distrital foi a criação da lei nº 4.823, de 27 de abril de 2012 (anexo), que estabelece as diretrizes e os objetivos das políticas para a capoeira no Distrito Federal, resultado de demandas expressas por representantes da capoeira por meio da articulação política feita durante os últimos anos, quiçá décadas, no DF.

Antes de citar e comentar os pontos abordados na lei nº 4.823/12, no que se refere a nossa abordagem investigativa do espaço público, dirigimos uma crítica em relação à eficiência e à aplicação prática da lei na realidade cotidiana da capoeira no DF. Notamos que apesar de um grande avanço no campo da capoeira, em relação à construção e concepção da lei, se comparado a outros entes da federação, observa-se que apesar da lei contemplar as diversas

formas de expressão existentes na capoeira, tangenciar várias dimensões relacionadas à prática da capoeira, incluindo seus mestres, professores e praticantes em geral, isto é, mesmo com as diretrizes traçadas, objetivos gerais e objetivos específicos bem delineados do ponto de vista teórico, percebemos que a lei não apresenta meios efetivos para a efetivação de sua proposta, o que a torna uma lei ineficaz até então. Baseado na ausência de ações realizadas até o presente momento em relação a aplicação da lei, como a expressão popular sugere, a lei nº 4.823 foi feita “para inglês ver”. Assim, observamos que mesmo com a criação da lei sua aplicação na prática é quase imperceptível, pois a lei não diz como realizar suas proposições, não define órgãos públicos distritais responsáveis pela sua implementação dentro das competências públicas. Somente cita, de modo genérico, as diretrizes e objetivos relacionados às políticas da capoeira.

Selecionamos a parte da lei que tangencia nossa proposta investigativa, isto é, o que se refere ao espaço público e a capoeira a fim de evidenciar a ausência de ações implementadas na prática cotidiana da capoeira, de acordo com seu texto. Dentro dos objetivos específicos da lei, entendendo-os enquanto possibilidade mais concreta de implementação efetiva da lei, destacamos o parágrafo V, do artigo quinto, que visa, como está escrito: “estimular a exploração, o uso e a apropriação de espaços públicos e privados que possam ser disponibilizados para a prática da capoeira”. Não identificamos nenhuma ação concreta em relação ao estímulo à exploração, uso e apropriação espaços públicos pela capoeira. O que observamos em campo e pelas entrevistas realizadas com mestres e professores que utilizam o espaço público para a roda de capoeira foi um abandono e descaso do governo em relação ao estímulo e exploração do espaço público pelos produtores da capoeira, sobretudo por meio da realização das rodas. Assim como também não identificamos qualquer ação por parte do governo do DF que represente um estímulo concreto em relação à exploração, uso ou apropriação do espaço público pela capoeira, apenas ações que já vinham sendo efetivadas pelos próprios produtores da capoeira, isto é, pela própria comunidade da capoeira do DF.

Se por um lado houve um avanço inquestionável em nível federal, e no caso do DF em nível distrital, de ações estatais públicas, isto é, a oficialização de políticas que atendem e assistem à demanda gerada pelo segmento da capoeira, por outro lado essas ações e criação de leis no campo da capoeira ainda se mostram precárias, deficientes, de modo a contemplar apenas uma pequena parcela de sua totalidade, deixando uma parcela significativa da comunidade da capoeira à margem do processo, no sentido do alcance atingido pelas ações realizadas nos últimos anos. Entendemos que esses processos constituídos e estabelecidos no campo das políticas relacionadas à capoeira são também resultado de conquistas cidadãs,

principalmente por aqueles capoeiras, enquanto cidadãos, que se esforçaram para contribuir em colocar a capoeira nesse patamar de “importância” política, algo antes nunca realizado com tamanha desenvoltura.

Apesar de todas as conquistas cidadãs, como compreendemos esse processo de articulação política entre capoeira e Estado ocorrido nos últimos anos, realizadas no campo da capoeira, notamos claramente que a cidadania, enquanto condição social, política, cultural e também econômica⁵⁵ digna, está muito longe de boa parte da realidade de milhares de praticantes de capoeira, seja na figura de mestre ou de discípulo, o que revela uma condição estrutural precária da sociedade brasileira no que se refere aos direitos sociais básicos, e também em relação aos deveres esperados de um cidadão que atenda essa condição de maneira plena. Mesmo com todos os avanços alcançados em relação ao campo da capoeira, seja em termos de políticos ou em condições reais de existência por parte dos capoeiras, ainda há uma precariedade enorme, no sentido da efetivação na noção cidadã plena, em boa parte da comunidade da capoeira, haja visto os processos históricos enfrentados no Brasil desde sua “conquista”, ou melhor, com a chegada dos portugueses no território brasileiro.

⁵⁵ No sentido de que para se ter uma condição cidadã plena, é necessário o mínimo de recursos materiais, ou seja, a condição financeira é um aspecto relevante na materialização da cidadania.

CONCLUSÃO

Em nossas análises — desde as fontes documentais pesquisadas que serviram de arcabouço teórico capaz de sustentar nossa proposta investigativa até as informações geradas e coletadas em campo por meio de observação etnográfica simples, roteiro de observação, entrevista e anotações de campo — formulou-se contínua e minuciosamente uma investigação de caráter polivalente, de cujas bases uma perspectiva sempre crítica e de orientações diversas intentou prevalecer.

Em consonância à nossa proposta metodológica e problema de pesquisa, elegemos mais de um método científico, já que a variedade desse, ao nosso ver, propicia resultados mais fidedignos. Percorremos mais de um caminho metodológico-teórico para se chegar às conclusões, sobretudo, em relação ao fenômeno social, de complexidade inerente. Ressaltamos que a junção da *pesquisa empírica* mais a *teorização bibliográfica crítica* proporcionam resultados mais expressivos e convincentes.

Nosso problema de pesquisa se propõe a analisar a dinâmica do processo de apropriação de um espaço público urbano por meio da roda de capoeira. A indagação inicial de nosso trabalho se postulou em uma expectativa sobre a possibilidade daquela apropriação ser capaz de gerar uma noção cidadã através de sua territorialidade implicada.

Primeiramente, em nosso trabalho, dissertamos sobre a caracterização dos elementos que constituem a territorialidade das rodas de capoeira no espaço público urbano. Segundo nossas análises, compreendemos que a territorialidade da roda de capoeira possui, como regra geral, aspectos próprios e específicos. Baseado na perspectiva de Souza (2010), verificamos que a territorialidade da roda de capoeira no espaço público é **cíclica** (temporalidade definida nas rodas de capoeira) e **móvel** (pelo fato de as rodas de capoeira mudarem de lugar de realização consideravelmente, exercendo seu “domínio”, no espaço público apropriado) de modo que essas características estão diretamente ligadas à noção de **território-roda**. Temos que, ainda de acordo com a propostas de Souza (2010), em relação à *territorialidade em rede*, o *território-roda* enquanto *território contínuo*, está relacionado aos nós da rede estruturada em relação às rodas de capoeira que se apropriam do espaço público no DF, que por sua vez são superfícies espaciais que possibilitam as trocas e fluxos de informação, de pessoas e matérias segundo sua estrutura espacial interna. A territorialidade em rede, isto é, o *território*

descontínuo, é formado pela estrutura espacial das rodas de capoeira nos espaços públicos, onde cada grupo de capoeira possui o “domínio” de áreas públicas específicas.

No caso da territorialidade em rede das rodas de capoeira que se apropriam no DF, há uma flexibilidade na inter-relação entre os grupos de capoeira que realizam esses *eventos-rodas*, já que há um fluxo de pessoas e informações nesses territórios contínuos, isto é, os nós que neste caso são as próprios *territórios-rodas*, distribuídos nos espaços públicos da cidade. Também identificamos casos de grupos de capoeira que se apropriam de mais de uma área pública, formando assim, no seu conjunto de áreas apropriadas, através de seus *eventos-rodas*, uma rede articulada própria, onde o fluxo de capoeiristas, informações, energia e materiais são alimentados por membros internos, externos e de diversos grupos de capoeira distintos.

Uma característica a ser ressaltada em nossas considerações finais é a de que, dentro da comunidade da capoeira, existem identidades — além da identidade comum a todos capoeiristas, há a identidade referente, exclusivamente, a cada grupo de capoeira, que pode ser percebida através da organização, conduta, modo de ser expressão de seus indivíduos e, como expressamos ao longo do presente trabalho, *no ato de apropriação do espaço público pela roda de capoeira*.

A noção de identidade no universo da capoeira, portanto, é variada e complexa, isto é, as diversas identidades existentes são reforçadas continuamente por cada grupo, gerando assim um espírito coeso que dá unidade para a identidade de cada grupo de capoeira; ou, de um grupo qualquer de capoeiristas, em seu sentido genérico. Ainda de acordo com o conceito do *genoespaço*, abordado segundo a formulação de Gomes, o compromisso social advindo desses grupos identitários da capoeira são estabelecidos em “relações de solidariedade baseada numa pretensa homogeneidade e com uma solidariedade advinda de um forte sentimento de coesão.” (GOMES, 2010, p. 61). Destarte, a classificação das ações é feita por meio de um objeto de disputa de afirmação de um poder hegemônico. Neste caso, representado por grupos de capoeira distintos que, através de juízos de valor e idiosincrasias, considerando sua força, tradição, história ou suposto direito de herança (no sentido de se julgarem mais propensos a controlar este ou aquele território, no espaço público, através da roda de capoeira). As disputas territoriais entre os grupos de capoeira, então, têm caráter inclusivo, definido pela diferenciação ontológica do espaço e constituem-se pela afirmação da diferenciação de direitos em um espaço, de acordo com critérios de domínio e controle coletivo, tal como aponta a teoria do *genoespaço* de Gomes.

Ainda baseado na perspectiva de Gomes (2010), consideramos a roda de capoeira como uma unidade coletiva plural onde seus membros constroem suas identidades em contraste com

membros oriundos de outros coletivos que, por sua vez, possuem território, territorialidade e identidade próprias. Esses constituídos a partir de sua relação específica entre a capoeira e o espaço público, através da comunicação de suas intenções, que representam relações de poder, energia e informação aplicadas no território vivido ou território-roda de modo traçar um paralelo com a proposta teórica de Raffestin (1993). Podemos considerar que a territorialidade da roda de capoeira reflete a “multidimensionalidade” do vivido territorial desses espaços territoriais a partir da conduta, organização e comportamento de seus integrantes. Essa multidimensionalidade do vivido territorial, do território-roda, possui alguns elementos essenciais à sua composição, como o jogo, gestos corporais performáticos, a música, os instrumentos, ritmo, a tradição, a simulação, teatralidade, a luta, a dança etc. Na sua totalidade, esses elementos ganham expressão e materialidade por meio da relação dialética estabelecida entre os jogadores em suas “disputas” do espaço, que se dão no centro do território-roda ou território vivido.

Aqui para nós a noção de multidimensionalidade do território vivido, isto é, da roda de capoeira, faz uma conexão direta em relação à abordagem da teoria geográfica do evento de Santos (1996). O *evento-roda*, enquanto matriz do tempo-espaço e possibilidade de criação e recriação de múltiplas realidades, expressa, no espaço público, em cada realização de um evento-roda, o lugar final do seu acontecer de modo que esse lugar torna-se um território vivido. Aí o territorialismo, segundo a noção de Souza (2010), é aplicado enquanto uma característica fundamental de estratégia de controle e domínio territorial de determinado espaço público urbano — com diversos objetivos: desde a divulgação e publicidade associada à propaganda mercadológica ; a criação de um espaço de interação social; a manutenção da tradição cultural da capoeira e a “vadiação”; da promoção à saúde e bem estar, da comunicação da importância e relevância da manifestação cultural e esportiva praticada; da avaliação da qualidade de aprendizado dos discípulos; da demarcação de territórios que servem de afirmação do poder gerado a partir da apropriação do espaço público por membros comunitários (coletivo) de um território-roda que, também funciona como espaços territoriais, às vezes, destinados aos conflitos marciais e corporais entre seus integrantes, seja oriundos de um mesmo grupo de capoeira ou não.

A escolha e a própria utilização de determinado espaço público da cidade é motivado por uma estratégia de ocupação territorial de acordo com a particularidade de cada coletivo que realiza a roda de e capoeira de modo que a distribuição geográfica desse processo pode ser verificada a seguir.

Ao analisarmos os espaços públicos no Distrito Federal, que estão sendo apropriados por rodas de capoeira, há um total de vinte (20)⁵⁶ áreas públicas que foram investigadas. Se fizermos uma divisão de acordo com sua Região Administrativa referente ao Distrito Federal, temos a seguinte relação: seis (6) áreas no Plano Piloto, cinco (5) áreas em Planaltina, duas (2) áreas no Paranoá, uma (1) no Gama, uma (1) na Ceilândia, uma (1) em Taguatinga, uma (1) no Riacho Fundo I, uma (1) em Sobradinho I, uma (1) no Guará, uma (1) no Cruzeiro, uma (1) em São Sebastião e uma (1) em Águas Claras. Então registramos a apropriação em doze (12) Regiões Administrativas, num total de trinta e uma regiões (31) , o que representa 38% de todas RAs. Sabemos que existem mais áreas públicas sendo apropriadas por rodas de capoeira por todo o Distrito Federal. Há casos de utilização em outras RAs que não foram citadas: Varjão, Santa Maria, Samambaia, Recanto das Emas, Candangolândia, Vicente Pires, Recanto das Emas, entre outras. Há também casos de mais apropriações em uma mesma RA. Não registramos essas apropriações por, ou não ter informações precisas do local, dia, horário e grupo de capoeira realizador; ou por não conseguir estabelecer contato com o responsável da realização da roda de capoeira; ou mesmo por, no dia da ida em campo, isto é, no local de realização do *evento-roda*, o ritual não foi realizado por algum motivo. Tampouco houve registro no que se refere aos próprios limites que o pesquisador possui em relação ao tempo e recursos disponíveis de acordo com a condição de mestrando. Outro fator que justifica o registro dos vinte e um (21) casos é sua representatividade em relação à diversidade de RAs e áreas públicas. Ademais o registro considerou as rodas de capoeira mais tradicionais em relação ao tempo de existência. Pretendemos analisar outros casos em outras oportunidades de pesquisa futuramente.

Ao analisar as condições e qualidades das áreas públicas que estão sendo apropriadas pelas rodas de capoeira registradas, identificamos que, primeiramente, a realização do ritual da roda de capoeira não necessita de muita infraestrutura: apenas uma superfície relativamente contínua e lisa e num piso plano pode-se realizar uma roda de capoeira com boas condições. Em geral observamos que os locais onde são realizados os eventos-rodas não são espaços próprios para realização da roda de capoeira. Assim os locais são improvisados, tendendo a se firmar num lugar que propicie mais condições adequadas para tal feito, como uma superfície plana e lisa, uma localidade visível e com circulação de transeuntes para que haja o melhor

56 Foi verificada a utilização de uma mesma área pública, localizada no bairro da Vila Buritis em Planaltina, por dois (2) grupos de capoeiras distintos, em dias e horários diferentes, o que resultou num total de vinte e uma (21) rodas de capoeira em relação a vinte (20) espaço públicos.

aproveitamento possível da área pública em relação aos objetivos propostos em cada território-roda. Identificamos também alguns casos em que os realizadores da roda de capoeira fizeram mudanças a fim de favorecer melhores condições de uso para o conforto e bem estar dos integrantes no local específico de realização (com apoio financeiro de outras instituições e associações ou com recursos próprios dos realizadores do evento-roda). Normalmente essas transformações nos espaços públicos são feitas em locais onde o processo de apropriação já está consolidado e a modificação é feita não necessariamente com autorização do órgão responsável pelo espaço físico, mas pela autonomia do coletivo que se apropria. Também foram identificados apenas três (3) casos onde houve melhorias nas condições físicas do espaço público através da própria autoridade competente a partir da utilização pela roda de capoeira ou por fatores outros (manutenção, conservação ou reestruturação física do espaço público em questão).

Como regra geral, as áreas públicas do DF que estão sendo apropriadas pelas rodas de capoeira não são preparadas no sentido de terem banheiros, disponibilidade de água, locais próprios para os expectadores etc. A natureza da roda de capoeira permite que ela seja realizada em uma variedade de espaços públicos urbanos, de modo que ela pode se adaptar com as condições apresentadas.

Ao analisarmos os aspectos que podem gerar um ganho na noção de cidadania para os atores envolvidos na apropriação do espaço público por meio da roda de capoeira e as implicações da apropriação, concluímos que o processo de utilização do espaço público em si, pelos capoeiras (indivíduos), propicia condições para um processo cidadão. Entretanto esse contato entre os realizadores da roda de capoeira no espaço público com os diversos atores sociais envolvidos, são estabelecidos através das relações de poder entre o coletivo que se apropria e demais representantes. As relações de poder estabelecidas em cada evento-roda determinam, como e se, esse processo de apropriação pelo evento-roda gera algum ganho na dimensão da cidadania, pois cada coletivo que se apropria por meio da roda de capoeira possui uma proposta de realização que pode ou não confluir para um processo cidadão. Assim de acordo com nossas análises, verificamos que apenas a apropriação do espaço público pela roda de capoeira não garante uma relação cidadã, é necessário investigarmos outros aspectos relacionados à apropriação em cada evento-roda, ou seja, como se dá essa relação de apropriação em cada caso.

Outros aspectos peculiares de cada território-roda, que se apropria de um espaço público urbano do Distrito Federal, têm de ser considerados para determinar se, nesse processo, há um ganho relativo à cidadania para os atores envolvidos. Um aspecto inicial revelador desse aumento da noção de cidadania foi verificado a partir do apoio e articulação estabelecida entre os realizadores de cada evento-roda e representantes do espaço público em questão. De acordo com as entrevistas realizadas, referentes à questão 6, obtemos um resultado que revelou que quase 50% das rodas de capoeira investigadas, mais especificamente dez (10) casos, que se apropriam de um espaço público do DF e possuem algum tipo de apoio para sua realização, seja uma autorização formal da administração regional ou local, ou mesmo um consentimento, formalizado ou não, ou algum respaldo de alguma instituição ou entidade envolvida. Essa porcentagem, de quase 50% dos casos onde foi identificado algum tipo de apoio para realização do evento-roda, representa segundo nosso ponto de vista, que há indícios claros que no processo de apropriação do espaço público, as relações observadas constituem um aspecto cidadão estabelecido entre as partes envolvidas em cada situação. Por outro lado, 53% dos casos, não possuem qualquer tipo de apoio ou articulação com outro tipo de organização, instituição ou mesmo com representantes da comunidade. O que evidencia a falta de indícios necessários para determinarmos alguma relação que represente um aspecto cidadão, assim temos que, mais da metade dos casos analisados não possuem relações claramente cidadãs (ver tópico 6, item 2.3.2, capítulo 2).

De acordo com as respostas analisadas sobretudo a partir da questão 10, verificamos que em 7 casos, ou seja, um terço (1/3) do total do universo pesquisado, possuem algum nível de articulação entre os realizadores do ritual da capoeira no espaço público e algum segmento da sociedade, como organização não governamental, instituição ou comunidade, o que ao nosso ver, representa um processo que há fortes indícios que nessas situações estabelecidas há relações que se configuram como cidadãs, entre ambas as partes. Por outro lado, dois terços (2/3) dos casos, isto é, quatorze (14) rodas de capoeira investigadas não possuem qualquer articulação entre seus realizadores e algum parceiro. Então temos que, apenas 33% dos casos analisados, possuem um nível de articulação que signifique que há indícios de relações cidadãs estabelecidas no processo de apropriação do espaço público por meio da roda de capoeira.

Verificamos também que, em dois (2) casos analisados, identificamos ações clientelistas e oportunistas de políticos, no processo de apropriação do espaço público, para com os realizadores do evento-roda, por meio de “troca de favores”, como por exemplo, a doação de camisas, apoio para realização de eventos, ou mesmo ajuda financeira em troca da expectativa

de votos, estabelecem uma relação que favorece a manutenção do status quo e prejudica os próprios” favorecidos”, a médio e longo prazo, por favorecer o processo de alienação política de uma forma geral. Contudo consideramos que, nesses dois casos, o processo de apropriação do espaço público pela roda de capoeira, apesar de revelar indícios de que há relações estabelecidas que representam ganhos na dimensão cidadã entre as partes envolvidas, há também em contraposição, ações, relações e articulações não democráticas, não cidadãs e desonestas que foram verificadas. Essa condição nesses dois (2) casos, além dos todos os casos analisados, pode ser explicada, pela variedade de visão dos grupos de capoeira e de seus membros enquanto indivíduos que possuem diversos interesses, são bem heterogêneas e particulares, resultando assim, numa multiplicidade de pensamentos e perspectivas de mundo, gerando assim, relações particulares a partir da apropriação do espaço público por meio do evento-roda.

Esse cenário verificado em relação possibilidade de ganho na esfera da cidadania a partir da apropriação do espaço público por meio da roda de capoeira, apresentou-se de forma tímida e concentrada em alguns casos, pois ao nosso ver, percebemos uma frágil articulação entre os grupos de capoeira e o Estado, ou mesmo entre seus próprios membros, no sentido de suas relações com o espaço público. Essa fragilidade apresenta-se por alguns fatores referentes a realidade de formação e condições, que podem ser explicados de acordo com a precariedade relativa à própria dimensão de cidadania no contexto brasileiro. Seja pela falta de informação da comunidade da capoeira, considerando a debilidade de sua formação cidadã, tendo em vista a estrutura social e educacional do Brasil, em que resulta em uma debilidade estrutural na formação educacional da população e conseqüentemente uma fragilidade da formação cidadã uma parcela significativa da comunidade da capoeira, onde muitos capoeiristas estão inseridos nessa condição social e política, seja pelas instituições públicas que não propiciam uma comunicação direta a fim de estabelecer uma articulação entre os produtores culturais da capoeira, ou mesmo motivado por suas visões ideológicas e interesses específicos de forma a dificultar essas possíveis articulações, que fortalecem os aspectos cidadãos entre ambas as partes, em alguns casos a consequência de uma precária organização enquanto sociedade civil capaz de expressar e de se articular com clareza suas demandas também é um fator que favorece esse cenário.

Outros fatores, como a assistência do Estado dado à capoeira, através das ações diretas no campo dos produtores culturais da capoeira, durante os últimos anos, especialmente na gestão federal de 2002 a 2010, tendo a inserção da capoeira como patrimônio imaterial, seu

ponto alto, assim como na própria esfera distrital, houve ações, mesmo que ainda incipientes, podemos citar a criação da lei 4.823, que estabelece as diretrizes e objetivos da capoeira no DF, de modo que, boa parte da comunidade da capoeira, ainda que, com resistência às ações públicas, associada à falta de credibilidade oriunda das relações pretéritas entre Estado e capoeira, percebem a importância, a nível político, que a capoeira adquiriu durante os últimos anos, resultando num fator que contribuiu e contribui para formação cidadã no universo da capoeira. Inclusive as próprias ações públicas orientadas para a capoeira, são resultado de conquistas cidadãs, reflexo de “lutas” e de demandas expressas pelos produtores culturais da capoeira e seus intermediários ao longo da história da capoeira no Brasil.

Concluimos que, para além das teorizações acerca de nosso objeto de estudo, isto é, o processo de apropriação do espaço público por meio da roda de capoeira em Brasília – DF, a pesquisa possui um papel de estimular a reflexão dos próprios sujeitos/objetos, ou seja, a comunidade da capoeira a pensar sobre sua relação com o espaço público. Além de aprofundar e discutir esse processo, a partir de uma perspectiva territorial do espaço público, enquanto meio provedor desse fenômeno de modo a relacionar com a dimensão da cidadania, entendida como um conjunto de direitos e deveres que o cidadão possui no tocante dos direitos civis, sociais e políticos.

Baseado na perspectiva de Gomes (2010), a cidadania se relaciona com a configuração espacial do território utilizado, como meio de desenvolvimento das manifestações existentes, das relações sociais, culturais, políticas e econômicas providas dentro das condições urbanas atuais. Dessa forma, o processo de apropriação do espaço público, no caso do Brasil, em geral, considerando os diversos segmentos da sociedade, é algo que vem tomando novo significado. Sobretudo através dos tempos e de seus múltiplos usos e relacionamentos especialmente nas cidades, enquanto centros irradiadores das mudanças e transformações, políticas, sociais, culturais e econômicas do mundo globalizado. Entretanto, essa relação, espaço público e cidadania, no Brasil, não é consolidada e estruturada de modo a propiciar uma relação efetivamente consciente e justa entre seus habitantes, pois ainda prevalece a ideia de que o espaço público é terra de ninguém. Há uma concepção de que ele é algo que não faz parte da esfera do indivíduo ou do coletivo, não há um sentimento de pertencimento, em muitos casos, tampouco uma relação saudável e de direito de fato entre o espaço público e o cidadão brasileiro. Entretanto verificamos através de nosso estudo que, a partir atual tendência de aumento e ressignificação em relação à apropriação do espaço público urbano pelos diversos segmentos sociais, com diversos fins, há um movimento de plena continuidade no sentido de

fortalecimento e mudança no padrão de uso e redimensionamento do espaço público, que está ocorrendo a nível geral na sociedade brasileira, essa conclusão foi gerada a partir no nosso olhar em relação ao nosso objeto de estudo, enquanto fenômeno que se produz no espaço público de Brasília – DF.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHÃO, Sérgio Luís. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- ALMEIDA, Rodrigo de; Cypriano, André; Pimenta, Letícia. *Capoeira: luta, dança e jogo da liberdade*. São Paulo: Aori, 2009.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *Capoeira, arte crioula. culturas-Kairós* [online]. Publicado em Capoeiras - objetos de temas contemporâneos, 2012. Disponível em: <<http://revues.mshparisnord.org/cultureskairos/index.php?id=541>>. Acesso em: 07 de jan. 2013.
- BOGDAN, Robert & BIKLEN Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Tradução: ALVAREZ, Maria João; SANTOS, Sara Bahia dos; BAPTISTE, Telmo Mourinho. Portugal: Porto. Editora: Porto, 1994.
- CASTELLAN, Gláucia Rodrigues. *A ágora de Atenas: aspectos políticos, sociais e econômicos*. Revista virtual de história Klepsidra, São Paulo, ano VI, Nº 26, outubro-dezembro, 2005. Acesso em 13 de maio de 2014.
- CASTRO, Maurício Barros de. *Na roda da capoeira*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFC, 2008.
- CARLOS, Ana Fani A. *A cidade*. Rio de Janeiro: Contexto, 2007
- CAVALCANTE Junior, Rubens. *História da capoeira de Brasília*. Brasília, 2011. (Inédito).
- CODEPLAN / COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD. Brasília: SEPLAN – Subsecretaria de Estatística e Informações, 2004.
- CORRÊA, Roberto L., ROSENDAHL, Zeny (organizadores) *Introdução à geografia cultural* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 224 p.
- COVRE, Maria de Lourdes M (Org.). *A cidadania que não temos*. São Paulo. Editora Brasiliense S. A. 1986
- DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S.A. 1997.
- FALCÃO, José L. C. *A capoeira na “roda” científica brasileira (1980 a 2006): panoramas e perspectivas da produção stricto sensu sobre a capoeira no Brasil*. In: GONÇALVES, Alanson, M. T.. *Capoeira em perspectivas*. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2012. p. 43 - 61
- FARRET, Ricardo Libanez.; PAVIANI, Aldo (org.) *O Estado, a questão territorial e as bases da implantação de Brasília in Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010.
- FERREIRA, Ignez C. B.; PAVIANI, Aldo (org.) *O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília in Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010.

- FILHO, Paulo Andrade Magalhães. *Jogo de discursos: a disputa por hegemonia na tradição da capoeira angola baiana*. Salvador, EDUFBA, 2012.
- FOSSA, Maria G. Rodrigues, FRANÇA, Mardone Calvacante. *Uma avaliação dos critérios de classificação da população urbana e rural*. Ouro Preto, Minas Gerais. 2002.
- GASPAR, Fábio de Assis. *Na roda dos direitos: o agendamento público da capoeira (2003-2010)*. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 2012.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. 1973
- GODOY, Arilda Schmidt. *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais*. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v. 35, n. 3 p. 20-29, maio/junho, 1995
- GOMES, Paulo, César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2001.
- HUZINGA, Johan. *Homo ludens: O jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Registro e salvaguarda da capoeira como Patrimônio da cultura brasileira*. Brasília: IPHAN, 2007.
- KRULIKOWSKI, Robert. *Capoeira meu guia: Mapeamento e registro dos grupos de capoeira do DF*. Brasília, Distrito Federal. Secretaria de Cultura, GDF, 2013.
- LEAL, Luis Augusto Pinheiro. *A política da capoeiragem: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906)*. Salvador: Editora Universidade Federal da Bahia, 2008.
- LEFEBRVE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEAL, Luiz A. Pinheiro & OLIVEIRA, Josivaldo Pires. *Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil*. Salvador: EDUFBA., 2009.
- MACEDO, Silvio S. et al. *Os sistemas de espaços livres da cidade contemporânea brasileira e a esfera da vida pública*. Montevideu : p. 1-12, 2009
- MAFRA, Daniel. *Em busca das raízes da capoeira candanga*. Grupo de Estudos de História da Capoeira, 13 abr. 2011. Disponível em: <<http://estudoscapoeira.blogspot.com>>. Acesso em: 19 mai. 2011.
- MENDONÇA, Eneida M. Souza. *Apropriações do espaço público: alguns conceitos*. Revista: Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ, RJ, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago. 2007.
- PENNA, Nelba Azevedo, *Gestão Ambiental urbana*. In: OLIVEIRA, José Aldemir de, *Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sócias*. pg. 32-39. Amazonas: Editora Universidade Federal do Amazonas. Vol. II 2010. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010.
- PELUSO, Marília Luíza, *Brasília: do mito ao plano, da cidade sonhada à cidade administrativa*. In: Espaço & Geografia, Vol. 6, nº 2. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Geografia, 2003.

PLANO ESTRUTURAL DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL. Convênio SEPLAN/GDF. Brasília, 1977.

QUEIROZ, Claudio. *Mestre Arraia: capoeira de Brasília*. Disponível em: <<http://www.capoeira.jex.com.br/cronicas/mestre+arraia+-+capoeira+de+brasilia>> Acesso em: 23 de jun. 2014.

RAFFESTIN, Claude. *Por um geografia do poder*. São Paulo: Ática, [1978] 1993.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas cidades brasileiras*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Repensando a Geografia).

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1985] 2012.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, [1996] 2008.

_____. *Por uma geografia nova: da crítica à geografia a uma geografia crítica*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. *Espaço do cidadão*. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. [1985] 2007.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Adílson Alves da. *Entrevista: mestre Adílson*. Disponível em: <<http://portalcapoeira.com/Brasilia-DF/entrevista-mestre-adilson>>, dez de 2012. Entrevista concedida a Marcos Duarte de Oliveira Duarte. Acesso em: 24 de junho de 2014.

SILVA, Renato. *O “mulato” e o “homem cordial”: as raízes do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro, Revista de Pós Graduação em Letras e Ciências Humanas, UNIGRANRIO vol. II, 2010.

SOUZA, Hilton. *Festival Praia Verde - Brasília 1986 – Parte 1*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=x4Q9hxRW8H8>> Acesso em: 25 de jun. 2104

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: conceitos e temas*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 352p., Parte 1, p.77-116.

TENÓRIO, Gabriela de Souza. *Ao desocupado em cima da ponte. Brasília arquitetura e vida pública*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2012.

TERRIN, Aldo Natale. *O rito: antropologia e fenomenologia da ritualidade*. [Tradução José de Maria de Almeida]. São Paulo: Paulus, 2004 [1996].

VARGAS, Toni. *Liberdade*. Rio de Janeiro: 2007, disco compacto (17 faixas): digital, estéreo.

VALVERDE, Rodrigo R. H. Felipe. *A transformação da noção do espaço público: A tendência à heterotopia no largo da carioca*. Tese doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

VIEIRA, Luiz R. *O jogo de capoeira: Cultura popular no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Sprint, 1995.

VIEIRA, Luiz R.; ASSUNÇÃO, Matias R. *Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira*. Estudos Afro-Asiáticos, n. 34, p. 81-121, 1998.

VIEIRA, Luiz R. *A capoeira e as políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial: legitimação e reconhecimento de uma manifestação cultural de origem popular*. In: GONÇALVES, Alanson, M. T.. *Capoeira em perspectivas*. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2012. p. 133 - 151

VIEIRA, Luiz R. *Roda de capoeira na Torre de TV em Brasília (1985)*. Arquivo pessoal, 1985.

Sites consultados

ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA PALMARES. *Maurício Rugendas: Viagem pitoresco no Brasil*. [online] 2007. Disponível em: http://www.capoeirapalmares.fr/histor/maler_pt.htm Acesso em 15 de jul. 2014

BRASIL. *Estatuto da igualdade racial*. Lei nº 12.228, 20 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm> Acesso em: 08 de jan. 2013.

BRASIL. *Código Penal*: Decreto-lei nº 847, 11 de outubro de 1890. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> Acesso em: 08 de jan. 2013.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. *População e renda per capita das regiões administrativas do Distrito Federal e dos municípios e de sua área metropolitana*. Censo demográfico (IBGE), 2010. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas.pdf>> Acesso em 18 de fev. 2014

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 4.823, 27 de abril de 2012. Disponível em: <<http://sintse.tse.jus.br/documentos/2012/Mai/4/lei-no-4-824-de-27-de-abril-de-2012-instituio-dia>> Acesso em: 30 de jan. 2013.

FERNANDES, Jaqueline. (2013) Foto: Cabelação retirado de: <http://religioesafroentrevistas.wordpress.com/2012/03/14/ongs-promovem-cabelaco-em-brasil/> Acesso em 09 de julho 2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de informações básicas municipais: Perfil dos municípios brasileiros 2012*. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2012/munic2012.pdf. Acesso em 04 de jul. 2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> Acesso em 06 de fev. 2014

PRIBERAM. *Dicionário priberam de língua portuguesa*. Disponível em <
<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=sintagma>> Acesso em: 04 de jan. 2013.

RIBEIRO, Paulo Silvino. *Émile Durkheim: os tipos de solidariedade social*. Disponível em:
<<http://www.brasilecola.com/sociologia/Emile-durkheim-os-tipos-solidariedade-social.htm>>
Acesso em 20 de junho de 2014.

<http://abr-casa.com.br/brasil/urbanismo/horizonte-em-construcao.shtml>> Acesso em: 26 de
fev. 2014.

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa Espaço público: apropriação e direito ao uso - territorialidade das rodas de capoeira em Brasília (Distrito Federal), de responsabilidade de Felipe do Couto Torres, mestrando da Universidade de Brasília.

O objetivo desta pesquisa é analisar os aspectos da territorialidade da apropriação do espaço público urbano pelas rodas de capoeira, evidenciando os aspectos que esta prática revela em relação ao direito ao espaço público, entendido como direito ao acesso e uso coletivo, direito à liberdade de ideias e direito à liberdade de expressão. Assim gostaria de consulta-lo(a) sobre sua participação na condição de entrevistado.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato, com o pesquisador Felipe do Couto Torres, através do e-mail felipecoutotorres@gmail.com.

As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos, publicações científicas ou em um livro, havendo identificação dos voluntários, caso não queira ser identificado, e de livre iniciativa do entrevistado se manifestar. Será também utilizada imagens (da roda de capoeira) no local da entrevista.

Espera-se com esta pesquisa revelar a atual situação (parcial) da capoeira no Distrito Federal a fim de melhorar as condições, apoio e entendimento desse processo, a relação da capoeira com o espaço público urbano, a “rua”.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a sua participação até a publicação deste trabalho, que provavelmente será em julho de 2014.

Entrevistado:

Brasília, de de 2014.

APÊNDICE B

Questionário de entrevista – pesquisa sobre a capoeira em Brasília:

Espaço público: apropriação e direito ao uso - territorialidade das rodas de capoeira em Brasília (Distrito Federal)

Instituição: Universidade de Brasília

Autor: Felipe do Couto Torres

Data ____/____/____

Identificação do entrevistado:

Nome; Idade; Graduação na capoeira; Tempo de capoeira; Profissão; Grupo de capoeira; Local onde reside.

Questão 1 - Quando se fala em capoeira e espaço público, rua, o que vem à cabeça?

Questão 2 - Qual a sua opinião sobre a importância e o papel do espaço público urbano, a rua, para a capoeira?

Questão 3 - Você acredita que a utilização do espaço público pela capoeira reforça o caráter coletivo desse espaço? Justifique:

Questão 4 - Na sua opinião, a utilização do espaço público pela capoeira possui outra intenção além da própria realização da roda de capoeira?

Questão 5 - Qual é o objetivo ou, os objetivos de se realizar uma roda de capoeira neste espaço público?

Questão 6 - Esta roda de capoeira recebe algum tipo de apoio para sua realização, seja por parte do governo, administração, secretaria, comerciantes ou da população local?

Questão 7 - Existe ou já existiu algum tipo de impedimento ou conflito em relação à realização das rodas de capoeira neste espaço público? Explique:

Questão 8 - Já houve algum episódio marcante no sentido de dificuldade de realização de uma roda de capoeira neste espaço público? Explique a situação pela dificuldade de realização, exemplo, capoeiristas, comerciantes, fiscalização, moradores e etc.

Questão 9 - Esta roda de capoeira sempre foi realizada aqui neste local? Se não, quais foram os outros lugares e qual o motivo da mudança do lugar de realização?

Questão 10 - Há ou já houve algum interesse para realização da roda de capoeira por parte da comunidade, comércio, governo (secretaria, administração) ou alguma instituição (ex: ONG's)?
Comente sobre.

Questão 11 - De que maneira as rodas de capoeira podem contribuir com a qualidade de vida nos espaços públicos?

Questão 12 – Para você o que é cidadania?

APÊNDICE C

Roteiro de observação de campo (pesquisa sobre a capoeira em Brasília):

Espaço público: apropriação e direito ao uso - territorialidade das rodas de capoeira em Brasília (Distrito Federal)

Instituição: Universidade de Brasília

Autor: Felipe do Couto Torres

Dados Básico:

Localidade:

Nome do local e da roda de capoeira:

Periodicidade e dia de realização:

Tempo de existência da roda:

Ano de início:

Características físicas do local onde a roda é realizada:

Estrutura:

Condições:

Observações gerais:

Aspectos gerais da roda de capoeira:

Quantidade de pessoas participantes na roda de capoeira?

Total:

Do próprio grupo:

De outros grupos:

Quantidade de grupos presentes na roda de capoeira:

Nome dos grupos

Quantidade de instrumentos e disposição em relação à roda de capoeira:

Tempo de realização de roda:

Observações peculiares em relação à roda de capoeira

Houve algum conflito na roda de capoeira?

Entre os participantes?

Entre os capoeiras e algum fator externo?

Observações gerais e impressões pessoais

APÊNDICE D

Entrevistas realizadas:

- Entrevista realizada com José Alves Pereira, Mestre Kall, no dia 22 de junho de 2014, na Feira de Artesanato da Torre de TV. Dados pessoais do entrevistado: 55 anos de idade, 35 anos de capoeira, segurança particular, grupo de capoeira a qual pertence, Ave Branca, morador de Taguatinga.
- Entrevista realizada com Éberson Chaves Pereira, Mestrando Éberson, no dia 16 de fevereiro de 2014, no Parque da Cidade. Dados pessoais do entrevistado: 38 anos de idade, 31 anos de capoeira, empresário, grupo de capoeira a qual pertence, Abadá, morador de Taguatinga.
- Entrevista realizada com Jânio Gomes Marinho, Mestre Jânio, no dia 30 de março de 2014, no centro da Ceilândia. Dados pessoais do entrevistado: 49 anos de idade, 32 anos de capoeira, mestre de capoeira, funcionário público, grupo de capoeira a qual pertence, Centro Cultural Arte Luanda, morador de Ceilândia.
- Entrevista realizada com Roberto de Oliveira França, Mestre Cobra, no dia 03 de maio de 2014, no centro do Riacho Fundo I. Dados pessoais do entrevistado: 45 anos de idade, 32 anos de capoeira, grupo de capoeira a qual pertence, Grito de Liberdade, morador do Riacho Fundo I.
- Entrevista realizada com Paulo Álvaro de Novaes Brito, Mestre Canela, nos dias 13 de abril de 2014, no Setor Bancário de Sobradinho, e 07 de junho de 2014, na Praça do Museu de Planaltina. Dados pessoais do entrevistado: 44 anos de idade, 32 anos de capoeira, bombeiro militar, grupo de capoeira a qual pertence, União na Capoeira, morador Sobradinho I.
- Entrevista realizada com Luís Carlos Bezerra Neves, Mestre Luís, no dia 07 de junho de 2014, na Praça do Museu de Planaltina. Dados pessoais do entrevistado: 43 anos de idade, 34 anos de capoeira, servidor público, grupo de capoeira a qual pertence, Escola Nagô de Capoeira, morador do Condomínio Entre Lagos do Paranoá.
- Entrevista realizada com Risomar Torres de Arruda, Mestre Risomar, no dia 15 de março de 2014, no centro da Ceilândia. Dados pessoais do entrevistado: 43 anos de idade, 33 anos de capoeira, grupo de capoeira a qual pertence, Carta de Alforria, morador de Planaltina.

- Entrevista realizada com Carlos Roberto dos Santos Silva, Mestre Tonelada, no dia 04 de abril de 2014, em frente ao shopping Conjunto Nacional. Dados pessoais do entrevistado: 35 anos de idade, 26 anos de capoeira, empresário, grupo de capoeira a qual pertence, Expressão Brasileira, morador do condomínio do Lago Sul.
- Entrevista realizada com Paulo César dos Santos, Mestre Paulo César, no dia 25 de maio de 2014, na rodoviária de Planaltina. Dados pessoais do entrevistado: 49 anos de idade, 37 anos de capoeira, vigilante, carpinteiro, grupo de capoeira a qual pertence, Capoeira na Veia, morador de Planaltina.
- Entrevista realizada com Willian Fernandez, Mestre Tatú, no dia 10 de maio de 2014, na quadra ¾ da Vila Buritis de Planaltina. Dados pessoais do entrevistado: 46 anos de idade, 35 anos de capoeira, vigilante, grupo de capoeira a qual pertence, Raça Nagô Capoeira, morador de Planaltina.
- Entrevista realizada com Igor Araújo Santiago, Mestre Igor, no dia 12 de abril de 2014, na QI 23 do Guará II. Dados pessoais do entrevistado: 39 anos de idade, 27 anos de capoeira, professor de educação física, grupo de capoeira a qual pertence, N'golo, morador do Guará.
- Entrevista realizada com Flávio Paulo Pereira, Mestre Pau Pereira, no dia 14 de dezembro de 2013, na Praça do Museu de Planaltina. Dados pessoais do entrevistado: 47 anos de idade, 30 anos de capoeira, professor de artes visuais, grupo de capoeira a qual pertence, Projeto Pau Pereira, morador de Planaltina.
- Entrevista realizada com Roberval Silva de Assis, Contramestre Olodum, no dia 25 de maio de 2014, na Estação do Metrô de Águas Claras. Dados pessoais do entrevistado: 38 anos de idade, 22 anos de capoeira, bombeiro civil e professor de capoeira, grupo de capoeira a qual pertence, Associação Lagoa Azul Capoeira, morador do Areal de Águas Claras.
- Entrevista realizada com Alysson Ferreira dos Santos, professor Beduín, no dia 31 de maio de 2014, na rodoviária do Gama. Dados pessoais do entrevistado: 31 anos de idade, 17 anos de capoeira, auxiliar administrativo e professor de capoeira, grupo de capoeira a qual pertence, Arte Luta Brasil, morador de Santa Maria.
- Entrevista realizada com Bruno Henrique de Souza Moreira, professor Bruno, no dia 01 de junho de 2014, no Taguaparque em Taguatinga. Dados pessoais do entrevistado: 26 anos de idade, 19 anos de capoeira, professor de capoeira, grupo de capoeira a qual pertence, Beribazu, morador de Ceilândia.

- Entrevista realizada com Thaís Cruz Andreozzi, instrutora Thaís, no dia 18 de janeiro de 2014, no Jardins Mangueiral. Dados pessoais da entrevistada: 30 anos de idade, 10 anos de capoeira, psicóloga e professora de capoeira, grupo de capoeira a qual pertence, Expressão Brasileira, morador do Jardim Botânico.
- Entrevista realizada com Paula Juliana e Luane, praticantes de capoeira angola, no dia 8 de março de 2014, na rodoviária do Plano Piloto. Dados pessoais da entrevistada: (Paula) 31 anos de idade, 1 ano de capoeira, assistente social, grupo de capoeira a qual pertence, Nzinga, moradora do Gama.
- Entrevista realizada com Paulo Sérgio Rodrigues dos Santos, Mestre Paulo Sérgio, no dia 28 de março de 2014, na quadra $\frac{3}{4}$ da Vila Buritis de Planaltina. Dados pessoais do entrevistado: 45 anos de idade, 36 anos de capoeira, servidor público, grupo de capoeira a qual pertence, Escola de Capoeira Corpo e Mente, morador de Planaltina.
- Entrevista realizada com Eduardo, Contramestre Índio, no dia 27 de julho de 2013, na SQS 210, Asa Sul. Dados pessoais do entrevistado: 35 anos de idade, 19 anos de capoeira, professor de lutas, grupo de capoeira a qual pertence, Capoeira Mata Verde, morador da Asa Norte.
- Entrevista realizada com Rubens Bezerra Oliveira, Arte Educador Formiguinha, no dia 27 de julho de 2014, na quadra 1205 do Cruzeiro Novo. Dados pessoais do entrevistado: 42 anos de idade, 38 anos de capoeira, professor de capoeira, grupo de capoeira a qual pertence, Semente de Jogo de Angola, morador do Riacho Fundo Asa Norte.

ANEXO (S)

Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil

(Decreto número 847, de 11 de outubro de 1890) Capítulo XIII -- Dos vadios e capoeiras

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal;

Pena -- de prisão celular por dois a seis meses.

A penalidade é a do art. 96.

Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dôbro.

Art. 403. No caso de reincidência será aplicada ao capoeira, no grau máximo, a pena do art. 400.

Parágrafo único. Se fôr estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, perturbar a ordem, a tranqüilidade ou segurança pública ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes.

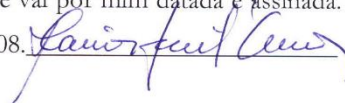


Serviço Público Federal
Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

CERTIDÃO

CERTIFICO que no Livro de Registro das Formas de Expressão, volume primeiro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan, instituído pelo Decreto número 3.551, de 4 de agosto de 2000, consta à folha 9, verso, o seguinte: “Registro número 7. Bem cultural: **Roda de Capoeira**. Descrição: A capoeira é uma manifestação cultural presente hoje em todo o território brasileiro e em mais de 150 países, com variações regionais e locais criadas a partir de suas “modalidades” mais conhecidas: as chamadas “capoeira angola” e “capoeira regional”. O conhecimento produzido para a instrução do processo permitiu identificar os principais aspectos que constituem a capoeira como prática cultural desenvolvida no Brasil: o saber transmitido pelos mestres formados na tradição da capoeira e como tal reconhecidos por seus pares; e a roda onde a capoeira reúne todos os seus elementos e se realiza de modo pleno. A **Roda de Capoeira** é um elemento estruturante desta manifestação, espaço e tempo onde se expressam simultaneamente o canto, o toque dos instrumentos, a dança, os golpes, o jogo, a brincadeira, os símbolos e rituais de herança africana – notadamente banto – recriados no Brasil. Profundamente ritualizada, a roda de capoeira congrega cantigas e movimentos que expressam uma visão de mundo, uma hierarquia e um código de ética que são compartilhados pelo grupo. Na roda de capoeira se batizam os iniciantes, se formam e se consagram os grandes

mestres, se transmitem e se reiteram práticas e valores afro-brasileiros. Esta descrição corresponde à síntese do conteúdo do processo administrativo nº 01450.002863/2006-80 e Anexos, no qual se encontra reunido um amplo conhecimento sobre esta Forma de Expressão, contido em documentos textuais, bibliográficos e audiovisuais. O presente Registro está de acordo com a decisão proferida na 57ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada no dia 15 de julho de 2008. Data do Registro: 21 de outubro de 2008". E por ser verdade, eu, Marcia Genésia de Sant'Anna, Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, lavrei a presente certidão que vai por mim datada e assinada. Brasília, Distrito Federal, 20 de novembro de 2008.



LEI Nº 4.823, DE 27 DE ABRIL DE 2012.

(Autoria do Projeto: Deputado Evandro Garla)

Estabelece as diretrizes e os objetivos das políticas para a capoeira no Distrito Federal.
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º As políticas públicas relacionadas à capoeira no Distrito Federal obedecerão às diretrizes e aos objetivos estabelecidos por esta Lei, respeitado o disposto na legislação em vigor.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, entende-se como atividade da capoeira todas as suas formas de manifestação, seja como luta, dança, esporte, cultura, jogo ou música.

Art. 2º É livre o exercício da atividade da capoeira em todo o território do Distrito Federal.

Art. 3º As políticas voltadas para a capoeira seguirão as seguintes diretrizes:

I – respeito à diversidade de suas formas de expressão;

II – fomento à produção, à difusão e à circulação de conhecimento sobre a capoeira;

III – estímulo à cooperação entre grupos e praticantes da capoeira;

IV – reconhecimento do potencial da capoeira na formação e no fortalecimento da identidade cultural brasileira;

V – respeito à autonomia de grupos e associações da capoeira;

VI – transparência e compartilhamento das informações.

Art. 4º O objetivo geral das políticas de capoeira é estimular, fortalecer e perenizar sua prática e tradição no Distrito Federal.

Art. 5º São objetivos específicos das políticas de capoeira:

I – valorizar os mestres de capoeira;

II – promover a transmissão dos conhecimentos tradicionais ligados à prática da capoeira;

III – contribuir para a inclusão social;

IV – potencializar iniciativas que visem à construção de valores de cooperação e solidariedade;

V – estimular a exploração, o uso e a apropriação de espaços públicos e privados que possam ser disponibilizados para a prática da capoeira;

VI – aumentar a visibilidade da capoeira e ampliar o acesso à sua prática;

VII – promover a diversidade de formas de expressão da capoeira no Distrito Federal;

VIII – contribuir para o fortalecimento da autonomia social dos grupos de capoeira;

IX – promover o intercâmbio entre diferentes grupos de capoeira;

X – apoiar e fomentar a difusão da produção intelectual, acadêmica, cultural e audiovisual sobre a capoeira;

XI – incentivar a prática da capoeira como recurso cultural, lúdico, pedagógico e como atividade física na rede pública e particular, em todos os níveis de ensino;

XII – cadastrar mestres, estudiosos, praticantes, grupos, entidades e instituições públicas e privadas dedicadas à prática, ao estudo e ao ensino da capoeira no Distrito Federal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 2012
124º da República e 53º de Brasília
AGNELO QUEIROZ